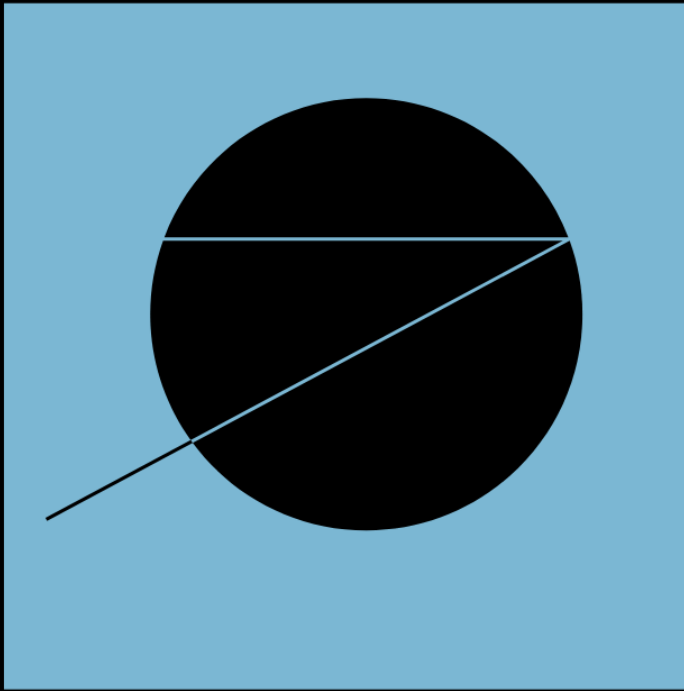


12º PNUM

Morfologias (re)existentes
Identidades, vivências e processos



2024

PNUM

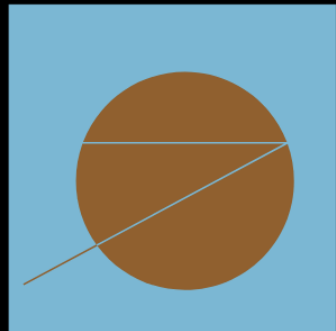
Brasil

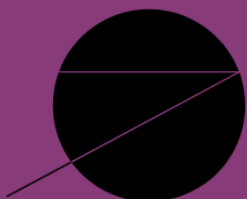


Belém

RESUMOS

Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana





LINHA 01

Era uma vez uma rua: métricas e georreferenciamento de ruas comerciais na área central de Vitória a partir de uma perspectiva histórica

Flavia Botechia

Universidade Federal do Espírito Santo
(flavia.botechia@ufes.br)

Resumo.

No desenvolvimento desta pesquisa foi possível identificar e geolocalizar endereços comerciais na área central de Vitória (Espírito Santo, Brasil) em uma perspectiva histórica, a partir da identificação de anúncios publicitários publicados na Revista Vida Capichaba (1925-1940). A formação de base de dados envolveu protocolos de tratamento de documentação histórica e tecnologias digitais (Bruzelius, 2019) possibilitando entender dispersões e concentrações comerciais, ao passo que permitiu também identificar diferentes ruas (e categorias) algumas das quais existem, e outras ainda desapareceram. Tal identificação foi o ponto de partida para a elaboração de estudos formais relacionados com algumas categorias notáveis tais como a rua direita, a rua comercial, a rua da alfândega, dentre outras. O objetivo deste artigo é explicitar as notas metodológicas adotadas no estudo da “rua comercial desaparecida” destacando o caso da Rua Primeiro de Março. Com a importância comercial da região central desde o século XVII verificou-se, na análise comparativa diacrônica do século XX, processos morfológicos (Dias Coelho, 2014) que culminaram, a partir da década de 1940, na verificação de adição, retificação e desaparecimento de ruas, inclusive da Rua Primeiro de Março: como? porque? Dentre as mais expressivas concentrações comerciais identificadas ao longo da primeira metade do século XX, a Rua Primeiro de Março se destacava pela diversidade e quantidade de usos comerciais, pelo casario eclético entre 2 e 6 pavimentos, assim como pela localização as margens da baía de Vitória (e de seu cais comercial), aos pés da colina histórica e na transição do que viriam a ser, atualmente, os bairros Centro e Parque Moscoso. O resultado da pesquisa permitiu catalogar e alcançar, em particular, os processos formais resultantes da superposição da linha reta, oriunda dos projetos urbanos aos traçados pré-existentes (Reis, 1968), identificando e nomeando as fases intermediárias da modelagem de formas – ruas, edifícios e recursos hídricos – à vontade (estética e funcional) das “novas” intervenções. O desenvolvimento desta pesquisa justifica-se pela possibilidade de reconstituir dados e métricas do passado, bem como investigar metodologias de georreferenciamento numa aplicação histórica. A pesquisa envolveu a compilação de 65 documentos dentre aqueles de caráter textual, iconográfico e cartográfico; seleção de 50 anúncios comerciais coletados na rota escolhida; criação de uma tabela de metadados; espacialização de dados em softwares de geoprocessamento e redesenho comparativo. Esses estudos individualmente poderão compor, futuramente, um “atlas morfológico” das ruas do centro da cidade. Palavras chave: Processos morfológicos, georreferenciamento, rua comercial.

Palavras-chave.
Processos morfológicos, georreferenciamento, rua comercial

Referências.

- BRUZELIUS, C. Visualizing Venice: teaching, training and imagining a new kind of urban and architectural history. Londres: Routledge, 2019.
- DIAS COELHO, C. (org.). Cadernos de morfologia urbana: tempo e forma. Lisboa: Argumentum, 2014.
- REIS, N. G. Evolução urbana do Brasil (1500-1720). São Paulo: Pionera, 1968.

Arborização Urbana e Conforto Higrotérmico em Espaços Livres Públicos. Uma Análise Comparativa.

Michi Nogueira da Motta; Virgínia Maria Nogueira de Vasconcellos

Universidade Federal do Rio de Janeiro

(michinmotta@gmail.com; virginia.vasconcellos@fau.ufrj.br)

Resumo.

As árvores são fundamentais para o planejamento urbano e são elementos da forma urbana de grande visibilidade e importância, tanto para a estruturação da paisagem quanto para o conforto ambiental. Além de propiciar mais dinamismo à paisagem, as árvores promovem benefícios socioambientais múltiplos, como locais para nidificação e forrageamento da fauna, aumento da taxa de infiltração de água no solo, reduzindo problemas de enchentes e atenuando os níveis de poluição sonora e do ar, além de resguardar efeitos positivos no psicológico e no conforto higrotérmico. Com o aumento de pessoas em áreas urbanas, é importante que os espaços livres mantenham áreas verdes, para garantir um melhor balanço ambiental e preservar a integridade física e psicológica de seus moradores. O maior número de dados sobre árvores aptas para a arborização de cidades é essencial para otimizar sua escolha adequada e alcançar os objetivos projetuais desejados. Este trabalho tem como objetivo principal analisar, de forma comparativa, os efeitos das espécies *Albizia lebbbeck*, *Ficus benjamina*, *Ficus religiosa* e *Tamarindus indica* para o conforto térmico em espaços livres públicos, utilizando quatro indivíduos selecionados no Parque Linear Professor Roy Robson (Corredor Esportivo, Ilha do Governador), no Rio de Janeiro. O Parque apresenta clima tropical quente e úmido e está às margens da Baía de Guanabara, afastado 20 m das edificações do entorno, são multifamiliares e apresentam gabarito baixo (máximo de 3 pavimentos), formando uma barreira construída à ventilação natural. Pelo Parque se configurar um espaço aberto, a ventilação é facilitada pela grande extensão da Baía. A pesquisa se caracteriza como experimental e participativa. Inicialmente, foram estimadas as permeabilidades da copa de cada árvore, pelo software Gap Light Analysis Mobile App associado ao Método de Classificação da Permeabilidade das Copas, e, em sequência foram medidas/estimadas as principais características de cada indivíduo; num segundo momento, foram medidas com instrumentos de precisão variáveis microclimáticas em regiões sob as copas e ao sol, simultaneamente, no período da manhã, ao longo de três dias. Então, foi calculada a diferença entre os valores de cada ponto, para obtenção do percentual de redução de cada variável pelas copas. As médias dos dados foram comparados, graficamente. Os resultados indicaram que *F. benjamina* influencia de maneira significativa a luminosidade e a temperatura de superfície sob sua copa, por conta de seu maior diâmetro e menor permeabilidade. Enquanto *A. lebbbeck*, a árvore mais alta com menor permeabilidade, foi a que menos influenciou as variáveis. O uso dos espaços variou entre as espécies analisadas, com o maior uso sendo observado abaixo de *F. benjamina* e *A. lebbbeck*, associado com o maior tamanho da primeira e a presença de uma quadra esportiva abaixo da copa da segunda. A reduzida atividade abaixo de outras copas pode ser resultado da ausência de mobiliário que incentive a utilização e com a proximidade de árvores maiores. O estudo ressalta a relação entre características das árvores utilizadas em espaços urbanos e efeitos microclimáticos, indicando a importância da consideração dessas características no planejamento urbano para maior conforto ambiental em áreas verdes públicas.

Palavras-chave.

arborização urbana, espaços livres públicos, clima tropical quente e úmido, conforto térmico ambiental, ecologia urbana.

Referências.

BEHERA, S. K. et al. Assessment of carbon sequestration potential of tropical tree species for urban forestry in India. *Ecological Engineering*, v. 181, 2022. DOI: 10.1016/j.ecoleng.2022.106692.

HESSLEROVÁ, P.; POKORNÝ, J.; HURYNA, H.; SEJÁK, J.; JIRKA, V. The impacts of greenery on urban climate and the options for use of thermal data in urban areas. *Progress in planning*, v. 159, 100545, 2022. DOI: 10.1016/j.progress.2021.100545.

VASCONCELLOS, V.M.N. de. Método para a classificação da permeabilidade de copa de árvores. *VIRUS*, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=13&lang=pt>>. Acesso em: 31 Jan. 2022.

Projetos habitacionais de remanejamento.. Os efeitos da não participação na urbanização da comunidade Taboquinha em Belém do Pará

Luciana Guimarães Teixeira Santos; Ana Kláudia Perdigão
Universidade de Lisboa e Universidade Federal do Pará
(santos.luciana@edu.ulisboa.pt; klaudiaufpa@gmail.com)

Resumo.

O governo brasileiro define em seus programas habitacionais o remanejamento como a alteração do local de moradia de famílias, implicando a reconstrução da unidade habitacional na mesma área onde está ocorrendo a intervenção urbana promovida pelo Estado. Este artigo empírico sobre projetos de remanejamento tem como caso de estudo a urbanização da Comunidade Taboquinha (2008-2021), localizada às margens de um rio em condições ambientalmente insustentáveis na cidade de Belém, região amazônica do Brasil. Essa comunidade apresentava aproximadamente 700 famílias em condições de moradia precária, sem acesso à infraestrutura urbana básica e residindo em palafitas de madeira com grande vulnerabilidade estrutural, em áreas alagáveis. As intervenções no Taboquinha ocorreram no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado em 2007. O programa não era destinado apenas para habitação, mas também e principalmente para obras de infraestrutura, priorizando o remanejamento das famílias que residiam em áreas de risco dentro de uma poligonal de intervenção pré-estabelecida. Ao longo de 13 anos de execução das obras houve igualmente 13 alterações nos projetos, das quais muitas em função de incompatibilidade com a realidade encontrada no local. Dessa forma, o objetivo deste artigo é contribuir com discussões já iniciadas sobre esse remanejamento (Castro e Lobato, 2023) (Lima, Leão e Lima, 2017), contudo sob a ótica da não participação x participação (Cuartas e Valencia, 2021). Participação essa por muitas vezes forçada pela comunidade e responsável por alguns dos ajustes realizados nos projetos ao longo da execução. Para a discussão, serão utilizadas pesquisas bibliográficas sobre processo participativo e remanejamento, análise dos projetos das habitações e da urbanização da área do Taboquinha e as alterações ao longo da execução da obra. Além da análise documental, serão utilizadas observação no local, com registo fotográfico e croquis esquemáticos, e entrevistas com diversos agentes envolvidos no processo, complementando assim uma análise qualitativa do processo. A intenção é que este trabalho contribua para a discussão da participação em intervenções de remanejamento, considerando que os usuários beneficiados são previamente conhecidos, divergindo da atual lógica do programa habitacional brasileiro, onde os beneficiários são sorteados após a finalização dos empreendimentos. A priorização do remanejamento das famílias dentro da poligonal de intervenção pode contribuir para a manutenção de vínculos com a vizinhança, sendo um forte indicador da busca pela sustentabilidade social do processo, mas sabe-se que não é suficiente (Castro e Lobato, 2023). Tais projetos não consideram a participação dos usuários desde a fase do projeto de remanejamento e corroboram com uma lógica higienista urbana. Através da superposição do projeto inicial e do as built será possível fazer uma análise das alterações morfológicas do território, entender os novos traçados e relações do lote com as ocupações. As relações com os edifícios resultante das intervenções já demonstram a ruptura com a forma de morar dessa comunidade. As palafitas são uma forma tradicional de habitação amazônica, fruto de um rico saber vernacular. Perde-se assim uma oportunidade de produzir espaços mais adequados aos aspectos sociais, culturais, simbólicos e alinhados à demanda e produção da habitação na Amazônia.

Palavras-chave.

Remanejamento, habitação social, projetos participativos, sustentabilidade social, Amazônia.

Referências.

- CUARTAS, Stefania Arango; VALENCIA, Adriana Patricia López. Diseño Urbano Participativo del Espacio Público. Una herramienta de apropiación social. Bitácora Urbano Territorial, [S.L.], v. 31, n. 3, p. 13-26, 16 jul. 2021. Trimestral. Universidad Nacional de Colombia. <http://dx.doi.org/10.15446/bitacora.v31n3.86798>. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/86798>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- CASTRO, Marlon D'oliveira; LOBATO, Felipe Tavares. Urbanização de assentamentos precários e (in)sustentabilidade urbana. Observatório de La Economía Latinoamericana, [S.L.], v. 21, n. 7, p. 5940-5961, 4 jul. 2023. Mensal. South Florida Publishing LLC. <http://dx.doi.org/10.55905/oelv21n7-008>. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/oel/article/view/642>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- LIMA, José Júlio Ferreira; LEÃO, Monique Bentes Machado Sardo; LIMA, Alberto Patrick Cassiano. Limitações na gestão do PAC urbanização: o caso do projeto pac taboquinha, belém, pa. In: XVII ENCONTROS NACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2017, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: S/Ed., 2017. v. 17, p. 1-19. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/2084/2063>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Análise do centro e das centralidades de Presidente Prudente/SP em uma abordagem configuracional.

Arlete Maria Francisco
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
(arlete.francisco@unesp.br)

Resumo.

O centro de uma cidade está localizado na área de melhor acessibilidade, com forte atração de atividades econômicas e sociais. Com o crescimento urbano, a expansão do centro é acompanhado do surgimento de subcentros e outras expressões de centralidade. A noção de centro e centralidade, para a geografia urbana, perpassa pelos conceitos de estrutura e estruturação urbanas, isto é, daquilo que está fixo no território e daquilo que está em movimento – pessoas, veículos, capitais, informações, mercadoria, etc.. A estruturação urbana é entendida como um processo contínuo de modificação das estruturas urbanas, sendo essas recortes temporais desse processo de estruturação e determinantes dos momentos seguintes do processo (SPOSITO, 1993). Em que pesem fatores econômicos e políticos na determinação do desenvolvimento urbano, para a teoria da Sintaxe Espacial, segundo Hillier (1999), a centralidade é “um processo liderado espacialmente” e deve ser compreendida como um “processo espaço-funcional”. O padrão de centralidade pode ser explicado pela teoria da economia de movimento e pelo axioma “configuração gera atração”, isto é, a configuração espacial gera padrões de movimento e esse influencia onde as atividades sociais e econômicas se realizam. Ao se realizarem, atraem mais pessoas e geram mais movimentos, emergindo uma centralidade para a cidade. Presidente Prudente, localizada a oeste do estado de São Paulo, surge em 1917, no contexto capitalista de comercialização da terra. Até a década de 1960, a expansão da malha urbana se processa de modo contínuo e a reproduzir a grelha ortogonal que caracteriza o núcleo original. A partir desse momento, o crescimento ultrapassa as barreiras impostas pelos cursos d água e inicia-se um processo de descontinuidade da malha urbana e de diversidade do seu desenho urbano. Mais recentemente, acentua-se o processo de fragmentação socioespacial, com o surgimento de condomínios fechados nas periferias e, por outro lado, empreendimentos de Habitação de Interesse Social. Assim, a cidade monocêntrica, em um primeiro momento, vê surgir, com o tempo, outras formas de centralidades em seu interior e, atualmente, com a segmentação do mercado consumidor, assume uma multi(poli)centralidade. O objetivo deste artigo é identificar as formas de centralidades urbanas de Presidente Prudente, numa perspectiva diacrônica, e analisar o surgimento de eixos determinantes de centralidades de períodos subsequentes. A pesquisa, de natureza exploratória, se desenvolve a partir da teoria, métodos e técnicas da Sintaxe Espacial (Medeiros, 2013). A partir da cartografia histórica e atual, são elaborados mapas axiais e de segmentos e são calculadas as medidas de integração global e local, as quais revelam as áreas mais acessíveis do assentamento e, assim, as áreas com potencial de centralidade. Na sequênica, tais áreas são avaliadas a partir do uso do solo e, para 2023, da copresença. Constata-se que as centralidades existentes na cidade localizam-se em áreas identificadas com potencial de centralidade nos mapas de integração, mas nem todas essas áreas formam centralidades. Alguns dos eixos com alto valor de integração localizados fora do núcleo de integração de determinada estrutura correspondem a centralidades de épocas posteriores.

Palavras-chave.

Centralidade; Presidente Prudente/SP; Análise urbana; Sintaxe Espacial.

Referências.

HILLIER, B. Centrality as a process: Accounting for attraction inequalities in deformed grids, *Urban Design International*, 4:3-4, 107-127, 1999.
MEDEIROS, V. *Urbis Brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras*. Brasília: Editora UnB, 2013.
SPOSITO, M. E. B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. *Revista de Geografia*, São Paulo, n.10, 1-18, 1991.

O BRINCAR NO ESPAÇO PÚBLICO. APROPRIAÇÕES NO PARQUE LINEAR DO MIRANDINHA, BOA VISTA/RR

NIKSON DIAS DE OLIVEIRA; Giselle Arteiro Nielsen Azevedo

UFRR - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA; UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

(niksondias@gmail.com; gisellearteiro@fau.ufrj.br)

Resumo.

O Igarapé do Mirandinha surge do Lago dos Americanos, localizado no Parque da Anauá, desaguando no rio Branco, atravessando quatro bairros da zona leste da capital roraimense. Criado como faixa de preservação ambiental, em trecho em que atua como limite divisor dos bairros Aparecida e Caçari, se formou como “lugares que sobram depois da reestruturação de espaços realmente importantes” (Bauman, 2001, p.121). Esse fragmento urbano não foi tratado como espaço urbano intencionalmente pensado para esse fim. Parte do princípio de uma faixa de preservação ambiental que teve, em seu curso, a canalização do referido igarapé, passando a ser apropriado pela população local para uso de lazer. Por intervenção do poder público municipal, são instalados equipamentos de lazer e a sede do Instituto Boa Vista de Música, compondo a Praça Jorge Manoel da Silva, inaugurada em 29 de julho de 2011 como estrutura anexa ao que passará a ser denominado Parque do Mirandinha, que passaram a ser simbioticamente uma única identidade: Mirandinha, Igarapé, Parque e Praça. Neste trabalho busca-se compreender e avaliar a relação dos usuários do Parque Linear do Mirandinha, a partir das sensações e ambiências, que se produzem na interação que ocorre com o ambiente construído. Com especial atenção, trata o texto da relação das crianças com o espaço público e as formas como estas são atraídas por esse Parque e seus atrativos. A criança estabelece, ao brincar, um espaço simbolicamente intermediário entre o eu e o mundo real, entre o eu e o objeto. Desta maneira, é importante compreender como esse lugar, antes uma sobra da intervenção urbana e, para isso é necessária uma abordagem crítica multidisciplinar. Pretende-se com esse trabalho remeter à relação da criança no Parque Linear Mirandinha, ressaltando o sucesso no uso e apropriação dos espaços, remontando destaque da ambiência, que provoca encontro e impulsiona o brincar. Ao problematizar, sob uma perspectiva contemporânea, o uso dos espaços públicos, através de aportes teóricos de vários campos, evidencia o quanto as temáticas da infância, como o brincar, são relevantes e devem ser trazidas à luz para auxiliar questões pertinentes às abordagens da melhoria do espaço urbano. As experiências vislumbradas no Parque Linear Mirandinha, tanto individuais quanto coletivas, evocam resultados que podem ser aplicáveis em outros ambientes públicos, cujas trocas, relações e ambiências afetam diretamente a qualidade da apropriação e uso dos espaços pelas crianças através do lúdico. Destaca-se que o complexo compreendido entre áreas verdes, igarapé e gramados possibilitam uma morfologia urbana acolhedora e receptiva, em que a criança atua como agente conciliador e multiplicador/educador. O espaço se torna dinâmico no tempo e no espaço, permitindo a ação transformadora daqueles que o habitam, permanecendo mutáveis. Não se exclui, contudo, o papel do arquiteto e da arquitetura perante a sociedade e, em especial, as crianças. Da posição de autoridade, detentor do saber técnico, crente que a solução está na boa composição do projeto, a atuação migra à medida que se permite o diálogo, para adoção de outros repertórios e métodos.

Palavras-chave.

Acessibilidade,
Infância, Política
Urbana, Jogos e
brincadeiras

Referências.

AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas/SP: Papyrus, 1994 (coleção travessia do século).
BAUMAN, Zygmund. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
JACOBS, Jane. The death and life of great american cities. New York: Vintage Books, 1961.

Soluções Baseadas na Natureza para a recuperação de espaços urbanos. Estudo de caso do Parque Rachel de Queiroz em Fortaleza

Joana Gabriela Campos Sousa Torres; Luana Magalhães Moreira
IFCE; UNIFOR
(torresjoanagabriela@gmail.com; luanamoreira12@icloud.com)

Resumo.

O artigo aborda o desafio da adaptação às mudanças climáticas, bem como seus impactos, especialmente na América do Sul, buscando analisar o papel da implementação das Soluções Baseadas na Natureza (SBN) nesse processo. O foco da pesquisa é uma avaliação da contribuição das SBN para a resiliência urbana e de seu papel como uma resposta às problemáticas ambientais locais, a partir do estudo de caso no Parque Rachel de Queiroz, em Fortaleza. A metodologia foi dividida em quatro etapas: revisão bibliográfica sobre os impactos da problemática urbana em Fortaleza, estudo dos conceitos de SBN, análise das aplicações das SBN no cenário urbano e análise espacial do Parque Rachel de Queiroz. A partir da análise do crescimento urbano de Fortaleza, nota-se que a capital enfrenta desafios significativos, como falta de saneamento básico e alagamentos frequentes, tornando crucial a implementação de SBN, conforme apontado por Dantas (2009) e Menescal et al. (2001). As Soluções Baseadas na Natureza (SBN) emergem como estratégias sustentáveis e como possíveis soluções para os problemas observados, principalmente levando em consideração as diretrizes elaboradas por Frantzeskaki (2019). O projeto de requalificação do Parque Rachel de Queiroz, objeto do estudo de caso, incorpora wetlands para tratar a água e melhorar a qualidade ambiental. A análise indica que o Parque Rachel de Queiroz trouxe diversos benefícios para a comunidade, promovendo lazer, atividades físicas e um ambiente mais verde e agradável. No entanto, que o mesmo falha em vários aspectos, sendo observada a falta de diversidade de soluções, falta de informações sobre o monitoramento da água e uma necessidade de maior engajamento comunitário no processo de implementação e manutenção das wetlands. Apesar dos desafios, o estudo conclui que as SBN têm o potencial de integrar o desenvolvimento urbano com a preservação ambiental, criando cidades mais sustentáveis e resilientes, destacando sua importância diante das rápidas mudanças climáticas. Destaca-se também a importância de abordagens integradas e de monitoramento contínuo para garantir o sucesso dessas iniciativas a longo prazo.

Palavras-chave.
Soluções baseadas na natureza, wetlands, sustentabilidade, planejamento urbano, Fortaleza.

Referências.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Da Fortaleza à região metropolitana. In: DANTAS, Eustógio. Vulnerabilidade Socioambiental na região metropolitana de Fortaleza. Fortaleza: Abeu, 2009. p. 25-53.
FRANTZESKAKI, Niki. Seven lessons for planning nature-based solutions in cities. *Environmental Science & Policy*, [s. l.], v. 93, p. 101-111, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.1016/j.envsci.2018.12.033>. Disponível em: Elsevier BV. Acesso em: 6 dez. 2023.
MENESCAL, Rogério de Abreu; FIGUEREDO, Nelson Neiva de; Silvia Rodrigues, FRANCO. A problemática das enchentes na região metropolitana de Fortaleza. 2001? Disponível em: < http://www.cogerh.com.br/versao3/pdf_zip_docs/a%20problematICA%20das%20enchentes.pdf > . Acesso em: 10 nov. 2023. Palavras- chave.
Soluções baseadas na natureza, wetlands, sustentabilidade, planejamento urbano, Fortaleza.

A tecnologia da informação como suporte para a implantação de Soluções Baseadas na Natureza (SBN).

Thaís Matos Moreno; Maria Eduarda Pinto Cândido; Emerson Nogueira dos Santos; Indira Gurgel Jucá de Araújo; Marcus Vinícius Teixeira de Oliveira;
Certare Engenharia e Consultoria; Certare Engenharia e Consultoria
(thaismoreno65@gmail.com; eduardapintocandido@gmail.com; catce.nogueira@gmail.com;
indiragjuca@gmail.com; marcus.vinicius@certare.com.br)

Resumo.

Este resumo descreve o desenvolvimento de uma metodologia que utiliza dados primários para identificar locais favoráveis para a implementação de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) em áreas urbanas. A abordagem visa subsidiar as decisões do poder público relacionadas à resiliência ambiental. Ao longo dos anos de atividade da empresa Certare Engenharia e Consultoria, observou-se que vários municípios de pequeno e médio porte da região nordeste enfrentam desafios significativos na obtenção de dados georreferenciados relacionados ao planejamento urbano. Essa escassez de informações muitas vezes se torna uma limitação ao elaborar planos e projetos. Ao mesmo tempo, esses mesmos municípios vêm sendo fortemente afetados por impactos decorrentes das mudanças climáticas, que variam desde a intensificação dos processos de desertificação até o aumento da suscetibilidade a inundações. Nesse sentido, partir de uma análise a respeito da morfologia urbana é fundamental, tendo em vista que ela tem tanto o potencial de intensificar os impactos urbanos quanto o de amortecer-los e combatê-los. Um exemplo disso é a adoção de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) em ambientes urbanos. Diante dessa realidade, a empresa desenvolveu uma metodologia baseada na tecnologia da informação que torna possível localizar áreas propícias à implementação de estratégias de SBN no contexto urbano sem depender exclusivamente de dados fornecidos por órgãos municipais, estaduais, federais ou até mesmo da iniciativa privada. A coleta de dados primários, extraídos de processamentos de imagens de satélites, e a criação de algoritmos integrados a ferramentas de geoprocessamento foram adotadas como meios para alcançar esse objetivo. O processo inicial envolve a extração de dados de imagens de satélite para a obtenção do Modelo Digital de Elevação (MDE) da região alvo. Em seguida, o MDE é processado no software Hand Model, responsável por estimar os níveis de inundação para a região analisada. Esses dados são então aplicados no software QGIS, para a reclassificação dos valores de cada pixel ao nível de risco correspondente. As regiões identificadas com menor risco de inundação localizam-se nas cotas médias e altas. Os locais em cotas médias são mais adequados para implantação de estratégias de biorretenção de SBNs, pois podem ajudar a amortecer os impactos causados pela pluviosidade intensa nas cotas mais altas e que normalmente afetam as áreas mais baixas dos municípios (CARVALHO, 2023; BARRETO, 2022). Agir nessas áreas contribui com a mitigação de riscos de enchentes e alagamentos. Para selecionar as melhores ruas, parâmetros dimensionais são estabelecidos, levando em consideração a capacidade de implementação de elementos de biorretenção. O processo inclui o uso de um algoritmo criado com bibliotecas de análise de dados geoespaciais do Python. Esse algoritmo é empregado para extrair as camadas que serão classificadas como ideais, seguindo os parâmetros estabelecidos no escopo do código. Em seguida, é necessário extrair as áreas de contribuição das microbacias da região de análise, utilizando o software Global Mapper. Com isso, é possível calcular o período de retorno de chuva para a região para determinar a quantidade de água que as estratégias de SBN precisam absorver. Por fim, cabe enfatizar que este método ainda está sendo testado, atualmente em fase de estudo, em alguns municípios. A partir dos resultados encontrados, o método será refinado e finalizado para ser aplicado em planos e projetos.

Palavras-chave.

Soluções Baseadas na Natureza (SBN); Resiliência ambiental; Geotecnologias; Análise de dados; Mudanças Climáticas.

Referências.

MOURA, Newton Célio Becker de. Biorretenção - Tecnologia ambiental urbana para manejo das águas de chuva. Tese de Doutorado em arquitetura, Universidade de São Paulo. 299 p., 2014.
CARVALHO, Tainah Frota et al. Landscape Information Modeling for vulnerable landscape recovery: the case of Bom Jardim in Fortaleza, Ceará, Brazil. In: SIGraDI. Uruguai: Universidad de la República, 2023.
BARRETO, João Pedro Deodato et al. A Parametric Approach to Efficient Implementation of Green Infrastructure in the Urban Field. In: SIGraDI. Peru: Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas (UPC), 2022.

O uso da linguagem de padrões enquanto estratégia de metadesign na leitura e intervenção nos espaços públicos do subcentros Luizote de Freitas em Uberlândia-MG.

Ygor Henrique Bento Guimarães; Rodrigo Argenton Freire
Universidade Federal de Uberlândia; Universidade Federal de Uberlândia
(ygor.guimaraes@ufu.br; rodrigo.freire@ufu.br)

Resumo.

O metaprojeto tem como premissa tornar simples aquilo que é complexo, assim, pode ser compreendido como o projeto do projeto. Nesse sentido, a Linguagem de Padrões estabelecida por Christopher Alexander é comumente associada a um tipo de metaprojeto. Essa linguagem apresenta grande possibilidade de adaptação e criação, além de possibilitar sua apropriação tanto por profissionais quanto para leigos. Dessa maneira, a aplicabilidade de padrões reside na possibilidade de replicação, apropriação e adequação dos metaprojetos em diferentes contextos e realidades. Ainda que a linguagem de padrões tenha origem na década de 1970 poucos estudos tratam da sua aplicação enquanto metaprojeto e poucas informações estão disponíveis sobre a sua utilização em projetos de arquitetura e desenho urbano, seja para a análise urbana ou para o processo projetual. Assim, esse artigo visa compreender essa linguagem como ferramenta aberta de metaprojeto, na criação de alternativas de desenho urbano. Para isso, adotamos a estrutura de subcentros como o foco de análise. Mais especificamente, selecionamos o subcentro do Luizote de Freitas na cidade de Uberlândia como objeto de estudo, devido à sua configuração em torno de uma importante avenida da cidade. Além disso, apresenta grande importância comercial e estrutural no setor Oeste da cidade, sendo um dos principais pontos de convergência de uma população de aproximadamente 140.000 habitantes, sendo o setor mais populoso da cidade. O surgimento desse eixo comercial se deu, principalmente, pela construção de habitações sociais, deslocado do eixo central da cidade, por volta dos anos 1970 e, na final da década de 1980, o entorno da rua José Fonseca e Silva começou a despontar como o principal centro comercial, do Setor Oeste da cidade mineira, para suprir a necessidade daquela população. Ademais, como metodologia, esse artigo adota a abordagem do Design Research Science e compreende: Uma revisão bibliográfica, identificação do subcentro como objeto de estudo; definição dos eixos de análise (estrutura urbana, rua, interface e construção); seleção de padrões compatíveis com o objeto e eixos; realização do Social Network Analysis (SNA) de interpolação para agrupamento e identificação dos níveis de força de cada padrão; leitura morfológica do subcentro do Luizote de Freitas; identificação de novos padrões; aplicação dos padrões selecionados e desenvolvidos em uma proposta de metaprojeto para o subcentro e; avaliação desse processo para o objeto escolhido. De forma geral, o uso de modelos em projeto requer constante revisão sobre sua adequação aos diferentes contextos. No caso da linguagem de padrões, essa adaptação é prevista e o entendimento dessa é considerado mais acessível por encontrar-se em nível de metaprojeto. No entanto, ainda é necessário ajustes. Nesse caso, tanto o SNA quanto a criação de novos padrões podem ajudar a identificar os padrões mais fortes e mais apropriados ao contexto do Luizote de Freitas e a realidade vivenciada pelas pessoas nesse subcentro.

Palavras-chave.

Linguagem de Padrões, Metaprojeto, Desenho Urbano.

Referências.

ALEXANDER, Christopher; ISHIKAWA, Sara; MURRAY, Silverstein. Uma Linguagem de Padrões. [S. l.]: Bookman, 2012. 1215 p. Traduzido para português.
SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de. CIDADES MÉDIAS E NOVAS CENTRALIDADES: análise dos subcentros e eixos comerciais em Uberlândia (MG). 2009. 248 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.
VASSÃO, Caio Adorno. Metadesign: Ferramentas, Estratégias e ética Para a Complexidade. [S. l.]: Blucher, 2010. 132 p."

O Pulsar da Cidade em Movimento. O Glória em Uberlândia e seu Panorama Ambiental Urbano

Giovanna Teixeira Damis Vital;
Universidade Federal de Uberlândia
(giovannadamis@ufu.br)

Resumo.

A visão de mundo ecológica, sistêmica e complexa aplicada a metodologia projetual fundamenta o conceito de 'Projeto Sustentável para Cidade' instrumentalizando, em correspondência, a Sustentabilidade e a Resiliência na Arquitetura e Urbanismo. Para isso e a partir da compreensão de que para se pensar a cidade contemporânea, entendida como complexa, requer-se essa visão aplicada em todo o processo projetual, especialmente na etapa de leitura ambiental urbana. Nesse sentido, requer uma metodologia capaz de reconhecer as propriedades emergentes e essenciais de um objeto de estudo, seus campos de abrangência, seus padrões organizacionais sistêmicos, seus mecanismos de interdependência, seus múltiplos contextos e suas formas de conectividade. Um sistema, que, ancorado na Ecologia, no Pensamento Complexo e no Pensamento Sistêmico, operacionaliza a leitura de elementos relativos ao comportamento da vida, aos sistemas organizacionais, as formas de desenvolvimento, aos limites, aos padrões e as dinâmicas. Aproxima, sobretudo, o olhar do sentir, o observar do experimentar, articulando o pulsar da vida aos movimentos intrínsecos e indissociáveis da forma construída. Isso, por meio da compreensão sobre a relação dialógica entre a prática projetual e a concepção (livre ou formal) de contextos urbanos, e outras formas de território construído, e suas múltiplas realidades complexas, em correspondência e ressonância. A partir da aplicação da leitura ambiental urbana denominada por 'Diagrama Unidade Complexa', estruturada na visão de mundo ecológica, sistêmica e complexa, este trabalho teve como objetivo demonstrar a inter-relação e a interdependência entre a morfologia do ambiente natural e a do construído. Aliado a isso, buscou-se identificar 'Eixos Norteadores de Projeto' indutores da sustentabilidade e da resiliência urbana (sociocultural e do seu espaço construído) e, portanto, preparados para reconfiguração da cidade e para adaptarem-se às novas dinâmicas ecossistêmicas e climáticas. O desenho metodológico foi organizado a partir do método científico abduutivo estudando e explorando teorias e o caso do Assentamento do Campus do Glória, em Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, que emergiu no contexto urbano a partir da ocupação do território revelando conflitos socioambientais-econômicos entendidos aqui como uma condição de insustentabilidade urbana. Para sua sistematização, aplicou-se a metodologia Design Science Research com a identificação das classes de problemas e de possíveis artefatos. Adotou-se, como método e técnica para a coleta e análise de dados, o constructo denominado por 'Diagrama Unidade Complexa' (com emprego documental, bibliográfica, observação direta, análise de conteúdo). Os resultados obtidos revelaram a construção da classe de problema entendida como 'concepção da morfologia urbana' e do artefato 'Eixos Norteadores de Projeto' entendido como um modelo que reflete as camadas da realidade estudada associadas a proposições futuras. Para o presente artigo e a partir dos resultados obtidos na pesquisa, esse constructo de leitura ambiental urbana indica, em síntese: (a). as inter-relações e as interdependências entre os sistemas dos ambientes ecológicos (ecossistêmicos, construídos e antropossociais) no território urbano; (b). como essas inter-relações e interdependências contribuem para o fortalecimento do grau de sustentabilidade e de resiliência urbana por meio da morfologia de seus múltiplos ambientes (contextos). Sobretudo, observou-se daí o indicativo parcial do grau de Qualidade Ambiental Urbana desse assentamento.

Palavras-chave.

Morfologia Urbana;
Qualidade Ambiental Urbana;
Diagrama Unidade Complexa; Sustentabilidade; Resiliência.

Referências.

- CAPRA, Fritjof.; LUISI, P. Luigi. A Visão Sistêmica da Vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. São Paulo, Cultrix, 2014.
- OTERO, Estevam Vanale et al. Desenvolvimento urbano sustentável: produção e qualificação do ambiente construído no Brasil. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2023. DOI:<https://doi.org/10.11606/9786589514541> Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1251. Acesso em 20 dezembro, 2023.
- VITAL, Giovanna Teixeira Damis Vital. Projeto Sustentável para Cidade: o caso de Uberlândia. São Paulo, FAUUSP (tese de doutorado), 2013.

(RE)EXISTÊNCIA DOS MORADORES DO IGARAPÉ SAPUCAJUBA EM BELÉM-PA. Um estudo de percepção sobre os modos de morar dos sujeitos que habitam na região

Cintia Geraldina Reis da Silva Sousa; Leticia Martel Kuwahara; Bárbara Faciola Pessoa Baleixe; Luiz de Jesus Dias da Silva
Universidade Federal do Pará; Universidade Federal Pará; Universidade Federal Pará; Universidade Federal do Pará;
(ci.arquiteta@gmail.com; leticiakuwahara25@hotmail.com; barbarabaleixe@gmail.com; ljds@ufpa.br;)

Resumo.

A presente pesquisa objetiva investigar a resignificação habitacional, mediante ações acadêmicas, experienciadas por moradores do entorno do Igarapé Sapucajuba afluente dos rios: Tucunduba e Guamá. A área de ocupação espontânea está situada entre a várzea de um curso hídrico que percorre o interior da cidade universitária Prof. José de Silveira Netto em Belém-Pa e uma via arterial localizada no sudeste da capital paraense. A lógica de produção hegemônica da cidade tem resultado no uso desigual do espaço urbano. No decorrer dos anos, áreas alagadiças têm sido ocupadas por populações em situação de vulnerabilidade social, por questões que envolvem a necessidade do habitar e fatores sociopolíticos; ao morar no entorno de rios urbanos tais populações lançam seus efluentes (águas servidas, águas sanitárias e resíduos sólidos) no corpo hídrico da sua proximidade. No caso em estudo, diversas ações acadêmicas multissetoriais e multidisciplinares com enfoque na conscientização ambiental e revitalização do rio e da área de vegetação lindeira, estão sendo implementadas pela universidade Federal do Pará – UFPA, através do projeto de Extensão denominado Laboratório Vivo de Urbanismo, Paisagismo e Percepção Sensorial: suporte à criação de sistema de espaços de convivência e de soluções baseadas na natureza para o Campus da Saúde, cuja ação extensiva abrange a população da área. Através de entrevistas com roteiro semi-estruturado, da implementação de questionários e do uso da técnica de arquivo mnemônico com o lugar, bem como a aplicação de oficinas de Formação de Agentes Multiplicadores da Sustentabilidade Ambiental, observou-se a potencialização de uma nova dinâmica de vivência dos moradores da área em questão, proporcionando uma (re)existência no modo de morar e de se relacionar da com o espaço citado, proporcionando mais atenção ao ecossistema, à ecossustentabilidade e ao entorno onde residem. Como resultado, propõe-se diretrizes para a requalificação paisagística com plantio de espécies nativas e leguminosas que auxiliem na drenagem da área de várzea e auxiliem na redução da contaminação despejada no rio, estratégias de drenagem baseadas em jardins filtrantes e bacias de acumulação, áreas de convivência para a população do entorno e acadêmicos que frequentam a região e um estudo de biorremediação sanitária às residências que margeiam o Igarapé Sapucajuba, visando a recuperação em médio prazo do rio urbano. Portanto percebe-se que ações de educação socioambiental relacionadas ao modo de morar de populações ribeirinhas podem ser uma alternativa norteadora para inserção no planejamento urbano no que concerne a ocupações espontâneas em comunidades tradicionais.

Palavras-chave.

Resignificação habitacional, ribeirinhos urbanos, comunidades tradicionais

Referências.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. A Trama dos Povos da Floresta: Amazônia para além do verde. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 28, n. 3, p. 57-87, 2021.
LIMA, Giuliana Cira Cardoso Moraes. CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. Repertório da Trama dos Povos da Floresta para enfrentamento de mudanças climáticas em cidades amazônicas. 2023. Relatório Final de Bolsa de Iniciação Científica, Universidade Federal do Pará, Belém.
RODRIGUES, Roberta Menezes et al. ST4-825 Urbanização das baixadas de Belém-PA: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano. Anais ENANPUR, v. 15, n. 1, 2013.

Conforto térmico urbano e mudanças climáticas no planejamento urbano das cidades da Amazônia Brasileira.

Marcelle Vilar da Silva; Paulo Pereira Almeida

CIAUD/ULISBOA; CIAUD/ULISBOA

(cellevilar86@yahoo.com.br; ppaarq@gmail.com)

Resumo.

Esta pesquisa relaciona os conceitos de conforto térmico urbano e mudanças climáticas com o planejamento urbano. O estudo inicia-se por um scoping review sobre conforto térmico urbano, com destaque para estudos realizados pela China (93,75%); o Brasil aparece com 23,44% e não foram encontrados estudos na Região Amazônica. A utilização de infraestruturas verdes foi uma das principais estratégias apresentadas para mitigar os efeitos do desconforto térmico, aparecendo em 26,57% dos estudos. No segundo momento, foram pesquisadas palavras-chave nos Planos Diretores (PD) das nove capitais da Amazônia brasileira, foram elas: conforto ambiental; conforto térmico; clima; mudanças climáticas; resiliência/resiliente, para verificar como cada cidade trata estes temas dentro da sua principal legislação urbanística. Dentre as capitais amazônicas, quatro dos PD são encontrados desatualizados (sem revisão a mais de 10 anos): Macapá (2004); Boa Vista (2006); Cuiabá (2007) e Belém (2008). Os planos que mais abordam estas temáticas são os da cidade de Palmas (2018) e de Porto Velho (2021). Apesar de estarem atualizados, os PD de Manaus (2021) e São Luís (2023) estão entre os que menos abordaram esses temas. Sete dos nove planos relacionam as temáticas com áreas verdes ou arborização, mesma temática em destaque nas pesquisas de conforto térmico urbano, demonstrando o potencial do verde para adaptação às alterações climáticas. Porém o índice de domicílios urbanos sem árvores no entorno na Amazônia chega a 55,72%, na Região Norte a 62,48%, sendo a região com maior escassez. Dentre as cidades com pior desempenho e com mais de 1 milhão de habitantes estão Belém, com 78,90%, seguida de Manaus com 77,13% (IBGE, 2010). Sobre os planos ou políticas para mudanças climáticas, somente dois dos nove PD contemplam essa questão: o Plano de Ação para Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas de Palmas e a Política Municipal de Mudanças Climáticas de Porto Velho e somente os planos destas duas capitais falam em algum momento sobre estratégias para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A Região Amazônica ocupa 58,93% do território do brasileiro, as nove capitais amazônicas possuem uma população total de 6 milhões de habitantes, mas a Amazônia Legal possui uma população total de 26.650.798 habitantes, onde apenas 24,31% de domicílios está conectado a rede de esgoto; 79,50% dos domicílios têm coleta de lixo; 62,42% dos domicílios possui abastecimento de água pela rede geral; 91,90% dos domicílios possui banheiro de uso exclusivo; a taxa de cobertura de vias públicas com redes ou canais pluviais subterrâneos na área urbana é de 29,1% e a cobertura de pavimentação e meio-fio na área urbana é 59,56 (IBGE, 2024). Em todos estes índices a Região Amazônica e a Região Norte, obtiveram as piores taxas. Em contrapartida é a região com mais pessoas autodeclaradas negras com 75,04% (IBGE, 2024) na Amazônia Legal, demonstrando que o problema vai além da esfera climática/ambiental, envolvendo questões como o racismo ambiental. Este bioma é responsável pelo equilíbrio térmico global, tornando imprescindível que suas cidades tenham um planejamento urbano sensível ao conforto ambiental, às mudanças climáticas e a justiça climática.

Referências.

- LIMA, José J. F. A resiliência e as cidades na Amazônia oriental: questões para debate. Revista Thésis, v. 4, n. 7, 2023.
- SILVA, Ivanize. C. S. e. Índice Ambiental Urbano (IAU): uma contribuição ao estudo do planejamento e do conforto térmico em espaços abertos. Natal / RN, 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- SILVA, Marcelle V.; PENA, Bárbara P. L. Análise Do Conforto Ambiental No Plano Diretor De Desenvolvimento Urbano E Ambiental De Macapá-Ap, De 2004 À 2019: Diretrizes E Consequências Ambientais. In: 9º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável., 2021. Anais do Pluris 2021 Digital: Pequenas cidades, grandes desafios, múltiplas oportunidades. São Paulo: UNESP, 2021

Palavras-chave.

Conforto Térmico Urbano; Mudanças Climáticas; Resiliência Urbana, Planejamento urbano; Cidades Amazônicas.

Forma urbana sensível à água. Estratégias projetuais para ampliar a integração entre cidades e rios a partir da linguagem de padrões de Christopher Alexander

Liz Fagundes Oliveira Valente; Maressa Fonseca e Souza; Joyce Pio Gregório; Évelin do Nascimento Coelho
Centro Universitário de Viçosa - Univiçosa; Centro Universitário de Viçosa - Univiçosa; Centro Universitário de Viçosa - Univiçosa;
Centro Universitário de Viçosa - Univiçosa;
(valente.liz@gmail.com; maressa.arq@gmail.com; Joycegregorio9@gmail.com; evelinncoelho@gmail.com;)

Resumo.

Diante de recorrentes eventos extremos associados a mudanças climáticas e debates sobre sustentabilidade e resiliência urbana, se fazem cada vez mais necessárias abordagens de planejamento que sejam sensíveis aos ciclos naturais, integrando estratégias para problemas ambientais por meio de soluções baseadas na natureza. A pergunta que norteou esta pesquisa foi: como ampliar a sensibilidade à água na forma urbana? Desta questão surgiu uma busca por estratégias que integrassem os corpos de água à forma do espaço construído, visando a redução de inundações e a melhoria da vitalidade dos edifícios e espaços públicos nas zonas ripárias. A adoção dessas estratégias não apenas contribui para a sustentabilidade ambiental, mas também para a resiliência urbana diante das mudanças climáticas. O estudo se fundamenta na metodologia desenvolvida por Christopher Alexander (1936-2022), principalmente nas obras “A pattern language” (1977) e “The timeless way of building” (1979), visando identificar estratégias projetuais que permitam ampliar a integração entre cidades e rios. Iniciamos com uma investigação sobre como a forma urbana pode se integrar à natureza, especialmente aos cursos d’água, e apresentamos a abordagem da linguagem de padrões de Alexander, identificando suas possibilidades de aplicação na produção da forma urbana. Em seguida, estruturamos uma análise de padrões que correspondem à aspectos da forma urbana que promovem integração entre rios e cidades, dentre eles #25 – acesso à água, #64 – espelhos d’água e riachos e #71 – espelhos d’água e piscinas, e identificamos como esses padrões podem ampliar a sensibilidade à água na malha urbana e na vida coletiva. Por fim, identificamos lacunas e questões que os padrões não abordam ou não conseguem resolver. O trabalho se estruturou em duas escalas distintas: a escala urbana e a escala do edifício, realçando os padrões que são úteis para edificações presentes em áreas ribeiras. Destacamos o desafio de reparar áreas já construídas, ainda assim, nestes casos, os padrões auxiliam na definição da hierarquia de prioridades, uma vez que o sistema metodológico pressupõe um modelo de “unfolding” (desdobramento), onde cada padrão aplicado tem efeito generativo sobre o padrão posterior. O estudo destaca a importância de considerar características locais e comunitárias ao aplicar teorias urbanas, além de sugerir direções para pesquisas futuras e para políticas urbanas sensíveis aos ciclos naturais.

Palavras-chave.

Rios urbanos; Planejamento urbano; Infraestrutura verde e azul; Linguagem de Padrões; Christopher Alexander.

Referências.

ALEXANDER, Christopher. The timeless way of building. 1979. ed. New York: Oxford University Press, 1979. 552 p.
ALEXANDER, Christopher; ISHAWA, Sara; SILVERSTEIN, Murray; JACOBSON, Max; FIKSDAHL-KING, Ingrid; ANGEL, Shlomo. A pattern language: towns, buildings, construction. New York: Oxford University Press, 1977. 1171 p.
MELLO, Sandra Soares de. Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d’água. 2008. 348 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

Análise de adequabilidade como uma ferramenta para o planejamento urbano.

Joana Pimentel Guedes; João Victor Mota Alexandrino; Mariana Quezado Costa Lima;
Marcela Monteiro dos Santos; Clarissa Sampaio Freitas; Newton Célio Becker de Moura
Universidade Federal do Ceará;

(joanapguedes@alu.ufc.br; joaovictormotaa@arquitetura.ufc.br; mariana.quezado@arquitetura.ufc.br;
marcelamonteirosantos@gmail.com; clarissa@arquitetura.ufc.br)

Resumo.

Em municípios brasileiros de pequeno porte, a falta de estrutura administrativa e os recursos limitados são obstáculos adicionais para a existência de um planejamento resiliente, contínuo e eficiente que considere a sustentabilidade do ambiente. Como as forças sociais e econômicas tomam forma e moldam o tecido urbano (Moudon, 2015) independentemente da existência de um plano institucional, a exploração econômica desses territórios os torna mais vulneráveis à degradação ambiental e às consequências das pressões de agentes externos. É o caso de Icapuí-CE, uma pequena cidade costeira, íntima da natureza e dos ofícios artesanais que ainda resistem, mas que vê seus eixos de expansão limitados pela pressão imobiliária ligada ao turismo e pela ampliação dos parques eólicos, principais responsáveis por acelerar o crescimento socioeconômico do município. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo explorar a aplicação de uma metodologia baseada na análise de adequabilidade de McHarg (1995), que ajude a definir áreas compatíveis para a expansão urbana sustentável do município, para fins normativos/prescritivos (Gauthier; Gilliland, 2006). Para isso, foram coletados dados temáticos que caracterizam o município, complementados por informações fornecidas pelos moradores em assembleias públicas e por diálogos com agentes comunitários de saúde. Através de uma ferramenta SIG, os dados foram espacializados por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores que os empregou em uma série de análises a fim de identificar as áreas mais favoráveis para a consolidação e expansão urbana. Cada disciplina selecionou os dados relevantes para o diagnóstico da questão sob a perspectiva de suas especialidades e produziu mapas sínteses com uma representação padronizada para a realização de uma “álgebra de mapas”. O mapa de adequabilidade resultante desse processo utilizou uma escala de cinza para representar a questão, onde tons mais claros mostravam as áreas mais promissoras e tons mais escuros refletiam a inadequação para a consolidação e expansão urbanas. Ele também nos permitiu identificar que: (i) os eixos de expansão mais favoráveis à urbanização em termos de presença de infraestrutura existente e interesse da população são as regiões mais frágeis do ponto de vista ambiental; (ii) o crescimento do município para a porção sul encontra-se limitado pela presença de aerogeradores; (iii) o diálogo com os moradores enriquece a leitura do território e promove a identificação das potencialidades mais relevantes para a proposição de eixos de desenvolvimento sustentável. A aplicação do método propiciou abordagens distintas para uma mesma demanda, estimulando trocas transdisciplinares entre os pesquisadores e diálogos mais abertos com a comunidade. Além disso, vimos que as leituras apoiadas em dados e representadas de maneira intuitiva no mapa de adequabilidade facilitaram a compreensão das informações por parte da população e subsidiaram um debate público tecnicamente mais embasado. Observamos que apesar da eficácia do método estar atrelada à disponibilidade de bons conjuntos de dados para representar as dinâmicas territoriais, sua simplicidade e natureza incremental lhe conferem o potencial de ser aplicado em diferentes contextos e situações, podendo contribuir para viabilizar o desenvolvimento sustentável em outros municípios.

Palavras-chave.

Adequabilidade,
Planejamento
Urbano, Desenvolvi-
mento Sustentável,
Planejamento Parti-
cipativo, Municípios
de Pequeno Porte.

Referências.

GAUTHIER, P.; GILLILAND, J. Mapping urban morphology: a classification scheme for interpreting contributions to the study of urban form. *Urban Morphology*, v. 10, n. 1, p. 41-50, 2006.
MCHARG, Ian L. *Design with Nature*. 25th Anniversary ed. Garden City: Wiley, 1995. 208 p. (Wiley Series in Sustainable Design).
MOUDON, Anne V. Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente. *Revista de Morfologia Urbana*, 2015, 3(1), 41-9. Traduzido por Vitor Oliveira.

Forma urbana saudável. Considerações sobre o papel da morfologia e desenho urbano para a promoção de cidades mais saudáveis

Douglas Luciano Lopes Gallo
IFSP - Instituto Federal de São Paulo
(douglas.luciano@ifsp.edu.br)

Resumo.

O desenho urbano desempenha um papel fundamental na definição do espaço urbano e seu uso. O ambiente construído afeta a saúde integral da população, positiva ou negativamente, direta ou indiretamente, em termos de fatores associados ao tipo e qualidade da moradia, ruído, qualidade da luz e do ar, coesão social, laços comunitários de apoio e interações sociais (Giambiagi e García, 2022). Frente aos desafios urbanos contemporâneos (ambiental, social, econômico e sanitário) a promoção de bem-estar e qualidade de vida para as pessoas que vivem em cidades demanda um aprofundamento e interação para o entendimento da relação íntima entre espaço urbano e saúde. A construção de agendas intersetoriais para o planejamento urbano saudável pode contribuir na promoção da saúde e prevenção de doenças (Sperandio, Camargo e Bloes, 2022). O objetivo deste texto é problematizar e analisar as relações entre a forma urbana e saúde humana, considerando esta última em sua visão positiva (qualidade de vida), determinada socialmente. O desenho urbano pode ser um instrumento para promoção de estilos de vida saudáveis, especialmente quando sua morfologia proporciona caminhabilidade e ciclabilidade (mobilidade ativa). Os recursos de desenho têm a capacidade de melhorar a equidade no acesso a infraestruturas que facilitem essa atividade física, particularmente quando os espaços verdes públicos são concebidos em rede agregando equipamentos específicos e mobiliário propício. A aplicação de princípios saudáveis de desenho urbano dizem respeito a valores que promovem a qualidade de vida/saúde: forma urbana densa, compacta e policêntrica; estrutura clara e identificável; iluminação solar e ventilação; visibilidade e acessibilidade; mix de usos e de população; fácil acesso a serviços e benesses da vida urbana; bem como reserva de solo para proteção da Natureza e recreação (Gallo, 2020). Mais do que projetar espaços que promovam relações sociais e práticas saudáveis, a morfologia urbana e a estrutura que os conecta deve ser amigável ao indivíduo. O entorno influencia o estado emocional das pessoas, enquanto a percepção do que nos rodeia influencia a forma como o espaço público é vivenciado e apropriado pela população. Abordar o desenho urbano do ponto de vista da atenção às necessidades dos idosos e das crianças (primeira infância) é essencial para garantir o acesso pleno à vida urbana e sua vitalidade, sendo que os parâmetros que condicionam a acessibilidade em um ambiente são a própria morfologia urbana e as orientações dos espaços abertos. Alterar o desenho urbano orientado a uma mobilidade mais ativa e ambientalmente livre de carbono também está intimamente ligado à promoção de cidades mais seguras e espaços urbanos mais saudáveis.

Palavras-chave.

Desenho urbano, cidade humana, planejamento urbano saudável, saúde ambiental, promoção da saúde.

Referências.

GALLO, D. L. L. Cidade Humana: a vida urbana e a promoção da saúde como qualidade de vida. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
GIAMBIAGI, D.; GARCÍA, B. G. Guia para cidades mais saudáveis: princípios e instrumentos para promover a saúde através do planejamento e gestão urbana. Caracas: CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina, 2022.
SPERANDIO, A. M. G.; CAMARGO, C. H. T.; BLOES, R. B. Cidades saudáveis: novos desafios para o planejamento urbano após 20 anos de Estatuto da Cidade. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2022.

Cidade saudável. Morfologia urbana e uso do solo na constituição de cidades mais resilientes

Douglas Gallo; Maria Cecília Lucchese

Instituto Federal de São Paulo; Instituto Federal de São Paulo - IFSP e CS-USP - Cidades Globais/IEAUSP
(douglas.luciano@ifsp.edu.br; cecilia.lucchese@ifsp.edu.br)

Resumo.

A construção de uma cidade mais saudável, com qualidade de vida e bem-estar para a população depende de um planejamento e gestão urbana orientados para a saúde. Para que as cidades se tornem lugares atraentes e saudáveis o planejamento territorial de ser intersetorial e centrado nas pessoas, na forma como utilizam seus espaços de vida, o ambiente construído e natural (Gallo, 2023). A vegetação desempenha papel fundamental na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, na captura do gás carbônico ou na regulação térmica dos espaços intraurbanos, contribuindo para a saúde física e mental de seus cidadãos, colaborando para assentamentos saudáveis (Giambiagi e García, 2022). O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise comparativa do tecido urbano da cidade de São Paulo, Brasil, discutindo relações entre uso do solo, materiais de construção, áreas vegetadas e o microclima urbano, buscando entender as contribuições de diferentes composições de uso do solo para a qualidade ambiental e resiliência urbana. A partir de imagens disponíveis na Prefeitura, estudos do calor superficial da cidade e em estimativas de captação de carbono (GHG Protocol Florestas e SAFs), traçou-se um transecto urbano da região central mais adensada até a periferia menos urbanizada, selecionando áreas do território com dimensão de 25 hectares (500m x 500m), distantes 5 km entre si. Por meio de sensoriamento remoto essas áreas foram analisadas e a vegetação identificada e classificada, calculando sua captação de carbono. Paralelamente foram identificados os usos do solo, a morfologia urbana, o albedo predominante das superfícies, após análise e cruzamento dos dados estimou-se quais arranjos de uso do solo trazem mais benefícios para uma cidade saudável, pensando naqueles que desempenham bem funções ecossistêmicas e contribuem para uma vivência urbana plena, oferecendo amenidades, áreas de lazer e cultura, numa curta distância a pé (cidade de 15 minutos). Planejar cidades saudáveis e resilientes exige abordar a questão urbana por múltiplos aspectos, com o aumento dos eventos extremos, tem especial significado a manutenção e o aumento das áreas verdes, que são consideradas cruciais para a saúde ambiental e humana (Ferreira et al, 2023).

Palavras-chave.

Cidade saudável, verdejamento urbano, resiliência urbana, planejamento urbano, morfologia urbana.

Referências.

- FERREIRA, M. L.; KNISS, C. T.; SILVA, W. M.; FERREIRA, A. T. S. Urban forests, territorial planning and political stability: key factors to face climate Change in a Megacity. Sustainability. v. 15, n. 10092, p. 1-19, 2023.
- GALLO, D. Healthy urban planning: integrality towards the sustainable development goals. Electronic Journal "Environmental Forum of Alta Paulista. v. 19, n. 6, p. 166-181, 2023.
- GIAMBIAGI, D.; GARCÍA, B. G. Guia para cidades mais saudáveis: princípios e instrumentos para promover a saúde através do planejamento e gestão urbana. Caracas: CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina, 2022.

Soluções baseadas na Natureza como Estratégia de Planejamento Urbano e Mitigação de Cheias. Diagnóstico urbano e ambiental em Niterói, Rio de Janeiro

Giulia Figueiredo Ferreira; Aline Pires Veról

PROARQ UFRJ

(giulia.ferreira@fau.ufrj.br; alineverol@fau.ufrj.br)

Resumo.

A problemática acerca da drenagem urbana se apresenta como um tema de grande relevância na atualidade, em vista da frequência de inundações associadas a perdas socioeconômicas e impactos ambientais, sobretudo em bacias hidrográficas excessivamente impermeabilizadas e com tecido urbano consolidado. O uso e a ocupação do solo, aliados ao modo como as cidades foram planejadas ao longo dos anos, colaboraram para a constituição de paisagens antropizadas, marcadas por mudanças irreversíveis de processos naturais (Eggermont et al., 2015). Tal conjuntura contribui para a maior exposição e vulnerabilidade do ambiente construído a eventos climáticos, reduzindo a resiliência das cidades e ampliando o risco de falhas dos sistemas de saneamento e de infraestrutura urbanos (Miguez; Veról; Rezende, 2016). Niterói, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ganhou destaque nos últimos anos graças ao desenvolvimento de projetos urbanos e de instrumentos políticos para o planejamento da paisagem, tendo sido uma das primeiras cidades brasileiras a adotar, de modo efetivo, as Soluções baseadas na Natureza – SbNs (Vellozo; Santos; Weins, 2022). Observa-se um forte interesse por parte do Poder Público em implementar medidas de drenagem sustentável, com o objetivo de atenuar os impactos das inundações, assim como para atender demandas socioambientais e recuperar a qualidade e a função hidrológica de seus corpos hídricos. Por essa razão, este trabalho tem por objetivo analisar a relação entre paisagem urbana e infraestruturas críticas, a fim de propor medidas para o manejo sustentável das águas pluviais em Niterói, enfatizando-se o uso de SbNs. A metodologia compreende, como primeira etapa, a definição de um caso de estudo, por meio do mapeamento dos principais pontos de inundações no município (Figura 01), considerando-se um recorte temporal de cinco anos, em razão da revisão e promulgação do novo Plano Diretor de Niterói em 2019. A segunda etapa abrange a caracterização das camadas do território, incluindo uma contextualização do processo de ocupação da bacia hidrográfica selecionada, assim como o diagnóstico acerca de suas condições ambientais, urbanas e sociais. Propõe-se, na terceira etapa, uma investigação das possíveis deficiências, falhas e sobreposições entre os sistemas de saneamento básico e os efeitos sobre os espaços livres públicos. Na quarta etapa, foi realizado um cruzamento das informações obtidas nas etapas anteriores e elaborada uma matriz SWOT para a avaliação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças para o emprego de SbNs como estratégia de planejamento urbano, com foco na mitigação de cheias urbanas em Niterói. Os resultados indicam uma maior ocorrência de inundações em áreas de baixa declividade e em cotas altimétricas inferiores a 10m, que coincidem com áreas urbanas mais adensadas e com significativa taxa de impermeabilização do solo. Além disso, foram identificados pontos de alagamento em trechos a montante, caracterizadas como fundo de vale, onde ocorre uma maior concentração de escoamentos superficiais em um menor tempo. Nesse sentido, considera-se que a investigação desenvolvida para este estudo de caso pode contribuir para elaboração de novos planos urbanísticos no município, auxiliando agentes urbanos e planejadores na tomada de decisões e na promoção de projetos de drenagem urbana sustentável.

Palavras-chave.

Drenagem urbana sustentável; Planejamento urbano; Resiliência urbana; Mitigação de cheias; Soluções baseadas na Natureza.

Referências.

- Eggermont, Hilde et al. Nature-based Solutions: New Influence for Environmental Management and Research in Europe. GAIA - Ecological Perspectives for Science and Society, [s. l.], v. 24, n. 4, p. 243–248, 2015.
- Miguez, Marcelo G. Veról, Aline P. Rezende, Osvaldo M. Drenagem Urbana: Do Projeto Tradicional à Sustentabilidade. 1. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- Vellozo, Leticia D.; Santos, Leticia C. O.; Weins, Niklas W. Disseminação de ideias de Soluções Baseadas na Natureza: uma análise da implementação do Parque Orla de Piratininga, Niterói (RJ). Revista LabVerde, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 100–128, 2022. DOI: 10.11606/issn.2179-2275. labverde.2022.189324.

Projeto de Regularização Fundiária Urbana em Santa Terezinha - Cuiabá/MT. Alcances e Limitações de Soluções Técnicas/ Baseadas na Natureza para enfrentamento das Desconformidades Urbanísticas e Ambientais

Doriane Azevedo; Osvaldo Alexandre Paris; Jennifer Abreu Santos;

Luiz Antônio Pinto de Figueiredo; Wilry Arantes Rodrigues;

ÉPURA/UFMT

(doriane.azevedo@gmail.com; osvaldoparis@gmail.com;

jennifer_santos3@hotmail.com; luiz.figueiredop@hotmail.com; wilry1998@gmail.com)

Resumo.

Há tempos, o enfrentamento da precariedade em Núcleos Urbanos Informais Consolidados e em Consolidação (NUIC), nas cidades Brasileiras tem sido objeto de Projetos de Regularização Fundiária (REURB). Todavia, apesar dos marcos legais, tem-se alguns desafios: 1) avançar para além da Regularização Jurídica, alcançando também a urbanística e ambiental; 2) Quando dos projetos de Regularização Urbanística e Ambiental, enfrentar as dificuldades dos limites de atuação técnica de arquitetos, engenheiros, geólogos, entre outros profissionais envolvidos, quanto à natureza das intervenções, meramente funcionais. Em Cuiabá/MT, no âmbito de Projeto de Extensão Universitária, estamos conduzindo a proposta de REURB NUIC Jardim Santa Terezinha. Apresentando desconformidades jurídicas, urbanísticas e ambientais, estes últimos têm sido o desafio maior da Equipe Interdisciplinar, que precisa debater os limites das propostas de intervenção urbanística-ambiental. As primeiras análises, com base nas “Dimensões Morfológicas dos Lugares” (KOHLS DORF, 2004), entre elas, as da “Dimensão Bioclimática”, indicam que o Jardim Santa Terezinha situa-se em planície de inundação da Bacia do Rio Cuiabá. Implantado entre os Córregos Machado e São Gonçalo. Nas “Dimensões Funcional e Topoceptiva”, evidenciamos que o Núcleo, conformada em malha ortogonal, com 07 quadras e 164 lotes em uma de 86.912,00 m², abriga mais de 150 famílias. Desta área, 40% dos lotes encontram-se sobre a Área de Proteção Permanente (APP) que, no período das chuvas (entre outubro e março) são afetados pelo transbordamento da água dos córregos. A área de transbordamento dos Córregos vem aumentando na medida em que associa a ocupação/impermeabilização das áreas à montante do Córrego do Machado com obras públicas que implantaram soluções técnicas inadequadas (Abreu et al, 2023). Observa-se que, nos últimos anos, houve aumento da incidência de relatos de alagamento na região. A nascente do Córrego do Machado encontra-se em área onde se implantou Conjunto Habitacional, à montante do NUIC. Soma-se a isso, a canalização de parte da extensão do córrego. Nota-se que a região vem sendo cada vez mais impermeabilizada devido aos projetos de habitação, infraestrutura e drenagem que direcionam as águas pluviais para os córregos abaixo. Quando as águas chegam na altura do Jardim Santa Terezinha, vêm carregadas de sedimentos e detritos apresentando grande volume e alta velocidade. O processo de assoreamento ocorrido em canais fluviais é fortalecido com o desmatamento de matas ciliares nas faixas às margens da Área de Preservação Permanente (APP). Este processo ocorre não só devido a forma de ocupação existente, como também pelas obras de infraestrutura feitas na área (obras de drenagem e pavimentação) que agravam a vulnerabilidade socioambiental dos moradores. Dentre os nossos objetivos, questionamos o quanto as intervenções públicas realizadas compreenderam as dimensões da resiliência urbana e a necessidade à adaptação às emergências climática, como também buscamos discutir possibilidades de intervenções que o projeto de REURB precisa propor a partir do diálogo técnico (arquitetos e urbanistas, engenheiros e geólogos), político (Prefeitura Municipal de Cuiabá) e Comunitário (composta por Lideranças e Moradores), articulando a realidade local, as limitações do saber/atuação técnicas e a aproximação com as estratégias de Soluções baseadas na Natureza (SbN) (ONU, 2022).

Palavras-chave.

Regularização Fundiária Urbana, Desconformidade Urbanística e Ambiental, Resiliência Urbana, Soluções Baseadas na Natureza

Referências.

KOHLS DORF, Maria. Elaine. Dimensões Morfológicas. Brasília: UnB, 2004.

AZEVEDO, Doriane. et al. Análises Urbanísticas e Geoambientais em Projeto Piloto de Regularização Fundiária Jardim Santa Terezinha - Cuiabá/MT: Caminhos para Redução das Desconformidades Ambientais. In: Anais do Seminário Mato-grossense de Habitação de Interesse Social: “Rumos possíveis da Habitação para Mato Grosso, frente às mudanças climáticas”. Anais.Várzea Grande(MT) UNIVAG, 2023.

UNEP. United Nations Environment Programme. Nature-based Solutions: Opportunities and Challenges for Scaling Up. Knowledge Repository - UNEP. UNEP. 2022. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/20.500.11822/40783> . Acesso em: 15 Mar 2024.

Autoconstrução e Resiliência Ambiental. Adaptação e Resistência

Vanessa Costa Silva; Roberta Menezes Rodrigues

Universidade Federal do Pará

(voldist09@gmail.com; robertamr@ufpa.br)

Resumo.

O crescimento espontâneo de assentamentos autoconstruídos reflete diretamente a demanda habitacional, uma vez que essa tipologia se configura como uma das principais maneiras de acesso à terra urbana e de produção de moradia no Brasil. Diante disso, a análise morfológica destes locais não apenas descreve suas formas, mas também sua identidade local, desafiando visões universalistas de desenvolvimento urbano (Spolaor, 2021). A aplicação de teorias morfológicas visa desmistificar o “desordenamento” percebido nesses contextos não planejados, reconhecendo a importância da topografia e das práticas habitacionais locais. De tal modo que, a informalidade é compreendida como um modo de vida, ultrapassando noções de precariedade, em que a morfologia urbana emerge como uma ferramenta para entender e planejar assentamentos informais, reconhecendo a diversidade de conhecimentos e valores locais, análise motivada pela teoria decolonial como proposta para incorporar esses conhecimentos na prática do planejamento urbano, promovendo uma abordagem mais inclusiva e sensível às necessidades locais (Meneses, 2023). A densidade populacional desigual é uma consequência comum da autoconstrução; sem planejamento prévio e coordenação, esses assentamentos expandem dificultando a implantação eficiente da infraestrutura (Ferrara, 2013), pois não há espaço suficiente para instalar redes e equipamentos necessários para atender à demanda crescente para além do corpo principal do traçado urbano, além das infraestruturas comuns não conseguirem suprir as necessidades em áreas sem amenidades ambientais, como as áreas de várzea em Belém. A falta de regularização fundiária agrava ainda mais os problemas enfrentados nessas áreas, tendo em vista que os ocupantes dessas áreas não possuem títulos de propriedade legalmente reconhecidos, o que cria incerteza jurídica e dificulta o investimento em infraestrutura. A exemplo das comunidades Olaria 1, 2 e 3 no bairro do Tapanã em Belém, estabelecidas em uma área que passa por um processo de Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB-S), caracterizada como um núcleo urbano informal consolidado, com sua ocupação há mais de 40 anos de maneira espontânea a partir da iniciativa dos ocupantes com a demarcação autônoma de vias e lotes. Os lotes do núcleo urbano informal consolidado não apresentam um tamanho padrão, uma vez que foram demarcados de maneira espontânea pelos moradores. Portanto, as edificações costumam apresentar implantações diversas: em geral, não apresentam afastamento frontal ou lateral, mas algumas ocupam toda a profundidade dos lotes e outras mantêm quintais, quanto às quadras, apresentam dimensões e formas diversas, que costumam ser influenciadas pelas condições topográficas, o que constantemente leva as vias a serem interrompidas. Sob essa perspectiva, o artigo pretende abordar a temática do planejamento urbano adaptativo, tomando como estudo de caso as comunidades Olaria 1, 2 e 3, desenvolvendo abordagens que reconheçam as dinâmicas existentes em assentamentos informais diante das mudanças climáticas e dinâmicas ecossistêmicas, permitindo ajustes flexíveis nas estratégias de desenvolvimento urbano.

Palavras-chave.

autoconstrução;
planejamento
urbano adaptativo;
resiliência ambiental;
assentamentos
espontâneos; infra-
estrutura.

Referências.

FERRARA, Luciana. Urbanização da natureza: da autoprovisão de infraestruturas aos projetos de recuperação ambiental nos mananciais do sul da metrópole paulistana. Dissertação (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 384. 2013.

MENESES, Bianca. Arquitetura-suporte para a moradia popular. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 172. 2023.

SPOLAOR, Silvia. Morfologia urbana e informalidade: a busca da identidade local. *Projectare*, v. 2, n. 2, 2021.

Resiliência Comunitária em face ao risco de Inundações. Abordagens adaptativas, modificações nas tipologias habitacionais e ações de recuperação na COHAB- Bela Aliança, Rio do Sul, SC

Catharina Cavasin Salvador; Dra. Thamine de Almeida Ayoub Ayoub; Milena Kanashiro; Bruno Aied Passos
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PósARQ-UFSC);
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Campus Presidente Prudente;
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia e Urbanismo, Universidade Estadual de Londrina.; Curso de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
(catharinacavasin@gmail.com; thamine.ayoub@hotmail.com; milena@uel.br; brunoaiedpassos@gmail.com)

Resumo.

Contextualização: A produção da cidade é ativamente marcada pela injustiça social e pela formação de condições de risco (Mendonça, 2015). A concentração da população de renda mais baixa em áreas vulneráveis ressalta como as relações de poder se territorializam nas cidades (Bogo, 2020). A controvérsia em torno das políticas habitacionais e de planejamento urbano é evidente em casos de empreendimentos de habitação social (EHIS) implantados em zonas suscetíveis a desastres, onde recursos destinados às políticas de habitação acabam por expor os moradores a um cotidiano permeado pelo constante risco. Este é o caso da comunidade da COHAB - Bela Aliança, localizada em Rio do Sul, SC, que enfrentou 41 inundações desde sua implementação. Quatro anos após a maior inundação do município, o projeto do loteamento da Companhia de Habitação de Santa Catarina (COHAB/SC) foi aprovado (1987), envolvendo a construção de 86 residências unifamiliares em uma área de risco. Nesse contexto, é crucial discutir as condições de resiliência das comunidades urbanas diante desses desafios, examinando as ações individuais e coletivas de adaptação e preparação para os crescentes eventos extremos. Isso inclui uma análise da percepção do risco e das dinâmicas culturais que influenciam a cooperação e participação da comunidade em processos de reconstrução pós-desastre (Concatto; Moraes, 2018). Objetivos: Investigar a resiliência comunitária e adaptação a nível da habitação, adotando a COHAB-Bela Aliança como estudo de caso, com os seguintes objetivos específicos: a) compreender as vulnerabilidades socioambientais decorrentes de implantação do EHIS; b) analisar a presença de padrões morfológicos na modificação das tipologias habitacionais para convivência com os desastres; c) expor as condições de auto-recuperação da comunidade após os eventos de outubro e novembro de 2023. Metodologia: Mapas temáticos contextualizam morfológicamente o EHIS, a hidrografia e as cotas de inundação. O levantamento das edificações foi conduzido por meio da análise documental da tipologia originalmente proposta, seguida pela seleção de uma amostra representativa. Durante as visitas à campo, registramos fotograficamente detalhes das fachadas, esquadrias, materiais, estruturas e adaptações internas. A eficácia em mitigar os danos das inundações foram interpretadas à luz do contexto socioeconômico e cultural da comunidade. Além disso, conduzimos incursões pré e pós-evento, com levantamentos fotográficos, análise de vestígios físicos e diálogos informais com os moradores. Resultados: A abordagem qualitativa adotada proporcionou uma compreensão mais profunda das dinâmicas pós-desastre. Detalhes do cotidiano revelam nuances importantes sobre a convivência com o risco e a resiliência subjacente. Diante da ausência de suporte das autoridades locais, a recorrência dos desastres é aceita como uma realidade incontornável, levando à aceitação do risco e à adaptação como única resposta possível. A recuperação habitacional revela que a maioria dos moradores reconstróem suas casas utilizando de sua própria capacidade e seus próprios recursos. A diversidade de estratégias adaptativas demonstra o conhecimento empírico e comunitário acumulado ao longo de quase quatro décadas. Por fim, ressaltamos a importância de abordagens colaborativas e adaptativas para enfrentar os desafios socioambientais nas áreas urbanas, acompanhadas pela urgente revisão dos critérios para implementação de políticas públicas, visando a promoção de cidades justas e resilientes.

Palavras-chave.

Habitação social, vulnerabilidade comunitária, desastres socioambientais, adaptação habitacional, recuperação pós-desastre.

Referências.

- BOGO, Rodrigo Sartori. Plano Diretor Participativo, território e inundações em Rio do Sul/SC. Cadernos MetrÓpole, [S. l.], v. 22, n. 48, p. 555–578, 2020. ISSN: 1517-2422. DOI: 10.1590/2236-9996.2020-4810.
- CONCATTO, Suzane; MORAES, Sérgio Torres. Resiliência E Política Urbana: As Áreas De Risco De Inundação Em Itajaí-Sc. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, [S. l.], v. 25, n. 36, p. 138, 2018. ISSN: 1413-2095. DOI: 10.5752/p.2316-1752.2018v25n36p138.
- MENDONÇA, Francisco. Resiliência Urbana: concepções e desafios em face de mudanças climáticas globais. In: Mudanças Climáticas e Resiliência das cidades. Recife, 2015. p. 45–58.

Mobilidades Pós-Antropocênicas. O potencial político de especulações projetuais em paisagens carrocêntricas

Gabriel Schvarsberg; André Luís Paiva Gonçalves de Oliveira e Silva; Emanuela Alves da Rocha
Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Programa de Pós-Graduação em Design - ESDI/UERJ
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - UFRJ
(gabrielsberg@esdi.uerj.br; andre.silva@fau.ufrj.br; emanuela.rocha@fau.ufrj.br)

Resumo.

A hipótese do Antropoceno, nome que anunciaria uma nova época geológica para o planeta a partir do reconhecimento da magnitude das perturbações humanas, foi recentemente rejeitada pela União Internacional de Ciências Geológicas. No entanto, o problema do Antropoceno encontrou um lugar importante no discurso sobre a crise ambiental planetária. Seja pelos debates em torno de sua nomeação (Capitaloceno, Plantationoceno, Cthuluceno, etc.), seja pela capacidade de reenquadrar problemas modernos como a separação natureza-cultura e engendrar novas conexões entre ciências sociais e ciências naturais, o Antropoceno mostrou-se um conceito bom para produzir pensamento (MARRAS; TADDEI, 2022). Este trabalho propõe ficar com esse problema e utilizá-lo como provocador de pensamentos no campo do planejamento e do desenho urbano. Tomando como ponto de partida o impacto das tragédias socioambientais que acometeram a cidade de Petrópolis, decorrentes de chuvas intensas ocorridas em 2022 e novamente em 2024, investiga-se como a forma construída da cidade, herdada de ciclos de modernização que conduziram a urbanização desde sua fundação, se apresenta hoje como obstáculo à formulação de medidas de adaptação da cidade às emergências climáticas. Com foco nos desenhos das relações entre as ruas e os rios, argumenta-se que a morfologia urbana atual vem agravando vulnerabilidades a eventos climáticos extremos, afetando de modo desigual lugares e estratos sociais. Partindo da noção de justiça ambiental, o trabalho pressupõe que o combate à crise climática é indissociável do enfrentamento às desigualdades socioespaciais (IORIS, 2009) e, abordando o problema da perspectiva das ruas, aponta que o campo da Mobilidade urbana sustentável é uma arena fundamental para este combate. O trabalho se estrutura em torno da seguinte questão: o impacto e urgência que as tragédias socioambientais colocam para produzir respostas adaptativas nas cidades podem encontrar ressonância na capacidade do projeto urbano em agir como ferramenta para uma abertura da imaginação política? Seria possível, assim, enfrentar a hegemonia das paisagens carrocêntricas que caracterizam a cidade periférica no Antropoceno? Considerando o chamado de Donna Haraway (2023) a imaginar outros mundos como exercício fundamental para enfrentar a atual crise civilizatória, o trabalho investiga se a linguagem projetual pode ser usada como fabulação especulativa, isto é, como um design capaz de ficcionar outra história para a cidade e disputar os imaginários urbanos futuros propondo uma mobilidade pós-antropocênica, correspondente a um urbanismo menos antropocêntrico, onde os rios são reconhecidos como seres vivos e sujeitos com direito à cidade. Reativando um instrumento clássico do desenho urbano — a sessão de rua —, relembra-se seu papel revolucionário para o urbanismo sanitaria nas cidades europeias a partir do século XVIII e especula-se com ele novas paisagens urbanas a partir de estudos desenvolvidos em atividades de extensão, ensino e pesquisa. Todos eles contestam o poder e o lugar do automóvel, passando pela valorização do transporte público coletivo, da bicicleta e do pedestre, não só como meios para reduzir desigualdades, como também para devolver espaço para os rios e suas dinâmicas ecossistêmicas. Dessa forma, o trabalho reflete sobre a urgência em aumentar diálogos entre ciência e política como caminho necessário aos desafios contemporâneos.

Palavras-chave.

Antropoceno,
Mobilidade Urbana
Sustentável, emer-
gências climáticas,
fabulação especula-
tiva, justiça ambien-
tal.

Referências.

HARAWAY, Donna. Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno. São Paulo: n-1 edições, 2023
IORIS, Antônio Augusto Rossotto. O que é justiça ambiental. Ambiente e sociedade, v. 12, n. 2, p. 389-392, jul.-dez. 2009. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2009000200012>
MARRAS, Stelio; TADDEI, Renzo (Orgs.). O Antropoceno: sobre modos de compor mundos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

O transitar na forma urbana de áreas verticalizadas. Moradias, transporte público e áreas livres de lazer: condições para inclusão e mobilidade.

Lígia Beatriz Carreri Mauá; Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina
Universidade Estadual de Campinas; Universidade Estadual de Campinas
(ligiamaua@hotmail.com; smikami@fec.unicamp.br)

Resumo.

Esse estudo investiga o contexto de expansão urbana e habitacional de cidades brasileiras que, além de apresentar proeminente crescimento econômico e populacional nos últimos anos, vivenciam a propagação da verticalização. Inserida na discussão das novas áreas residenciais, esta pesquisa orienta-se pelo objetivo de investigar as condições de deslocamentos em áreas residenciais nas conexões com espaços livres de lazer e utilização do transporte público na forma urbana de espaços habitacionais verticalizados. No contexto urbano, a dimensão morfológica, a ênfase se dá na forma e layout urbano, com enfoque em padrões de parcelamento do solo e suas relações com os volumes construídos, dimensões de quadras e lotes e conexões com o sistema viário. O território e suas subdivisões compreendidos enquanto constituintes tipológicos, onde a terra permite às associações entre a escala do edifício e a escala da cidade (Moudon, 1994; Carmona et al, 2021). A estrutura física e os ambientes construídos devem ser determinados através da previsão das atividades para certo espaço, a instituição de uma forma urbana morfológicamente correta diz respeito à criação de espaços adaptáveis, que acomodem movimento e eventos (Carmona et al, 2021). Este estudo coloca a forma urbana de áreas residenciais enquanto objeto – guiam-se pelas recomendações da dimensão morfológica, buscando a investigação de substratos sobre os modos de utilização do espaço público – busca-se a apreensão sobre a qualidade do espaço urbano, através do exame sobre a efetividade do atendimento de suas funções sociais enquanto abrigo dos encontros, deslocamentos, e descansos das pessoas, verificando, deste modo, os níveis de acessibilidade e mobilidade desses espaços (Carmona et al, 2010). Para atingir o escopo pretendido, apresenta-se o diagnóstico de um estudo de caso na cidade de Sorocaba-SP, cidade-sede da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), destacada como um dos pontos de referência geográfica de crescimento populacional do interior do Brasil no período intercensitário (IBGE, 2023). Por meio da sistematização dos dados dos edifícios com mais de cinco pavimentos, foi possível mapear quatro áreas. Os dois perímetros com maiores quantidades de torres, o Centro e o Parque Campolim diferem-se no contexto temporal, uma vez que um se caracteriza como primeiro bairro consolidado da cidade e, o segundo, como área recente, em processo de consolidação. As discussões desta pesquisa resultam de análises sobre (i) a eficiência do transporte público, por meio de mapeamentos de passagem das linhas e localização dos pontos de embarque/desembarque; (ii) a conectividade com espaços de lazer, no diagnóstico de praças e parques e suas localizações no layout urbano; (iii) as condições no transitar, na análise dos caminhos entre as habitações, os pontos de transporte público e espaços de lazer. Ademais, busca-se o diagnóstico desses atributos nas quatro áreas, observando-se suas divergências e congruências. Neste estudo, verificou-se que, quanto mais recente o perímetro analisado, menores são os indicativos para acessibilidade, mobilidade e variedade de pessoas. Ademais, as áreas mais antigas possuem menor presença de maciços arbóreos, uma vez que precedem legislações ambientais, todavia são abastecidas por maior quantidade de praças. Em relação às áreas de preservação ambiental de bairros de consolidação atual, respeita-se a legislação, porém não são consideradas quanto funcionamento de ambientes mais sustentáveis. A morfologia urbana dessas áreas são um retrato de que, desde a década de 1960, a literatura que aborda a qualidade dos espaços das ruas tem sido ignorada pelos agentes construtores das cidades e, quanto mais recente é datada a consolidação do espaço habitacional verticalizado, mais afastada dos bons graus de urbanidade esta área se encontra.

Palavras-chave.

Morfologia urbana, Urbanidade, Verticalização, Espaço Público, Sorocaba.

Referências.

- Carmona, M.; Heath, T.; OC, T.; Tiesdell, S. Public Places Urban Spaces. The Dimension of Urban Design. 3ª Edição. Nova Iorque: Routledge, 2021.
- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022: População e domicílios. Primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- Moudon, A.V. Getting to know the built landscape: typomorphology, in Franck, K.A.; Schneekloth, L. (eds) Orderingspace: types in architecture and design (Van Nostrand Reinhold, New York) 289-311, 1994.

Reflexões sobre as transformações da paisagem tridimensional de Macapá e suas repercussões ambientais e microclimáticas. Uma análise sobre o Bairro Central

Marcelle Vilar da Silva; Paulo Pereira Almeida; Barbara Lima Pena
CIAUD, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design,
Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa; Programa de Pós-Graduação
em Ciências Ambientais, Universidade Federal do Amapá
(cellevilar86@yahoo.com.br; ppaarq@gmail.com; b.patricia.pena@gmail.com)

Resumo.

Esta pesquisa tem o objetivo de relacionar as transformações no microclima com as transformações na paisagem do Bairro Central, localizado na cidade de Macapá, através de uma revisão bibliográfica realizada sobre estudos existentes no bairro. O trabalho traz ainda uma linha do tempo sobre o crescimento da verticalização, através de levantamentos atualizados realizados no ano de 2022. O bairro hoje é a área de maior disputa do setor imobiliário, devido a concentração de serviços, equipamentos e localização privilegiada à margem do Rio Amazonas e passou por grandes transformações na sua paisagem e na legislação urbana. O atual Plano Diretor (PD) da cidade, ainda de 2004, permitia nesta área apenas a verticalização baixa de até 14m e na última alteração de 2014 passou-se a permitir a verticalização alta de até 76m, um aumento de 81,57%, no gabarito máximo permitido (Silva e Pena, 2020). Essa permissividade da legislação é acompanhada por um rápido e acentuado crescimento no número de edifícios a partir de 4 pavimentos, em toda a cidade desde a construção do primeiro edifício vertical em 1999 que possuía 13 pavimentos. No Bairro Central os edifícios passaram de 31, em 2019 para 44 em 2020 (Silva e Pena, 2020 ; Silva e Almeida, 2023b) e 2022 já eram 164 edificações existentes ou em construção, aumentando 73,33% em apenas 3 anos. Faz-se necessário frisar que 56,09% são de edificações de 4 pavimentos, considerada pelo PD como ocupação horizontal desde a última alteração, mas que em 2004 seria verticalização baixa. Dentre as verticalizações, 34,75% são de verticalização baixa, 6,7% são de verticalização média e 1,83% são de verticalização alta. O crescimento da urbanização e verticalização na cidade se relacionam diretamente com algumas consequências ambientais já detectadas, no período de 1985 a 2006, a área urbana de Macapá aumentou 187%, a população aumentou 168%, a área verde diminuiu 23% e a quantidade de água/área de resaca reduziu 53,68 % (Carvalho, 2013). Pesquisas de 2012 que analisaram as temperaturas entre 1968 e 2010, indicavam “fortes indícios físicos”, característicos de ilhas de calor urbanas. Mas pesquisas de 2016 já detectaram que existem três núcleos de ilha de calor na Região Metropolitana de Macapá: um deles é a região central de Macapá com maiores valores de albedo, devido ao predomínio de superfícies compostas por concreto e menores valores de NDVI, relativo à presença de vegetação (Silva, 2016). Constatou-se também o aumento de dias e noites quentes em Macapá e uma correlação entre estes aumentos e a redução da vegetação de 25,01% para 17,20% e aumento da área urbana de 24,11% para 37,84% entre 1990 e 2017. Houve ainda a redução da superfície de água de 3,03% para 2,38% e do solo exposto de 47,82% para 42,58% (Moreira, 2020). Todos esses dados corroboram a relação da permissividade da legislação com o crescimento da verticalização, da urbanização, da supressão da vegetação e do aquecimento da cidade, demonstrando a importância da discussão sobre estes temas e do monitoramento desses dados ao longo dos anos.

Palavras-chave.

Microclima; Verticalização; Planejamento urbano; Cidades Amazônicas: Macapá.

Referências.

- ALMEIDA, Iorrana. B. A influência da verticalização no desenvolvimento das cidades: estudo B28:B37 de caso da área central de Macapá. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.
- ARAÚJO, R. M. As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998.
- BATISTA, A. J.; BRITO, D. M. C.; PANTOJA, G. M. T. O processo de verticalização urbana em Macapá/AP. Revista Geo Amazônia. ISSN: 2358-1778 (online), Belém, v. 04, n. 08, p. 46- 63, jul./dez. 2016.

Índice de caminhabilidade urbana da rua São José, Macapá-AP. iCam 2.0 utilizado como ferramenta de diagnóstico da qualidade do espaço do pedestre

Barbara Patricia Lima Pena; Marcelle Vilar da Silva

UNIFAP; UNIFAP

(barbara.lima.pena@hotmail.com; cellevilar86@yahoo.com.br)

Resumo.

O termo caminhabilidade está relacionado à qualidade do ambiente construído, que deve oferecer estrutura física de qualidade, segurança, conforto, prazer e acessibilidade aos pedestres. A caminhabilidade faz a análise de diversas variáveis urbanas e dependendo do índice de cada autor, as categorias podem ser avaliadas em diferentes escalas. O índice de caminhabilidade iCam 2.0 tem fácil aplicação e é ideal para ser utilizado em locais carentes de dados públicos. Assim, o objetivo da pesquisa é avaliar a qualidade do espaço do pedestre, a partir do diagnóstico realizado com o índice de caminhabilidade iCam 2.0, tendo como área de estudo a rua São José, em Macapá-AP. Esta área foi escolhida pois é uma das primeiras ruas de Macapá, foi por onde a cidade começou a ser construída e fica localizada no bairro Central, um dos bairros mais antigos e urbanizados da cidade. A metodologia se deu, inicialmente, pelo levantamento bibliográfico de estudos que tratam sobre a mobilidade, caminhabilidade e índice de caminhabilidade urbana, a fim de construir o referencial teórico. Em seguida foi feito o levantamento dos condicionantes legais de Macapá, para caracterizar a área e averiguar quais leis urbanas dão subsídio para o desenvolvimento da mobilidade urbana na cidade. Posteriormente, após optar por utilizar o índice iCam 2.0, foi realizado o diagnóstico. Para o levantamento de dados, foram utilizadas 4 categorias e 7 indicadores do iCam 2.0. As categorias são: Calçada; Mobilidade; Segurança Viária e Ambiente. Os indicadores são: Pavimentação; Largura; Dimensão das quadras; Distância a pé ao transporte; Tipologia da rua; Travessias e Sombra e Abrigo. Esse diagnóstico foi realizado por meio de visitas em campo, levantamento fotográfico e filmagens da área de estudo. A partir da metodologia de distribuições de pontos, é gerado o cálculo final de cada indicador, categoria e o índice geral. A pontuação final é dividida em bom (ação a médio prazo), suficiente (ação a curto prazo) e insuficiente (ação imediata). A pontuação final dos indicadores Largura, Dimensão das quadras e Distância a pé ao transporte foi bom; dos indicadores Pavimentação, Tipologia de rua e Sombra e abrigo foi suficiente e do indicador Travessias foi insuficiente. A pontuação final da categoria Mobilidade foi bom; para as categorias Calçada e Ambiente foi suficiente e a categoria Segurança Viária foi insuficiente. O resultado final do índice foi 0,38, recebeu pontuação insuficiente, que requer intervenção prioritária, com ação imediata. A partir do resultado final do índice, nota-se que apesar de apenas a categoria Segurança Viária ter recebido pontuação insuficiente no cálculo final, as demais categorias também requerem ação imediata quando inseridas no cálculo final do índice de caminhabilidade. Ressalta-se que o índice iCam 2.0 não abrangeu requisitos básicos requeridos para o conforto térmico urbano. Metodologias a parte, como o Índice de Caminhabilidade no Entorno de Estações e de quantitativo arbóreo ideal tiveram que ser inseridas para complementar o diagnóstico. Com os resultados, foi possível concluir que a caminhabilidade urbana da área estudada está em situação razoável de conservação e infraestrutura, mas não é adequada para o pedestre.

Palavras-chave.

Acessibilidade, Amazônia, Macapá-AP, Mobilidade urbana, Visão do pedestre.

Referências.

ITDP Brasil. Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento. Índice de caminhabilidade 2.0:

Ferramenta. Versão 2.2 - mar. 2019.

PENA, Barbara. Índice de caminhabilidade urbana utilizado como diagnóstico para proposta de rua ideal: o caso da rua São José, Macapá-AP. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Amapá. Macapá, p. 177. 2022.

PIRES, I. B.; MAGAGNIN, R. C. Elaboração de índice de caminhabilidade sob a percepção de especialistas. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, [S. l.], v. 6, n. 38, 2018. DOI:10.17271/2318847263820181772.

Anamã, a cidade anfíbia. Um espaço vivido transmutável

Luana Castro; Ana Cláudia Duarte Cardoso; Lorena Jezini

UFPA; UFPA; UFAM

(luana18castro@gmail.com; aclaudiacardoso@gmail.com; lorenajezinilimaa@gmail.com)

Resumo.

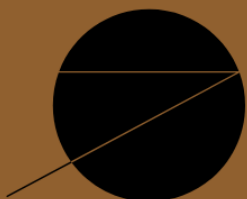
As mudanças climáticas combinadas a fenômenos como El Niño e La Niña têm ocasionado cheias e secas cada vez mais extremas, como observados nos últimos anos em diversas regiões do bioma amazônico. Enquanto as cheias extremas dos rios inundam cidades e desarranjam a vida cotidiana de seus habitantes, a cidade de Anamã convive e tolera a entrada das águas do Solimões no seu tecido urbano anualmente durante meses. Localizado na margem esquerda do Médio Solimões, o município de Anamã, no Amazonas, é composto por uma diversidade de assentamentos humanos de tamanhos diversos, como é comum na Amazônia, desde vilas ribeirinhas e flutuantes até a cidade, que é a sede do município. Conhecida como cidade anfíbia, Anamã se destaca no contexto amazônico por vivenciar a sazonalidade dos rios da Amazônia de forma única, fora do padrão de urbanização difundido pela colonialidade de matriz eurocentrada. Por essa razão, este artigo buscou examinar a morfologia urbana da cidade de Anamã enquanto espaço vivido (Lefebvre, 2000). A partir da leitura do espaço vivido, para além do espaço concebido, partindo de conceitos morfológicos básicos como tecido urbano (Costa, Glimmer Netto, 2015), foi possível verificar a adaptabilidade das pessoas e do espaço físico da cidade de Anamã ao regime de cheias e vazantes do rio Solimões. Constatou-se que a cidade e sua população vivem adaptadas à transmutação do seu espaço. Por meses, Anamã é uma pequena cidade comum da Amazônia, com seu tecido urbano composto por vias de concreto com suas edificações construídas erguidas sobre o solo, como são as arquiteturas vernaculares ribeirinhas. Porém, implantada sobre a várzea do Solimões, a cidade transforma-se ao mesmo tempo que se mantém inalterada. As ruas são tomadas pelas águas, o transporte passa a ser realizado pela canoa, a brincadeira de crianças na rua vira nado, e a vida da população segue sem maiores abalos. Há, é claro, problemas advindos da não adaptação de todos os sistemas de infraestrutura urbana básicos, como o caso do esgotamento sanitário, que ocasiona uma redução na qualidade de vida da população com a contaminação das águas no período da cheia. Contudo, é muito clara a percepção de que a invasão das águas não é vista como um problema pelos habitantes, pois a sazonalidade do rio está imbricada no seu modo de vida, diferente do que ocorre nas grandes cidades em situações de inundação do tecido urbano. A situação apenas torna-se um risco devido a ausência de um planejamento urbano adequado à realidade geomorfológica do sítio e ao cotidiano da população, que tem se baseado nas teorias urbanas do Norte Global (Roy, 2009). Entendendo as múltiplas formas de adaptação do espaço urbano às mudanças climáticas, especialmente aos alagamentos frequentes em cidades na Amazônia, é perceptível um elevado grau de resiliência em Anamã, tomada como um caso a ser referenciado onde a realidade cotidiana pauta-se pelo convívio com mudanças drásticas em um tecido urbano transmutável, a partir de uma outra perspectiva de urbanidade.

Palavras-chave.

espaço vivido,
adaptação urbana,
colonialidade, mor-
fologia urbana

Referências.

- COSTA, S. DE A. P.; GIMMLER NETTO, M. M. Fundamentos de Morfologia Urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- LEFEBVRE, H. La production de l'espace. 4a ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.
- ROY, A. The 21st-Century Metropolis: New geographies of theory. *Regional Studies*, v. 43, n. 6, p. 819-830, 2009.



LINHA 02

O chão da cidade e as vivências urbanas.

Vítor Oliveira

CITTA, FEUP, Universidade do Porto

(vitorm@fe.up.pt)

Resumo.

O conceito de plano de cidade ('town plan') foi proposto pelo geógrafo M. R. G. Conzen em meados do século XX. Apesar dos consistentes desenvolvimentos ao longo das décadas que se seguiram, tornando o conceito cada vez mais robusto (primeiro por Jeremy Whitehand e Terry Slater em Birmingham, posteriormente num contexto geográfico mais alargado), o seu potencial na descrição, explicação e prescrição da forma física dos assentamentos humanos está longe de ser esgotado. Nesse sentido, sustenta-se que a combinação de 'sistemas de ruas, padrões de parcelamento e organização dos edifícios sobre o chão da cidade' é, entre todas as características e elementos da forma urbana, aquela que maior influência tem sobre a diversidade socioeconómica e a sustentabilidade ambiental. Este argumento é testado numa cidade com uma dinâmica e vivência única (sendo, já em meados do século XX, uma das duas primeiras megacidades do planeta) e cujo desenvolvimento urbano foi enquadrado por um dos planos fundamentais da história do planeamento – Nova Iorque. Em cada um dos cinco 'boroughs' de Nova Iorque – Bronx, Brooklyn, Manhattan, Queens e Staten Island – são definidas áreas com uma diversidade morfológica que inclui diferentes combinações de ruas, parcelas e edifícios. Cada área identificada é caracterizada em termos dos seus indicadores sociais, económicos e ambientais fundamentais, explorando-se posteriormente a relação destas dimensões com a componente física. Os resultados desta investigação parecem apontar para uma coexistência entre, por um lado, combinações físicas de ruas conectadas, quarteirões e parcelas pequenas, e elevada coincidência de frentes de edifícios e parcelas e, por outro lado, elevados níveis de diversidade socioeconómica e potencial de sustentabilidade ambiental. Apesar de preliminares, os resultados confirmam as evidências encontradas anteriormente numa outra cidade, num outro contexto cultural e geográfico (Porto), constituído assim um importante contributo para o avanço do conceito de plano de cidade e para a sua utilização na construção de cidades e comunidades mais sustentáveis.

Palavras-chave.

Morfologia urbana, forma urbana, planeamento urbano, diversidade socioeconómica, sustentabilidade ambiental

Referências.

O sistema de parcelas na leitura e desenho da cidade.

Lais Bertolino; Dr. Vitor Oliveira

Universidade do Porto, Faculdade de Engenharia, Centro de Investigação do Território, Transporte e Ambiente CITTA|FEUP
(laiscarolinealmeida@gmail.com; vitorm@fe.up.pt)

Resumo.

Desde o surgimento das primeiras cidades há quase 6.000 anos, as parcelas têm sido um elemento central na organização do solo. No entanto, no final do século XIX e início do século XX, a atenção dos principais agentes de transformação das cidades começou a mudar de uma compreensão equilibrada de ruas, quarteirões, parcelas e edifícios para um foco estreito em edifícios. Além do mais, os principais paradigmas de planeamento surgidos na segunda metade do século XX, como o racional abrangente ou o planeamento comunicativo, propõem uma desvalorização progressiva da forma urbana no debate sobre as cidades em favor de outras questões como o método e o discurso. Hoje, apesar da importância das parcelas na organização e estruturação da maioria das cidades, a prática do planeamento ignora persistentemente este elemento da forma urbana, tanto na análise como na tomada de decisão. Uma das principais razões para este paradoxo é causada pela ambiguidade conceitual relacionada com a natureza multidimensional das parcelas. De facto, a parcela é um componente multifacetado e com muitos significados. Por exemplo, ao mesmo tempo que é um elemento básico do plano físico da cidade, a parcela também é uma unidade de propriedade fundiária, e como tal corresponde a diferentes oportunidades sociais, económicas e ambientais. Descrever e explicar as principais características do sistema de parcelas é essencial para desvendar o seu papel no processo de construção da cidade. Com o objetivo de compreender e mensurar as diferentes características das parcelas que impactam as várias dimensões da vida urbana, esta pesquisa centra-se em cinco características centrais: controle, espaço, funcionalidade, localização e persistência. Num primeiro momento, a investigação recorreu a uma revisão da literatura para a identificação das principais características e medidas quantitativas. Num segundo momento, a pesquisa explora o modo como estas características se desenvolvem nas parcelas de Nova Iorque ao longo do século XXI.

Palavras-chave.

parcelas, forma urbana, morfologia urbana, planeamento urbano, New York

Referências.

CONZEN, M. R. G. Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis. Institute of British Geographers, 1960.

KROPF, K. Plots, property and behaviour. Urban morphology, v. 22, n. 1, 2017.

TARBATT, J. The plot: designing diversity in the built environment: a manual for architects and urban designers. [s.l.] Riba Publishing, 2012.

Padrões Morfológicos de Porto Nacional - Tocantins. Uma cidade na Amazônia Legal Brasileira

Elida Gonçalves Guimarães Sousa; Ana Cláudia Duarte Cardoso

UFPA

(elida@ifto.edu.br; aclaudiacardoso@gmail.com)

Resumo.

Entre as décadas de 1920 a 1980, o Brasil passou por várias fases de crescimento, regidas por uma agenda centralizadora e autoritária com objetivo de fomentar a economia do país para transformá-lo numa potência econômica. Para isso, o governo investiu prioritariamente na industrialização do país. Na década de 1990, a globalização da economia levou a uma reestruturação produtiva e financeira, desencadeando novos processos, relações de produção e estruturação da riqueza (BACELAR, 2003). Neste contexto, o norte do Brasil era considerado como uma das regiões menos desenvolvidas e passou a receber investimentos de grandes estatais ligadas à exploração de recursos naturais a partir da década de 1970. Na sua origem, ainda no Brasil Colônia, a cidade de Porto Nacional, se constituiu como centralidade regional, e por muito tempo foi um polo irradiador de cultura. A cidade foi um porto distribuidor dos mais variados produtos e a origem de uma rota fluvial que ligava a região com uma das principais cidades do país, Belém, capital do Pará. Em 1988, o desenvolvimentismo justificou a criação de um novo estado, o Tocantins, desmembrado do norte do estado de Goiás. Para dar suporte ao novo estado, instituiu-se uma nova cidade para sediar a capital a 60Km de Porto Nacional. Este artigo apresenta uma periodização morfológica para a cidade de Porto Nacional, baseada na análise das mudanças ocorridas em sua mancha urbana desde sua gênese até o fim do ano de 2022, observada a partir da historiografia e de observação de campo, e apoiada na caracterização das transformações das cidades na Amazônia. A associação dos processos de expansão da cidade, desde o Brasil colonial passando pelo Império e a República, com as mudanças regionais foi essencial para o entendimento de sua estruturação espacial. Roberto Corrêa Lobato (1987) destaca a complexidade e configuração desigual da cidade amazônica, em função de sua matriz diversa e variada; Stael de Alvarenga Pereira et al (2015) e Durval Godinho (1988) orientaram o uso de ferramentas de análise da morfologia urbana e dos registros históricos oficiais para preencher as lacunas de dados. A periodização da paisagem urbana por meio de padrões morfológicos e de caracterização socioeconômica foi inspirada na escola inglesa de morfologia urbana. A análise de fotos antigas, imagens de satélite, registros históricos, cartografias disponíveis e visitas in loco justificou a proposição de cinco períodos morfológicos para a malha urbana da sede do município de Porto Nacional: 1o período morfológico (1791 a 1886) - do embrião à chegada dos dominicanos; 2o período morfológico (1887 a 1959) - de pequeno núcleo à cidade de Porto Nacional; 3o período morfológico (1960 a 2000) - a esperança do Novo Estado; 4o período morfológico (2001 a 2022) - novo Estado, novas transformações e a consolidação da paisagem urbana; e o 5o e último período morfológico (2013 a 2022) - novas tipologias e novos agentes. Este estudo exploratório permitiu o entendimento de como os processos socioespaciais (formação de centralidades, segregação, periferização) podem ser explicados no espaço urbano da cidade de Porto Nacional.

Palavras-chave.

Padrões Morfológicos, Porto Nacional - TO, Amazônia

Referências.

- BACELAR, T. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. (Org.). Políticas Públicas e Gestão. Rio de Janeiro: FASE, 2003. p. 1- 10.
- CORREA, R. L. A periodização da rede urbana da amazônia. Revista Brasileira de Geografia, p. 39 - 68, 1987
- GODINHO, D. C. História de Porto Nacional. Goiânia, 1988

O Crescimento urbano desenfreado e sua influência na descaracterização da arquitetura. Um estudo sobre os apagamentos de construções históricas no bairro Maurício de Nassau em Caruaru, Pernambuco.

Caroline Barreto Calado; Arthur da Silva Pereira; Beatriz Augusta Silva Melo
UFES; - UNINASSAU Caruaru; - UNINASSAU Caruaru

(caroline.barreto.calado@gmail.com; silvaarthur36@gmail.com; biaaugustamelo@gmail.com)

Resumo.

O presente artigo é resultado de uma pesquisa acadêmica da disciplina de Planejamento Urbano e Regional - Elementos Urbanos, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNINASSAU Caruaru, no qual produziu-se um estudo sobre os processos morfológicos incidentes no bairro Maurício de Nassau, com foco nos apagamentos de exemplares arquitetônicos modernos, evidenciando o desaparecimento dessas edificações que datam dos anos 1980 aproximadamente e que integram a produção de construções regionais modernas pernambucanas. Além da revisão e fundamentação teórica sobre os aspectos morfológicos por meio de autores como Conzen (1960) e Dias Coelho (2014), o estudo analisou a influência do crescimento urbano municipal com os apagamentos de edificações modernas pernambucanas e a descaracterização da arquitetura local, resultando em perda de identidade. Foram catalogadas em campo, as unidades habitacionais de estilo moderno e observadas as principais características urbanas de lote, implantação e elementos arquitetônicos, com foco nas transformações e principalmente substituições de uso e ocupação do solo urbano, evidenciando a relação dos apagamentos com a legislação municipal em vigência. A análise foi pautada na escala da rua, mais especificamente no elemento lote/edifício, a fim de verificar, com base nas produções de Conzen (1960), a evolução urbana do bairro na paisagem e no tempo. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2009), durante a segunda metade do século XX, o município de Caruaru foi alvo de um intenso processo de industrialização e urbanização, se expandindo economicamente e tornando-se um centro industrial importante no Estado. Essa relevância histórica da cidade, se deu também por meio do comércio, tendo sua produção arquitetônica um grande valor histórico e regional. O bairro Maurício de Nassau é uma das zonas urbanas mais relevantes e vocacionadas de Caruaru. Desenvolveu-se, em termos de expansão da malha urbana, principalmente após a década de 1970, tendo sido delimitado oficialmente pela Lei Municipal na 2.592 de maio de 1980. Atualmente o bairro é caracterizado pela valorização dos lotes com possibilidade e indução à verticalização, principalmente para as tipologias residencial e comercial. O entendimento sobre as transformações ocorridas ao longo desses quarenta e quatro anos, fornece-nos as respostas sobre as configurações emergentes do processo de desenvolvimento urbano do município. Sabe-se que esse crescimento foi essencial para o progresso econômico e expansão do mercado, sendo uma resposta legítima à crescente demanda por serviços nas áreas urbanas. Ao analisar o bairro Maurício de Nassau, foi possível evidenciar a forte desvalorização dos exemplares modernos, marcados pelo potencial de valor histórico e cultural, em detrimento dos interesses de agentes comerciais, criando um dilema entre desenvolvimento e preservação do patrimônio e destacando uma perda irreparável para a identidade cultural local. Como conclusão, percebeu-se que o bairro com sua localização vocacionada tem sido alvo de transformações arquitetônicas e apagamentos, respaldados pela legislação municipal, que especialmente na área de estudo, não inclui políticas de preservação do Patrimônio Histórico, o que propicia ao mercado imobiliário o investimento em novas tipologias e a substituição dos exemplares modernos por empreendimentos com maior rentabilidade.

Palavras-chave.

Caruaru, Forma Urbana, Urbanismo, Patrimônio.

Referências.

ABNT

Conzen, M. R. G. (1960) Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis, Institute of British Geographers Publication 27 (George Philip, Londres).

DIAS COELHO, C. (coord.) (2014). Cadernos de morfologia urbana: o tempo e a forma.

Lisboa: Argumentum.

IPHAN. Dossiê IPHAN – Feira de Caruaru, DF: Iphan, 2009. 119p.

Configuração Espacial e Planejamento Habitacional. Estudo de Caso da Cidade de Patos, Paraíba, Brasil

Alexandre Augusto Bezerra da Cunha Castro; Rodrigo Costa do Nascimento
Centro Universitário de Patos (UNIFIP); Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)
(alexbccastro@gmail.com; ronasciarq@yahoo.com.br)

Resumo.

Historicamente, o planejamento habitacional brasileiro se caracterizou pela construção de conjuntos habitacionais populares nas zonas periféricas da cidade, o que gerou segregação e dificuldade de acesso às oportunidades urbanas. Novos conjuntos ainda são construídos no Brasil sob o Programa Minha Casa Minha Vida, como parte de uma política habitacional federal. Neste contexto, questiona-se em que medida há segregação e dificuldade de acesso de obras habitacionais recentes, em diferentes escalas de acessibilidade espacial, e como a implantação delas se articula ou não com o potencial de movimento gerado pela malha viária. Assim, este trabalho visa investigar as congruências e incongruências da implantação de conjuntos habitacionais com a configuração espacial urbana, tendo como estudo de caso a cidade de Patos, localizada no interior do estado da Paraíba, Brasil. Entende-se aqui como configuração as relações interpartes do sistema de barreiras e permeabilidades que constituem o espaço urbano. Foram analisados três conjuntos habitacionais: o Conjunto dos Sapateiros, localizado na zona sul da cidade, o Conjunto Itatiunga, localizado na periferia oeste, e o Conjunto São Judas Tadeu I e II, localizado na periferia leste de Patos. A metodologia deste trabalho se fundamenta na Sintaxe do Espaço, a partir da modelagem de um mapa de segmentos e no cálculo de duas medidas: Acessibilidade Espacial (INCH), que mede o potencial de alcance e atravessamento da malha viária, em três raios distintos (global, na escala da cidade; 1200 metros, equivalente a um deslocamento de 15 minutos a pé; e 3600 metros, equivalente a 15 minutos de bicicleta) e o Step Depth Métrico, que foi empregado para calcular a distância, em metros, da entrada dos conjuntos habitacionais para os demais pontos da cidade. Também foram modelados dados de densidade edilícia, a partir de um mapa de calor de estimativa Kernel, de raio de 400 metros (equivalente a 5 minutos a pé), bem como a obtenção de dados de densidade populacional e renda do Censo de 2010. Os achados parciais demonstram que, na escala global, os conjuntos estão próximos de vias arteriais, com alto potencial de acessibilidade, enquanto nas escalas mais locais (1200m e 3600m) possuem valores baixos de acessibilidade. Majoritariamente, a localização das entradas dos conjuntos não favorece um amplo alcance da malha viária limdeira, por serem espaços ainda em processo de ocupação e adensamento e distantes do centro principal da cidade, que concentra empregos e serviços. Os conjuntos também se localizam em áreas predominantemente com baixa densidade de edificações e de população (no caso do conjunto São Judas Tadeu, poucas edificações foram encontradas a até 400 metros). Além disso, todos estão alocados em setores com baixa densidade populacional e com renda média de até 3 salários mínimos, o que reforça o caráter de segregação socioespacial. Espera-se que os achados deste trabalho possam aprofundar a discussão do planejamento habitacional, a partir da quantificação e espacialização da acessibilidade das vias da cidade.

Palavras-chave.

Configuração Espacial, Conjuntos Habitacionais, Sintaxe do Espaço, Acessibilidade.

Referências.

- HILLIER, B. Space is the machine: a configurational theory of architecture. London: Space Syntax, 2007.
HILLIER, B.; HANSON, J. The Social Logic of Space. Cambridge: University Press, 1984.
RUBIN, G. R.; BOLFE, S. A. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. *Ciência e Natura*, v. 36, n. 2, p. 201-2013, 2014.

Dos tipos morfológicos às regiões. Uma ferramenta SIG de análise espacial baseada no conceito de Região Morfológica

Mariana Pizzo Diniz; Miguel Serra

CITTA - Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente, Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto - FEUP, Porto, Portugal.
(mpdarquitetura@gmail.com; mserra@fe.up.pt)

Resumo.

A prática do planeamento urbano está intrinsecamente relacionada com a esfera do design e produção da paisagem das cidades. Neste sentido, a paisagem urbana é o resultado de um processo cumulativo, de estratificação histórica, no qual as entidades urbanas adquirem aspectos formais e físicos que refletem os códigos de funcionamento do processo formativo da cidade. Uma interpretação consistente da cidade é o reconhecimento de que o espaço urbano é, de facto, um mosaico de padrões urbanos. Estes padrões representam a perspectiva histórica da cidade, ou a sua ocupação a longo prazo. Na morfologia urbana clássica, nomeadamente na abordagem histórico-geográfica, revisitamos o conceito de Regiões Morfológicas, que se baseia na classificação tipomorfológica dos padrões urbanos, delimitados pelo seu grau de semelhança morfológica interna. No entanto, do ponto de vista metodológico, a delimitação dessas regiões permanece laboriosa, fundamentada na análise visual qualitativa e na experiência pessoal do analista, o que dificulta a aplicação do conceito (i.e. regiões de perfil morfológico homogêneo) de forma escalável, reproduzível e sistemática. Assim, partindo deste recorte teórico, o objetivo do presente trabalho é testar um algoritmo de classificação SIG baseado na identificação de tipomorfológicas urbanas de acordo com parâmetros quantitativos e objectivos. Em uma etapa prévia da investigação, foram abordadas as premissas subjacentes conceito de Região Morfológica segundo os estudos clássicos, a produzir uma interpretação objetiva dessas premissas. Na sequência, foi desenvolvida uma revisão de literatura para seleccionar um conjunto de variáveis morfológicas a fim de caracterizar o espaço urbano a partir de informação básicas de quatro elementos da forma urbana, a saber: rede de ruas, quarteirões, lotes e edifícios. Com estas etapas concluídas, o teste do algoritmo realizou-se em uma área da cidade São Paulo, para derivar regiões homogêneas de tipos de tecido urbano. A presente proposta contribui para a construção de um método robusto de classificação da forma urbana, aplicável à análise comparativa em larga escala. Além disso, trata da revisão de um conceito clássico da morfologia urbana aplicável à prática do planeamento urbano, utilizando-se de análise em SIG, variáveis morfológicas quantitativas e métodos estatísticos.

Palavras-chave.

tipomorfológicas, SIG, machine learning.

Referências.

- CONZEN, M. R. G. Geography and townscape conservation. In: (H. Uhlig, C. Lienau, Org.)ANGLO-GERMAN SYMPOSIUM IN APPLIED GEOGRAPHY, GIESSEN-WÜRZBURG- MÜNCHEN, 1973' GIESSENER GEOGRAPHISCHE SCHRIFTEN 1975 1975, Anais [...]. [s.l: s.n.]
- SERRA, M. Anatomy of an Emerging Metropolitan Territory - Towards an integrated analytical framework for metropolitan morphology. 2014. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Portugal., [S. l.], 2014.
- WHITEHAND, J. W. R. The structure of urban landscapes: Strengthening research and practice. Urban Morphology, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 5–27, 2009.

A Forma Física da Transição Rural-Urbana em Projetos de Colonização.

Alberto Lima; José Júlio Lima; Vítor Oliveira

Laboratório Cidades na Amazônia, Universidade Federal do Pará (LABCAM/UFPA); Laboratório Cidades na Amazônia, Universidade Federal do Pará (LABCAM/UFPA); Centro de Investigação do Território, Transporte e Ambiente – CITTA, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto - FEUP
(alberto.lima@itec.ufpa.br; jjlima@ufpa.br; vitorm@fe.up.pt)

Resumo.

Este artigo explora a interação entre transformações socioeconômicas e a evolução da estrutura das propriedades em assentamentos humanos, com um enfoque específico na transição de áreas rurais para urbanas em projetos de colonização. Essa transição é um fenômeno que apresenta desafios significativos para o planejamento urbano, regional e para as práticas de gestão fundiária. Ao examinar as disparidades que surgem nas zonas de transição rural-urbana, este artigo procura aprimorar nossa compreensão dessas dinâmicas por meio da morfologia urbana. Embora a morfologia urbana ofereça uma estrutura conceitual para analisar a forma urbana, ela pode ser limitada em sua capacidade para a compreensão da forma construída nessas áreas de transição. É neste contexto que a teoria quadridimensional da cidade, como apresentada por Conzen (2018), ganha relevância ao permitir a ampliação do escopo analítico para além da perspectiva centrada na cidade. Busca-se introduzir conceitos adicionais que examinem a ontologia da morfologia urbana em espaços de transição, levando em consideração uma análise que abrange desde a escala local até a regional. O papel dos lotes como símbolos sociais e econômicos de apropriação da natureza. A compreensão dos lotes dentro do contexto da transição rural-urbana é essencial para desvendar as dinâmicas de ocupação e desenvolvimento dessas áreas. Nesse sentido, a pesquisa se concentra em estabelecer parâmetros morfológicos adaptados à transição rural-urbana, considerando a diversidade de contextos e características específicas dessas áreas. Além disso, este artigo explora como a epistemologia da morfologia urbana, conforme discutida por Kropf (2017) e Scheer (2015), pode ser aplicada de forma eficaz na análise desses espaços de transição. O presente artigo visa ampliar a compreensão da forma construída nas transições rural-urbanas e contribuir para um debate que possam informar políticas de planejamento urbano e regional, bem como estratégias de gestão fundiária mais eficazes para enfrentar os desafios apresentados por essas áreas de transição.

Palavras-chave.

transição rural-urbana, ontologia da morfologia urbana, projeto de colonização, constituição fundiária

Referências.

- CONZEN, M. R. G. Notes on Urban Morphology: Its Nature and Development (1992–1999). In: OLIVEIRA, V. Teaching Urban Morphology. Cham: Springer International Publishing, 2018.
- KROPF, K. Plots, property and behaviour. *Urban Morphology*, v. 22, n. 1, 13 dez. 2017.
- SCHEER, B. C. The epistemology of urban morphology. *Urban Morphology*, v. 20, n. 1, p. 5–17, 5 nov. 2015.

Morfologia urbana como instrumento necessário à implantação de escolas inclusivas. o estudo de caso sobre a Escola Clara Nunes (Porto Alegre – RS)

Barbara Moraes de Carvalho; Ismael Lima Leite

UFRGS

(barbaramdecarvalho@gmail.com; ismaellimaleite@gmail.com)

Resumo.

A implantação de edificações escolares deve ser acompanhada de um estudo detalhado da morfologia urbana do entorno, a fim de garantir que as perspectivas de gênero, diversidade e inclusão (GDI) da comunidade beneficiada sejam plenamente atendidas, abordagem que está alinhado com as diretrizes do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS). O estudo de caso deste trabalho foca na metodologia inclusiva e centrada no usuário, que está em aplicação na retomada das obras da Escola Municipal de Ensino Infantil Clara Nunes, localizada na zona sul de Porto Alegre. Nela, o UNOPS, em colaboração com a UNESCO e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, desenvolveu uma abordagem pautada em três aspectos principais: i. Expansão da compreensão do entorno urbano da escola além dos dados oficiais disponíveis. Para isso, os técnicos envolvidos realizaram uma imersão na área antes da fase de projeto, observando o uso de equipamentos infantis e identificando possíveis fontes de violência contra crianças, como bares e espaços de entretenimento adulto; ii. Mapeamento das características espaciais que afetam a percepção do espaço por crianças com deficiência, a partir da análise das barreiras espaciais. Esta etapa consistiu em reuniões com pedagogas de escolas inclusivas, representantes de associações de familiares de crianças com deficiência e conselhos de educação, com o objetivo de entender e abordar as necessidades específicas para garantir a acessibilidade adequada. A etapa teve como objetivo o mapeamento tanto das barreiras visíveis, de solução relacionada a implantação de faixas de pedestres e rampas de acesso, quanto às barreiras invisíveis afins ao design sensorial, focando nas necessidades específicas de crianças com deficiência. iii. Cartografia cultural e histórica das iconografias urbanas, com foco especial nos elementos da cultura de matriz africana, quando foram levantados os numerosos símbolos presentes em espaços religiosos e decorativos do entorno, construídos pela população local. Para cumprimento dos três aspectos supracitados, foi empregada uma metodologia quantitativa para identificar as variáveis independentes e dependentes, analisando sua relação de causalidade. Além disso, foram utilizados métodos qualitativos de caráter fenomenológico, com ênfase na pesquisa-ação, que envolve a coparticipação dos atores do campo de estudo. O aprofundamento nos temas de GDI permite uma visão mais ampla acerca do espaço escolar e seu entorno, para além da perspectiva tradicional de arquitetos e urbanistas, promovendo a inclusão respeitosa de todas as crianças. O objetivo é utilizar e desenvolver ferramentas que coloquem o usuário no centro das decisões de projeto arquitetônico e urbanístico, alimentando-se dos relatos cotidianos e das contribuições de outras disciplinas, como a pedagogia. O trabalho visa criar práticas projetuais que promovam o uso igualitário do espaço, acolhendo e integrando todas as crianças. Palavras chave: centralidade do usuário, escolas, cultura, entorno urbano, inclusão.

Palavras-chave.

escolas, cultura, entorno urbano, inclusão.

Referências.

LYNCH, Kevin. A Boa Forma da Cidade. Coimbra: Edições 70, 2015

CARMONA, Matthew; HEALTH, Tim; OC, Taner; TIESDELL, Steve. Public Places- Urban Spaces. Burlington: Routledge, 2012.

UNOPS. Infrastructure for gender equality and the empowerment of women. Disponível em: <https://content.unops.org/publications/UNOPS-Infrastructure-for-Gender-Equality-and-the-Empowerment-of-women.pdf>. Acesso em: fevereiro 2024.

Urbanidade e Humanização na Morfologia Urbana.

Marcos Felipe Alves da Silva Viriato; Lígia Beatriz Carreri Mauá; Sílvia Aparecida

Mikami Gonçalves Pina; Evandro Ziggiatti Monteiro

Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas

(m234651@dac.unicamp.br; ligiamaua@hotmail.com; smikami@fec.unicamp.br; evanzigg@unicamp.br)

Resumo.

A urbanidade é uma qualidade do ambiente urbano que fomenta interações sociais, vitalidade e diversidade. No âmbito do Desenho Urbano, essa abordagem não se restringe aos aspectos físicos, como ruas e praças bem projetadas, mas também considera a atmosfera social e cultural que permeia esses espaços. Em Arquitetura, a humanização surge como um conceito vinculado à urbanidade, aplicado ao ambiente construído para atender às necessidades e aspirações constantes do ser humano na configuração dos espaços. Essa perspectiva abrange aspectos de difícil mensuração, mas que contribuem para a qualidade ambiental, a sustentabilidade urbana e o bem-estar das pessoas. Ambos os conceitos são fundamentais na análise morfológica dos espaços urbanos, estabelecendo um referencial teórico sólido para a concepção, o projeto e a avaliação de ambientes com qualidade de urbanidade e humanização. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é identificar estratégias de leitura visual da qualidade dos ambientes urbanos conformados na escala de vizinhança, utilizando a análise dos padrões morfológicos. Para desenvolver essas estratégias de leitura visual, vale-se do estudo dos padrões morfológicos utilizando a dimensão visual do Desenho Urbano como propõe Carmona et al. (2003). Essa abordagem considera a relação entre os espaços interiores dos lotes e exteriores das calçadas e ruas, a qual fundamenta também a análise e aplicação do conceito de urbanidade. Os padrões morfológicos são abordados por meio dos patterns identificados e propostos por Alexander et al. (1977) na escala dos edifícios e espaços públicos. Tais padrões destacam a presença de atributos humanizadores na morfologia dos ambientes urbanos, contribuindo para a qualidade de urbanidade. No desenvolvimento desta ferramenta, inicialmente, são selecionados os patterns que se adequam à escala dos edifícios e espaços urbanos dentre os 253 identificados por Alexander et al. (1977). Em seguida, esses patterns são correlacionados com as diretrizes propostas por Carmona et al. (2003) na dimensão visual do Desenho Urbano, a qual considera a interação entre os espaços internos dos lotes e os espaços externos das calçadas e ruas. Para cada categoria identificada nessa relação, são delineadas formas de leitura visual da qualidade dos ambientes urbanos conformados na escala de vizinhança por meio dos padrões morfológicos. Essas categorias de leitura abrangem zonas de transição, gradiente de privacidade, conectividade, permeabilidade visual e morfologia dos edifícios em espaços de vizinhança. A proposta desta estratégia de leitura visual da qualidade dos ambientes urbanos, baseada em uma ferramenta de análise mediante padrões morfológicos, espera contribuir com estudos que investiguem a aplicação dos conceitos de urbanidade e humanização em métodos de análise gráfica e avaliação do ambiente construído que se estendem à escala da vizinhança dos espaços urbanos. Destaca-se que essa abordagem ressalta a complementaridade e a importância de ambos os conceitos para métodos e ferramentas de análise na área da morfologia urbana. Palavras chave: Urbanidade, Humanização, Patterns, Estratégias de leitura visual.

Palavras-chave.

Urbanidade, Humanização, Patterns, Estratégias de leitura visual.

Referências.

ALEXANDER, C. et al. *A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction*. New York: Oxford University Press, 1977.

CARMONA, M. et al. *Public Places - Urban Spaces: the dimensions of urban design*. Great Britain: Architectural Press, 2003.

Camadas Decoloniais. Um ensaio sobre o bairro da Liberdade em São Paulo

Fernanda Amorim Militelli; Fernanda de Macedo Haddad; César Augusto Sartorelli
Universidade Paulista UNIP

(fernanda.militelli@docente.unip.br; fernanda.haddad@docente.unip.br; cesarsartorelli@alumni.usp.br)

Resumo.

As aspirações para compreensão da forma e problemáticas urbanas não é recente. Nasce em simbiose com a própria urbis. Com a consolidação do urbanismo no campo de investigação científica no século XIX, a sistematização para estudos e teorias sobre as cidades ganhou contornos com diferentes abordagens. Dentre eles, a morfologia urbana - campo interdisciplinar que pretende estabelecer teorias sobre a construção das cidades (PEREIRA COSTA, GIMMLER NETTO, 2015). Os estudos morfológicos podem configurar instrumentos para análise e problematização da forma urbana e de seus diversos elementos: quantitativos, qualitativos, figurativos, simbólicos, associando aspectos geográficos, históricos, sociais, arquitetônicos e urbanos. Os estudos da forma urbana assumem diferentes abordagens. A escola inglesa com a análise tripartite da paisagem e as idades morfológicas, iniciados por Conzen; a italiana focada na arquitetura para desvendar a identidade e a história ao longo do tempo (MURATORI) e a sintaxe espacial, que estuda a relação das interações sociais com a configuração do espaço físico projetado (HILLER). Compreendendo que este campo disciplinar é vasto, e em consolidação, pretende-se explorar instrumentos de análise da forma urbana a partir da abordagem decolonial. De acordo com LANDER (2005, p.7) “o eurocentrismo e o colonialismo são como cebolas de múltiplas camadas. Em diferentes momentos históricos do pensamento social crítico latino-americano levantaram-se algumas destas camadas. Posteriormente, sempre foi possível reconhecer aspectos e dimensões (novas camadas de ocultamento) que não tinham sido identificadas pelas críticas anteriores” Para explorar as camadas de ocultamento, pretende-se elaborar um ensaio e lançar o olhar sobre um território da cidade de São Paulo, que por suas características histórico- geográficas, em sua paisagem atual, revela e esconde camadas morfológicas constituídas ao longo de diferentes períodos. Trata-se do bairro da Liberdade, que vem sedimentando dinâmicas socioculturais com potencial a ser explorada numa investigação decolonial. Atualmente sua ocupação predominante corresponde às atividades ligadas às culturas asiáticas, em virtude de um processo de imigração e ocupação da região que ocorreu entre as décadas de 10 e 70 do século XX. Porém, o conhecido como “bairro oriental” ou “bairro japonês” encobre um passado anterior, quando a Praça da Liberdade-Japão era o Largo da Força, espaço onde os escravizados fugitivos e condenados à morte eram executados. Embora o nome do bairro e da praça sejam uma referência a esse período, a memória do povo negro da Liberdade sofreu um processo de apagamento. No entanto, uma investigação a partir de reminiscências morfológicas e arquitetônicas evidentes, tais como o Cemitério dos Aflitos, (1774), onde eram enterrados pobres, indigentes e escravizados e a Capela dos Aflitos (1779) pode desencadear uma escavação mais ampla, capaz de resgatar dinâmicas ligadas a população negra no bairro inclusive no período pós abolição da escravidão em 1888. Pretende-se constituir o artigo em três partes. A primeira aborda o campo da morfologia como ferramenta metodológica para compreensão da forma urbana. A segunda, propõe a discussão da abordagem decolonial, incluindo aspectos simbólicos, para conduzir à terceira que visa consolidar ensaios de análise do bairro da Liberdade a partir deste prisma.

Palavras-chave.

Morfologia Urbana,
Decolonial; Liberdade,
São Paulo

Referências.

- DOMINGUES, Petronio. Protagonismo Negro em São Paulo: História e Historiografia. São Paulo: SESC, 2019
- LANDER, Edgardo (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Colección Sur Sur.
- MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In LANDER, Edgardo (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 71-103 (Colección Sur Sur)

A paisagem metropolitana do Rio de Janeiro. Aproximações metodológicas à classificação da forma urbana e dos espaços livres

Vera Regina Tângari ; Natalia Loureiro Parahyba
UFRJ

(vtangari@fau.ufrj.br; pesquisaselrj@fau.ufrj.br)

Resumo.

Apresentamos os resultados parciais da pesquisa realizada desde 2019 sobre os processos de transformação da morfologia da paisagem e formas urbanas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro-RMRJ. Nosso enfoque é o método de geoprocessamento de tecidos urbanos e rurais, com base no mapeamento da cobertura de solo, e da incidência de espaços livres de edificação ou urbanização, públicos e privados (Magnoli, 2006a e b). Estudamos: classificação dos tecidos urbanos e espaços livres públicos e privados; parcelamentos/loteamentos recentes; modificações da cobertura vegetal; conflitos de domínios territoriais; expansão urbana sobre unidades de conservação ambiental; causas e agentes desses processos. Esses procedimentos, integrados à Rede Nacional de Pesquisa QUAPASEL (Macedo et al, 2018), são analisados em duas vertentes: a) revisões bibliográficas, leituras e debates; b) interpretação visual em geoprocessamento a partir de ortofotos, imagens satélite e acervos públicos (Pereira et al, 2023); c) principais modificações morfológicas (expansão, consolidação ou modificação da ocupação do solo e dos espaços livres). Ao estudar cada município, podemos verificar as desigualdades socioespaciais, confrontando suporte físico, renda, densidade, mobilidade, dentre os aspectos mais importantes. A RMRJ foi constituída em 2019 por 22 municípios, somando 7.530,938 km² e 12.022.110 de habitantes (IBGE, 2022). A diversidade de contextos físico urbanísticos, sócio espaciais e de gestão é um dos desafios encontrados na pesquisa. O foco do trabalho é o debate sobre os procedimentos para mapear o que é dinâmico em sua estrutura, como a paisagem, e polissêmico na sua interpretação, como os elementos classificados no laboratório quando confrontados com os dados de campo. Para a análise de tecidos, estabelecemos 9 classes e 5 subclasses, detalhando aspectos agrossilvipastoris e de consolidação dos tecidos. Quanto à classificação dos espaços livres, trabalhamos com 6 classes e 20 subclasses de espaços públicos e privados. As revisões feitas nesses critérios incluíram: a) a definição da classe 'não identificado', incluindo a subclasse 'área vegetada', onde podemos incluir espaços livres de função não identificada, tornando-se relevante uma vez que a RMRJ possui aproximadamente 36% de seu território ocupado por áreas protegidas florestadas da Mata Atlântica; b) a subdivisão dos espaços livres de bens dominiais, em percentuais de ocupação (até 30%, entre 30% e 50% ou acima de 50% de espaços livres). Finalizamos o Município do Rio de Janeiro e os setores Leste e Norte (cerca de 80% do território. Alguns destaques: - municípios com elevados índices de transformação, como Maricá (Leste): tecidos parcelados e não ocupados (26,4%), expansão da mancha urbana e impacto de grandes projetos (Oliveira et al, 2021); - municípios com elevada densidade, como São João de Meriti (Norte): 86,62% de tecido urbano consolidado e 4,55% de cobertura florestal; predominância (78,67%) de quadras com "até 30% de espaços livres privados" (Avelino, 2024).-municípios com limites conflituosos como Belford Roxo (Norte): tentativa em incorporar área pertencente a Nova Iguaçu, decisão revogada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em 2010. Consideramos como "limite indefinido"; sendo o único município com acréscimo populacional (2,9% - 2010/2022) (Ferrari, 2024). Palavras-chave: morfologia, tecidos urbanos, tecidos rurais, espaços livres.

Palavras-chave.

aproximações,
morfologia, tecidos
urbanos, tecidos
rurais, espaços livres.

Referências.

- MACEDO, S. S., QUEIROGA, E., CAMPOS A. C., GALLENDER, F. e CUSTÓDIO, V. Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública no Brasil. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018
- MAGNOLI, Miranda M. Em busca de outros espaços livres de edificação. In Revista Paisagem e Ambiente – Ensaios. v.21. São Paulo: FAUUSP, 2006a, p. 143-173.
- PEREIRA, R.; COUTO, M.; TÂNGARI, V. Processos de transformação da paisagem e formas socioespaciais no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro. Revista de Morfologia Urbana, [S. l.], v. 11, n. 1, 2023.

Regiões Metropolitanas Brasileiras. O Uso de “Road Center Lines” para a Identificação de um Tipo Morfológico

Brenda Kellen de Almeida Oliveira; Valério Augusto Soares de Medeiros

Universidade de Brasília

(brenda.k.oliveira@gmail.com; valeriodemedeiros@gmail.com)

Resumo.

A pesquisa é de natureza exploratória e compreende a análise morfológica da malha viária das 78 Regiões Metropolitanas (RMs) e Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) legalmente instituídas no Brasil, a partir de mapas do tipo “Road Center Lines”. O objetivo é identificar a existência de um tipo morfológico e discutir aspectos relacionados ao uso de “Road Center Lines” para a análise. A abordagem teórica, metodológica e técnica adotada é prioritariamente configuracional, por meio da representação linear da rede de deslocamentos das estruturas investigadas, segundo a Sintaxe do Espaço (Teoria da Lógica Social do Espaço). Para a modelagem dos territórios de interesse, os procedimentos aplicados foram divididos em cinco etapas, executados em ambiente georreferenciado (QGIS): (1) modelagem espacial da rede de caminhos das áreas analisadas, considerando os eixos de vias extraídos da plataforma “Open Street Map” (usando o plugin QuickOSM); (2) recorte dos eixos dentro das fronteiras oficiais das RMs e RIDEs; (3) limpeza dos sistemas, restringindo a modelagem aos eixos rodoviários ou aquaviários e excluindo linhas isoladas (islands) ou duplicadas; (4) processamento da rede de caminhos em mapa de segmentos por meio do plugin “Space Syntax Toolkit” (DepthmapX 0.35); e (5) interpretação das modelagens em dois níveis: qualitativo (observação da forma resultante) e quantitativo (por meio de variáveis sintáticas de centralidade: integração normalizada – NAIN e escolha normalizada – NACH). Os resultados obtidos permitem não apenas identificar as diferenças relacionadas principalmente a forma urbana, centralidade, características de expansão e inserção no sítio físico entre cada estrutura metropolitana, mas também similaridades que levam a caracterização de um tipo morfológico predominante. Esse tipo é marcado por uma malha que se assemelha a uma colcha de retalhos, composta por grelhas regulares e mistas que se consolidam no território de maneira complexa, especialmente à medida que o sistema se expande. O fenômeno resulta de um processo de crescimento diacrônico, desprovido de uma clara intenção de planejamento em favor da conexão entre partes. O tecido é fragmentado, evidenciando descontinuidades originadas tanto pelo sítio físico quanto por outros fatores, como ocupação diacrônica. O núcleo urbano preponderante, representado pela principal cidade do conjunto, tem um desenho predominantemente regular. A distribuição da rede de linhas globais configura-se em um padrão heterogêneo, sem uma definição nítida de caráter linear ou radial. Acredita-se que a identificação desse tipo morfológico contribui para a compreensão do fenômeno metropolitano brasileiro, em aspectos configuracionais, políticos e de infraestrutura, não competindo, mas se integrando ao contexto mais amplo de planejamento urbano e regional. Complementarmente, a pesquisa demonstra que a escolha metodológica de utilizar as “Road Center Lines”, embora eficaz por permitir a representação da grande quantidade de sistemas analisados, apresenta uma complexidade significativa durante as etapas de modelagem e limpeza de dados. A modelagem espacial das 78 estruturas metropolitanas e a identificação dos desafios metodológicos auxiliam no desenvolvimento de uma base de dados apropriada para estudos futuros, além de fornecer diretrizes para a decisão metodológica em pesquisas subsequentes.

Palavras-chave.

Planejamento
Metropolitano,
Configuração,
Sintaxe Espacial,
Road Center Lines,
Mobilidade.

Referências.

- HILLIER, B.; HANSON, J. The social logic of space. Londres: Cambridge University Press, 1984.
MEDEIROS, V. A. S. de. Urbis Brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras. Brasília: EdUnB, 2013.
OLIVEIRA, B. K. de A. Regiões metropolitanas brasileiras: um estudo configuracional no contexto da divisão do território nacional. 2024. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – PPG/FAU/UnB, Brasília, 2024.

Transformações Urbanas na Baixada Santista. Cartografias, processos e apropriações

Mayumi Cursino de Moura Hirye; Ana Cecilia Mattei de Arruda Campos; João Fernando Pires Meyer; Clarissa Duarte de Castro Souza; José Marques Carriço; Mônica Antonia Viana; Beatriz Ramos Spadafora Ferreira; Fernanda Elis da Silva Lima; Marina Yumi Iwamoto; Milena Boni da Silva; Paula Barrera Tavares; Sofia Lotti e Silva; Isabela Sollero Lemos; Julia Ascencio Cansado; Katia Canova; Sandriely de Melo Reis
LabQUAPÁ/ FAUUSP; Universidade Santa Cecilia;
(mayhirye@hotmail.com; anacecilia@arrudacampos.com; joaomeyer@usp.br; clarissa.dcsouza@gmail.com; jmc10557@gmail.com)

Resumo.

A cartografia é uma das ferramentas de representação da paisagem das cidades, sendo que não apenas registram as estruturas físicas, naturais e antrópicas, mas também podem revelar processos sociais, econômicos e culturais que moldam sua morfologia (COSGROVE, 2008), especialmente se combinadas com outros métodos de pesquisa. Neste contexto, as transformações morfológicas e dos Sistemas de Espaços Livres (SELs) dos nove municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista (Bertioga, Guarujá, Cubatão, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe), ocorridas no período de 2010 a 2022, são apresentadas e analisadas por meio de cartografia elaborada a partir de interpretação visual de imagens de satélite e complementada por imagens no nível da rua, bem como de pesquisas auxiliares (e.g. legislação ambiental e urbanística pertinente). Os mapas produzidos identificam as transformações morfológicas com base na inserção de cada nova ocupação em relação ao tecido urbano existente (consolidação, adição, substituição ou salto), na sua forma de provisão, no seu agente produtor, na sua finalidade e na sua volumetria. O mesmo se aplica às análises do Sistema de Espaços Livres com a criação de categorias específicas, intraurbanas ou não, relacionando áreas de conservação e preservação, uso e cobertura do solo, infraestrutura, equipamentos, arborização viária, terras indígenas, dentre outras. A expansão urbana realizada de modo extensivo, principalmente nos extremos sul e norte da Baixada Santista, por sobre estruturas ambientalmente frágeis, contrasta com a verticalização junto à orla marítima, em áreas com concentração de infraestrutura. As políticas habitacionais voltadas à habitação de interesse social são incipientes frente às demandas da população e perpetuam e ampliam desigualdades ao induzir a expansão periférica. O mercado imobiliário vinculado ao turismo balneário segue criando uma nítida demarcação territorial, pela valorização das localizações próximas ao mar, sendo tipologicamente distinto em municípios como Praia Grande e Bertioga, com processos de intensa verticalização, em contraposição à expansão horizontal nos municípios mais ao sul. Aos investimentos destinados ao crescimento econômico se contrapõem as comunidades de povos originários e práticas econômicas em consonância com a preservação ambiental. O trabalho aqui apresentado foi realizado por alunas de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP como parte de projetos de iniciação científica, e está apoiado na experiência do grupo de pesquisa do LabQUAPÁ, que desde 2007 vem mapeando a forma urbana e o sistema de espaços livres das cidades brasileiras (MACEDO et al., 2018; PEGORARO e MACEDO, 2017). São discutidos os ganhos analíticos da evolução da metodologia de mapeamento, que agora, além de incorporar os mapas de inserção urbana e formas de provisão, extrapola a escala municipal para interpretar grupos de municípios funcionalmente conectados. Também são discutidos os limites da representação cartográfica baseada em imagens e dados, à luz das informações e interpretações trazidas pelos atores locais – técnicos de prefeituras e de assessorias, pesquisadores, além de moradores, coletivos e associações – nas oficinas realizadas no ano de 2023. Esse exercício evidencia a complementariedade da cartografia e dos olhares locais, que possibilita compreensão mais profunda das transformações urbanas.

Palavras-chave.

Transformações urbanas, Cartografia, Baixada Santista, Forma urbana, Sistemas de Espaços Livres

Referências.

- COSGROVE, D. Geography and Vision Seeing, Imagining and Representing the World. International Library of Human Geography 12. London: I. B. Tauris, 2008.
- MACEDO, S. S.; QUEIROGA, E. F.; CAMPOS, A. C. M. A. ; GALENDER, F.; CUSTÓDIO, V. Os sistemas de Espaços Livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2018.
- PEGORARO, R.; MACEDO, S. S. Cenários Brasileiros de transformação da forma urbana. In: PNUM - 6a Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana. Morfologia Urbana: Território, Paisagem e Planejamento, 2017, Vitória, Brasil. Anais da 6a Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana. Vitória: UFES, 2017. p 1008-1018.

Novos padrões morfológicos sobre os espaços livres de edificação e urbanização em Cuiabá (MT).

Doriane Azevedo; Frank Giordany Aquino Fraporti; Thaiz Freitas Pessoa;
Arthur Assis Esteves; João Victor Barbosa Gonçalves da Silva;
Grupo ÉPURA/Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
(doriane.azevedo@ufmt.br; frank.fraporti@ufmt.br; thaizpessoa@gmail.com;
arthur.silva3@sou.ufmt.br; joaovictorbarbosa.arq@gmail.com)

Resumo.

O Núcleo Urbano de Cuiabá, de origem setecentista, foi marcado pela forma urbana da cidade colonial até a década de 1970, quando começa a ser afetado pela intensificação do processo de urbanização em Mato Grosso. A ocupação para outras porções do território de Cuiabá, como a atual Região Administrativa Sul, foi induzida pela implantação de um conjunto de eixos radiais, funcionando como vetores de expansão da mancha urbana, estruturados pelas vias como o trecho urbano da rodovia federal BR-163/364, Av. Arquimedes Pereira Lima e Av. Edna Affi (sob área de servidão de torres de transmissão de energia), resultando, em um primeiro momento, em uma “urbanização dispersa e com novas formas de tecido urbano” (REIS FILHO, 2006). Essas novas formas, criadas sobre Espaços Livres (EL) de Edificação (lotes não edificados/glebas não parceladas) e de Urbanização (áreas de expansão) (MAGNOLI, 2006), são nosso objeto de investigação. Vemos que, além dessas vias, essa porção sul do território foi estruturada, ao longo das décadas, por empreendimentos públicos dispersos (Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, e Agrovila Pascoal Ramos, ao final de 1970; os conjuntos habitacionais Tijucal - 1980, e Pedra 90 - 1990) e, ainda, Núcleos Urbanos Informais Consolidados, que permeiam os interstícios entre aqueles ELs demarcados como Zona de Expansão Urbana (ZEX), definida pelas Leis de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) de Cuiabá de 1997 e 2015. Nesse momento, nossa atenção se volta para essas ZEXs que mantêm forte característica rural, seja apenas na forma (tipologia de chácaras com lotes estreitos e compridos entre 20 e 30 mil m²) ou ainda no uso do solo (lotes rurais que abrigam pequena produção agropecuária). Temos monitorado esses ELs desde 2017 por meio do cruzamento de dados do Sistema de Informações Geográficas oficial da Prefeitura Municipal de Cuiabá, imagens de satélite/aéreas e levantamentos de campo, que acompanha as transformações desses ELs em Espaços Edificados, evidenciando padrões morfológicos que se valem das oportunidades da LUOS e reforçam o cenário de carências urbanísticas quanto a oferta de áreas públicas adequadas para circulação, implantação de Equipamentos Sociais e Urbanos e ainda, Áreas Livres Públicas de lazer, recreação e contemplação, nessa Região marcada por população, em sua maioria, negra e pobre, segundo Censo IBGE. Nosso objetivo é evidenciar essas transformações da paisagem nessa porção sul de Cuiabá, relacionando as oportunidades da legislação urbanística e as novas formas projetadas e implantadas nos lotes com até 30 mil m² (lote máximo previsto na LUOS), tais como: 1) lotes originalmente destinados para chácaras, que estão sendo desmembrados em unidades menores (média 360 m²), acessadas por via interna disposta longitudinalmente, e sem saída; 2) condomínios horizontais e 3) condomínios verticais, todos não submetidos às regras do parcelamento do solo urbano, entre eles, a obrigatoriedade da doação do percentual mínimo de áreas públicas, entre outras diretrizes urbanísticas expedidas pelo órgão de planejamento; pistas que, diante do grau de vulnerabilidade social e urbanístico da região, indicam a necessidade de aperfeiçoamento da legislação urbana para inclusão de novas diretrizes para o parcelamento do solo.

Palavras-chave.

Espaços livres de edificação e urbanização, padrões morfológicos, parcelamento do solo

Referências.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. São Paulo: Ed. 34. MAGNOLI, Miranda. Espaço livre - objeto de trabalho. Paisagem e Ambiente, [S. l.], n. 21, p. 175-197, 2006. DOI:10.11606/issn.2359-5361.v0i21p175-197. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40249>. Acesso em: 14 mar. 2024.
REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo: Via das Arte, 2006.

A compreensão morfológica de assentamentos humanos em contexto periféricos epistemologia, forma e relações.

Kamila Diniz Oliveira; Ana Cláudia Duarte Cardoso

FAU - PPGAU - UFPA

(kamiladinizoliveira@gmail.com; aclaudiacardoso@gmail.com)

Resumo.

A morfologia urbana foi criada para analisar origens, contextos e escalas de cidades europeias históricas, na conjuntura do pós-guerra e do modernismo. Reconheceu lote, ruas, quadras, edificações e espaços vazios como elementos básicos da composição da forma urbana formal e consolidada. Mais de meio século depois, ainda há carência de estratégias de análise para compreensão de formas que não se enquadram nos padrões formalidade, e de instrumentos e metodologias que sejam capazes de entender as particularidades dos assentamentos humanos de produção não planejada e/ou informal (KAMALIPOUR; DOVEY, 2019, apud SPOLAOR, OLIVEIRA, 2021). Alguns conceitos elementos de análise da morfologia não são facilmente aplicáveis às espacialidades encontradas em áreas periféricas, consideradas informais. Apesar disso, algumas pesquisas têm confirmado a utilidade de conceitos clássicos da morfologia urbana (SPOLAOR, OLIVEIRA, 2021). A criatividade na adaptação e criação de ferramentas de análise para a forma dos espaços em áreas periféricas tem sido fundamental, demandando reflexões sobre a compreensão de espacialidades em contextos não idealizados pela literatura clássica da morfologia ou pelas concepções de planejamento urbano. Neste mesmo período as transições da urbanização demandam a compreensão do espaço de vivência humana como um produto dinâmico que a cada dia possui novas formas traçadas (SCHEER, 2015). Ainda que as investigações no Seminário Internacional da Forma Urbana (ISUF) geralmente sejam influenciadas por três abordagens metodológicas: a processo tipológico (italiana), a histórico-geográfica (inglesa), a sintaxe espacial orientada pela matemática (SCHEER, 2015), estas são baseadas na cultura euro-americana, e não tem pronta aplicação na análise de espacialidades de contextos periféricos, onde sobreposição de narrativas sobre urbanização. Este artigo tem como objetivo evidenciar a importância da identidade local na análise da forma de assentamentos humanos periurbanos, compreendidos como próprios da urbanização da floresta, onde os elementos básicos, as relações e os processos espaciais possivelmente demandam novas epistemologias morfológicas. Assume a perspectiva da apropriação espacial do habitante, em estudo de caso de comunidades tradicionais (ribeirinhas e quilombolas) amazônica na região do Baixo Tocantins/PA, para revelar o quanto e como estas são articuladas entre si e com as cidades, e ampliar a compreensão das espacialidades produzidas pela urbanização, para além da cidade histórica, no Sul Global.

Palavras-chave.

morfologia urbana, periféricos, identidade local, assentamentos humanos amazônicos

Referências.

- SCHEER, Brenda. (2015) The epistemology of urban morphology. International Seminar on Urban Form - Urban Morphology. Vol. 19(2), p. 117-34.
- SPOLAOR, Silvia; OLIVEIRA, Vitor. (2021) Morfologia Urbana e Informalidade: A Busca da identidade local. Projectare – Revista de Arquitetura e Urbanismo. no 12. Dezembro. 2021.

Quadro Síntese Analítico - Ferramenta Metodológica Para Planejamento Territorial de Cidades Resilientes a Inundações. O Caso De Guaratiba, Rio de Janeiro

Mylenna Linares Merlo; Aline Pires Veról; Osvaldo Moura Rezende
Universidade Federal do Rio de Janeiro

(mylenna.merlo@fau.ufrj.br; alineverol@fau.ufrj.br; omrezende@poli.ufrj.br)

Resumo.

As águas sempre estiveram presente no processo de desenvolvimento dos núcleos urbanos. Numa abordagem multifacetada, assume-se a noção de que a paisagem, mais do que o simples meio ambiente natural, representa uma construção cultural derivada da interação entre a humanidade e a natureza. Contudo, essa interação provocou transformações significativas nas paisagens urbanas. A expansão urbana desordenada, a falta de planejamento e infraestrutura adequada têm gerado impactos ambientais e sociais negativos, como o aumento do risco de inundações. Segundo Campos (2021), nos países que compõem o Sul Global essa questão assume maior relevância, uma vez que deixam em evidência as contradições sociais e são palco para o enfrentamento de complexos problemas sociais, econômicos e ambientais (Torres et al, 2023). Dessa forma, torna-se necessário encontrar soluções para questões da agenda urbana, como saneamento, mobilidade e moradia. Uma gestão proativa da urbanização pode possibilitar a formação de paisagens urbanas mais equitativas e acessíveis. Sendo assim, um planejamento eficiente do uso do solo é fundamental para a proposta de cidades resilientes. Uma abordagem resiliente considera a cidade como um sistema integrado, projetado para mitigar danos em situações de perigo e neste contexto, as Soluções baseadas na Natureza (SbN) ganham destaque, oferecendo benefícios ambientais, sociais e econômicos (Campos, 2021). Nesse contexto, Lima et al. (2023) exploram a paisagem a partir da perspectiva da arquitetura da paisagem, na qual o planejamento territorial implica na consideração das muitas camadas do território, incorporando suas características ambientais e socioculturais. Esse processo integrado, fundamentado em diferentes contribuições, emerge como um caminho essencial para a compreensão e construção de lugares, alinhando-se à busca por soluções urbanas mais sustentáveis e resilientes. Portanto, este trabalho tem como objetivo apresentar uma ferramenta metodológica para auxílio ao planejamento territorial, em uma etapa de diagnóstico, visando compreender as complexas relações que formaram o território, para, futuramente, propor soluções que busquem a construção de cidades resilientes a inundações. De acordo com os objetivos pretendidos, o trabalho realiza uma análise do planejamento do território a partir de uma visão sistêmica (Fase Analítica) e a sintetiza, condensando o resultado em um Quadro Síntese Analítico capaz de simplificar a leitura do território e sistematizar os critérios de análise elencados (Fase Sintética). Tem-se como estudo de caso a Bacia Hidrográfica do Rio Piraquê-Cabuçu, situada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, uma área marcada por eventos de inundações e pelo aumento da expansão urbana. O Quadro Síntese Analítico resume as complexas interações identificadas, oferecendo uma perspectiva holística e integrada das dinâmicas territoriais, com a água servindo como o eixo estruturante central do planejamento no estudo de caso. Espera-se que as informações obtidas possam ser aproveitadas tanto no âmbito da formulação de novos instrumentos de planejamento quanto para intervenções futuras na bacia em referência e que a estrutura do Quadro Síntese Analítico se torne uma importante contribuição para novos estudos de caso.

Palavras-chave.

Quadro Síntese Analítico, Planejamento territorial, Resiliência às inundações, Soluções baseadas na Natureza, Guaratiba.

Referências.

CAMPOS, V. N. O. Soluções baseadas na natureza (SbN) e drenagem urbana em cidades latino-americanas: desafios para implementar soluções fluídas em ambientes rígidos. *Revista LABVERDE*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 73–94, 2021. DOI: 10.11606/issn.2179-2275.labverde.2021.189314. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/189314>. Acesso em: 11 out. 2023.

LIMA, M. C. P. B. et al. paisagem no planejamento e projeto do território. Um breve percurso entre objetividades e subjetividades. *Arquitextos*, São Paulo, ano 23, n. 274.04, Vitruvius, mar. 2023 <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/23.274/8732>

TORRES, P. H. C. et al. Just cities and nature-based solutions in the Global South: A diagnostic approach to move beyond panaceas in Brazil. *Environmental Science & Policy*, [S. l.], v. 143, p. 24–34, 2023. DOI: 10.1016/j.envsci.2023.02.017. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1462901123000503>. Acesso em: 11 out. 2023.

Regulação urbanística e ambiente construído. Análise das transformações da ZEIS Pici a partir da flexibilização da legislação

Sara Uchoa Araújo Silva ;
Universidade Federal do Ceará
(sarauchoaas@gmail.com)

Resumo.

Dentre os diversos fatores e agentes que incidem sobre o ambiente construído, as normas e os parâmetros de uso e ocupação do solo se constituem como um importante instrumento de produção do espaço urbano. Afinal, é através das regulações urbanísticas que o Estado molda o que é formal e o que é informal. Conseqüentemente, estas passam a ser alvo de disputas: de um lado, há a pressão pela reprodução dos padrões mercadológicos e, de outro, o combate aos contextos de precariedade e informalidade através da adoção de parâmetros mais inclusivos. O presente trabalho se baseia na relação entre normas e formas urbanas para investigar as transformações recentes no ambiente construído da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) do Pici e os possíveis efeitos das iniciativas de flexibilização sobre o território. O Plano Diretor Participativo (2009) de Fortaleza define ZEIS 1 como assentamentos irregulares com ocupação desordenada, constituídos por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional, destinados à regularização fundiária, urbanística e ambiental. Posteriormente, em 2018, o território do Pici foi classificado como uma das 10 ZEIS prioritárias, nas quais seriam elaborados os Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRF) com a proposição de uma normatização especial. Cabe destacar que o Pici possui uma boa inserção urbana, com oferta de infraestruturas, equipamentos e eixos de mobilidade em seu entorno, que o aproximam, portanto, de dinâmicas imobiliárias predatórias e de regulações construtivas permissivas que a alimentam. O primeiro desafio de estudar as transformações morfológicas de um assentamento é a escassez de dados oficiais. A partir da base cadastral atualizada no processo de elaboração do PIRF, com a identificação dos lotes e das edificações da ZEIS Pici, foram verificados os parâmetros urbanísticos (taxa de ocupação, índice de aproveitamento e gabarito) verdadeiramente utilizados e foram calculados indicadores de densidade propostos por Berghauser Pont e Haupt (2009). Esses dados fundamentaram uma importante apreensão da forma urbana do Pici. Em particular, permitiram entender a distribuição e concentração dos parâmetros no território, a compreensão das tendências locais internas, a visualização dos padrões históricos de ocupação e a identificação de tecidos de relativa homogeneidade interna. Baseado na análise da densidade, delimitou-se como estratégia metodológica, o levantamento das fachadas de 2012 e 2022, nas porções mais consolidadas do território, a partir das imagens históricas do Google Street View e das visitas em campo guiadas por moradores, para identificação das transformações que sinalizassem um processo de precarização do ambiente construído, nesse recorte temporal. O levantamento dessas transformações resultou, primeiramente, na sistematização de categorias e subcategorias: aumento da área construída (composto por avanço sobre espaço livre, fechamento da edificação e verticalização), redesenho dos lotes (desmembramento, remembramento e loteamento) e adequação para aluguel. Ademais, na constatação de que 82% das fachadas analisadas apresentaram alguma transformação edilícia, indicando que há, assim como em seu entorno, uma pressão pela maximização do uso e da ocupação do solo no território e apontando a urgência da normatização especial no sentido de assegurar as condições mínimas de habitabilidade e a permanência dos moradores.

Palavras-chave.

Forma urbana,
parâmetros urba-
nísticos, ambiente
construído, zone-
amento inclusivo,
habitabilidade

Referências.

BERGHAUSER PONT, Meta; HAUPT, Per. Spacematrix: Space, Density and Urban Form. Rotterdam: NAI Publishers, 2009.
STIPHANY, K. How do rental markets impact transnational patterns of informal housing consolidation?. National Science Foundation Proposal #2340766. New York: The University at Buffalo / State University of New York. 2023
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ/CETREDE. Plano Integrado de Regularização Fundiária da ZEIS Pici. Caderno de Normatização Especial de Parcelamento, Edificação, Uso e Ocupação do Solo. 2019.

Formas de urbanização recentes. Paradigmas e segregação socioespacial de projetos urbanos em pequenas e médias cidades brasileiras

Ana Cecília Mattei de Arruda Campos; Maria Eduarda Duarte Paiva; João Pedro Almeida Betelli; Eugenio Fernandes Queiroga
LabQUAPÁ FAUUSP;
(anacecilia@arrudacampos.com; mariaduarte@usp.br; joao.betelli@usp.br; queiroga@usp.br;)

Resumo.

Nas últimas duas décadas, empreendedores privados têm desenvolvido projetos urbanos em cidades brasileiras, indo além da proposta de condomínios e loteamentos residenciais fechados, monofuncionais. Esses novos projetos de bairros planejados ou trechos urbanos multifuncionais reúnem diversos padrões residenciais, para moradias unifamiliares e multifamiliares, com edifícios de serviços e comércio, plantas industriais, além de espaços livres como parques, praças, e unidades de conservação. O recorte para análise focou em seis escritórios especializados em desenho urbano, levantando 63 projetos em 53 cidades do Brasil. Ao contrário do que se previa inicialmente, revelou-se a concentração da produção de projetos urbanos em cidades pequenas (15) e médias (27), com populações de não mais de duzentos mil habitantes. Distribuídas por 16 estados, além do Distrito Federal, nas cinco regiões do país, em cinco dos seis biomas brasileiros (Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pampa), estas cidades são caracterizadas pelo REGIC/ IBGE como capitais regionais (38,1%), centro sub regionais (12,7%) e centros locais (7,9%) e, em sua menor parte, integram regiões metropolitanas (41,3%). Com produção econômica voltada para atividades relacionadas ao agronegócio, indústria, extração mineral ou turismo, seu dinamismo vem acompanhado de altas taxas de crescimento populacional desde o censo de 2000. A diversidade e desigualdade também estão presentes em dados como o saneamento básico: quanto ao atendimento total de água, esgoto e tratamento de esgoto, Aparecida de Goiânia está entre os 20 melhores municípios do país e Várzea Grande entre os piores (IBGE 2022). Apesar destes projetos introduzirem novos padrões urbanos e morfológicos frente as pré- existências, o seu impacto nas cidades é limitado pelo acesso controlado e pela falta de conexões com o tecido urbano existente, reforçando a segregação socioespacial. Além disso, os sistemas de espaços livres propostos, com poucas exceções, não se conectam a outros espaços livres além dos limites dos empreendimentos e pouco contribuem para a estruturação da forma urbana, muitas vezes apenas cumprindo os requisitos mínimos da legislação ambiental. Os modos de vida locais são largamente negligenciados ou desconsiderados nestes projetos. Alguns escritórios disponibilizam os masterplans de suas propostas que contém diretrizes e padrões morfológicos empregados, alinhados com manuais internacionais como mobilidade e ruas. Poucos são encomendados pelo poder público e a participação popular no seu processo de desenvolvimento constitui exceção. Predominam os empreendimentos impulsionados pelos proprietários de terras. O mapeamento das transformações morfológicas e dos sistemas de espaços livres reforça o papel dos proprietários fundiários no processo de desenvolvimento, por vezes gerando novas centralidades. Sua localização se dá principalmente junto a rodovias, nas proximidades de plantas industriais e centros de logística. Embora não seja cobrada a responsabilidade dos empresários privados em resolver estas questões de modo sistêmico, existem no processo oportunidades para as suas contribuições se estenderem para além dos limites dos projetos, promovendo o diálogo com o setor público e as comunidades afetadas para amplificar o seu impacto. Lamentavelmente, perde-se diálogo mais amplo sobre a urbanização recente no país, abrangendo preocupações ambientais contemporâneas e princípios de design participativo num quadro multidisciplinar, definindo soluções próprias e particulares destas municipalidades.

Palavras-chave.

desenho urbano, urbanização brasileira, padrões morfológicos, segregação socioespacial

Referências.

- COELHO, L. L. As paisagens da expansão: análise das relações de novas urbanizações com investimentos significativos e seus impactos nos sistemas de espaços livres de áreas metropolitanas das cinco macrorregiões brasileiras. Pós-Doutoramento não publicado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- MACEDO, S. S.; QUEIROGA, E. F.; CAMPOS, A. C. M. A.; GALENDER, F.; CUSTÓDIO, V. Os sistemas de Espaços Livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2018.
- PEGORARO, R.; MACEDO, S. S. Cenários Brasileiros de transformação da forma urbana. In: PNUM - 6a Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana. Morfologia Urbana: Território, Paisagem e Planejamento, 2017, Vitória, Brasil. Anais da 6a Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana. Vitória: UFES, 2017. p 1008-1018.

Posso dar uma espiadinha?. Relação entre visibilidade, movimento e concentração estimativa de violência no bairro Anatólia.

Abraão Pinto de Oliveira Nóbrega; Ana Gomes Negrão

Universidade Federal da Paraíba

(abraao.nobrega@academico.ufpb.br; agnegrao@hotmail.com)

Resumo.

As possibilidades de vivenciar a cidade são, realmente, iguais para todos os indivíduos? Ao refletir sobre a produção do espaço, seja urbano ou edificado, naturalmente há a discussão de um sujeito ideal para quem as soluções são pensadas, a síntese da população que, sistematicamente, simboliza características genéricas. No entanto, ao se considerar uma sociedade etnico-generificada carregada de estigmas, preconceitos e estruturas de concentração de poder, o sujeito ideal pode não ser tão representativo assim. Alguns estudos discutem sobre como a produção espacial alinhada à visão daqueles em espaços de decisão — comumente homens brancos, cisgênero, heterossexuais, sem deficiências e de classe média-alta —, reproduz suas experiências, perspectivas e visão sobre meio urbano, segurança e conforto. Nesse cenário, estudos que fujam à hegemonia e neutralidade, considerando questões como a expressão de gênero, raça/etnia, orientação sexual, condições físicas e outras, impõem-se como necessários para uma visão pluralista da cidade, seus espaços e das diferentes apropriações e vivências. Este trabalho objetiva destacar relações entre movimento potencial, visibilidade e concentrações estimativas de violência urbana; trazendo, como complemento, a dicotomia de experiências baseando no gênero e raça dos usuários. Para isso, como objeto empírico, tomou o bairro Anatólia na zona sul da cidade de João Pessoa/PB, considerando também o entorno direito em um raio de cem metros, baseado em parâmetros de visibilidade descritos por Turner et al. (2001). O objeto deste artigo é um recorte aplicado nos dados de um trabalho de conclusão de curso que avaliou perfis de violência e a relação com características da dinâmica urbana em nove bairros da zona sul pessoense. O Anatólia, por sua vez, se destacou por ter seu limite integralmente inserido em quase todas as zonas críticas dos grupos estudados. Para atingir o objetivo, foi proposta uma superposição metodológica que considerou três eixos principais de atuação. I) forma e dinâmica urbana: utilização de métodos para caracterização do recorte, considerando forma de implantação arquitetônica e desconexão com o meio urbano, interfaces de comunicação e grau de permeabilidade delas (DIAS; JESUS, 2022). II) movimento e visibilidade: considerando a teoria da lógica social do espaço (HILLIER; HANSON, 1984), foi realizada a análise de integração e conectividade da malha viária e também a da visibilidade dos espaços, considerando, como obstáculos, as edificações, vegetações densas e/ou de médio porte e interfaces sem permeabilidade. III) violência estimativa: espacializou os resultados anteriores sobre violência, trazendo a aplicação do interpolador de densidade para sobreposição de zonas mais hostis, elementos da visibilidade e eixos de movimento potencial. Resultou em um diagnóstico mais aprofundado sobre o perfil de violência no recorte, apontando como os diferentes valores de integração visual e de movimento potencial se alinham e formam eixos com maior concentração de casos de violência. Para isso, foram comparados dois cenários: o primeiro englobando os casos dispersos em todo o recorte e o segundo considerando apenas as áreas de menor movimento potencial, apontando para diferentes epicentros de concentração de violência com base na relação visibilidade e movimento potencial.

Palavras-chave.

Visibilidade, movimento potencial, interpolação estimativa de densidade, padrões espaciais, violência urbana.

Referências.

DIAS, S. B.; JESUS, C.R. Cidade hostil. GEOgrafias, v.27, n.1, 2022.

HILLIER, B.; HANSON, J. The Social Logic of Space. Cambridge: University Press, 1984.

TURNER, A. et al. From isovists to visibility graphs: a methodology for the analysis of architectural space. Environment and Planning B: Planning and Design, v. 28, n. 1, fev. 2001.

Reflexões sobre quilombos urbanos e bairros negros. Análise comparativa dos bairros Pirambu e Aldeota em Fortaleza - CE

Maria Cristiellen Rodrigues Ribeiro; Mariana Quezado Costa Lima;

Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas

Universidade Federal do Ceará

(cristiellenrodrigues@outlook.com; mariana.quezado@arquitetura.ufc.br; clarissa@arquitetura.ufc.br)

Resumo.

No Ceará, as questões étnico-raciais enfrentam desafios decorrentes da percepção equivocada de que não há presença significativa de negros e indígenas no estado. Essa noção é perpetuada por uma interpretação histórica que sugere uma escravização “branda”, que migrou os negros africanos para outros estados através do tráfico interprovincial pós Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, e da “extinção” dos povos indígenas por decreto oficial em 1863. Apesar do apagamento sistemático dessas populações na história, essa realidade se mostra distinta, especialmente na capital Fortaleza, quando observamos a mudança na composição étnico-racial da população ao nos deslocarmos dos bairros periféricos em direção aos mais centrais, a qual reverbera também na forma urbana desses bairros. Utilizando os conceitos de quilombos urbanos (Nascimento, 1980; Nascimento, 2006) e bairros negros (Cunha Junior, 2020) como lentes analíticas, este trabalho se propõe a investigar em que medida a experiência colonial continua a influenciar a produção das cidades, perpetuando desigualdades com base na raça, e como essas comunidades resistem frente ao ordenamento vigente. Como estudo de caso, faremos uma análise comparativa entre dois bairros emblemáticos de Fortaleza: a Aldeota, caracterizada por sua alta concentração de renda e população branca, e o Pirambu, a maior favela da cidade com composição de 70,9% de negros e indígenas (IBGE, 2010). Para alcançar esse objetivo, o estudo examinará aspectos étnico-raciais e morfológicos dessas áreas urbanas, explorando suas semelhanças e disparidades. Como suporte metodológico utilizaremos levantamento bibliográfico para elaboração de uma fundamentação teórica acerca das novas epistemologias na análise espacial, pesquisa documental, análise e produção de dados cartográficos no software de geoprocessamento QGIS. Dentre os resultados, destacam-se a evidente diferença entre a forma urbana resultante da valorização da Aldeota pela classe média/alta e branca da cidade e do histórico processo de exclusão do Pirambu, desde os campos de concentração dos retirantes sertanejos até hoje. A partir dessa análise comparativa, não buscamos generalizar nem romantizar a formação dos bairros negros ou quilombos urbanos, mas apresentar abordagens sensíveis às questões étnico-raciais na formação e gestão dos territórios, dentro e fora dos padrões institucionais. Sua relevância reside ainda na busca por novas chaves interpretativas para a formulação de políticas urbanas e no planejamento urbano mais justo e inclusivo.

Palavras-chave.

bairros negros,
quilombos urbanos,
segregação étnico-
racial, Fortaleza.

Referências.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Bairros negros, a forma urbana das populações negras no Brasil. *Revista Crítica e Sociedade*, v. 10, n. 1, 2020. p. 16-27.

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980. 281 p.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de Quilombo e a Resistência Cultural Negra. In: RATTI, Alex (Org.). *Eu Sou Atlântica - sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial (SP) e Instituto Kuanza, 2006. p. 117-125.

Como regular a forma urbana informal?. Uma análise comparativa da normatização especial nas ZEIS prioritárias em Fortaleza

Victória Maria Barreto de Brito; Monick Moreira Magalhães; Mariana Quezado Costa Lima

Centro Universitário Christus

(victoriabarretodb@gmail.com; monickmoreiram@gmail.com; mariana.lima@unichristus.edu.br)

Resumo.

Os espaços informais se desenvolvem à margem da regulação urbanística oficial, na medida em que esta é historicamente incompatível com a realidade da maior parte da população. Tidos erroneamente como “desordenados”, assentamentos informais desenvolvem suas próprias regras, de forma condizente com suas especificidades morfológicas e dinâmicas construtivas (Nisida, 2017). Em processos de urbanização de favelas, quando são estipulados parâmetros urbanísticos, surgem como meras adaptações do modelo da cidade formal (Nakamura, 2016). Em Fortaleza, foram contratadas, entre 2018 e 2019, três universidades diferentes para elaborar normas especiais para dez Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) prioritárias, como parte dos respectivos Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRF), fundamentais para o processo de regulamentação. Tendo em vista o espaço de tempo e as distintas equipes, parte-se do pressuposto que as minutas tenham tido processos de elaboração e resultados diversos. Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar de forma comparativa, as minutas de lei propostas para três ZEIS Prioritárias (Pirambu, Mucuripe e Poço da Draga), compreendendo que além de terem sido elaboradas por universidades diferentes, possuem particularidades em sua forma urbana. As normas serão analisadas quanto ao uso do solo, ao parcelamento (dimensões de lote e quadra, à ocupação do solo (índice de aproveitamento, taxa de ocupação, recuos) e ao sistema viário (hierarquia e dimensionamento). Além da perspectiva comparativa, a análise leva em conta os princípios e regras da autorregulação apontada por Nisida (2017), entendendo que as forças sociais e econômicas tomam forma e moldam o tecido urbano (Moudon, 2015) independente da existência da regulação formal. Além da atualidade e inovação da pesquisa proposta, fica evidente a relevância de uma análise crítica das normas estabelecidas, provocando a reflexão sobre as potencialidades e os desafios/limitações da regulação urbanística em ZEIS, apoiada em um referencial teórico sobre o tema. Os resultados apontam que um ponto positivo importante do processo em Fortaleza é a elaboração de parâmetros específicos para cada ZEIS, buscando respeitar a diversidade morfológica existente em cada ocupação, embora nem sempre as minutas pareçam levar em conta a forma urbana existente. No entanto, para além da diferença nos valores dos parâmetros, algumas diferenças na estrutura e nas nomenclaturas utilizadas podem vir a ser colocadas como um obstáculo ao futuro controle urbano dessas áreas, imprescindível na implementação das normas especiais. Embora possam haver muito mais obstáculos políticos do que técnicos para esse controle urbano, recomenda-se a padronização das estruturas e nomenclaturas nos projetos de lei, sem que haja perda do conteúdo de imensa qualidade elaborado, de modo a facilitar a implementação das normas especiais nas ZEIS de Fortaleza.

Palavras-chave.

Informalidade, ZEIS, Regulação Urbana, Forma Urbana

Referências.

- MOUDON, Anne Vernez; OLIVEIRA, Vitor. Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente. *Revista de Morfologia Urbana*, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 41-49, 31 jul. 2017. *Revista de Morfologia Urbana*. <http://dx.doi.org/10.47235/rmu.v3i1.16>.
- NAKAMURA, Milton Sussumu. O controle urbano nas favelas urbanizadas: o caso da região do abc. 2014. 263 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do Abc, Santo André, 2014.
- NISIDA, Vitor Coelho. Desafios da regulação urbanística no território das favelas. 2017. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Analizando a subjetividade espacial negra. Controles psicológicos e territórios existenciais.

Gisele Joicy da Silva Guimarães ;

PPGAU-UFGA

(giseleguimaraes.arquiteta@gmail.com)

Resumo.

Ao pensarmos a espacialidade e a lógica do lugar, cabe denunciar as constantes desterritorializações. Muniz Sodré (2019), um dos maiores intelectuais e pensadores negros da nossa atualidade, destaca o que para ele é um grande diferencial que não é abordado na questão dos negros no Brasil: a categoria “espaço”. Conforme o intelectual, o ocidente e a Europa estão embasados na ideia de “progresso” e os europeus “vivem em cima do tempo”, então condicionados pela lógica do mais rápido, da celeridade. Uma vida ditada pelo “tempo da locomotiva, do avião”, o que para ele é o oposto do pensamento africano, da ancestralidade negra brasileira. O elemento espaço pode ser entendido como sendo uma categoria nazista que vem da referência de “espaço vital”. Historicamente, a cultura do negro escravizado (e de seus descendentes) é a desterritorialização, pois no banzo a morte era de saudade da terra africana e na falta de terra, comia-se a terra até se alcançar a morte (SODRÉ, 2019). Pela epistemes afrocêntrica (ou afrocentrada), a cidade ao crescer com o processo de repartição do solo urbano em conformidade com necessidades de cada família, assume um papel sagrado, o solo vai ganhando a qualidade de uma sacralidade. Seu pertencimento supera o aspecto individual. O solo pertence a um conjunto familiar, logo não pode ser comercializado, não pode ser uma simples mercadoria (CUNHA JÚNIOR, 2019; SODRÉ, 2023). Outro ponto a se considerar é o fato de que a vivência do(a) negro(a) sobre o lugar se dá de forma diferenciada, visto que há uma unidade na experiência grupal dos mesmos; e que, apesar, de possuírem espacialidade e “lugaredades”, como Gonzalez propõe, percebe-se que as experiências sociorraciais também possuem semelhanças (RATTS, 2012). Pois, o lugar do negro é onde convergem as experiências e vivências determinadas pelo racismo que atuam como fator influenciador nestas experiências. Diversos intelectuais negros e negras dedicaram-se à produção de conhecimento sobre os efeitos do racismo nas subjetividades negras. O pensamento colonial é universalista, tal qual as bases teóricas do pensamento arquitetônico e urbanístico, mas nega que o seja como um ato de resistência sintomático de negação da própria doença (VEIGA, 2019). No presente ensaio teórico, busca-se dialogar com as teorias de Arquitetura e Urbanismo a partir das produções teóricas de pensadores negros nacionais e internacionais no sentido de proceder a uma reinterpretação ao assumir que este campo teórico apresenta limitações epistemológicas para se pensar as cosmolocalidades afrodiáspóricas, posto que as mesmas incorporaram grandemente ideologias supremacistas, embasadas em realidades de países europeus e anglo-saxões. Como aporte teórico, recorre-se à contribuição de Lélia Gonzalez (controles psicológicos) e Frantz Fanon (territórios existenciais). A questão posta por este ensaio teórico é como podemos analisar a capacidade ou desempenho da forma espacial sem considerar os controles psicológicos e os mecanismos utilizados pelo dispositivo da racialidade?

Palavras-chave.

morfologia espacial, subjetividade negra, controles psicológicos, territórios existenciais.

Referências.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. TV ADUFRJ. Urbanismo Africano: 6000 anos construindo cidades. Disciplina da Universidade Federal do Ceará. Youtube, 05 de fevereiro de 2019. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=tr2Zp843b-M>>. Acesso em 23 maio 2023.

RATTS, Alex. Os lugares da gente negra: temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. In: SANTOS, Renato Emerson (org.). Questões Urbanas e Racismo. Petrópolis, RJ: DP et Alit; Brasília, DF: ABPN, 2012.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. Fractal: Revista de Psicologia, Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas – Artigos, Niterói: Universidade Federal Fluminense/ Departamento de Psicologia, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019.

Conflitos urbanos e apagamentos na Lagoa dos Índios. Análise da expansão urbana de Macapá/AP sob as lentes da Morfologia Urbana e do Racismo Ambiental.

Matheus Cleber Melo Garcia; Ana Carolina Souza de Vasconcelos; Louise Barbalho Pontes

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP); Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) (matheuscmgarcia@usp.br; annasouzavasconcellos@gmail.com; louise.pontes@unifap.br)

Resumo.

Apresentando uma história marcada por diversos experimentos urbanos que impactaram no desenho de sua paisagem, a cidade de Macapá/AP construiu uma relação peculiar com os seus corpos hídricos durante o seu processo de urbanização. As tentativas de controle da relação entre cidade e natureza, considerando pontos positivos e negativos, afetam de diversas formas as vivências da população. Macapá é entrecortada por espaços que permanecem alagados durante o ano inteiro através de processos naturais de comunicação com as águas pluviais e fluviais, conhecidos como áreas de ressaca. Este ciclo é frequentemente interrompido por processos de ocupações que expõem a constante invisibilização dessas áreas como importantes componentes da biodiversidade local, ocasionando degradação ambiental e social. A Lagoa dos Índios é a maior ressaca do perímetro urbano de Macapá e, por possuir conexão com diversas outras, exerce a função de ressaca principal da cidade. Atualmente, essa ressaca protagoniza um processo de transformação decorrente da especulação imobiliária, onde o surgimento de novas empresas e loteamentos privados comprometem a biodiversidade e os modos de vida de comunidades tradicionais que vivem na região. Para a análise ecológica e social da Lagoa dos Índios, foi abordado o conceito de morfologia urbana, que pode ser definida como estudo analítico da configuração e construção das cidades através da observação dos seus processos de origem, crescimento e função. A cidade é fruto da combinação de fenômenos sobre o território que são traduzidos em diferentes tipologias que perpassam aspectos culturais, políticos, sociais e ambientais. Os estudos morfológicos discutem tanto sobre a forma da cidade em seu desenho e composição, quanto sobre as estruturas de poder dominantes e interesses de grupos sociais expressos nos processos de (trans)formação da cidade ao longo do tempo. Uma das questões levantadas por este artigo é de que, no processo de urbanização ocorrido no entorno da Lagoa dos Índios, há situações de racismo ambiental. Esse termo se refere às injustiças sociais que afetam diretamente grupos étnicos e populações mais vulneráveis, apresentando intenções explicitamente ou implicitamente racistas, que geralmente não são aleatórias e visam uma lógica dominante. Considerando os conceitos apresentados, este trabalho analisou uma dimensão coletiva (macro-escalar) da produção da cidade, tendo foco no crescimento da cidade sobre a região da Lagoa dos Índios, que se entende não só como um território em disputa, mas também uma matriz ecológica de grande valor ambiental e cultural. Como método de apreensão e análise de formas morfológicas e estruturas urbanas, tem-se o cartográfico. As cartografias produzidas foram elaboradas por meio de ferramentas de geoprocessamento e manipulação de imagem para coletar a progressão da cidade com base em imagens de satélites, planos diretores e documentos históricos. Assim, o artigo utilizou dos princípios da morfologia urbana para compreender a evolução urbana de Macapá, situando como ponto focal a Lagoa dos Índios, para discutir como o processo de urbanização atravessa questões raciais e ambientais, auxna busca por possibilitar novas formas de (re)pensar os processos de expansão urbana da cidade.

Palavras-chave.

Lagoa dos Índios, Macapá, Morfologia Urbana, Racismo Ambiental, Áreas de Ressaca.

Referências.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24(68), 103-119, 2010.
CAPEL, H. La morfologia de las ciudades. Vol. I: Sociedad, cultura y paisaje urbano. Espanha, Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.
SANTOS FILHO, Herondino dos. Mapeamento e classificação das áreas de ressaca na região metropolitana de Macapá-AP utilizando imagens do satélite CBERS-2B. 141 f. Dissertação (Mestrado em Modelagem Matemática e Computacional) – Centro Federal de Educação e Tecnologia de Minas Gerais. Belo Horizonte: CEFET/MG, 2011.

Para além das linhas. Reflexões sobre a forma urbana na Linha do Equador na cidade de Macapá-AP

Danielle Ferreira Galeno; Manuela Bruno do Amaral; Louise Barbalho Pontes; Raysa OliveiraA Spindola
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ UNIFAP;

(danigaleno05@gmail.com; marcyganter123@gmail.com; louise.pontes@unifap.br; raysaoliveira@unifap.br;)

Resumo.

A Avenida Equatorial, alinhada desde a sua concepção à Linha Imaginária do Equador, foi pensada desde a sua origem como um “marco visual” na paisagem da cidade de Macapá que conecta o monumento “Marco Zero” ao Rio Amazonas. Além disso, a região desde o plano diretor de H.J. Cole (1977), realizado quando a capital pertencia ainda ao Território Federal, foi considerada promissora para atividades de lazer, muito antes da malha urbanística se consolidar na área. Contudo, uma parte desse perímetro acabou por se desenvolver sem planejamento, com ocupações de maneira informal, nesse sentido, os planos e projetos apresentados para esta região não se aprofundam nas relações entre essa linha e o conjunto de edificações existentes em seu percurso. Embora conceitos como “marco visual” sejam mencionados nos projetos urbanos locais, na prática há poucos estudos que se aprofundem na compreensão desse conceito e da aplicação dos métodos do desenho urbano nesta realidade, onde prevalecem ainda projetos e monumentos pontuais e pouco conectados com o contexto existente. Este estudo tem como objetivo a elaboração de uma análise morfológica visual, combinando a elaboração de cartografia com o desenho e a análise de skyline para o estudo das tipologias edilícias presentes na Avenida Equatorial, localizada na Zona Sul da cidade de Macapá, atravessando os bairros Jardim Marco Zero e Araxá. O trabalho se apoia no campo da análise visual, no desenho urbano e revela através de uma série de diagramas e desenhos que atravessam as diferentes escalas as singularidades desta paisagem, as diferentes características entre os padrões edifícios, e contribui não somente para tornar cientificamente visível as relações entre a forma urbana e a desigualdade socioambiental, mas também a relação entre esse conjunto edificado e os marcos simbólicos e visuais desse entorno. É de se destacar a relevância do estudo no que diz respeito à apresentação clara e acessível das diferentes tipologias encontradas. Essa abordagem visa enriquecer tanto o conhecimento dos pesquisadores da área, quanto o público em geral, facilitando a disseminação do conhecimento e incentivando o interesse pelo tema. Em suma, o trabalho contribui para a busca de uma compreensão mais abrangente das transformações do espaço e suas formas arquitetônicas, considerando não apenas as características físicas, mas também sociais que moldam a paisagem e o desenho urbano ao longo da Avenida Equatorial.

Palavras-chave.

Análise visual,
Skyline, Morfologia
Urbana, Amazônia,
Macapá.

Referências.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU. HJ COLE & ASSOCIADOS. Prefeitura Municipal de Macapá, Macapá. 1977.

PANERAI, Philippe. Análise Urbana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

DEL RIO, Vicente. Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento. São Paulo: Pini, 1990.

O uso da ferramenta urban morphometrics para identificar cinturas periféricas. Propondo uma abordagem quantitativa

Silvia Spolaor; Mariana Pizzo Diniz; Alessandro Venerandi

CiTUA, Instituto Superior Técnico, ULisboa ; CITTA, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; Urban Design Studies Unit (UDSU), University of Strathclyde, Glasgow, and PLACE LOGIC, Winchester and London (silviacaser@gmail.com; mpdarquitetura@gmail.com; alessandro.venerandi@strath.ac.uk)

Resumo.

Um contributo clássico dos estudos em morfologia urbana é a identificação das transformações físicas cíclicas consolidadas no espaço urbano. Esta perspectiva demonstra que os assentamentos humanos são caracterizados por períodos de crescimento intercalados por fases de hiato durante seu processo de formação. Na abordagem histórico-geográfica, o conceito de cintura periférica é utilizado para descrever este processo, que é caracterizado pelo desenvolvimento urbano ocorrido nas periferias da cidade e reconhecido na alternância entre áreas residenciais de baixa densidade e novas áreas de crescimento. O conceito enfatiza a transformação diacrônica na crescente franja urbana, identificando as mudanças que deixam marcas no espaço físico (CONZEN, 1960; WHITEHAND, 1967). A metodologia utilizada para identificar as cinturas periféricas é baseada em uma análise cartográfica do estudo de caso em questão e na experiência do pesquisador, que irá mapear essas áreas identificando os períodos em que a cidade cresceu ou se manteve sem crescimento ao longo de vários anos. Isto é uma atividade que exige pesquisa extensa, rigor e tempo. Considerando que a cintura periférica tem características morfológicas específicas que permitem sua distinção no espaço urbano que estudos qualitativos foram capazes de identificar, este artigo propõe a operacionalização do conceito por meio de uma abordagem quantitativa. A primeira parte apresenta uma revisão de literatura focada no conceito de cintura periférica e suas premissas, compreendendo uma interpretação mais objetiva. A segunda parte foca na definição de uma metodologia para detecção das cinturas periféricas baseada na computação de 74 parâmetros primários da forma urbana derivados da abordagem Urban Morphometrics (UMM) (FLEISCHMANN et al., 2022). Uma sequência de operações de machine learning é utilizada para modelar a relação entre os diferentes parâmetros e os lotes que pertencem à cintura periférica. Na terceira parte, a metodologia é aplicada à cidade de Birmingham, avaliando a performance do algoritmo desenvolvido e discutindo o comportamento dos parâmetros primários mais relevantes para prever lotes que fazem parte da cintura periférica. Este artigo oferece uma contribuição inicial para a definição de um método robusto para a identificação de cinturas periféricas de modo escalável, reproduzível e sistemático, partindo de um conceito clássico da morfologia urbana.

Palavras-chave.

Referências.

- CONZEN, Michael R. G. Alnwick, Northumberland: A Study in Town-Plan Analysis. *Transactions and Papers (Institute of British Geographers)*, v. 27, p. iii+ix-xi+1+3+122, 1960.
- FLEISCHMANN, Martin et al. Methodological foundation of a numerical taxonomy of urban form. *Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science*, v. 49, n. 4, p. 1283–1299, 1 maio 2022.
- WHITEHAND, Jeremy W. R. Fringe Belts: A Neglected Aspect of Urban Geography. *Environment and Planning A*, v. 41, n. Jun. 1967, p. 223–233, 1967.

LÓGICAS DE OCUPAÇÃO DO QUILOMBO AMAZÔNICO PARAENSE. (SÉCULOS XIX E XXI)

Catarine de Nazaré Moreira Saunier; Ana Cláudia Duarte Cardoso

Universidade Federal do Pará

(catarine.saunier@gmail.com; acardoso@ufpa.br)

Resumo.

A pesquisa aborda os espaços construídos dos quilombos no Pará, do século XIX à contemporaneidade. Trata-se de desvelar e compreender como esses grupos se instalaram no território paraense, inicialmente como reflexo da resistência ao sistema escravagista na Amazônia Brasileira, compreendendo quais as lógicas materiais, culturais e sociais balizaram a criação e estruturação desses espaços que resistem no território paraense. O escrito trás em um primeiro tempo, localizado no século XIX, a morfologia espacial e as lógicas sociais, econômicas e políticas que levaram a ocupação dos quilombos no Pará. Percebeu-se como os signos naturais, como as águas, as marés, a flora e a fauna foram estruturadores de uma forma de ocupar única que mesclou repertórios culturais baseados nas vivências negras das senzalas e cortiços das cidades com influências colonas, indígenas e afro-brasileiras. As formas de crença, a economia e as trocas socioeconômicas são os pontos basilares que moldaram as lógicas de construir e viver nos quilombos no Pará. Localizados à margem dos rios e mantendo relações intrincadas com grupos étnicos diversos, estabeleceram, inicialmente, uma rede ilegal paralela de trocas econômicas, sociais e simbólicas que garantiram seu desenvolvimento e permanência. Traça-se um paralelo com as ocupações atuais, a partir da análise de trabalhos científicos de quilombos localizados nas regiões paraenses do Baixo Amazonas, Baixo Tocantins, Marajó, Região Guajarina e Região Metropolitana de Belém. Ao compararmos as ocupações atuais com o repertório espacial e social dos quilombos oitocentistas paraenses apresentamos como os espaços construídos são documentos que comprovam as identidades desses grupos e sua história de permanência e produção de espaços ligados à repertórios que remontam as vivências de seus ancestrais que intercambiaram conhecimento com grupos diversos e estabeleceram territorialidades com cosmologias que dependem diretamente dos elementos naturais amazônicos para sua existência.

Palavras-chave.

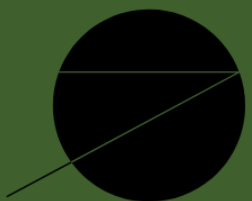
Quilombo, Amazônia, Pará, Espaços Construídos.

Referências.

SAUNIER, Catarine N. M. Os Espaços Construídos dos Quilombos do Pará – séculos XIX ao XXI. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação Arquitetura e Urbanismo/ Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU na Universidade Federal do Pará. Belém, p. 280. 2023.

SALLES, Vicente. O negro no Pará: sob o regime de escravidão. Brasília: Ministério da Cultura; Belém: Secretaria de Estado de Cultura: Federação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1971.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e as fronteiras da antropologia. Antropolítica, Niterói, n. 19, p. 91-111, 2005.



LINHA 03

Os reflexos do fechamento das instalações da Universidade Gama Filho. Apropriação dos espaços livres urbanos nos bairros de Piedade e Quintino a partir de uma análise multiescalar

Sofia Vezzaro Taiarol; Nátaly Santos Carvalho;
Vera Regina Tângari; Alex Assunção Lamounier
UFRJ; UFF;
(sofia.taiarol@fau.ufrj.br; nataly.santos@fau.ufrj.br;
vtangari@fau.ufrj.br; alexlamounier@id.uff.br;)

Resumo.

O presente trabalho é resultado de análises realizadas ao longo de três meses nos bairros de Piedade e Quintino Bocaiúva, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Os estudos desenvolvidos foram parte da disciplina de pós-graduação Arquitetura da Paisagem, entre setembro e dezembro de 2023, ofertada para estudantes de mestrado e doutorado. As análises propostas tem como objetivo de estudar as transformações ocorridas nos bairros e seu impacto nas relações de apropriação da população local com foco na Unidade de Paisagem referente às quadras anteriormente ocupadas pela antiga Universidade Gama Filho, fundada em 1939. No âmbito desse contexto, o foco do estudo é apresentar os conceitos e métodos apresentados ao longo da disciplina. Primeiramente, aborda-se a compartimentação da paisagem, uma forma mais abrangente de observar o território. Em seguida, analisam-se as atmosferas de preferência, examinando-o de maneira próxima e sensível à escala humana. Assim, foi possível viabilizar uma interpretação multiescalar da paisagem da Zona Norte do Rio de Janeiro, com foco nos bairros de Quintino e Piedade, os selecionados como estudos de caso. Essa estrutura metodológica da disciplina visava justamente ressaltar o olhar crítico sobre o território, a partir das diversas perspectivas de análises desde a sua formação como bairro até os dias atuais. As transformações ocorridas nesse tecido urbano são de extrema importância para o entendimento da situação presente. Dessa forma, a abordagem não apenas multiescalar, mas também multidisciplinar, proporciona uma importante variedade de pontos de vista cruciais para uma análise abrangente do tema em estudo. Os exercícios realizados foram fundamentados em leituras que serão abordadas ao longo do artigo, proporcionando uma base teórica para os processos de análise. Debates, desenhos à mão livre, mapas, fotografias, quadros síntese e visitas a campo foram adotados como práticas fundamentais. Cada uma dessas etapas desempenhou um papel crucial no entendimento do território, pois a cada novo olhar sobre o local, novas transformações e peculiaridades eram observadas e discutidas com os estudantes e professores, enriquecendo a análise. Por fim, os resultados destacam a importância que esse equipamento teve para o desenvolvimento socioeconômico local. Desde a apropriação dos espaços livres públicos e privados até o esvaziamento do bairro após o encerramento das atividades e instalações em 2014, que ocupavam uma área de 18 mil metros quadrados. Atualmente, existem novas propostas para reutilizar os espaços anteriormente ocupados pela universidade. No entanto, a memória coletiva da população ainda está fortemente ligada às antigas vivências. O poder simbólico desse equipamento para o bairro de Piedade e arredores persiste, sendo ainda sentido mesmo após o seu esvaziamento.

Palavras-chave.

apropriação de espaços públicos, sistema de espaços livres, universidade gama filho, com-partimentos de paisagem, unidades de paisagem.

Referências.

“DUARTE, C.R., PINHEIRO, E., UGLIONE, P., MELO, N., CASTELLANO, C., LIRA, E., THOMAS, B., PEDROSO, E., GUERRA, J. Empatia Espacial – Corpo e linguagem na tradução de uma alteridade. In: Corpocidade. Bahia, 2014.
LAMOUNIER, A. A.; CARVALHO, T. C. C.; YAMAKI, H. T.; TANGARI, V. R. Atmosferas de Preferência e Paisagens Cotidianas: a cidade através de múltiplos sentidos. In: Anais da Conferência Internacional 2019 / Resensitizing Cities. urban ambiances and senses: Proceedings of the International Conference. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2019.
SILVA, J. M. P.; MANETTI, C.; TANGARI, V. Compartimentos e Unidades de Paisagem: Método de Leitura da Paisagem Aplicado à Linha Férrea. In: Paisagem e Ambiente, 2013.”

Biourbanismos Amazônicos. Os milenares anthromes pré-coloniais amazônicos

Ciselle Fernandes de Pinho; Ana Cláudia Duarte Cardoso
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAU-UFPA
(fpgiselle@gmail.com; aclaudiacardoso@gmail.com)

Resumo.

Recentemente a literatura vem trabalhando novos conceitos como biourbanismo ou biomimetismo como soluções para os desafios bioclimáticos. O biourbanismo é um conceito de interesse ao estabelecer a premissa de que as cidades não devem ser consideradas como o oposto da natureza, mas sim um bioma altamente modificado pelo homem. O livro conceitual do Biourbanismo apresenta a discussão sobre as cidades da antiguidade, o que levou ao desaparecimento, abandono ou destruição de várias delas e quais características são mais claramente observadas naquelas que sobreviveram até os dias atuais. As causas principais daquelas que declinaram foram em grande medida devido às mudanças climáticas desencadeadas pela supressão e superutilização dos recursos naturais ao redor das cidades. De posse desse arcabouço, volte-se o olhar para as recentes descobertas arqueológicas na Amazônia. Por muitas décadas considerou-se que a floresta era um impeditivo para que sociedades complexas se desenvolvessem, porém este quadro começa a mudar e novos estudos apresentam a Amazônia pré-colonial como um dos melhores exemplos de como o homem já foi capaz de viver por milênios em diversas estratégias de biourbanismo, ou seja, os povos originários foram capazes de desenvolver sociedades complexas nas quais a natureza era indissociável das suas técnicas de sobrevivência, moradia e organização de seu espaço construído, vivido e domesticado. A Amazônia possui em si uma grande quantidade de nichos ecológicos e este artigo tem por objetivo refletir sobre o processo de formação dos anthromes amazônicos, utilizando-se das prerrogativas conceituais da escola italiana referentes à teoria da estruturação espacial do território e o processo tipológico territorial, forma de organização social (governança, economia e instituições), mobilidade (transporte, comunicação e infraestrutura) e capacidade transformativa (sociedade, estilo de vida e cultura). A Amazônia presenciou pelo menos quatro períodos formativos de anthromes: o Lítico (7000 a 5000 AP), o Ceramista Inicial (5000 a 3000 AP), o Ceramista Médio (3000 a 900 AP) e o Ceramista Tardio (de 900 a 550 AP). Apesar dessa cronologia expressar uma certa linearidade formativa é incorreto projetar para a Amazônia um único padrão sociopolítico geral, uma vez que a rede de trocas permitia que populações de práticas nômades comercializassem com povos sedentários em um padrão que viabilizava a subsistência mútua, o que permitiu a especialização no melhor que seus nichos ecológicos lhes permitissem. Conclui-se que à época da conquista européia, existia na Amazônia um mosaico espacial composto por uma distribuição irregular de áreas culturais e tipos territoriais bem definidos tanto de sistemas sociopolíticos complexos com técnico-economias semi-intensiva de paisagens altamente domesticadas quanto de sistemas sociopolíticos “minimalistas” de técnico-economias baseadas em paisagens menos domesticadas. Independentemente de sua complexidade, praticava-se nos anthromes Amazônicos um processo de retroalimentação positiva, ou seja, o manejo da fauna e flora e a deposição de matéria orgânica carbonizada e cinza associada (lixo) resultou no aumento duradouro da capacidade produtiva dos solos, conseqüente expansão da diversidade já existente, característica principal do Biourbanismo, que nos primórdios de seu ciclo de consolidação se viu profundamente alterado pelos modelos formativos europeus.

Palavras-chave.

Biourbanismo,
Modelos Formativos,
Estruturação
Espacial, Áreas
culturais, Amazônia
Pré-colonial.

Referências.

CANIGGIA, G.; MAFFEI, G. L. Tipologia de la edificación: estructura del espacio antrópico. Madrid: CELESTE EDICIONES, 1995.
HECKENBERGER, Michael J.; RUSSELL, J. Christian; FAUSTO, Carlos; TONEY, Joshua R.; SCHMIDT, Morgan J.; PEREIRA, Edith; FRANCHETTO, Bruna; KUIKURO, Afukaka. Pre-Columbian Urbanism, Anthropogenic Landscapes, and the Future of the Amazon. *Science*, [S.L.], v. 321, n. 5893, p. 1214-1217, 29 ago. 2008. American Association for the Advancement of Science (AAAS). <http://dx.doi.org/10.1126/science.1159769>.
MCGREGOR, Adrian. *Biourbanism: cities as nature: a resilience model for anthromes*. London: Biourbanism Publishing Pty Ltd, 2022.

Cartografia Participativa como método para se enxergar a cidade informal.

O caso do assentamento “Terra Prometida”, em Tianguá/CE

Brenda Maria Macedo Mendes (autora); Antonio Pabllon Nunes de Sousa (coautor)

UNINTA

(bbrendamendes@gmail.com; pabllonunes14@gmail.com)

Resumo.

Assim como acontece em grandes cidades e/ou metrópoles brasileiras, em pequenas e médias cidades a produção informal do espaço também é indesejada, sobretudo, pelos órgãos governamentais, devido a diversos fatores, incluindo o de uso indevido do solo. O desencontro entre o espaço urbano planejado e o espontâneo origina uma série de problemáticas urbanas e habitacionais, como autoconstruções em áreas de risco, difícil acesso a serviços públicos etc., quadro que se acentua ainda mais com a tendência da cidade informal de se “tornar invisível” no processo de urbanização, ou seja, não ser representada em bases cartográficas oficiais, dificultando reivindicações partidas dos moradores, que em sua maioria são de baixa renda, e possíveis estratégias oficiais que solucionem ou amenizem as dificuldades enfrentadas por eles. O assentamento informal “Terra Prometida” possui cerca de 86.000 metros quadrados e está localizado na periferia de Tianguá, pequena cidade que se encontra na divisa do estado do Ceará com o Piauí. A comunidade chamou a atenção da autora ainda na graduação devido à velocidade com a qual surgiu e se consolidou em uma gleba que pouco se sabe sobre a quem pertence originalmente. Baseando-se em imagens do Google Earth Pro e em conversas com uma das lideranças do local, notou-se que ao final do ano de 2013 ainda não haviam ocupações na área, entretanto, em 2019 a comunidade já possuía praticamente a mesma taxa de ocupação que possui hoje, composição que se deu de forma extremamente acelerada. Essa dinâmica produziu moradias, em sua grande parte, sem os requisitos mínimos para serem consideradas dignas, cenário que se evidencia em períodos chuvosos, nos quais, além das ruas sem calçamento, sarjeta etc. ficarem intransitáveis, as casas apresentarem fragilidades para suportar as chuvas. Além disso, há um desconhecimento acerca da quantidade de moradores, bem como o número de residências, visto que o assentamento não se encontra “inserido” na cidade, tanto a nível de infraestrutura urbana básica - como rede de saneamento - quanto de serviços básicos de saúde, por exemplo - mesmo estando próximo a uma Unidade Básica de Saúde, a busca por atendimentos é dificultada por conflitos territoriais entre facções criminosas. Diante disso, surge uma aproximação com a comunidade para, de forma participativa e insurgente, fazer o uso de Sistemas de Informações Geográficas na construção da cartografia da área, que atualmente inexistente, visando usar o conhecimento técnico como suporte no combate aos impactos negativos causados pela segregação socioespacial. O trabalho, ainda em construção, foi dividido em três partes: a primeira, com revisões bibliográficas, visitas de campo, levantamento fotográfico e escuta ativa; a segunda e atual, com a produção de desenho cartográfico, vetorizando quadras, lotes, edificações, topografia etc.; e a terceira, com a caracterização das vias, apontamento da quantidade de residências e suas tipologias, dentre outros dados pertinentes. Ao final, os mapeamentos e informações produzidos serão divulgados para tornar a comunidade “visível” perante os demais agentes que compõem a cidade, podendo ser base para o planejamento urbano comunitário e/ou da própria gestão pública local e futuros trabalhos profissionais e/ou acadêmicos.

Palavras-chave.

Cartografia participativa, Geotecnologia, Cidade informal, Participação popular, Planejamento urbano.

Referências.

- Ancona, Ana L. Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários. Brasília: MCidades/SNH, 2010.
- Costa Lima, M. Q. Ver a cidade: modelagem da informação para regulação de assentamentos informais. 2017. 206f. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Design) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- Sposito, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

O habitar das infâncias na cidade. Cartografias e leitura da paisagem aplicada nos caminhos casa-escola na 7ª CRE, Rio de Janeiro

Mariana Coviello Rei Rebelo Pereira; Giselle Arteiro Nielsen Azevedo

PROARQ-FAU-UFRJ

(mariana.coviello@fau.ufrj.br; gisellearteiro@fau.ufrj.br)

Resumo.

Este artigo tem como objetivo investigar a complexidade das relações, dinâmicas e redes existentes entre a morfologia urbana e o habitar das infâncias na cidade, a partir da cartografia e dos modos de leitura da paisagem nos seus deslocamentos cotidianos de casa à escola. A escolha pelo tema tem como justificativa a invisibilidade das infâncias perante a vida urbana, seja na garantia do acesso à cidade ou mesmo nos processos de participação e decisão da vida pública. Daí a necessidade de investigar tais lacunas, através de metodologias colaborativas e participativas que deem lugar de fala às crianças em seus territórios, permitindo compreender como acontecem as percepções, representações e ressonâncias lúdicas e educativas entre corpo infantil e espaço urbano, mesmo quando não se é ofertada qualidade para isso. Assim, o estudo se desenvolve por meio de uma abordagem multiescalar e transdisciplinar, estruturada a partir do conceito de Território Educativo (Azevedo et al., 2016, 2019). Elegeu-se como objeto de estudo a zona oeste do município do Rio de Janeiro, mais precisamente a 7ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), que compreende os mesmos limites político-administrativos da Área de Planejamento 4. A escolha por esse território é marcada pela diversidade de paisagens e por ainda ser um forte eixo de expansão e renovação urbana que opera no município. A metodologia adotada incorpora a interlocução de duas formas de leitura da paisagem: a primeira estabelece a delimitação da área de estudo em Unidades de Paisagem (UPs) (Silva; Manetti; Tângari, 2013), definidas com base em uma dinâmica de processos socioambientais atuantes no território, as quais permitem criar uma identificação entre áreas onde a paisagem é semelhante. A segunda, por sua vez, aprofunda a simbologia cognitiva, retratando as percepções e desejos para a cidade, feitas por estudantes das escolas municipais do Rio de Janeiro, através das respostas capturadas no projeto de pesquisa Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos do Rio de Janeiro. A atividade foi estruturada pelos grupos de pesquisa Ambiente-Educação (GAE) e Sistemas de Espaços Livres (SEL-RJ), vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ FAU-UFRJ), em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, com o intuito de entender a diversidade e a complexidade da cidade, a partir do olhar das crianças e jovens. Os vetores de cada cartografia, demonstram a diversidade, complexidade e disputas que existem no território de análise, e quando sobrepostas, promovem um processo rizomático para se refletir sobre a qualidade do Lugar e do direito à cidade. Os resultados revelaram uma compreensão muito significativa do espaço urbano, nos elementos físicos característicos de cada UP, mas principalmente das problemáticas socioespaciais que enfrentam. Isso mostra a importância da integração entre os métodos cartográficos, como forma de garantir maiores aprofundamentos para a leitura da paisagem e percepção ambiental, bem como corroborar no processo de participação ativa das crianças e jovens nos projetos e políticas públicas urbanas, para dialogar, atuar e transformar qualitativamente a cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave.

Infâncias, Cartografia, Unidades de paisagem, Mapeamento Afetivo, Rio de Janeiro.

Referências.

- SILVA, Jonathas Magalhães Pereira; MANETTI, Claudio; TANGARI, Vera Regina. Unidades de paisagem e o processo de compreensão da forma urbana. In: Paisagem e Ambiente: ensaios - v.31 - São Paulo: FAUUSP, 2013, p. 61-80.
- AZEVEDO, Giselle; TÂNGARI, Vera; RHEINGANTZ, Paulo (Orgs.). Do espaço escolar ao território educativo: O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016.
- AZEVEDO, Giselle (Org.). Diálogos entre arquitetura, cidade e infância: Territórios educativos em ação. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2019.

Os territórios de escutas de crianças e jovens da Cidade do Rio de Janeiro.

Victória Ferreira Robadey Carvalho ; Raquel Mourinho dos Anjos ; Andrea Queiroz Rego
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ/UFRJ)
(victoria.carvalho@fau.ufrj.br; raquel.anjos@fau.ufrj.br; andrea.queiroz@fau.ufrj.br)

Resumo.

Este trabalho integra o Projeto de Extensão Mapeamento Afetivo, desenvolvido em parceria com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (Escritório de Planejamento e a Secretaria de Educação). O Projeto, no Dia Mundial do Urbanismo (8/11/2022), encaminhou para cerca de 100 mil estudantes da rede municipal duas perguntas: (1) descreveram com desenhos e palavras o que veem, escutam e sentem no caminho entre a casa e a escola e (2) como desejariam que fosse esse caminho. Essa pesquisa, elaborada com as 11 Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) do Município, além de incluir dados demográficos (raça, gênero, idade), envolve a coleta de inúmeros dados urbanísticos percebidos pelos respondentes: morfológicos (tipo de edificações, gabarito, presença de espaços livres), funcionais (uso do solo, tráfego, transporte), infraestruturais, sensoriais (som, percepções térmicas, olfativas, desconforto visual) etc. A partir desses dados coletados, foi elaborada a pesquisa Zoneamento Sonoro Afetivo na qual este trabalho se insere, que se debruça sobre a percepção sonora dos estudantes, com o objetivo de investigar a relação que se estabelece entre o audível/sensível e o morfológico da Cidade, e verificar se essas escutas são capazes de identificar os diferentes territórios da Cidade. A pesquisa se desenvolve usando, predominantemente, métodos qualitativos de análise e correlacionais. Os métodos envolvem, a partir da sistematização dos resultados, a análise qualitativa específica sobre a percepção e representação (textual e gráfica) sonoras e correlacional, associando sons com os aspectos urbanísticos identificados pelos respondentes, os quais são cotejados com dados oficiais da Prefeitura e dados do Grupo de Pesquisa. Também, é levado em consideração, no processo correlacional, o IDS (Índice de Desenvolvimento Social), tendo por base a localização das escolas dos respondentes. Este trabalho apresenta os resultados parciais da 7a CRE, vasto território com a maior diversidade socioambiental dentre todas as CREs. Nos resultados foi possível identificar que as diferentes percepções sonoras dos respondentes estão associadas com a forma urbana e suas funções, isto é, em tecidos urbanos menos densos, com presença de espaços livres e menor fluxo veicular, são relatados sons de pássaros, conversas, música. Já em tecidos urbanos mais densos predomina o som do tráfego. Os sons muitas vezes são relacionados com a insegurança e violência urbana, como tiros e gritaria, comumente, em territórios com menor IDS; ou com a identificação e sentimento de pertencimento com o lugar, como, o sinal da escola ou com outras memórias afetivas dos estudantes, como a música escutada na praça.

Palavras-chave.

paisagem sonora,
zoneamento sonoro,
morfologia urbana,
Cidade do Rio de
Janeiro, identidade
urbana

Referências.

CARVALHO, Victória Ferreira Robadey; REGO, Andrea Queiroz. Uma “janela de escuta” em tempos de pandemia da COVID-19 em Icaraí, Niterói/RJ. Paranoá, Brasília - DF, v. 14, n. 29, p. 1-15, 1 jun. 2021. Semestral. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Univ. de Brasília. <http://dx.doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n29.2021.08>.

SIMILI, Juliana; REGO, Andrea Queiroz. Passeio Sonoro Comentado: metodologia de identificação da paisagem sonora representada por pessoas surdas | Commented soundwalk: methodology for identifying the soundscape represented by deaf people. OCULUM ENSAIOS, v. 17, p. 1, 2020.

TANGARI, Vera Regina ; AZEVEDO, Gisele Arteiro; LAMOUNIER, Alex; REGO, Andrea Queiroz. Mapping Rio de Janeiro Through The Eyes Of Children. In: Rubbo; Du; Thomsen; Tamke. (Org.). Design for Resilient Communities. 1ed.: Springer Nature, 2023, v. 3, p. 881-888.

O sentido de ribeiridade na relação cidade-rio. Percepções sobre a Feira do açaí, Belém-PA.

Leticia Martel Kuwahara; Cintia Geraldina Reis da Silva Sousa; Luiz de Jesus Dias da Silva

Universidade Federal do Pará

(leticiakuwahara25@hotmail.com; ci.arquiteta@gmail.com; ldsj@ufpa.br)

Resumo.

Nas cidades margeadas pelos rios da Amazônia observa-se paisagens caracterizadas pelos simbolismos materiais das atividades socioespaciais entre os diferentes tipos de cidades: ribeirinhas, beira-rio e sub-regiões. Os rios como meio integrador à rede urbana regional são condutores e responsáveis pelo intercâmbio cultural, social e econômico, afirmando elos e/ou fragmentos materializados pela espacialidade dos diferentes contextos de usos e apropriações. Esses espaços resultam em múltiplos territórios, personificados por “(...) um conjunto de objetos espaciais/geográficos, como armazéns, comércios, portos, feiras, trapiches e barcos (...)” (Trindade Jr, Silva, Amaral, 2008, p. 36) que compõem os espaços urbanos da beira dos rios. Para Silva e Rodrigues (2016, p. 385) esses lugares são “como um limiar entre o rural e o urbano, entre os rios e a cidade”, resultando em trocas entre cidades e ilhas. Na cidade de Belém, observa-se nas margens dos seus rios o sentido de ribeiridade, conceito abordado por Rente Neto e Furtado (2015, p. 159), que está intimamente ligado ao “(...) modo de vida muito peculiar a um espaço físico bem característico da Região Amazônica (...)”, sendo a relação dos grupos ocupantes desses espaços com o elemento hídrico. Por conseguinte, para essa pesquisa entende-se esse “sentido” como a subjetividade afetiva, material e laboral de características socioculturais particulares ao ribeirinho, presentes em áreas urbanas localizadas à beira dos rios, como é o caso das feiras que se constituem a partir da chegada e de embarque dos produtos por via hidroviária. O presente estudo tem como recorte a Feira do Açaí da cidade de Belém-PA, que faz parte do complexo Ver-o-peso e é o principal entreposto comercial e portuário para o escoamento da produção do fruto in natura, sendo, de acordo com Sales (2014, p. 83), a continuidade das atividades realizadas nos “espaços geográficos insulares (...)”. Além disso, o funcionamento e as ocupações na área se dão de forma transitória, e como produto formam paisagens caracterizadas pelas ações cotidianas dos agentes espaciais responsáveis pela dinâmica do açaí, configurando de forma efêmera o espaço de acordo com os usos e apropriações, influenciando no fluxo comercial do produto e sua distribuição no meio urbano. Nesse sentido, as paisagens se moldam estabelecendo a espacialidade a partir da temporalidade, sendo não só relacionada à toponímia, mas também às relações socioculturais (Sales, 2014) apropriadas pelos usuários, resultando em múltiplos territórios, memórias, afetos e subjetividades arraigadas a relevância do que vem a ser a “Feira do Açaí” no imaginário da população local. Assim, esta pesquisa tem como objetivo conceituar o sentido de ribeiridade no espaço feira-porto a partir do entendimento dos agentes sociais que trabalham na dinâmica comercial da Feira do Açaí, seus simbolismos espaciais e sua integração ou adaptação à paisagem urbana. Para tanto, a metodologia desta pesquisa está embasada na percepção e ambiências urbanas, tendo como instrumento o método etnográfico a fim de compreender as vivências relacionadas a esse sentido ribeirinho e como a rede urbana na Amazônia se materializa na Feira do Açaí.

Palavras-chave.

Cidade-rio na Amazônia, Ambiências urbanas na Amazônia, Feira do Açaí, Paisagem Urbana

Referências.

- NETO, Francisco Rente; FURTADO, Lourdes Gonçalves. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. Cadernos de Campo (São Paulo-1991), v. 24, n. 24, p. 158-182, 2015.
- SALES, Josias de Souza. Etnografia de uma feira livre em Belém do Pará: consumo e circulação de produtos na Feira do Açaí e seus desdobramentos em temporalidades múltiplas. Mercados populares em Belém: produção de sociabilidades e identidades em espaço urbano. Belém: NAEA, p. 73-87, 2014.
- TRINDADE JR, Saint- Clair Cordeiro da; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; AMARAL, Márcio Douglas Brito. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

Pedalando desejos. Os deslocamentos urbanos na cidade do Rio de Janeiro a partir de um grupo de pedal noturno.

Fernando Manteufel Fiorotti Mathias; Cristiane Rose De Siqueira Duarte

UFRJ

(fernando.mathias@fau.ufrj.br; cristiane.rose@fau.ufrj.br)

Resumo.

Ao pensar os modos de produzir cidade, nos interrogamos quais cidades se produzem em trânsito? Deste modo, investigamos e delineamos qual cidade se produz a partir dos deslocamentos sob bicicletas, em específico de um grupo de pedal noturno o qual acompanhamos há cerca de dezoito meses na cidade do Rio de Janeiro. O deslocamento o qual tratamos se encontra no campo do desejo em um entendimento a partir de Gilles Deleuze e Félix Guattari, segundo os autores, se deseja sempre em um conjunto, com a definição de que este é um fluxo, uma produção (Deleuze e Guattari, 1995). É investigando a partir dos desejos, que emergem as relações dos ciclistas com o território, balizamos o conceito a partir da escrita de Felix Guattari e Suely Rolnik em “Micropolítica: Cartografias do desejo”, ao apresentar este enquanto “[...]relativo tanto ao espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente em casa.” (Rolnik e Guattari, 2006, p. 323). A partir da familiaridade do sujeito com o território habitado exploramos a produção desejante dos ciclistas e como é dada a interpelação cidade-ciclista e ciclista-cidade. O território em questão é movente, se alonga e se comprime, ao variar pela justaposição dos ciclistas no grupo, quando parados a tendência é a compressão, quando em movimento, é importante estar atento se está dentro da área previamente delimitada, que consiste entre o coelho (pessoa que puxa o pedal) e a tartaruga (última pessoa do grupo, garantindo que ninguém fique para trás). Tal característica volátil do grupo (alongamento e compressão) associamos ao traçado urbano, largura das ruas, comprimento das quadras e uso do solo são variantes que interferem no comprimento e na velocidade do pelotão, bem como onde escolher para fazer suas paradas, seja em esquinas, praças ou em largas orlas e calçadas. Com diferentes trajetos a cada semana, há uma alternância entre as zonas da cidade, sul, norte e oeste, com destinos a serem votados presencialmente no local de concentração da pedalada, é percebido que os locais de escolha se apoiam majoritariamente sob os seguintes aspectos, locais julgados como seguro, baratos para comer/beber e onde seja possível fumar maconha sem preocupação de enquadro (seja pela força policial ou pelos que frequentam o entorno escolhido). Por meio de registros fotográficos e cadernos de campo, traremos elementos que compõem a ambiência desse grupo de pedal, e destacar as características morfológicas dos lugares atravessados e de permanência durante a prática, a fim de delinear cidade vivida e produzida em trânsito.

Palavras-chave.

Desejo, Cidade,
Território, Pedalar,
Morfologia.

Referências.

GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia (Vol. 1). Rio de Janeiro: Editora, v. 34, 1995. ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. Micropolítica: cartografias do desejo. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

Dinâmica geoespacial de comunidades urbanas em estado de vulnerabilidade social: Residentes em área de Beira-Trilhos na cidade de Passo Fundo/RS - Brasil

Alana Urio; Alcindo Neckel; Grace Tibério Cardoso

Atitus Educação

(urio.alana@gmail.com; alcindo.neckel@atitus.edu.br; grace.cardoso@atitus.edu.br)

Resumo.

A crescente urbanização tem levado à formação de comunidades em situação de precariedade e irregularidade urbana e habitacional ao longo das linhas ferroviárias, conhecidos como assentamentos Beira-Trilhos. Essas áreas são emblemáticas de uma realidade complexa, onde a morfologia do ambiente é moldada por uma série de desafios socioeconômicos, culturais e estruturais, sendo caracterizados por uma intrincada teia de habitações improvisadas, frequentemente construídas sem conformidade com os regulamentos urbanos e de segurança (Rolnik, 2011; Marques, 2013). A carência de planejamento adequado resulta em condições habitacionais precárias, com moradias autoconstruídas e materiais inadequados, sujeitas a riscos estruturais e déficit crônico de infraestrutura básica, como água potável, saneamento e eletricidade, exacerbando ainda mais as condições de vida precárias (Rolnik, 2011). Sob os trilhos, enfrentam desafios jurídicos que destacam a insegurança de fazer parte da cidade e exercer plenamente sua cidadania, pelas constantes ameaças de remoção sem planejamento adequado para realocar esses moradores, ignorando a importância social e individual que essa comunidade representa (Marques, 2013). Além dos desafios físicos, os assentamentos também enfrentam questões socioeconômicas e culturais profundas. Do ponto de vista cultural, essas comunidades são constituídas por uma mistura diversificada de grupos étnicos e culturais, criando um ambiente único de convivência. No entanto, a falta de integração com o resto da cidade pode levar ao isolamento, aumentando as tensões sociais e reduzindo as oportunidades de desenvolvimento, isso se dá pelo fato de que, a falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, perpetua ciclos de pobreza e marginalização, contribuindo para o aumento da falta de oportunidades de emprego formal (Sassen, 2016), empurrando muitos residentes para o setor informal, onde enfrentam salários baixos e condições de trabalho insalubres e perigosas. Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo é analisar o tecido morfológico da comunidade Beira-Trilhos na cidade de Passo Fundo/RS, numa compreensão geoespacial para entender as características socioeconômicas e culturais nesta área de extrema vulnerabilidade social. Metodologicamente, utilizou-se o software QGIS (versão 3.10.4.1), dados do arquivo histórico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e visitas ao local de estudo, para visualizar a dinâmica da construção e da modificação espacial do local que possui mais de 40 anos de história e resistência na cidade de Passo Fundo/RS. Consideramos o uso e ocupação do solo, as áreas de vulnerabilidade social e o zoneamento como elementos fundamentais para compreender as dinâmicas de apropriação urbana e a diversidade no padrão de ocupação espacial em três fases distintas de espaço-tempo. Os resultados preliminares demonstram que a análise geoespacial tem sido fundamental para fornecer uma representação detalhada e precisa do ambiente urbano em diversos espaço-tempo, identificando áreas prioritárias para intervenção e promovendo o desenvolvimento sustentável dessas comunidades urbanas em estado de vulnerabilidade social.

Palavras-chave.

Urbanização,
Morfologia urbana,
Análise urbana,
Beira-Trilhos, Passo
Fundo

Referências.

MARQUES, Eduardo. A cidade informal. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ROLNIK, Raquel. A guerra dos lugares: a colonização da terra e a reprodução da desigualdade. São Paulo: Editora FAPESP, 2011.

SASSEN, Saskia. A cidade global. São Paulo: EDUSP, 2016.

Indicadores para planejamento e gestão da paisagem: possibilidades e limitações da série ISO 37120

Larissa Carvalho Trindade; Bianca Ana Coelho; Maria Luiza Tremel de Faria Lima

IPIUF / SMPIU

(larissact.urb@gmail.com; arq.biancacoelho@gmail.com; marialuiza.ipuf@gmail.com)

Resumo.

O uso de indicadores para monitorar e avaliar políticas públicas é uma ferramenta amplamente reconhecida. No âmbito das políticas públicas urbanísticas, os indicadores de desempenho urbano são de emprego relativamente recente, contudo seu desenvolvimento encontra-se em profusão, originando estudos, rankings e certificações relacionadas. Ao mesmo tempo, há um crescente apelo institucional e científico em prol da implementação de métodos e técnicas de planejamento e gestão da paisagem no planejamento urbano. Diante deste contexto, foi conduzido um estudo focado na principal referência internacional para indicadores de cidades e cuja certificação tem sido buscada por cidades brasileiras: a ISO 37120. Esta norma apresenta Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Comunidades Urbanas, sendo complementada pela ISO 37122, voltada ao estabelecimento de indicadores para cidades inteligentes e pela ISO 37123, com indicadores para cidades resilientes. O estudo consistiu na sistematização e análise dessas três ISO, compreendendo suas classificações, temas e indicadores; seguido do destaque de indicadores diretamente relacionados com aspectos da paisagem, utilizando como base autores que abordam o uso de indicadores para paisagem e métodos de análise de paisagem. Também foi avaliado o potencial de cada indicador para apoiar estudos de morfologia urbana. Os principais indicadores de paisagem arrolados foram então calculados para a cidade de Florianópolis-SC, produzindo gráficos e mapas que foram comparados com outras leituras técnicas preexistentes do território. Os resultados apontam que, embora a série de indicadores não aborde explicitamente a paisagem, relaciona-se com ela ao envolver aspectos como preservação e conservação de recursos naturais, espaços livres de lazer e planejamento urbano. Evidencia-se, contudo, a necessidade de adequação de termos e nomenclaturas de modo a melhor corresponder aos conceitos científicos empregados. As limitações identificadas residem na série de indicadores pouco elucidar aspectos morfológicos; na baixa aplicabilidade e relevância da ISO 37122 para o contexto brasileiro; no risco de simplificação de processos complexos inerente a análises restritas a indicadores; e no foco restrito aos limites municipais, descontextualizado de aspectos regionais. Além disso, ressalta-se que as certificações da série ISO 37120 são conferidas aos municípios simplesmente pela apresentação dos indicadores calculados e comprovados, sem a interpretação e avaliação dos resultados que eles representam. De tal modo, infere-se que políticas públicas urbanísticas e certificações de cidades que se apoiem tão somente nesses indicadores tendem a ser limitadas. No entanto, a avaliação também constata possíveis contribuições da série para o contexto estudado, entre as quais: relevância de aspectos da ISO 37123 frente às emergências climáticas; o aumento da transparência das ações públicas e dos seus resultados; e o fortalecimento e incentivo à adoção de métodos quantitativos de análise e de monitoramento da paisagem. Por fim, o estudo sugere a ampliação das investigações sobre o uso de indicadores para o planejamento e a gestão da paisagem e aponta a necessidade da complementação da análise dos resultados de indicadores por meio de estudos específicos contextualizados.

Palavras-chave.

indicadores; certificações; ISO 37120; gestão territorial; planejamento da paisagem.

Referências.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ISO/NBR 37120 - Cidades e Comunidades Sustentáveis: Indicadores para Serviços Urbanos e Qualidade de Vida. Rio de Janeiro, 2007.

CAMARGO, Bruno Gomes. Análise da aplicabilidade dos indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida da norma ABNT ISO 37120:2017 no Planejamento Ambiental Urbano. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Paraná, 2021.

CASSATELLA, Claudia; PEANO, Attilia. Landscape Indicators: Assessing and Monitoring Landscape Quality. Torino: Springer, 2011.

Formação do bairro Bixiga, São Paulo/SP. Disputas culturais, apropriação e sentido de pertencimento

Leandro Cabral Silva; Douglas Luciano Lopes Gallo

Instituto Federal de São Paulo

(leandro.cabral@aluno.ifsp.edu.br; douglas.luciano@ifsp.edu.br)

Resumo.

O território do Bixiga, tradicional bairro histórico localizado no centro da cidade de São Paulo, protagoniza uma série de discussões atreladas desde a sua historicidade particular, relacionada à história geral da formação urbana da capital, até a consolidação imagética do espaço como uma colônia italiana no coração da metrópole. Enquanto bairro, subjaz uma invisibilidade, pois o mesmo encontra-se no distrito da Bela Vista, não existindo per se. Para Pacca (2010) os distritos são unidades territoriais e administrativas criadas por lei municipal, enquanto o bairro é um conceito antropológico que deriva da percepção de seus moradores, sendo mais fluído, sem limite físico rígido. A diversidade temática reflete o caráter compósito e complexo deste território sem fronteiras rígidas, vivenciado por diferentes grupos sociais que o ocupam, se apropriam e constroem conjuntamente o seu sentido urbano. Neste cenário, o presente artigo versa sobre a formação morfológica e cultural, oriunda da disputa e das tensões que se espacializam no território, sendo de caráter identitário mas também urbanístico-geográfico, sendo este último formulador de projetos homogeneizantes do espaço, colocando em evidência seu macro discurso, descartando as vivências e a significação social atribuída ao bairro. A pesquisa, em desenvolvimento, tem como objetivo estudar as disputas que se estabelecem no âmbito espacial e cultural do bairro do Bixiga, que podem ser de ordem social (identitário, étnico, comunitário) ou formal (projetos urbanos verticais de desenvolvimento), decodificado pelas formas de apropriação e ambiência urbana, tendo como embasamento metodológico na Geosemiótica (Castañeda, 2021), aplicando o conceito de empatia espacial, análises histórico-cartográficas (ocupação ao longo do tempo) e geográficas e urbanísticas (população, migração, territorialização). O presente artigo é um recorte temático da pesquisa, partindo das ferramentas metodológicas para identificar e delimitar as fronteiras, ainda que nebulosas, do bairro enquanto unidade estruturada e organizada pelos diferentes grupos que o apropriam. Os resultados preliminares indicam que o Bixiga é um espaço empático, onde os sujeitos se confortam e comprometem-se espacialmente, engajando-se socialmente e construindo seu sentido urbano próprio vinculado a um sistema semiótico. Também foram identificadas formas de valorização da cultura popular do bairro, como: Grupo B13: arte, cultura e política do Bixiga para o mundo; Documentários Negros do Bixiga; Escola de Samba Vai-Vai; Feira de Antiguidades na praça Dom Orione e arredores; Lavagem da escadaria do Bixiga. O desenvolvimento da pesquisa sobre o território também revela o movimento de gentrificação do Bixiga, que sofre forte pressão pelo mercado imobiliário. O bairro, que no passado também sofreu uma expulsão de sua população negra, dos cortiços demolidos para bairros periféricos da cidade de São Paulo (Nascimento, 2015), sofre no atual momento, com a construção da Linha 6-Laranja do metrô. Este grande projeto de mobilidade urbana desconsiderou e apagou o pátio de ensaio da escola de samba Vai-Vai, e possivelmente levará a um aumento no valor do solo urbano do Bixiga, favorecendo uma abordagem “projetista” e funcionalista da cidade e o apagamento cultural que confere a heterogeneidade do tradicional bairro de São Paulo.

Palavras-chave.

Empatia espacial,
Cidade humana,
Signos do Bixiga,
Planejamento
Urbano, Ambiência
urbana.

Referências.

- CASTAÑEDA, J. H. A. *Empatías Urbanas y Geosemiótica: el sistema geográfico de los signos urbanos*. Bogotá: Ediciones Unisalle; Valladolid: Universidad de Valladolid, 2021.
- NASCIMENTO, L. “Lembrança eu tenho da Saracura”: notas sobre a população negra e as reconfigurações urbanas no bairro do Bexiga. *Revista Intratextos*, vol 6, no 1, p. 25-50, 2015.
- PACCA, P. E. *A estagnação urbana como parte da metrópole paulistana do século XXI: o caso do Pari*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Cartografias sociais e territorialidades queer. Experiências urbanas dissidentes na área central de João Pessoa, Paraíba.

Igor Vinicius Mendes de Araujo Neves; Ruth Maria da Costa Ataíde
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(igorneves.vinicius@gmail.com; maria.ataide@ufrn.br)

Resumo.

Em João Pessoa vemos diferentes formas de apropriação do espaço público, as quais proporcionam a criação de novos lugares para reafirmar os direitos no espaço urbano. Podemos observar espaços de maior concentração e mais utilizados por grupos sociais específicos, como os corpos dissidentes sexuais e de gênero. Dessa forma, realiza-se uma análise histórica e cultural do centro da cidade, explorando os territórios queer que surgiram no contexto da urbanização dominante e heteronormativa. Além disso, são consideradas as diferentes formas de resistência presentes na paisagem urbana, as quais se relacionam com o conceito de “território usado” proposto por Milton Santos (2005). Investiga-se a formação das territorialidades construídas pelos corpos dissidentes, realizando uma análise das apropriações produzidas no centro de João Pessoa. Utilizada como uma técnica por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de planejamento urbano, a cartografia social produzida para este trabalho foi apresentada a partir das discussões de Henri Acselrad (2013), o qual coloca a cartografia social como um instrumento crucial na formulação de políticas entre os distintos atores sociais presentes nas comunidades. Esse processo adquire relevância ao conferir visibilidade não apenas aos indivíduos, mas também aos seus territórios, territorialidades, representações, identidades, conflitos e demandas por reconhecimento de direitos. Essa representação espacial, conforme destacado por Acselrad (2013), pode também evidenciar as dinâmicas de relações e conflitos inerentes à disputa pelo poder no contexto da apropriação de espaços. Logo, podemos entender que a cartografia social possibilita o reconhecimento de potencialidades e desafios espaciais relacionados ao uso e apropriação dos espaços públicos, assim como a compreensão das problemáticas que envolvem a produção das territorialidades. Natacha Rena (2016) corrobora com essa ideia ao colocar a cartografia na formação de processos nos quais a sociedade identifica formas de mapear e conceber novas realidades de maneira coletiva. Para a autora, a cartografia não deve ser percebida exclusivamente como um método da geografia clássica territorial, mas sim como uma tática micropolítica cotidiana, integrada à ação política. Além disso, a pesquisadora coloca que, ao contrário do mapa, que frequentemente está associado a distorções da realidade e, muitas vezes, é intencionalmente manipulado ao representar elementos urbanos de forma homogênea – sem necessariamente abordar as características e os problemas do local –, a cartografia social possibilita destacar as manifestações e as resistências do cotidiano. Dessa forma, é possível utilizar o método cartográfico como uma alternativa às práticas tradicionais e excludentes de planejamento urbano, de modo que investiguem, incluam e traduzam as experiências dos indivíduos no cotidiano da cidade (RENA, 2016). Para atingir os objetivos, foi possível mapear, categorizar e cartografar as formas de apropriações dos corpos queer em treze espaços selecionados, bem como, identificar suas percepções, suas memórias, seus hábitos, suas motivações e suas expectativas para vivenciar o espaço público. Os estudos conduziram a conclusão de que essas experiências dissidentes desempenham um papel crucial na qualificação e potencialização da área central de João Pessoa. Como resultado dessa pesquisa, foi desenvolvida uma cartografia social unificada com a sobreposição das informações mais relevantes das cartografias coletivas realizadas pelos grupos entrevistados.

Palavras-chave.

Empatia espacial,
Cidade humana,
Signos do Bixiga,
Planejamento
Urbano, Ambiência
urbana.

Referências.

Acselrad, H. (Org.). Cartografias sociais e território: Um diálogo latino-americano. In: Cartografia social, terra e território. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p.15-41. 2013.
Rena, N. S. A.; Brandao, M. S.; Rena, Alemar; Neves, B. Cartografia enquanto método de investigação: uma conversa com Virginia Kastrup. In: Revista Indisciplinar, v. 2, p. 17-30, 2016.
Santos, M. O retorno do território. Em: OSA: Observatório Social de América Latina. Ano 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISSN 1515-3282. Palavras- chave. apropriação no espaço público; Direito à Cidade; territorialidades; gênero e sexualidade; cartografia social.

A contribuição do geoprocessamento para análise de assentamentos informais.

O caso da ZEIS Canindezinho em Fortaleza/CE

Victória Maria Barreto de Brito; Mariana Quezado Costa Lima

Centro Universitário Christus/ Universidade Federal do Ceará

(victoriabarretodb@gmail.com; mariana.lima@unichristus.edu.br)

Resumo.

Os mapas têm desempenhado um papel fundamental ao longo da história, registrando informações espaciais relevantes para as atividades humanas e facilitando a comunicação e apresentação de dados geográficos. As formas de representação acompanharam os avanços tecnológicos ao longo do tempo, aproveitando contribuições de outras disciplinas, como matemática e astronomia. Acompanhando esses avanços, a cartografia passa a ser impulsionada também por questões como necessidades militares, exploração de recursos naturais, e mais atualmente, monitoramento/controle ambiental (Pereira; Silva, 2001). Em disputa mais recentemente, a cartografia passa a ser vista como uma possibilidade de se contrapor ao saber hegemônico dominante (Santos, 2011), buscando dar visibilidade a questões sociais, políticas e ambientais negligenciadas. Assim como diversas cidades brasileiras, Fortaleza passou por um processo intenso de favelização e boa parte dos territórios informais seguem invisibilizados, às margens da vista da população e do poder público (Aldigueri, 2017). Essa invisibilização é ainda mais intensa no caso de assentamentos informais periféricos, como é o caso da comunidade do Jardim Fluminense, na ZEIS Canindezinho, em Fortaleza-CE. Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a importância do geoprocessamento e cartografia para intervenções adaptadas ao tecido urbano informal. Para tanto, foi inicialmente realizada pesquisa bibliográfica e posteriormente, foram coletados e sistematizados dados secundários disponibilizados nos portais abertos do município, além da produção de dados primários quando necessário. A produção cartográfica foi feita com o uso de software de geoprocessamento (QGIS) analisando e sobrepondo dados acerca do território e seus aspectos socioeconômicos, infraestruturais, de legislação e as intervenções já incidentes no território. Foram realizadas vetorizações com dados existentes apenas em plantas físicas, como o loteamento original do território, e o uso de imagens de satélites antigas para analisar os impactos das intervenções passadas no território atual. Nesse processo, o geoprocessamento desempenhou um papel fundamental na elaboração de mapeamentos, utilizando dados que só foram acessíveis por meio das ferramentas disponíveis no QGIS, como evidenciado na criação do diagnóstico. Os resultados da pesquisa destacaram ainda a urgência de direcionar a atenção para esses territórios precarizados, visando a promoção de sua urbanização e regularização. É possível identificar caminhos futuros por meio das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), ainda que lento, progressivamente buscando seus direitos. Ressalta-se ainda a importância, sobretudo em análises voltadas para intervenção, de processos participativos tanto na leitura do território quanto nas propostas, o que não foi abordado aqui por fugir ao escopo do trabalho. Conclui-se que a atenção direcionada a essas áreas é crucial para promover transformações eficazes, contribuindo para a construção de uma cidade mais inclusiva e justa.

Palavras-chave.

Zonas Especiais de Interesse Social, Cartografia, Geoprocessamento, Planejamento Urbano.

Referências.

ALDIGUERI, Camila Rodrigues. Metamorfose da terra na produção da cidade e da favela em Fortaleza. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PEREIRA, Gilberto Corso; SILVA, Geoprocessamento e urbanismo. 2001.

SANTOS, Renato. Ativismo Cartográfico: Notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder – Revista Geográfica da América Central, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820262.pdf> Acesso em: 1 jun. 2023

Cartografias dos modos de morar. Referências culturais do cotidiano no Centro Histórico de Cuiabá - MT

Ana Vittori Frigeri; Maria Bárbara Thame Guimarães; Luane Souza Guimarães;
Luane Souza Guimarães; Paulo Fernando Luz;
UFMT

(anavfrigeri@gmail.com; maria.guimares@ufmt.br; luanetga@gmail.com; luanetga@gmail.com; paulofer@gmail.com)

Resumo.

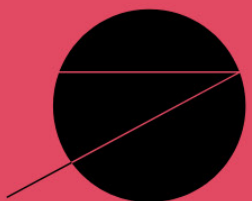
O presente trabalho apresenta uma cartografia dos modos de morar, como parte das experiências de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS) no Centro Histórico de Cuiabá-MT. Dessa forma, documenta-se as vivências cotidianas dos moradores do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico (CAUP), associando-as aos valores culturais e a construção de políticas habitacionais em um conjunto tombado. Sabendo da complexidade de relações entre os os moradores e o sítio urbano, documentar o repertório das formas de morar enquanto referência cultural é a estratégia para pesquisa e valorização do conjunto tombado a partir da dimensão imaterial e social do patrimônio cultural edificado. Observamos em Cuiabá uma persistência de ações de preservação do patrimônio cultural pautadas na leitura clássica do “patrimônio histórico”, cujo objeto se refere exclusivamente à materialidade dos bens culturais. Como contraponto, o objetivo deste trabalho é incorporar uma “visão antropológica da cultura e das noções de bem cultural, dinâmica cultural e de referência cultural” (IPHAN, 2000). Assim, propomos uma investigação dos modos de morar no CAUP-Cuiabá, através das associações de valores da vida cotidiana e das referências culturais com a conformação morfológica do sítio e das habitação do Centro Histórico. A fim de explicitar as relações que se dão entre aspectos culturais, modos de morar e rituais, foram feitos levantamentos e estudos de referências, análises de mapas de diversos períodos, registros de memórias e falas de moradores e análises de aspectos da cidade, contidas no perímetro de tombamento federal, que foram alterados ao longo do tempo e que tiveram algum tipo de impacto sobre os modos de morar e de viver dos habitantes do local. Investigamos, portanto, um “olhar de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002) da dimensão imaterial das edificações residenciais no CAUP-Cuiabá; muitas vezes negligenciada por parte de técnicos e gestores do patrimônio, mas cujos aspectos intangíveis, simbólicos e cotidianos são essenciais na identificação e preservação do patrimônio. Este olhar, sobretudo, é direcionado a partir da vivência direta com moradores da área tombada, sistematizado em cartografias temáticas. A partir de uma descrição densa das vivências de moradores entrevistados, buscamos contribuir, também, à atualização dos valores atribuídos no tombamento de Cuiabá - cujo conhecimento sistematizado visa, inclusive, subsidiar ações futuras - associadas à garantia de usos múltiplos e diversificados no território. Como resultados preliminares, apresentou-se dois setores do perímetro tombado, onde se concentram o uso residencial. Percebeu-se que faz parte do modo de vida cotidiano a relação dos moradores com os desníveis acentuados dos terrenos de suas moradias, quando citam que em época de chuvas, era comum que a água fosse escoada pela porta da frente e que, por vezes, tábuas eram usadas para facilitar a circulação dentro das residências; de fato, constatam-se nos arranjos internos das casas corredores centrais que ligam os quintais às portas frontais. Notou-se, no campo das descaracterizações e alterações no espaço urbano no decorrer do tempo, que a modificação das manifestações culturais e alteração dos tipos de apropriação e uso, associadas às transformações da morfologia urbana. Palavras chave: Referências culturais, cartografia social, etnografia urbana, Cuiabá/MT

Palavras-chave.

Inventário participativo, Referências culturais, cartografia social, etnografia urbana, Cuiabá/MT

Referências.

IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Iphan, 2000.
MAGNANI, José Guilherme Cantor. De Perto e de dentro: Notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.
LYNCH, Kevin. What time is this place? Massachusetts: MIT Press, 1972



LINHA 04

A tramas da vida cotidiana, forma urbana e cidades saudáveis. Os Padrões morfológicos, espaços livres e sua relação com o bem-estar em Uberlândia-MG

Glauco de Paula Coccoza; Leandra Rodrigues do Nascimento;

Letícia da Silva David; Eduarda Marques da Costa; Ana Louro;

Universidade Federal de Uberlândia; IGOT-ULisboa;

(glauco.Coccoza@ufu.br; leandra.nascimento@ufu.br; leticiadasilvadavidd@gmail.com;

eduarda.costa@campus.ul.pt; analouro@edu.ulisboa.pt)

Resumo.

Esse artigo tem como proposta apresentar os resultados preliminares de parte de uma pesquisa que está em desenvolvimento na cidade de Uberlândia-MG, que analisa o papel dos espaços livres e da forma urbana na constituição de cidades mais saudáveis. Segundo a OMS, as cidades potencializam graves problemas de saúde, tanto física como mental, agravados pelas alterações nos modelos de urbanização, crescimento das cidades, pelos padrões de vida contemporâneos, pelas configurações urbanas com pouca diversidade de usos, e com o aumento das vulnerabilidades ambientais urbanas. De acordo Barton e Grant (2003), os determinantes urbanos da saúde e bem-estar estão relacionados à configuração urbana, e o potencial dessa em gerar relações de vizinhança, de hábitos saudáveis, de coesão social, de identidade local, e senso de pertencimento. Assim, o principal objetivo do artigo é apresentar uma análise morfológica urbana com foco na saúde e bem-estar da população. A metodologia utilizada na pesquisa foi dividida em duas etapas. A primeira etapa selecionou as áreas de estudo, onde foram considerados dois atributos para a escolha: quantidade de áreas verdes públicas e diferença de renda. A segunda etapa analisou quais padrões morfológicos apresentam maior potencial de gerar bem-estar e saúde para população. Três grandes atributos foram analisados, divididos em subcategorias de análise: urbano morfológico, urbano ambiental e socioeconômico. No atributo urbano foram analisadas as seguintes categorias: caminhabilidade, ambiente construído, espaços para atividades física, espaços para alimentação saudável, usos do solo, serviços essenciais, espaços de vitalidade urbana, deslocamentos urbanos e conflitos na acessibilidade urbana. No atributo ambiental foram analisadas as áreas verdes urbanas, a arborização urbana, qualidade do ar, serviços urbanos e conforto térmico. No atributo socioeconômico foram analisados os condicionantes de renda, idade, gênero, densidade e graus de vulnerabilidade urbana. Todos os atributos foram analisados através do programa QGis e sistematizados para se obter sínteses capazes de aferir as áreas com maior e menor propensão a melhorar a saúde e bem-estar dos habitantes. Compreende-se que um espaço urbano mais saudável é aquele que apresenta condições espaciais que possibilita a promoção de hábitos mais saudáveis, promove maior grau de sociabilidade e facilita as atividades da vida cotidiana. Através desses parâmetros foram criados indicadores para atribuir graus relacionados aos atributos morfológicos. Como resultado, observou-se que renda, áreas verdes e estrutura urbana se relacionam quando se busca compreender a forma urbana pelo viés da saúde. As quatro áreas analisadas apresentam grandes diferenças estruturais, principalmente em relação a infraestrutura das áreas verdes, a configuração das áreas comerciais e de serviços, e, a distribuição e qualidade dos espaços livres públicos destinados à circulação e à atividades sociais.

Palavras-chave.

Cidades saudáveis,
Forma urbana,
Espaços livres, Áreas
verdes

Referências.

Barton, H., Grant, M. & Guise, R. Shaping Neighbourhoods: For Local Health and Global Sustainability. London, New York, Spon Press, 2003
Giles-Corti B., Vernez-Moudon A., Reis R., Turrell G., Dannenberg A. L., Badland H., Foster S., Lowe M., Sallis J. F., Stevenson M. & Owen N. City planning and population health: a global challenge. *The Lancet*. v. 388, p. 2912-2924, 2016
Soares, B. R., Marques da Costa, N. Lima, S. C. & Marques da Costa, E. Construindo cidadessaudáveis: utopias e práticas. Uberlândia, Editora Assis, 2017.

APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS. UMA ANÁLISE DO CENTRO LESTE DE FLORIANÓPOLIS-SC

Gabriella Marques dos Santos; Isabella Bonetti de Souza; Lara Hickmann Nyland; Eduardo Westphal

Programa de Educação Tutorial - ARQ/UFSC; Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina;

(amanayeg@gmail.com; isabella.bonetti@outlook.com.br; nylandlara@gmail.com; eduardo.westphal@ufsc.br;)

Resumo.

A porção situada a leste da Praça XV de Novembro, no Centro de Florianópolis, conhecida como Setor Leste, caracteriza-se pelas sobreposições do traçado urbano inicial da cidade, das transformações edilícias e do adensamento ocupacional, representando muitos aspectos da constituição da cidade. Nas últimas décadas, a área tem sido associada a uma imagem de degradação dos espaços e marginalização da ocupação, o que reforça uma percepção negativa do lugar. Alterações na dinâmica urbana do espaço - que antes recebia o fluxo diário de usuários do então principal terminal rodoviário da cidade - deslocam a intensa circulação de pessoas para o lado oeste da Praça XV, promovendo a sensação de abandono do lugar e, gradativamente, esvaziando edifícios e espaços públicos. Esse esvaziamento leva à sensação de insegurança, que passa a ser destacada pela imprensa local, naturalizando o discurso da revitalização como solução para a marginalidade e o medo preponderantes no Centro Leste. Deve-se considerar, entretanto, os riscos de um discurso simplista à manutenção de aspectos como a espontaneidade e a flexibilidade da vida urbana, postas em xeque quando o que prevalece são os espaços artificiais propostos pelo capital privado (BAUMAN, 2009). Isso porque as soluções frequentemente apresentadas para o bairro se baseiam nos discursos de revitalização com a implementação de parcerias público-privadas e a atração da economia criativa. Nesse sentido, levantam-se também preocupações com a sociabilidade, a diversidade e as formas de apropriação do espaço urbano quando este é reduzido ao que restou entre os espaços privados. Com objetivo de traçar um diagnóstico da ocupação e apropriação das pessoas nos espaços públicos do Setor Leste, esta pesquisa estrutura-se a partir de revisão bibliográfica, da busca por textos e matérias jornalísticas sobre o local, do levantamento morfológico e de dados geográficos e a da abordagem empírica, com visitas de campo para observação e registro do bairro e suas características. Dessa forma, revisa-se tanto o atual Plano Diretor de Florianópolis, atentando-se ao zoneamento e legislações a que a área está sujeita, como diversos artigos e dissertações sobre o Setor Leste, agregando conhecimentos acerca daquele espaço. Ainda, apoia-se na revisão da obra “Confiança e Medo na Cidade”, de Zygmunt Bauman, de maneira a estudar os conceitos por ela abordados - a insegurança e o medo nas cidades; o espaço público como a exceção entre os espaços destinados à iniciativa privada e a presença do “estrangeiro”. Acredita-se que a compreensão da dinâmica do Setor Leste, a partir da identificação das fragilidades e potencialidades do espaço, em conjunto com a análise das dinâmicas urbanas e sociais e das teorias estudadas, esta pesquisa possa contribuir para um olhar atento às necessidades do futuro da região concomitante ao resgate e valorização da identidade dos espaços públicos, principalmente o Setor Leste.

Palavras-chave.

Espaços Públicos,
Florianópolis, Centro
Leste, Análise de
Discurso,
Apropriação.

Referências.

BAUMAN, Zygmunt. Confiança e Medo na Cidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 94 p.

CHIBIAQUI, André Michels; NÓR, Soraya. Área central de Florianópolis: implicações do processo de revitalização urbana na vitalidade do setor leste | central area of florianópolis. Oculum Ensaios, [S.L.], v. 17, p. 1, 11 jun. 2020. Cadernos de Fe e Cultura, Oculum Ensaios, Reflexao, Revista de Ciencias Medicas e Revista de Educacao da PUC-Campinas. <http://dx.doi.org/10.24220/2318-0919v17e2020a4356>.

Cidade e [Des]Afeto. As relações de apropriação de mulheres em praças do Rio de Janeiro

Nátaly Carvalho ; Ethel Pinheiro Santana
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura-UFRJ
(nataly.carvalho@fau.ufrj.br; ethel@fau.ufrj.br)

Resumo.

O presente artigo é um prelúdio da dissertação de mestrado em andamento com tema de apropriação dos espaços livres urbanos por parte de mulheres que sofreram violência doméstica. A concepção deste tema partiu da necessidade de uma cidade mais igualitária que permita o deslocamento de minorias com mais liberdade e segurança, e da necessidade de se pensar o direito à cidade não a partir do todo para então passar aos recortes de gênero ou raça, mas sim discutir a questão com um olhar sensível partindo das subjetividades, neste caso das mulheres, a fim de abranger o assunto como protagonista das políticas públicas. Partindo dessas observações, o artigo tem foco nas relações de apropriação das mulheres na cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente nos bairros do Méier e Laranjeiras, sob a ótica dos conceitos-chaves das ambiências sensíveis como pertencimento e afeto, pois segundo Duarte et al. (2014) ao sentir-se acolhido pelo lugar, o indivíduo pode desenvolver sentimentos de pertencimento, ser induzido à ação. Ao se deslocar, seja para trabalho ou lazer, as mulheres precisam ter toda uma preparação antes de sair de casa por medo de sofrer algum tipo de assédio ou violência. Mulheres, em sua maioria, sentem a necessidade de programar por qual rua passar, a que horas ir, por muitas vezes fazendo trajetos mais longos ou complicados justamente por passarem uma sensação maior de segurança. Desta forma, a análise dos locais propostos se dá com o intuito de compreender como as mulheres são afetadas pela configuração dos espaços livres urbanos e como essas configurações podem ou não induzir as mulheres a se identificarem com determinado lugar, já que estas precisam “se sentir atraídas por particularidades das redondezas que se mostram úteis, interessantes e convenientes” (Jacobs, 2014, p.94) para haver identificação. Duarte e Pinheiro (2013) afirmam que podemos pensar em afetividade como uma possibilidade de afetar-se com o Outro, podendo este Outro ser, inclusive, um lugar, uma cidade, e não necessariamente uma pessoa. Esta condição dos lugares de afetar negativa ou positivamente determinada pessoa é o que possibilita aos usuários da cidade serem induzidos à ação de se apropriar dos espaços, e a forma de se apropriar varia de acordo com o indivíduo, já que todo sentimento de pertencimento é subjetivo e depende dos nossos registros cognitivos, sentimentos e individualidades. A forma como as pessoas se apropriam dos espaços diz tanto sobre eles quanto seus atributos físicos. Portanto, a partir dos estudos das ambiências, a presente pesquisa se propõe a analisar as relações de apropriação de mulheres a partir da observação não-participante em duas praças na cidade do Rio de Janeiro, Praça Jardim do Méier, no bairro do Méier, Zona Norte, e Praça São Salvador, no bairro de Laranjeiras, Zona Sul. Espera-se delinear as várias nuances das formas como as mulheres se apropriam destes lugares, considerando os perigos que o meio urbano pode oferecer, além de compreender os aspectos sensoriais e morfológicos que podem ou não induzir estas mulheres à ação.

Palavras-chave.

espaços livres,
apropriação, direito
à cidade, gênero,
afeto.

Referências.

- DUARTE, C. R., SANTANA, E. P., UGLIONE, P., MELO, de, N. R., CASTELLANO, C., GUERRA, J. EMPATIA ESPACIAL: Corpo e linguagem na tradução de uma alteridade. In: Corpocidade. Bahia, 2014.
- DUARTE, C. R. & PINHEIRO, E. Imagine uma tarde chuvosa... pesquisas sobre ambiência, alteridade e afeto. In: Anais... 6 PROJETAR. Salvador, nov. 2013.
- JACOBS, Jane. MORTE E VIDA DE GRANDES CIDADES. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 296 p.

Leitura e análise da paisagem em área central de Campos dos Goytacazes.

Águas urbanas como elementos essenciais do Sistema de Espaços Livres

Thais Ferreira Torres; Daniela Bogado Bastos de Oliveira; Vicente de Paulo Santos de Oliveira

Instituto Federal Fluminense (IFF)

(thais.torres@iff.edu.br; danibogadobastos@gmail.com; vicentepsoliveira@gmail.com)

Resumo.

O município de Campos dos Goytacazes se formou sobre uma planície de inundação às margens do Rio Paraíba do Sul, com declividades baixas e relevos suaves. É uma cidade de porte médio, localizada no Norte Fluminense e em constante expansão imobiliária. Apresenta importantes elementos paisagísticos que compõem os espaços livres públicos, porém muitos não são valorizados, como seus recursos hídricos, abundantes na cidade. Além disso, Campos, como a maioria das cidades brasileiras, optou por utilizar a drenagem tradicional em seu perímetro urbano, porém com a peculiaridade de ser uma planície. Essa topografia com poucas variações de altitude no terreno torna o escoamento das águas mais desafiador. E, nesse sentido, as Soluções baseadas na Natureza (SbN), em particular as Infraestruturas Verdes, são importantes instrumentos que podem ser implantados no meio urbano e aplicados dentro do Sistema de Espaços Livres estudado. Com tal propósito, faz-se necessário compreender a estrutura urbana e seu Sistema de Espaços Livres para um planejamento integrado e que possibilite o crescimento urbano de forma ordenada e adequada à população. Dessa forma, buscou-se analisar neste trabalho a estrutura urbana e sua paisagem, incluindo seus espaços livres, em um recorte escalar localizado na região central da cidade, um território localizado na margem direita do rio e dentro do perímetro urbano de Campos. Para tanto, foi realizada uma breve revisão bibliográfica sobre as transformações hídricas pelas quais a área urbanizada na margem direita passou ao longo dos anos e uma análise morfológica, socioambiental e de percepção local, por meio de mapas temáticos, permitindo identificar problemáticas e potencialidades da estrutura urbana e de seu uso pela população. Após a análise realizada, identificou-se especialmente que os elementos hídricos foram significativamente impactados pela urbanização e que a área estudada é bastante consolidada, existindo um conflito entre a ocupação urbana e seu suporte geobiofísico. Identificou-se, ainda, que os Espaços Livres Públicos se apresentam como boas alternativas para a implantação de ações de Infraestrutura Verde que possam auxiliar na mitigação dos problemas de drenagem enfrentados na cidade.

Palavras-chave.

Planejamento urbano, Sistema de Espaços Livres, Paisagem, Recursos hídricos.

Referências.

ALIPRANDI, D. C. O sistema de espaços livres da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ: Carências e Potencialidades. Tese (Doutorado em Arquitetura) – UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2017.

COCOZZA, G. P. et al. Sistemas de espaços livres e unidades de paisagem – ferramentas metodológicas para a leitura dos espaços livres na forma urbana. X Colóquio QUAPA-SEL. Brasília, 2015. Disponível em: <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/artigos-de-coloquio/>. Acesso em: 27 fev. 2024.

MACEDO, S. S. et al. O sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2018.

Planejamento urbano na cidade de Macapá. Análise sobre a orla no rio Amazonas

Keliane Bastos de Sousa; José Alberto Tostes

Universidade Federal do Amapá

(kelianebastos18@gmail.com; tostes.j@hotmail.com)

Resumo.

A cidade de Macapá, localizada na Amazônia Amapaense, oferece uma vista deslumbrante para o rio Amazonas, mas enfrenta desafios urbanos apesar dos investimentos em planos urbanísticos. Este estudo analisa o processo de urbanização de Macapá, com foco na origem e formação dos bairros Santa Inês e Araxá, situados na orla do rio Amazonas. Utiliza-se como metodologia a revisão bibliográfica para realizar uma análise comparativa entre os dois bairros. Uma das principais mudanças no processo de urbanização da cidade ocorreu após a constituição de 1988, que transformou o Amapá em estado (Brito, 2014). Nesse período houve um crescimento populacional significativo, resultando em ocupações com ausência de infraestrutura às margens do rio Amazonas. Segundo Tostes (2022) a primeira impressão da orla de Macapá é a ligação de 100% com o rio Amazonas. O Projeto Orla, desenvolvido pelo governo federal em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, propunha diretrizes para o uso do espaço natural da orla, que, em consonância, com o Plano de Intervenção da Orla Fluvial busca regular o uso do local (Silva, 2017). A realidade urbana de Macapá apresenta as fragilidades de aplicação desses instrumentos urbanísticos, uma vez que a orla vem sofrendo uma série de conflitos socioambientais acerca do uso e ocupação irregular ao seu entorno, a partir da criação de bairros. Segundo Mangas (2022) o bairro Santa Inês também ficou conhecido como a rampa do açaí devido à comercialização do produto. Além da importância econômica, o local simboliza a história e cultura de um dos bairros mais históricos da cidade. Além de possuir pontos comerciais, residências e turísticos, a área também possui pontos para o lazer da população e para a prática de esportes (Tostes, 2022). O bairro Araxá foi resultado da ocupação desordenada, principalmente, por ribeirinhos originários das ilhas do Pará e Nordesteiros (Santos, 1994). O bairro possui um grande índice de ocupação informal. Essa ocupação iniciou no final de 1989, com a migração de famílias de outros Estados que foram se instalando na área. O local possui grande influência das marés e das chuvas, que ocasiona o alagamento da área (Tostes, 2022). Os bairros Santa Inês e Araxá apresentam similaridades, ambos estão situados na orla do rio Amazonas com ocupação desordenada que durante o processo de aterramento das áreas de várzeas causou impactos na paisagem urbana. Ainda, gerou impactos na economia da orla que passou a ter limitação de espaço para investimentos no turismo devido a construção de habitação. Acerca dos conflitos socioambientais, o sistema de esgoto atende apenas uma parcela dos bairros, enquanto o restante, despeja os resíduos no rio Amazonas, água que é consumida pela população (Costa; Sacramento, 2015). A pesquisa possui relevância pois permite analisar as mudanças urbanas e contribui para identificar fragilidades na aplicação de instrumentos urbanísticos, como o Projeto Orla e o Plano de Intervenção da Orla Fluvial, diante dos conflitos socioambientais gerados pela ocupação irregular dos bairros, demonstrando que é necessário o estabelecimento de planos e programas urbanos que respeitem a diversidade socioambiental e cultural da cidade.

Palavras-chave.

Planejamento urbano, Bairros, Orla, Rio Amazonas, Macapá.

Referências.

- SANTOS, Fernando Rodrigues dos. História do Amapá. Macapá: Valcan, 1994.
- SILVA, Suéllen Conceição de Oliveira da. Orlas Fluviais das cidades de Macapá e Santana: análise da dinâmica urbana. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.
- TOSTES, José Alberto. Orla de Macapá. Blog Tostes, 2022. Disponível em: <https://josealbertostes.blogspot.com/2022/05/orla-de-macapa.html?q=orla>. Acesso em: 18 fev. 2024.

Apropriação das áreas de várzea na urbe Amazônida. Um estudo acerca da relação do Igarapé Sapucajuba com a UFPA

Rachel Sfair Ferreira Benzecry; Sebastião Gabriel Guimarães Ferreira;

Rafaela Silva dos Santos; Pedro Eduardo Lima de Aviz;

João Alberto Do Rosário Zucchetto; Arthur Queiroz Moreira

UFPA

(rachelsfair@ufpa.br; gmrsebastiao@gmail.com; rafa.arquitetura33@gmail.com;

aviz.pedro@gmail.com; zucchettojoaoalberto@gmail.com)

Resumo.

Situado no interior do Campus Universitário da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, o curso d'água do Igarapé Sapucajuba destaca-se como um dos poucos exemplos de preservação da vegetação natural e da biodiversidade em meio ao ambiente urbano, contrastando com a tendência predominante de canalização dos rios na cidade. Entretanto, é evidente a falta de valorização desse espaço, o que contribuiu para a persistente negligência, poluição e degradação do local. Em face da emergência climática experienciada nos dias atuais (IPCC, 2022), torna-se imperativo não apenas apreciar esse ambiente como um refúgio natural dentro da cidade, mas também compreendê-lo como um mediador essencial do microclima (Romero, 2000), sem se negligenciar a necessidade de ações de preservação e valorização para assegurar sua sustentabilidade no longo prazo. Dessa forma, o presente trabalho tem como propósito central introduzir uma nova abordagem em relação à apropriação de espaços livres em áreas adjacentes ao Igarapé e fundamenta-se na utilização da arquitetura da paisagem, valendo-se como instrumento principal as Soluções Baseadas na Natureza (SbN). Buscou-se, nesta proposta, entender os espaços livres contidos ao longo da mancha urbana referente à área da Cidade Universitária da UFPA, tendo como principal elemento empírico de análise o Sapucajuba e seu entorno imediato. Com isso, iniciou-se um estudo de cunho urbanístico, paisagístico e etnográfico, a fim de se promover ações em prol do desenvolvimento socioambiental da área referente ao Igarapé. Para tanto, foram tomadas como base pesquisas bibliográficas acerca de práticas de apropriação dos espaços livres no âmbito urbano e suas relações entre a paisagem natural e os espaços edificados, registros fotográficos atuais e pesquisas in loco com aplicação de questionário para entender a percepção dos transeuntes sobre o Igarapé. Além disso, houve a elaboração de mapas esquemáticos, como os de uso nos dias atuais, de áreas alagadas, de áreas de insolação e de cheios e vazios. Como resultado dessa incursão multidisciplinar, efetuiu-se a confecção de um diagrama funcional, como método de projeto para planejar o espaço livre, com o intuito de apresentar um caminho de multifuncionalidade da paisagem, na busca de um melhor aproveitamento do espaço, que respeite a identidade regional, as necessidades do ambiente natural e dos usuários; além da catalogação das espécies vegetais que compõem a biodiversidade do local. Entender o espaço do Sapucajuba e o seu entorno sob a ótica de diversas áreas disciplinares do conhecimento humano é essencial para a saúde pública, a educação ambiental e a reconexão com o patrimônio natural, tornando possível projetar a paisagem sem desconsiderar a sua identidade (Del Rio, 1970). Nesse sentido, como conclusão parcial tem-se a existência do Igarapé em meio à Cidade Universitária, com uma fauna e flora representativas da Amazônia brasileira, como um fragmento na paisagem que tão pouco é alvo de conexão por parte da comunidade local. É evidente, portanto, a necessidade de ações que visem a benefícios humanos e, simultaneamente, consolidem a preservação das áreas de várzeas como elementos pertencentes à urbe amazônida e não como elementos alegóricos deslocados de um contexto socioespacial.

Palavras-chave.

Apropriação urbana, Amazônia, arquitetura da paisagem, soluções baseadas na natureza, UFPA.

Referências.

DEL RIO, Vicente. Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento. [s.l.]: Pini, 1970.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Climate Change 2022 – Impacts, Adaptation and Vulnerability: Working Group II Contribution to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. 1. ed. [s.l.]: Cambridge University Press, 2023. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/product/identifier/9781009325844/type/book>>. Acesso em: 16 fev. 2024.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. Princípios Bioclimáticos para o Desenho Urbano. [s.l.: s.n.], 2000.

Análise das áreas verdes nos loteamentos de interesse social em Uberaba - MG.

Murielle Moreira Facure; Glauco de Paula Coccoza
Universidade Federal de Uberlândia
(muriellefacure@gmail.com; glauco.Coccoza@ufu.br)

Resumo.

Os espaços livres, através das áreas verdes, são essenciais para qualidade ambiental urbana, fomentando relações afetivas e laços comunitários. Em cidades brasileiras, onde o desenvolvimento urbano majoritariamente prioriza aspectos econômicos em detrimento a dimensões sociais e ambientais, a existência e manutenção desses locais ainda é um desafio, sendo que sua qualidade e distribuição desigual refletem nossos conflitos sociais e urbanos. Em loteamentos de interesse social, o foco está na maximização do número de unidades habitacionais, e a priorização destas em lugares mais privilegiados, e por vezes relega as áreas verdes a um segundo plano no ato do projeto. O Programa Minha Casa Minha Vida, implementado em resposta à crise econômica de 2008, teve impactos na expansão urbana, mas sua orientação empresarial levantou questões sobre sua eficácia na redução das desigualdades sócioespaciais. No caso de Uberaba, a cidade experimentou significativo crescimento urbano, influenciado, tanto pela implementação do Plano Diretor em 2006, com seu viés de expansão territorial, quanto pelo surgimento do Programa MCMV, que teve um impacto expressivo no cenário habitacional: até 2023, foram trinta e seis loteamentos implantados pelo programa, enquanto outros dezesseis destinados à habitação de interesse social foram estabelecidos fora do programa, implantados nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). O crescimento acelerado, muitas vezes associado à periferização, trouxe desafios relacionados à infraestrutura, mobilidade e qualidade de vida, expondo a fragilidade dessa expansão territorial. Portanto, considerando a urgência por cidades mais inclusivas e sustentáveis, o presente artigo tem como objetivo analisar, como parte do sistema de espaços livres públicos, a configuração e a distribuição das áreas verdes entregues nos loteamentos de interesse social implantados em Uberaba-MG. Para isso, a metodologia foi dividida em duas etapas. Primeiramente, foram identificados e catalogados todos os loteamentos de interesse social implantados desde 2006 na cidade, pertencentes ou não ao programa MCMV, no total de cinquenta e dois. Na segunda etapa, foi elaborado uma leitura morfológica, destacando e mensurando as áreas verdes de cada loteamento para uma análise quali-quantitativa, considerando-se três aspectos: inserção no tecido urbano, tipologia das áreas verdes e distribuição no loteamento. No atributo inserção no tecido urbano foram analisados os diferentes padrões de inserção das áreas verdes nas tramas urbanas. No aspecto tipológico foram analisadas as formas predominantes dessas áreas verdes. E, por fim, no aspecto de distribuição, foram analisados o ordenamento dessas áreas no loteamento como um todo, entendendo o arranjo do conjunto e proximidade em relação às residências. Como resultado, foi formado um panorama que possibilitou a compreensão das práticas atuais de planejamento, seus padrões e principais desafios em relação as áreas verdes. Através dessa leitura, foram relacionados os mais relevantes parâmetros da legislação que estão impactando neste resultado, discernindo suas potencialidades e fragilidades, bem como estabelecendo diretrizes desejáveis para que a produção das áreas verdes seja favorável à sua função no cenário das populações de baixa renda, promovendo o desenvolvimento urbano sustentável, conservando a biodiversidade urbana, e melhorando a eficácia das políticas habitacionais.

Palavras-chave.

Espaços livres, Áreas Verdes, Loteamentos de interesse social, Desenvolvimento Urbano Sustentável

Referências.

COCOZZA, Glauco de Paula; ALBIERI, Lucimara. Sistema de espaços livres em cidades médias brasileiras. Uberlândia: Sibipiruna, 2022. Disponível em: <<https://www.editorasibipiruna.com.br/livros/sistemas-de-espacos-livres-em-cidades-medias-brasileiras>>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SILVA, Matheus Maramaldo Andrade. O hiato verde: Revendo o papel do sistema de áreas verdes urbanas para a renaturalização da paisagem urbana. 2023. 488 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

O papel das situações geográficas para a compreensão dos rios urbanos brasileiros. Um olhar sobre suas particularidades para uma nova reconfiguração urbana

Renata Cristina Ferreira ;
Universidade Federal do ABC
(rereambiental@gmail.com)

Resumo.

A forma como o Estado brasileiro institucionalizou as propostas de preservação de margens de rios urbanos é tema central deste artigo. O Brasil possui grande diversidade socioespacial, desconsiderada nos diversos instrumentos legais sobre o tema, impactando sua morfologia urbana, tanto no processo de formação e transformação das cidades para a gestão de áreas protegidas quanto na ausência da compreensão sobre particularidades locais para a sua preservação e reconfiguração. Para o entendimento sobre os rios urbanos com a aplicação do Código Florestal brasileiro, desde 1965, foram utilizados os conceitos de território usado, lugar e situação geográfica, definido por Milton Santos, como categorias de análise e método, aplicadas à empiria. Esta análise proporcionou a interpretação do território com um olhar na diversidade das margens de rios, nas diversas escalas de cidade, do entendimento dos atores, processos e agentes envolvidos em sua ocupação e em suas particularidades. Para Santos (2002) o território usado se constitui em uma categoria essencial para a elaboração sobre o futuro, já que o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares, ou seja, é nos lugares que ações socio-político-econômicas e seus distintos interesses ocorrem. Assim, as APPs determinadas pelo Código Florestal, aplicadas em áreas urbanas, em regra, quando chegam aos lugares, encontram um conjunto de agentes com perspectivas oriundas do próprio lugar. Para atingir o que a legislação se propõe que é a proteção das margens é inevitável contemplar as particularidades existentes em cada região brasileira como: diferentes regimes hídricos e formas de ocupação, em cidades pequenas, médias ou metropolitanas; cidades amazônicas e cidades que recebem influências das marés. Uma leitura do território avaliando inúmeras dinâmicas não é uma tarefa fácil, porém necessária. Para tanto, um caminho possível de categorizar os diferentes usos das APPs Urbanas poderia ser através da formulação de situações geográficas desenvolvido por Silveira (1999) e Ferreira (2022). Foi com este propósito que se iniciou o projeto “Territórios da Água: Programa de Conservação e Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) no Município de São Paulo”, parceria entre Universidade Federal do ABC -UFABC, Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente da Cidade de São Paulo – SMVMA e Observatório Nacional dos Direitos à Água e do Saneamento (Ondas). O projeto, financiado pelo Edital de Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (2024/05713-0), propõe a elaboração do Programa de Conservação e Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs), envolvendo dimensões de avaliação, inovação, modelagem, embasamento e desenho de Políticas Públicas, com a estruturação de tipologias de APP, seguindo a metodologia das situações geográficas estruturada por Santos (2002), Silveira (1999) e Ferreira (2022). Análises dos processos morfológicos em tecidos urbanos contemporâneos comprovam diretrizes semelhantes para rios diversos no território nacional, sem a valorização de particularidades locais. Assim, o artigo tem como objetivo, demonstrar que o reconhecimento do território usado atrelado à formulação de situações geográficas na proposição de políticas públicas sobre a gestão dos rios urbanos pode minimizar o constante processo insustentável na transformação dos rios brasileiros.

Referências.

- FERREIRA, R.C. Usos do Território e preservação das margens dos rios urbanos brasileiros: Desafios para o planejamento territorial. Tese (doutorado). 260p. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista – UNESP – Rio Claro/SP, 2022.
- _____. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. Revista Território, ano IV, n. 6, p.21-28, jan/jun. 1999.

Palavras-chave.

Código Florestal, Áreas de Preservação Permanente Urbana, Território Usado, Situação Geográfica, Política Pública.

Entre trilhos e espaços complexos. Uma leitura multiescalar da arquitetura da paisagem de Madureira

Narjara Xavier dos Santos; Daniel Athias de Almeida; Gabriella Stephany Pinto Oliveira; Vitor Maciel de Britto Cunha
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(narjara.santos@fau.ufrj.br; daniel.almeida@fau.ufrj.br; gabriella.oliveira@fau.ufrj.br; vitor.cunha@fau.ufrj.br;)

Resumo.

O presente trabalho refere-se a parte da monografia da disciplina “Arquitetura da Paisagem”, conduzida pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ-FAUFRJ) durante o segundo semestre de 2022. Tem como objetivo a aplicação dos métodos analisados ao longo da disciplina, a fim de possibilitar uma leitura multiescalar da paisagem suburbana de Madureira, nosso estudo de caso. A análise do recorte espacial de Madureira foi realizada por meio de uma estratégia metodológica combinada, através da tática de identificação dos compartimentos e unidades de sua paisagem, visando apreender seus atributos socioespaciais, percepções e atmosferas. Madureira é um tradicional bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, destacando-se pela sua riqueza sociocultural, diversidade e complexidade urbana. Situado no Zona Norte da cidade, o bairro simboliza o coração do subúrbio carioca, tratando-se de um verdadeiro mosaico de pessoas, espaços, histórias e paisagens urbanas. Desde sua origem como uma área rural de plantações e chácaras (que remontam ao período colonial e parte do século XIX) até sua transformação em um centro urbano pulsante no século XX, Madureira reflete a essência multifacetada da vida nessa metrópole. A compartimentação da paisagem foi estabelecida através dos limites impostos pelas duas linhas de trem da região (Ramal Deodoro e Ramal Belford Roxo), considerando a interseção de diversos modais de transporte público, a alta concentração de atividades comerciais e o tradicional caráter cultural do bairro. As unidades de paisagem foram identificadas levando em conta tanto os elementos tangíveis da paisagem, como as características físicas e os padrões de ocupação (Tângari, 2014), quanto os elementos intangíveis, como a atmosfera e a identidade cultural (Lamounier; Carvalho; Yamaki, 2019). Assim, por meio do estabelecimento dessas unidades, é possível investigar a relação entre os elementos referentes à estrutura física, interações ecológicas, demografia, composição urbana e sua interação com áreas de uso público, e viabilizando uma análise mais detalhada de cada unidade de forma sistemática (Macedo et al, 2016). Sobre as principais conclusões desse processo, a pesquisa apontou que apesar de Madureira ser predominantemente caracterizado pelo tecido urbano consolidado, suas unidades de paisagem apresentam morfologias e usos muito diversos, influenciados diretamente pela dinâmica ferroviária, tão presente no bairro. Próximo às estações de trem, observa-se uma maior heterogeneidade e mistura de usos, enquanto nas áreas mais afastadas desses modais, os usos tendem a ser mais homogêneos e residenciais. Por fim, espera-se que este estudo proporcione uma visão abrangente da arquitetura da paisagem de Madureira, destacando sua diversidade, dinamismo e importância como um espaço urbano emblemático do subúrbio carioca. A aplicação dos métodos estudados se mostrou uma eficiente forma de processar a leitura da paisagem urbana, assim como uma poderosa ferramenta de análise crítica. Através dela, foi possível estudar os processos de conformação desse território, seus componentes tangíveis e intangíveis, a fim de compreender de que forma tais elementos conferem complexidade e identidade a esse lugar.

Palavras-chave.

Paisagem urbana, compartimentos de paisagem, unidades de paisagem, espaços livres, Madureira-RJ

Referências.

LAMOUNIER, A. A.; CARVALHO, T. C. C.; YAMAKI, H. T.; TANGARI, V. R. Atmosferas de Preferência e Paisagens Cotidianas: a cidade através de múltiplos sentidos. In: Anais da Conferência Internacional 2019 / Resensitizing Cities. urban ambiances and senses: Proceedings of the International Conference. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2019. v. 01. p. 84-91.
MACEDO, S. S. et al. Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
TÂNGARI, V. R. Critérios de análise aplicados aos espaços livres, à forma e à paisagem urbana: escalas, temporalidades tipos morfológicos. In: Anais do IX Colóquio QUAPÁ-SEL, São Paulo, 2014.

Subjetividade humana. Fragmentação urbana através da gestão segregatória em aglomerados urbanos residenciais em áreas de ressaca na cidade de Macapá-AP

Leticia Martel Kuwahara; Adrienne Azevedo Vieira; Felipe Moreira Azevedo

Universidade Federal do Pará

(leticiakuwahara25@hotmail.com; azevedov@gmail.com; arqlipe.moreira@gmail.com)

Resumo.

A atual modificação da nomenclatura do IBGE de “Aglomerados subnormais” para “Favelas e comunidades urbanas” desmistifica e abrange as características e contextos dos mais diversos tipos de assentamentos urbanos brasileiros, o que acarreta em uma visão mais voltada a assegurar direitos e menos em divulgar os dados dessas áreas enquanto aspecto negativo no contexto das cidades. De acordo com as descrições da Nota Técnica do IBGE a mudança visa evitar a veiculação dessas áreas enquanto espaços excludentes e estigmatizando-os. Nesse sentido o documento traz 4 critérios do que se considera para a nova definição, que seria posse, serviços públicos, parâmetros construtivos e urbanísticos e localização. A partir da inquietação: “como seria se as bases do sistema considerassem a subjetividade humana como critério?” essa pesquisa se desenvolve a fim de compreender na dimensão humana a questão dos assentamentos urbanos na região amazônica, cidade de Macapá-AP. Para tanto, o presente estudo busca responder à questão motivadora a partir da subjetividade como um critério a ser considerado na gestão do território urbano e regional, explorando as significâncias do indivíduo e sua relação com o espaço com base nos critérios apontados pelo IBGE e nos conceitos de percepção, atitude, topofilia e visão de mundo de Yi-Fu Tuan (2012). A partir disso, serão abordados o que vem a ser a problematização frente ao sistema excludente que, entre outros, resulta nos aglomerados urbanos espontâneos como resposta aos obstáculos, com o intuito de garantir meios próprios de habitar. Nesse sentido, entende-se a moradia como produto de contextos e vivências humanas de necessidades e estruturas complexas que envolvem o indivíduo e a sociedade, criando cenários urbanos próprios e paisagens culturais. Rolnik (2019) utiliza os termos “paisagem para a vida” ou “territórios para a vida” para designar espaços e lugares agenciados por agentes sociais que estão à margem do planejamento urbano, em assentamentos auto construídos a partir de estratégias de subsistir. Em outros sentidos, para Salgado e Carvalho (2017), ocupar áreas de ressaca significa evidenciar os fatores ambientais como parâmetros para a forma de habitar; respeitar o volume e ciclos das águas; considerar a orientação dos ventos e percurso do sol; e utilizar a madeira como principal material construtivo, elemento estrutural e vedação, por questões econômicas, culturais e de conforto ambiental. Essas áreas estão em constante expansão e consolidação (Salgado; Carvalho, 2017), combinando o modo de vida urbano com uma cultura vernacular amazônica, onde se constituem em espaços sem infraestrutura urbana em regime de coabitação familiar, traduzindo processos de estigmatização da população. Portanto, é feito o recorte sobre a escala espacial do território urbano e regional através da contextualização histórica de políticas e planos urbanísticos, bem como a caracterização da produção socioespacial da cidade de Macapá para então compreender o cenário da habitação palafítica em áreas alagadas da cidade. Com isso, apreender os termos supracitados por Rolnik (2019) como os espaços dos assentamentos ocupados em processos de autoconstrução, bem como as condições urbanas em contrapartida ao sistema segregatório de planejamento e gestão urbana.

Palavras-chave.

Legislação excludente, Áreas de ressaca em Macapá, Habitação popular na Amazônia.

Referências.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Favelas e Comunidades Urbanas. Notas metodológicas n.01. Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. *Indisciplinar*, v. 5, n. 1, p. 18-43, 2019.

SALGADO, Victor; CARVALHO, B. Habitar Sobre Pilotis: A Moradia Vernácula Ribeirinha No Contexto Urbano Da Amazônia. Criar com a Natureza, Viver com a Natureza-Turismo: Impactos nos Territórios e Paisagens-Tecnologias de Ontem e de Hoje: As Vertentes da Sustentabilidade, v. 4, p. 80-93, 2017.

DESENHO UNIVERSAL E ACESSIBILIDADE. COMO FOCO PARA ESPAÇOS PÚBLICOS INCLUSIVOS

Suellen Conceição de Oliveira da Silva Sanches; Andrea Nazaré Barata de Araújo
UFRA; Unifesspa

(Suellen.conceicao@hotmail.com; Andrea.barata@unifesspa.edu.br)

Resumo.

Uma grande parcela da população amapaense possui algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida. E tais pessoas, além de conviver com limitações ou dificuldades em sua locomoção, ainda estão sujeitas à discriminação e exclusão social em detrimento das barreiras físicas e atitudinais encontradas pela cidade, em especial nos espaços públicos como as praças. O trabalho se enquadra em duas dimensões morfológicas, a primeira é a dimensão copresencial que analisa se a praça é propícia ou restritiva aos encontros sociais e a segunda dimensão é funcional, onde observa-se a operacionalidade, função e classificação das atividades desenvolvidas na praça. O trabalho aborda ainda questões referentes à acessibilidade e desenho universal no espaço público. Tem como objetivo geral analisar a praça Veiga Cabral como espaço público da cidade de Macapá, sob o viés da acessibilidade e dos Princípios do Desenho Universal. E apresenta como objetivos específicos: aplicar os princípios do Desenho Universal na análise do espaço físico da praça, que são igualdade, flexibilidade, intuição, redução de esforços e dimensionamento adequado para aproximação e uso; e verificar se a praça atende os pré-requisitos de acessibilidade segundo a NBR 9050/2020, para que esse espaço inclua as pessoas com e sem limitações. Nesse sentido, a Praça Veiga Cabral merece destaque pela importância histórica, cultural e por conta de sua localização estratégica no centro da cidade e por estar próxima a muitas edificações comerciais e de serviço, além de se tratar de um espaço público direcionado ao lazer, cultura e comércio. Para tanto, foi realizada a pesquisa bibliográfica em conjunto com uma análise sobre acessibilidade e desenho universal na praça por meio da observação, exploração e verificação do caso. O referido trabalho apresenta resultados de pesquisa sobre acessibilidade e desenho universal referentes a mobiliários e equipamentos urbanos, rotas livres ou não de obstáculos, guias rebaixadas, piso tátil, tipo de piso e largura das calçadas, sinalização e estacionamento. Assim, concluiu-se que a acessibilidade traz consigo vantagens para todas as pessoas, pois possibilita a integração, igualdade, respeito e oportunidades. Contribuindo para que os espaços públicos ofereçam conforto e segurança, assegurando autonomia e independência. Cabe ao profissional da arquitetura da paisagem e profissões afins (re) pensar a cidade, buscando sempre adequá-las às necessidades de seus usuários

Palavras-chave.

Acessibilidade,
Desenho Universal,
Espaço Público,
Praça Veiga Cabral,
Amapá.

Referências.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 12, n. 9010, 2000.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015b.

A paisagem ferroviária de Três Rios. Análise e diagnóstico da faixa lindeira ferroviária

Rebeca Barbosa da Costa Carvalho; Virginia Maria Nogueira de Vasconcellos; Andrea Queiroz da Silva Fonseca Rego
Universidade Federal do Rio de Janeiro - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo PROARQ
(rebeca.carvalho@fau.ufrj.br; virginia.vasconcellos@fau.ufrj.br; andrea.queiroz@fau.ufrj.br)

Resumo.

Entende-se como paisagem a relação da dinâmica entre o natural e o antrópico, ou seja, é o resultado da dinâmica entre o físico, biótico e antrópico (MAGNOLLI, 2006). Compreende-se linha férrea como um corpo ambíguo, produto da construção humana, e a depender da escala, pode conectar ou romper o território que percorre. Na macroescala, as ferrovias conectam municípios e facilitam o transporte de cargas e pessoas, já na escala local, podem se tornar obstáculos na paisagem e causar riscos à população que vive à sua margem (insegurança de suas travessias, poluição do ar etc.). A paisagem ferroviária de Três Rios-RJ, cidade sul-fluminense, tem se tornado um importante polo industrial, devido à sua proximidade com São Paulo e Minas Gerais, e aos seus recursos hídricos, uma vez que está localizada no encontro dos três rios: Piabanha, Paraibuna e Paraíba do Sul. É uma área de relevância rodoferroviária, por ser atravessada pelas ferrovias Centro-Leste (com uma malha de 7 mil km entre as regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste) e MRS (com uma extensão de 1,6 mil km nos estados do Rio, São Paulo e Minas Gerais) (MILWARD-DE-AZEVEDO, 2012), estando apenas a MRS em operação, atualmente. Ainda que as ferrovias sejam elementos estruturantes da Cidade, não há medidas voltadas para conciliar a ocupação urbana e a preservação ambiental. Como consequência da omissão do Poder Público, houve a ocupação desordenada das margens da ferrovia, gerando transtornos à população e ao ambiente. Este trabalho objetiva discutir uma proposta de intervenção nessas faixas lindeiras, visando a melhorar a segurança, a salubridade e o conforto da população local, tendo como recorte geográfico a área urbana da Cidade de Três Rios ao longo do ramal ferroviário ativo. A estrutura metodológica é organizada em três etapas: (1) Avaliação da distribuição de renda e densidade demográfica, utilizando a cartografia e os dados do IBGE, para determinar a prioridade da intervenção (adensamento): uma área com alta prioridade é densamente ocupada por baixa renda, enquanto uma área com média prioridade é densamente ocupada por renda média ou alta ou tem baixa ocupação por baixa renda. Áreas com baixa prioridade são pouco ocupadas; (2) Análise morfológica do terreno e agrupamento em função de características hidrogeomorfológicas e históricas de modificação semelhantes. De acordo com duas escalas, a primeira, segundo SILVA (2012), é uma "macrounidade" chamada "Compartimento de Paisagem", enquanto a segunda, contida dentro dos compartimentos, é a escala das unidades de paisagem; (3) Elaboração de proposta de intervenção em nível micro escalar, onde são analisadas e exploradas suas ocupações e travessias, explicitando suas vulnerabilidades, estratégias e ações projetuais. Os resultados comprovam que a área urbana de Três Rios ainda carece de legislação adequada. Foram encontrados e analisados oito compartimentos de paisagem e vinte e quatro unidades de paisagem. E, ainda que ações projetuais tipo tenham sido sugeridas a partir dessa investigação, entende-se que esses apontamentos são preliminares, considerando-se os diversos campos envolvidos, gastos, limites de tempo e população impactada.

Palavras-chave.

paisagem
ferroviária, faixa
lindeira, Três Rios.

Referências.

MAGNOLI, Miranda. Espaço Livre – Objeto de Trabalho. Paisagem Ambiente: ensaios - n. 21 - São Paulo - p. 175 - 198 - 2006.
OLIVEIRA, David Neves de; MILWARD-DE AZEVEDO, Julianne Alvim. Dinâmica do Crescimento Urbano-industrial do Município de Três Rios/ RJ: notas sobre os impactos ambientais e vulnerabilidade social. Espacios. v. 36, no 20, p. 16, ago. 2015.
SILVA, Jonathas; MANETTI, Claudio; TÂNGARI, Vera. (2013). Compartilhamentos e Unidades de Paisagem: Método de Leitura da Paisagem Aplicado à Linha Férrea. Paisagem e Ambiente. 10.11606/issn.2359-5361.v0i31p61-80.

Vivências Infantis e o Entendimento da Paisagem. Experiências em uma escola pública no Rio de Janeiro

Viviane Costa de Faria; Sofia Vezaro Taiarol; Giselle Arteiro Nielsen Azevedo; Vera Regina Tângari

PROARQ/FAUFRJ

(viviane.faria@fau.ufrj.br; sofia.taiarol@fau.ufrj.br; gisellearteiro@fau.ufrj.br; vtangari@fau.ufrj.br)

Resumo.

O artigo trata da relação entre a escola e a cidade, explorando os conceitos de Educação Integral e Territórios Educativos na perspectiva das crianças sobre seu próprio território e os espaços livres que o compõem. Neste artigo serão descritas as experiências de estudantes de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ/FAUFRJ) durante a realização de dispositivos de avaliação pós-ocupação em uma escola da rede municipal da cidade do Rio de Janeiro, para alunos do terceiro ano do ensino fundamental, onde foram observadas as visões das pesquisadoras, das crianças e do corpo docente sobre as questões referentes aos espaços livres, visto que a escola não deve ser limitada aos seus muros, mas deve se conectar ativamente com a comunidade, reconhecendo o direito das crianças à cidade.

Para um melhor entendimento do cenário do território da escola, é preciso compreender que ela fica localizada na Barra da Tijuca, um bairro situado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, caracterizado por uma abundância de condomínios fechados e shoppings centers. No meio do crescimento imobiliário, destacam-se características naturais, que incluem a extensa faixa litorânea, lagoas (Marapendi e Tijuca), parques e centros culturais que circundam essa paisagem. A instituição de ensino em foco está situada dentro de um desses condomínios fechados, entretanto a maioria significativa dos alunos não são residentes deste local. As crianças vivem em bairros ou comunidades situados fora da Barra da Tijuca, áreas que frequentemente apresentam condições econômicas menos favorecidas.

O objetivo da atividade foi reconhecer e analisar a forma como as crianças percebiam os espaços livres, tanto dentro como fora dos limites da escola. Isso se torna relevante porque as crianças estão em um ambiente relativamente seguro, uma vez que se trata de um condomínio fechado. No entanto, ao mesmo tempo, esse ambiente é segregado, pois está inserido em um território considerado restrito para poucos, que não está aberto em relação à escola. Essa dualidade de segurança e segregação torna a análise das percepções, não somente das crianças, mas de todo corpo docente, um aspecto importante da pesquisa.

A metodologia utilizada para a pesquisa teve como suporte primordial a avaliação pós-ocupação, que teve como referencial teórico estratégias do livro *Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação* (RHEINGANTZ, 2009). Um dos instrumentos utilizados, foi o mapeamento visual, também referido como “mapete”. O propósito era compreender, a partir da perspectiva dos alunos, o conhecimento e a relação deles com os espaços livres dentro e fora da escola. Dado que a escola está situada em um condomínio fechado, as dinâmicas de dualidade entre segurança e segregação tornam a análise das percepções das crianças sobre os espaços livres um aspecto fundamental da pesquisa.

As reflexões finais destacam a falta de familiaridade das crianças com as paisagens extramuros, uma vez que elas não têm a oportunidade de vivenciá-las plenamente. Residindo em bairros distantes, muitas vezes caracterizados por infraestruturas precárias e insegurança, elas vivenciam apenas o ambiente escolar e retornam para casa, sem o envolvimento com as paisagens pertencentes ao território em questão.

Referências.

- AZEVEDO, G.; RHEINGANTZ, P. A.; COSTA, R. Educação Integral e território Educativo: Diálogos possíveis em um coletivo complexo. In: AZEVEDO, G.; RHEINGANTZ, P. A.; TÂNGARI, V. (org.). *Do Espaço Escolar ao território educativo: O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade*. Rio de Janeiro: Riobooks, 2016. p. 17-27
- FARIA, A. B. Quando a escola salta os muros. In: AZEVEDO, G.; RHEINGANTZ, P. A.; TÂNGARI, V. R. (org.). *Do Espaço Escolar ao território educativo: O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade*. Rio de Janeiro: Riobooks, 2016. p. 29-43
- RHEINGANTZ, P. A.; AZEVEDO, G.; BRASILEIRO, J. Mapeamento Visual. In *Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação*. Rio de Janeiro: Coleção PROARQ, 2009. p. 50-57

Palavras-chave.

Território Educativo, Educação integral, Avaliação Pós-ocupação, infância, Sistemas de Espaços Livres.

O Relógio e a Praça. Análise diacrônica das transformações vividas pela Praça do Relógio de Taguatinga, sob a ótica de sua acessibilidade e integração.

Juliana Carvalho Mendes Ozelim; Antonio Maycon Martins;

Luana Helena de Oliveira Martins de Souza; Isabela Oliveira Pereira

Universidade de Brasília - UnB

(juliana.ozelim@gmail.com; martins.a.arq@gmail.com;

martinsluana2005@gmail.com; isabela.o.p@hotmail.com;)

Resumo.

Este estudo aborda a trajetória evolutiva da Praça do Relógio, em Taguatinga, Distrito Federal, ao longo de quatro décadas, desde sua criação em 1980 até suas mais recentes adaptações em 2022. Situada a 19 quilômetros do Plano Piloto, Taguatinga é uma Região Administrativa (RA III) de destaque, desempenhando papel crucial no contexto das 33 Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal (CODEPLAN, 2022). O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT) delineou o macrozoneamento da região, reconhecendo o potencial de Taguatinga como uma nova centralidade. A definição da área como zona urbana de dinamização, aliada às diretrizes para a criação de um centro regional, consolidou a importância de Taguatinga, juntamente com Ceilândia e Samambaia (DISTRITO FEDERAL, 1997). Além de atender às outras RAs, Taguatinga fornece serviços aos municípios vizinhos em Goiás, destacando seu papel como centro de atividades e serviços de alcance local e regional. A Praça do Relógio, símbolo emblemático de Taguatinga, ocupa posição central e é cercada por uma vibrante rede comercial. Funcionando como ponto de convergência para diversos modais de transporte público, como metrô e ônibus, a praça facilita o acesso a praticamente todas as outras RAs do DF. O objetivo deste artigo é compreender as transformações urbanas na Praça, enfatizando aspectos de acessibilidade, mobilidade urbana e preservação da identidade cultural. A pesquisa aborda três marcos temporais: a) construção inicial; b) adaptação para a estação do metrô; c) projeto de requalificação pelo Governo do Distrito Federal (GDF) em conjunto com o novo Túnel Viário e o Boulevard de Taguatinga (SEDUH, 2022). Utilizando uma metodologia qualitativa, o estudo emprega procedimentos exploratórios bibliográficos e documentais. A análise crítica desses documentos destaca questões pertinentes ao planejamento urbano de Taguatinga, dividindo o estudo em três partes: premissas teóricas e metodológicas sobre acessibilidade e mobilidade urbana; caracterização histórica da cidade e trajetória do arcabouço legal; e resultados e discussões sobre os projetos de requalificação da praça. Os resultados do estudo indicam que as intervenções e propostas de requalificação na Praça do Relógio, em Taguatinga, aderiram às diretrizes urbanísticas, resultando em melhorias significativas de acesso e circulação, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida. A praça, que há décadas é um ponto crucial de conexão, foi revitalizada por iniciativas como a implantação do metrô e projetos de requalificação em conjunto com o novo Túnel Viário e o Boulevard. Embora desafios como a sensação de insegurança e a má conservação tenham impactado a área, a praça mantém seu simbolismo e importância regional. A análise destacou a evolução dos projetos em termos de acessibilidade, integração e preservação cultural, reforçando a praça como uma centralidade local e regional vital, com melhorias contínuas visando aumentar a mobilidade, segurança e conforto dos usuários.

Palavras-chave.

Praça do Relógio; Taguatinga; Distrito Federal; Acessibilidade; Revitalização.

Referências.

CODEPLAN, COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021, Taguatinga. Secretaria de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEFP. Brasília, DF, 2022.

DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar no 17, de 28 de janeiro de 1997. Aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT - e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, v. 21, no 20, 29 ago. 1997. Disponível em: [https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/51847/Lei_Complementar_17_28_01_1997.html#:~:text=Ar t.,do%20territ%C3%B3rio%20do%20Distrito%20Federal](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/51847/Lei_Complementar_17_28_01_1997.html#:~:text=Ar%20t.,do%20territ%C3%B3rio%20do%20Distrito%20Federal). Acessado em: 20 de janeiro de 2023.

SEDUH, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal. Memorial Descritivo do Projeto de Requalificação da Praça do Relógio – Setor Central de Taguatinga RA III, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.sisduc.seduh.df.gov.br/v1/>. Acessado em 15 de janeiro de 2023.

Infância Autista e o Direito à Cidade. Uma Abordagem Inclusiva ao Urbanismo

Nikson Dias de Oliveira
UFRR
(niksondias@gmail.com)

Resumo.

Este estudo aborda a temática do Direito à Cidade sob a ótica da criança autista, fundamentando-se no conceito proposto por Henri Lefebvre, que disserta por um espaço urbano acessível e inclusivo para todos, independentemente de distinções como credo, raça ou condição neurológica. Lefebvre critica veementemente a concepção e gestão urbanística contemporânea, alegando que estas frequentemente resultam em espaços segregados que exacerbam as desigualdades sociais. Ele propõe, em contrapartida, um modelo de planejamento urbano participativo e democrático. Este direito implica um conjunto de garantias fundamentais, como acesso à moradia adequada, ao transporte público eficaz, a serviços básicos de utilidade pública, bem como a espaços culturais e de lazer. Tais elementos são indispensáveis para a inclusão efetiva de todos os cidadãos, incluindo aqueles no espectro autista. Para indivíduos autistas, especialmente crianças, estes direitos são acompanhados por necessidades específicas que decorrem de características únicas de desenvolvimento, aprendizagem e socialização. Estas necessidades incluem, mas não se limitam a, educação inclusiva que respeite suas particularidades e capacidades, acesso a terapias de suporte comportamental e comunicacional, proteção contra abusos e bullying, adaptações para acessibilidade em ambientes públicos e privados, e igualdade de oportunidades para engajamento social, cultural e político. A condição autista é delineada por uma divergência neurobiológica significativa, influenciando a percepção, interação e processamento de informações pelo indivíduo. Isso acarreta uma gama de desafios e diferenças no desenvolvimento infantil em comparação a pares neurotípicos. Transtornos do Espectro Autista (TEA) manifestam-se em variações na capacidade de comunicação social, comportamentos e interações sociais, com sintomas variando amplamente entre indivíduos. A morfologia urbana pode promover o direito à cidade para a criança autista ao criar espaços acessíveis e inclusivos, com infraestrutura adequada, transporte público eficaz, e áreas culturais e de lazer adaptadas. Planejamento participativo e democrático, atendendo às necessidades específicas das crianças autistas, é essencial para inclusão social e desenvolvimento pleno. Mário de Andrade, em seu ensaio sobre a expressão artística de crianças e indivíduos com transtornos mentais, destaca a autenticidade e a expressão livre de convenções estéticas dominantes, reiterando a valorização da individualidade e da inclusão cultural. Assim, o presente trabalho reforça a necessidade de desenvolvimento urbano e social que contemple as especificidades de todos os seus habitantes, assegurando às crianças autistas o direito a um ambiente urbano justo, acessível e plenamente participativo.

Palavras-chave.

Direito à Cidade;
Inclusão Urbana;
Criança Autista;
Planejamento Participativo;
Acessibilidade.

Referências.

- Azevedo, Giselle Arteiro Nielsen. Diálogos entre arquitetura cidade e infância: Territórios Educativos em ação. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRRJ, 2019.
- Lefebvre, Henri. O Direito à Cidade. Editora Centauro, 2001 [1968].
- Nunes, M. F. (2008). A cidade e a infância: Novos desafios, velhas questões. In R. M. B. Alves (Org.), Cidade e cotidiano: Diálogos interdisciplinares (pp. 153-173). São Paulo: Annablume.

Os Espaços Livres Públicos de Direito Internacional: O caso dos territórios fluídos na fronteira Brasil-Uruguai

Lorena Maia Resende; Vera Regina Tangari

UFRJ

(lorena.resende@fau.ufrj.br; vtangari@fau.ufrj.br)

Resumo.

O processo de classificação ou categorização de um fenômeno dinâmico é uma tarefa complexa, uma vez que necessita de atualizações e debates constantes quanto à validade e pertinência do arranjo proposto ao longo do tempo. O esforço dessas classificações tem um impacto direto no cotidiano das sociedades, influenciando questões legais e jurídicas, na distribuição de tributos, no repasse de verbas, além de ser a base para o projeto de políticas públicas. Nesse sentido, a classificação do Sistema de Espaços Livres (SEL) se enquadra como um importante instrumento de cooperação para o planejamento urbano. Segundo Miranda Magnoli (1982), os espaços livres referem-se a áreas desprovidas de edificações, sejam pavimentadas ou arborizadas, urbanas ou rurais, de natureza pública ou privada. Esses espaços livres constituem, predominantemente, uma parcela significativa do território de um município, visto que permeiam todo o tecido urbano com diversas funções, como conexão, deslocamento, lazer, permanência, contemplação, preservação, entre outras. O trabalho contínuo do grupo de pesquisa Sistema de Espaços Livres no Rio de Janeiro (SEL-RJ) propõe uma classificação em seis grandes classes que se desdobram em dezenove subclasses, sendo a legislação urbanística e a situação de propriedade os critérios definidores. O quadro é dividido em Espaços Livres Privados (subdivididos conforme a incidência de espaço livre por quadra); e Espaços Livres Públicos (subdivididos de forma geral em caráter ambiental, rural e urbano e, de forma mais específica, em subclasses que atendem às práticas sociais como circulação, permanência e suporte à infraestrutura), abrangendo também os Espaços de Uso Dominial (Tangari, 2018; Macedo et al, 2018). Nesse processo contínuo de aperfeiçoamento e a partir dos estudos sobre as cidades-gêmeas da Fronteira Brasil-Uruguai, observamos uma lacuna na subcategoria de Espaços Livres Públicos, uma vez que não inclui a questão da situação fundiária dos Espaços Públicos de Direito Internacional. Correspondem, nesse caso, nos aglomerados urbanos de fronteira, aos espaços livres de edificação ou urbanização que são compartilhados pelo direito internacional. Por exemplo, os rios internacionais, os canteiros de avenidas que acompanham a linha imaginária de divisa e as praças internacionais. No contexto da pesquisa de doutorado em andamento, tanto o rio quanto a praça são, por excelência, espaços livres públicos e bens comuns do povo. No entanto, sua gestão na fronteira Brasil-Uruguai é internacional, o que os diferem dos outros espaços livres públicos geridos pelo município correspondente ou pela União, no caso dos espaços dominiais. O objetivo deste trabalho é contribuir e incluir os ensinamentos e as experiências da fronteira sul-americana, que por vezes é inferiorizada e invisibilizada, na classificação dos SEL. Questionamos: Em que termos a configuração e a dinâmica desses territórios potencializam a classificação dos SEL? O que as paisagens de fronteira sul-americanas podem nos ensinar sobre o planejamento urbano e sobre a preservação da paisagem fronteira? A partir de uma metodologia de caráter exploratório e compositivo, ancorada em dois estudos de caso, das cidades-gêmeas Jaguarão-Rio Branco e Santana do Livramento-Rivera, foi possível observar algumas características singulares da paisagem, reforçando a importância da abordagem da morfologia urbana e do SEL nessa investigação.

Palavras-chave.

Direito à Cidade;
Inclusão Urbana;
Criança Autista;
Planejamento Participativo; Acessibilidade.

Referências.

MACEDO, S. S., QUEIROGA, E., CAMPOS A. C., GALLENDER, F. e CUSTÓDIO, V. Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública no Brasil. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

TÂNGARI, Vera. As formas e os usos dos sistemas de espaços livres no Rio de Janeiro. Anais do V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFBA: Salvador, 2018. Palavras-chave.

Sistema de Espaços Livres, Direito Público Internacional, Fronteira, Território fluído.

Sistema de espaços livres em disputa na Baixada Santista. Aproximações e conflitos no Estuário de Santos

Talita Micheleti; Isabela Sollero Lemos; Eugenio Fernandes Queiroga; Ana Cecilia Mattei de Arruda Campos; José Marques Carriço; Clarissa Duarte de Castro Souza; Fábio Mariz Gonçalves; Fernanda Elis da Silva Lima; João Fernando Pires Meyer; Julia Ascencio Cansado; Katia Canova; Lucas Christophe Gaspar Bueno; Marina Yumi Iwamoto; Mayumi Cursino de Moura Hirye; Paula Barrera Tavares; LabQUAPÁ / FAUUSP

(tmicheleti@usp.br; isabela.sollero@usp.br; queiroga@usp.br; anacecilia@arrudacampos.com; jmc10557@gmail.com)

Resumo.

A paisagem da Região Metropolitana da Baixada Santista se caracteriza pela compartimentação geográfica entre Serra do Mar e a estreita planície litorânea que hoje abarca praticamente toda a mancha urbana. A complexidade do território transparece nas relações entre os ecossistemas, as unidades de conservação e ação das diversas comunidades que o habitam, traduzindo-se em modificações da paisagem e conflitos. Investigar essas transformações a partir dos Sistemas de Espaços Livres (SELS) possibilita a discussão da produção de formas urbanas sobre uma estrutura ambientalmente frágil, identificando contradições e espaços livres potenciais. Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa sobre transformações da paisagem de quatro metrópoles latino-americanas. Como método empregou-se a realização de oficinas locais apoiadas pela elaboração e análise de cartografia de transformação da paisagem, visitas técnicas, conversas com lideranças comunitárias e agentes públicos, revisão bibliográfica e pesquisa documental. A abordagem regional no mapeamento dos SELs demandou a criação de categorias relacionadas às áreas de preservação e conservação, uso e cobertura do solo, infraestrutura e detalhamento de espaços intraurbanos. Foram identificadas 20 classes e 58 subclasses. A delimitação de unidades de conservação foi essencial para controlar a expansão urbana em direção à Serra do Mar. A restinga atua como área de amortecimento nos municípios com faixas de planície maiores. Essa macroestrutura é sobreposta por APPs de corpos hídricos concentrando conflitos de ocupação, das franjas urbanas aos tecidos consolidados. Os espaços ligados aos usos de grande porte e infraestruturas situam-se junto ao porto/estuário de Santos e ao longo das principais rodovias. Nota-se a presença de espaços livres potenciais em diferentes escalas capazes de melhorar as condições socioambientais. No contexto macro, os grandes eixos de rodovias e avenidas intermunicipais. Em escala intermediária, espaços livres entre o urbano e o periurbano, são suscetíveis a fragilidades e desempenham papel importante na contenção da urbanização. Também importa atentar aos espaços potenciais intraurbanos das periferias, propor qualificações específicas e próprias a partir das práticas cotidianas. No Dique da Vila Gilda, maior favela sobre palafitas do país, as casas se adentram no estuário, em certos pontos, quase conectam as duas margens do canal. As edificações, em risco constante de desabamentos e incêndios e falta de saneamento, aumentam a vulnerabilidade dos moradores. Duas comunidades tradicionais caiçaras estão sendo diretamente impactadas pela expansão do porto. O Sítio Conceiçãozinha, localizado próximo ao Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá sofre pressão do poder econômico do porto ameaçando o acesso da comunidade ao mar, fundamental para seu modo de vida ligado à pesca. A Ilha Diana, situada na parte continental de Santos, apresenta-se impactada pelo assoreamento e contaminação das águas pelos resíduos das operações portuárias. O empoderamento de moradores nas duas comunidades se expressa na luta pelo reconhecimento de seus modos de vida. O SEL é uma infraestrutura da metrópole, desempenha múltiplos papéis socioambientais, impossível continuar a tratá-lo como conjunto de espaços vazios à espera de ocupação segundo interesses dos capitais e classes dominantes. Povos originários, comunidades caiçaras, classes populares, movimentos socioambientais resistem e apresentam caminhos para o século XXI.

Palavras-chave.

Baixada Santista, Sistema de Espaços Livres, Conflitos, Contradições, Estuário de Santos.

Referências.

CAMPOS, A. C. A. ; PAIM, C. M. ; QUEIROGA, E. F. ; LEMOS, I. S. ; MEYER, J. ; CANOVA, K. ; MICHELETI, T. ; GONCALVES, F. M. . Espaços livres públicos potenciais e paisagem em áreas de vulnerabilidade social. In: Fórum SP 21 - Avaliação do Plano Diretor e da Política Urbana de São Paulo, 2022, São Paulo. Anais Fórum SP 21 - Avaliação do Plano Diretor e da Política Urbana de São Paulo. São Paulo: IAB, 2021. v. S29T66. p. 1-23.

MACEDO, Silvío; QUEIROGA, Eugenio; CAMPOS, Ana Cecília; GALENDER, Fany; CUSTÓDIO, Vanderli. Os sistemas de Espaços Livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2018.

SOUZA, Roberto Sakamoto. O papel da legislação e das instituições para a conservação das diversidades ambiental e cultural da Baixada Santista. 2018. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi10.11606/T.16.2019.tde-17012019-154005. Acesso em: 2024-03-23.

Reflexões sobre o espaço livre urbano como fator determinante para a melhoria da qualidade de vida nas cidades

Wilza Gomes Reis Lopes ; Karenina Cardoso Matos; Gedeilson da Silva Lima; Eliton Almeida Pereira; Nícia Formiga Leite

Universidade Federal do Piauí - UFPI

(wilza@ufpi.edu.br; karenina@ufpi.edu.br; gedeilsonlima123@gmail.com;

eliton Almeida2001@gmail.com; nicialeite@ufpi.edu.br)

Resumo.

Em grande parte das cidades brasileiras, o crescimento de sua população urbana continua em alta, devido à atração que os centros urbanos continuam exercendo, o que faz com que mais pessoas os procurem, na busca por melhores oportunidades de emprego, de saúde e de educação. Dessa forma, cresce a demanda por áreas construídas e por espaços livres, para o atendimento de necessidades básicas dessa população. Neste sentido, Saldiva (2018, p. 18) afirma que os “seres humanos procuram as cidades para ganhar a vida, para desenvolver o espírito, para exercer sua inteligência criativa e, ao mesmo tempo, sofrem as consequências desse novo habitat” Com o adensamento populacional das cidades, ocorre o conseqüente aumento dos problemas urbanos. Entre estes problemas, Cândido e Araújo (2014, p. 7) apontam a segregação urbana, como fator negativo para a qualidade de vida, destacando o “acesso desigual e injusto dos equipamentos e serviços urbanos, por investimentos públicos e privados em determinadas áreas da cidade em detrimento de outras [...]”, como fatores que podem favorecer a degradação ambiental, social e econômica, comprometendo, dessa forma a qualidade de vida, sendo necessário a realização de estudos destes aspectos. Para Almeida, Cota e Rodrigues (2020, p. 3859), é impossível, “atuar na proteção da saúde das pessoas sem realizar cuidados básicos ao meio ambiente, assim como, não se pode falar em danos ao meio sem associar às repercussões na saúde individual e coletiva”, sendo, então, indissociável a relação dos aspectos de qualidade urbana e de saúde da população. Desse modo, neste trabalho pretende-se como objetivo apontar a distribuição da oferta e do acesso, pela população, dos espaços livres públicos e áreas verdes e de equipamentos sociais e culturais urbanos, enfocando a zona Sul da cidade de Teresina, Piauí. Como metodologia, foi realizada revisão bibliográfica, abrangendo livros, teses, dissertações, trabalhos em eventos, artigos de periódicos, enfocando estudos relacionados a espaços livres, áreas verdes, equipamentos culturais e qualidade de vida urbana. Foi realizado levantamento, quantificação e mapeamento de espaços livres públicos urbanos, e de equipamentos culturais, por meio de coleta de informações em órgãos da Prefeitura Municipal. As informações foram sistematizadas, colocadas em tabelas e discutidas. Também, foram elaborados mapas, com a utilização do QGis, para entender a disponibilidade de espaços livres públicos, áreas verdes e equipamentos culturais, na zona Sudeste de Teresina. Foi observado que alguns bairros da zona sul possuem maior quantidade de espaços públicos, como o bairro Saci, com 23 deles e o bairro Promorar, com 17 espaços públicos. Enquanto, outros bairros têm poucos ou nenhum espaço público, como os bairros Angélica, Distrito Industrial, Parque Juliana, Pio XII, Santa Luzia, entre outros. Dessa forma, constata-se que há carência de espaços públicos, que são insuficientes na maioria dos bairros. Alguns desses bairros, possuem entre uma ou duas praças, poucas quadras e nenhum centro cultural, necessitando de maior investimento pela gestão pública, na criação de espaços públicos e áreas verdes para que se obtenha cidades mais saudáveis.

Palavras-chave.

Paisagem das águas; planejamento; áreas verdes; rios urbanos.

Referências.

ALMEIDA, Lorena Sampaio; COTA, Ana Lídia Soares; RODRIGUES, Diego Freitas. Saneamento, Arboviroses e Determinantes Ambientais: impactos na saúde urbana. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 10, p. 3857-3868, 2020.
ARAÚJO, M. C. C; CÂNDIDO, G. A. Qualidade de vida e sustentabilidade urbana. *Holos*, Natal, v.1, ano 30, p.03-19, 2014.
SALDIVA, Paulo. *Vida Urbana e Saúde: os desafios dos habitantes das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2018.

ESPAÇOS LIVRES NAS ÁREAS DE RESSACAS.

Maira roberta amaral silva; Louise Barbalho Pontes
UFRA; Universidade Federal do Amapá
(maira.ap_amaral@hotmail.com; louise.pontes@unifap.br)

Resumo.

A cidade de Macapá, situada em contexto amazônico, tem cerca de 20% do seu perímetro urbano coberto por áreas de ressaca (áreas úmidas relacionadas à bacia hidrográfica do Rio Amazonas). O processo de expansão urbana teve como ponto de partida os bairros mais centrais, localizados em áreas de terra firme, que foram inicialmente ocupadas, seguidas pela expansão para as áreas circundantes. As áreas de ressaca foram campo para continuidade dessa ocupação, por meio de aterramentos e construções suspensas na água, em tipologias de palafitas. Parte significativa das ocupações em áreas de ressaca é informal, constituídas principalmente, por habitações residenciais, desprovidas de acesso formal a serviços essenciais como energia elétrica, abastecimento de água e saneamento. Essa ocupação informal em área de ressaca é uma realidade estabelecida e discutida nos estudos urbanos e na cidade de Macapá há várias décadas, contudo em que pese o avanço dos estudos que buscam compreender os modos de morar nesse contexto, há uma lacuna nos estudos dos espaços livres nessas áreas. A investigação dos espaços livres da área de ressaca do bairro Congós é importante para se entender como ocorre a ocupação do espaço, quais vazios se formaram e quais possibilidades o espaço tem para ser utilizado em prol dos moradores. Este trabalho tem como objetivo investigar a dinâmica urbana e social, caracterizando os espaços livres nas áreas de ressaca do bairro Congós, utilizando como recorte as passarelas da avenida Francisco Torquato de Araujo e Laudelino de Araujo Corrêa. Para isso, se realiza fundamentação teórico-metodológica dos campos do urbanismo e da arquitetura da paisagem, a partir da qual se elabora uma cartografia em camadas que apresentam os elementos, de ordem biofísica e perceptiva na escala do bairro e a análise morfológica na escala das passarelas. A pesquisa tem como resultado uma compreensão das tipologias dos espaços livres na ocupação informal em área de ressaca, e identifica estes como um potencial para dar continuidade aos processos naturais e ser cenário para espaços de fruição.

Palavras-chave.

Espaços livres; área de ressaca; Congós

Referências.

- SPIRN, A. W. O Jardim de Granito: A natureza no Desenho da Cidade. Tradução de Paulo Renato Mesquita Pellegrino. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- TARDIN, Raquel. Espaços Livres: Sistema e Projeto Territorial. Rio De Janeiro/RJ: Editora 7 Letras, 2008.
- TAKIYAMA, L. R. et al. Relatório final do Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das áreas de ressacas de Macapá e de Santana, no Estado do Amapá, 2012.

Caminhos para pensar um sistema de espaços livres para o Campus Marco Zero da Universidade Federal do Amapá.

Gabriela de Souza de Oliveira; Louise Barbalho Pontes
Universidade Federal Rural da Amazônia; Universidade Federal do Amapá
(gabbisoliveira@gmail.com; louise.pontes@unifap.br)

Resumo.

Macapá é uma cidade situada no contexto amazônico e cortada pela linha imaginária do Equador. Embora tenha seu perímetro urbano cercado por áreas úmidas localmente denominadas como “ressacas”, apresenta pouca cobertura vegetal, o que é insuficiente para tornar a sensação térmica agradável, especialmente no verão amazônico, quando as temperaturas máximas podem chegar a 38.8 oC e, além disso, carece de espaços livres qualificados em seu desenho intraurbano. Este trabalho parte da percepção de que o Campus Marco Zero da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), situado na Zona Sul da cidade, se configura como uma grande mancha verde que poderia ser planejada para garantir um modo de ocupação que não comprometa a conservação das áreas verdes existentes. Esta pesquisa tem como objetivos analisar a área de estudo em seus aspectos biofísicos e perceptivos, identificar as tipologias de espaços livres existentes e propor um sistema de espaços livres para o Campus Marco Zero da UNIFAP que concilie a preservação das áreas verdes à vitalidade urbana. Para isso, a pesquisa se situa no campo da arquitetura da paisagem e se realiza a partir de revisão bibliográfica, abrangendo desde os conceitos e métodos dos espaços livres planejados até a ecologia da paisagem e o desenho urbano, incluindo ainda uma evolução histórica dos campi universitários; também foi feita a elaboração de cartografia com auxílio de ferramenta de SIG na escala do perímetro urbano, bairros do entorno e, por fim, a escala do campus especificamente, para mapear características e potenciais dos espaços livres do campus universitário e do entorno. O trânsito entre escalas trabalhado na proposta revela que o sistema de espaços livres para o Campus Marco Zero é um elemento fundamental na conservação da biodiversidade das áreas verdes nele existentes e ao redor deste campus universitário, promovendo uma ocupação que garanta a integração destas áreas verdes e espaços livres, bem como sua valorização.

Palavras-chave.

sistema de espaços
livres, campus uni-
versitário, Macapá

Referências.

DRAMSTAD, W. E.; OLSON, J. D.; FORMAN, R. T. T. Landscape ecology principles in landscape architecture and land-use planning. Washington D. C.: Island Press, 1996.
LYNCH, K. A boa forma da cidade. Lisboa: Edições 70, 2015.
TARDIN, R. Espaços livres: sistema e projeto territorial. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS POR EMPREENDIMENTOS PRIVADOS EM CUIABÁ-MT.

Taynara Barreto Macedo; Priscila Wolff Sampaio; Jessica Seabra

Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG

(taynarabarretom@gmail.com; priscilawolffsampaio@gmail.com; jessica.seabra@univag.edu.br)

Resumo.

Nas cidades brasileiras em expansão os espaços livres sofrem pressão constante por diferentes grupos sociais, políticos e econômicos. De um lado, a busca por moradia, como resultado da ausência de Políticas Habitacionais que supram o déficit presente em muitos municípios, e do outro, o mercado imobiliário pressionam não apenas as áreas de proteção ambiental como também espaços livres públicos de lazer e recreação, impondo a ocupação de áreas que não deveriam ser edificadas. Em vista disso, este trabalho pretende investigar a apropriação indevida de espaços livres públicos, oriundos de loteamentos formais aprovados entre as décadas de 1980 a 2000, por empreendimentos privados na região administrativa Leste de Cuiabá, no estado do Mato Grosso. Os espaços públicos objeto de estudo dessa pesquisa, estão previstos pela Lei Federal nº6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e cujo texto determina como requisito para aprovação de loteamentos a obrigação de destinação de áreas para espaços livres de uso público, circulação e equipamentos públicos. No entanto, observa-se que algumas dessas áreas foram destinadas apenas para cumprimento da exigência legal no momento da aprovação do projeto, mas na prática não desempenham suas funções públicas, encontrando-se atualmente sob controle privado. Essa problemática revela que há um distanciamento entre a legislação e sua aplicação a longo prazo no espaço urbano, fato que pode estar permeado pelas relações de poder na sociedade entre os diferentes agentes sociais produtores do espaço urbano, permitindo que o mercado imobiliário atue também sobre áreas de propriedade pública. Adicionalmente, lacunas na legislação urbanística, bem como falhas institucionais na gestão contribuem para a não efetivação do cumprimento das leis e possibilitam tais ações. Até mesmo o desenho urbanístico adotado em projeto e a ausência de uma gestão pós implantação do loteamento, que garanta a manutenção e qualificação desses espaços para o uso coletivo, podem influenciar na ocorrência desse fenômeno. Diante do exposto, buscou-se explorar os mecanismos jurídicos-legais, as motivações e os aspectos técnicos de como os parcelamentos aprovados e executados em conformidade com a legislação, tiveram as funções dos espaços livres de uso público desvirtuados com a conivência do Poder Público e quais foram as consequências da supressão desses espaços para as dinâmicas urbanas e para a configuração da morfologia e paisagem da cidade. Para tanto, como recorte foi adotada a região administrativa Leste da cidade de Cuiabá, por esta apresentar loteamentos regularmente aprovados pela Lei 6.766/79 e por englobar bairros de renda média e média alta. Isso permite compreender que as “ocupações de áreas públicas” não se restringem aos mais pobres. Entende-se que a pesquisa pode ajudar a elucidar as questões apontadas e contribuir com estudos sobre a morfologia urbana de Cuiabá, assim como, trazer subsídios para a formulação de um plano de gestão de espaços livres públicos que considere a significância desses espaços para qualificação da vida pública urbana e que inclua todas as etapas, desde o planejamento e projeto até a aprovação e manutenção dos espaços.

Palavras-chave.

espaços públicos, sistema de espaços livres, apropriação, privatização, Cuiabá-MT.

Referências.

- CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.
- QUEIROGA, E. et al. Notas gerais sobre os sistemas de espaços livres da cidade brasileira. In: CAMPOS, A. C. A. et al (Org.). Sistemas de espaços livres: conceitos, conflitos e paisagem. São Paulo: Fauusp, Cap. 1. p. 11-20, 2011.
- RODRIGUES, A. M. “Loteamentos Murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial”. In: VAS-CONCELOS, P. A. et al. A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

Padrões Morfológicos e a Caminhabilidade dos Espaços Livres Públicos em Cuiabá - MT.

Tamires dos Santos Soares da Silva; Doriane Azevedo;
Bruna Santos e Silva; Felipe Augusto Sodré Mascarenhas

UFMT

(tamiressoares.tsarq@gmail.com; doriane.azevedo@gmail.com;
brunasilvaarqurb@gmail.com; engenheiro.mascarenhas@gmail.com;)

Resumo.

Desde o anúncio de Cuiabá/MT como uma das cidades-sedes dos Jogos da Copa Mundial de Futebol no Brasil (2014), a mobilidade urbana tem sido pauta da agenda política dos governos estadual e municipal. Foram propostos desde a implantação de Modal de Transporte Público de Média/Alta Capacidade à ampliação/requalificação de vias públicas, com a promessa de melhorar as condições estruturais de acesso e circulação na área urbana da Capital do Estado. Embora a Política de Mobilidade Urbana dos Municípios brasileiros é regida pelas premissas da Lei Federal (12.587/2012), que priorizam o Transporte Público Coletivo mas, principalmente, os Modais de Transporte Ativo, vimos que, nos últimos anos, os investimentos em Cuiabá foram voltados à implantação de infraestrutura para o Transporte Motorizado Individual. Na época, os Espaços Livres Públicos (ELP) voltados à circulação e estar de pedestres não foram priorizados nesse conjunto de intervenções. Antes de alguns desses investimentos, a avaliação das condições do caminhar em Bairro Central de Cuiabá, rua a rua (PEREIRA, 2017) e, na escala da vizinhança de Equipamentos Públicos Municipal, Estadual e Federal que integram o tecido urbano de diferentes bairros, distribuídos nas 04 Regiões Administrativas da Macrozona Urbana de Cuiabá, evidenciaram um baixo índice de caminhabilidade, contribuindo com a classificação da Capital como uma das três piores, entre as 27 do País, quando se diz respeito às condições adequadas para o Transporte à Pé (MOBILIZE, 2019). Concebendo a Caminhabilidade como índice que avalia um conjunto de atributos do espaço voltados à favorecer a escolha do pedestre em se deslocar a pé e se apropriar dos espaços livres públicos da cidade e, que muitos dos parâmetros pré definidos para avaliação deste índice dialoga com a análise dos padrões morfológicos - das características físicas dos espaços livres enquanto elementos estruturadores voltados à circulação, dos seus elementos complementares como sinalização horizontal e vertical, as questões de conforto ambiental e uso e ocupação do solo (KOHLSDORF, 1996) - , propomo-nos a verificar a inserção urbana dos Equipamentos Públicos avaliados em 2019 e as intervenções viárias ocorridas posteriormente e que afetaram direta/indiretamente a caminhabilidade no entorno destes, revisitando-os, reavaliando os padrões morfológicos e, conseqüentemente, o grau de caminhabilidade dos ELP de Circulação que possibilitam o acesso a esses Equipamentos. A reanálise se justifica pela necessidade de verificar se as condições observadas foram mantidas, agravadas ou melhoradas após cinco anos da primeira avaliação, a fim de contribuir de forma crítica e propositiva na política pública voltada à Mobilidade Ativa.

Palavras-chave.

Morfologia Urbana,
Caminhabilidade,
Espaços Livres Públicos, Cuiabá/MT.

Referências.

- KOHLSDORF, M. E. A Apreensão da Forma da Cidade. Brasília: UnB, 1996.
- PEREIRA, Douglas Peron. Estacionamentos nos espaços públicos e privados: a contradição da infraestrutura no sistema de mobilidade em Cuiabá". Trabalho de Conclusão de Curso. Engenharia Civil. Universidade Federal de Mato Grosso. 2017.
- PORTAL MOBILIZE. Calçadas do Brasil. Campanha 2019. Relatório Final. São Paulo: Portal Mobilize, 2019. Disponível em: https://www.mobilize.org.br/Midias/Campanhas/Calçadas-2019/relatorio-final_v2.pdf. Acesso em: Março 2024.

Uma análise dos Espaços Livres. Um percurso pela paisagem da zona oeste de Boa Vista-RR.

Márcio Baraúna Bento; Vera Regina Tângari
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(marcio.bento@fau.ufrj.br; vtangari@fau.ufrj.br)

Resumo.

As cidades apresentam diversos modelos de padrões morfológicos que tipificam o processo de urbanização constituem formas, que caracterizam tecidos urbanos e definem novas centralidades. Boa Vista, capital do estado de Roraima, no extremo norte do Brasil, até 1980 passou por um crescimento socioespacial induzido na zona oeste, fomentado por políticas sociais de migração, ocupação e urbanização, passando por acelerada expansão urbana. Esse artigo apresenta a dinâmica da paisagem e consolidação da forma urbana, com o objetivo de analisar o sistema de espaços livres, considerando as ocupações em torno de lagoas naturais e igarapés em bairros da zona oeste. Trata-se também de uma região em plena ascensão socioeconômica, fortemente caracterizada pelo mercado imobiliário e com ampla área de preservação permanente (APP), tipicamente de savana, conhecida como Lavrado Roraimense. A metodologia aplicada para esta pesquisa está pautada em categorias de análise e produção de cartografias e levantamentos fotográficos, que retratam a configuração morfológica dos bairros e APP's. Considerando como estratégia metodológica, adotou-se qualificar o sistema de espaços livres, onde Macedo et al (2009) e Campos et al (2011) os definem enquanto infraestrutura urbana, onde apresentam relações de conectividade e complementaridade, mesmo que estes não tenham sido planejados ou implantados. Assim, diante das análises desenvolvidas, foram identificadas manifestações afetivas nos espaços visitados em alguns bairros da zona oeste da cidade, no contexto de território amazônico (Freitas, 2000). Estes foram categorizados, como apontam Tângari et al (2009), a partir dos atributos funcionais, ambientais e estéticos. Nesse contexto, foram identificados elementos relativos ao suporte físico da zona oeste incluindo as lagoas naturais, os igarapés e as nascentes presentes, sendo considerados como heranças patrimoniais importantes e definidores da morfologia do território em estudo. Espera-se que este trabalho auxilie no entendimento da configuração urbana existente, a fim de promover diretrizes para elaboração de políticas públicas de planejamento e desenho urbano para a região.

Palavras-chave.

Expansão Urbana,
Espaços Livres,
Paisagem, Boa
Vista-RR.

Referências.

FREITAS, Aimberê. Fronteira Brasil/Venezuela: encontros e desencontros. São Paulo: Corprint Gráfica e Editora, 2000.
MACEDO, S. et. al. Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública no Brasil. In TÂNGARI, V., ANDRADE, R., SCHLEE, M. (Orgs.). Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009. 60-83.
TÂNGARI, Vera R.; ANDRADE, Rubens de e SCHLEE, Mônica B. (Org.) Sistema de Espaços Livres, Apropriações e Ausências. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ-PROARQ, 2009.

Um novo paradigma para morfologias urbanas. Infraestruturas urbanas e populares conectadas ao sistema fluvial do bairro Novo Horizonte, Teresina - PI

Fernanda Eduarda de Sousa Lima; Hannah Rossi Ribeiro Saraiva de Oliveira; Arthur Pedrosa Rocha
Universidade Federal do Ceará - UFC; Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Universidade de Brasília - UnB
(fernanda2edusl@gmail.com; hannah.rossi@ufpe.br; arthurpedrosa4418@gmail.com)

Resumo.

Os riachos apresentam elevada importância na dinâmica socioambiental urbana, desempenhando funções paisagísticas, urbanísticas, hidráulicas e climáticas (Alencar, 2016). De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 2015, 84,72% da população brasileira vive em áreas urbanas. Concomitante a isso, o processo de formação das cidades brasileiras, em meio a busca por modernização, negligenciou as paisagens ribeirinhas dando as costas aos rios e riachos (Teixeira, 2004) ao mesmo tempo em que esses corpos hídricos foram vetores da ocupação urbana (Mello, 2008), tornando a relação entre cidades e seus corpos d'água cada vez mais rodeada de contradições (Alencar, 2016). Teresina, capital do Piauí, embora tenha sido planejada, apresentava um traçado que desviava-se dos obstáculos naturais, desconsiderados na concepção do plano de implantação da cidade de 1852 (Matos, 2017). Até os dias atuais, os corpos hídricos da capital ainda são submetidos a uma função essencialmente hidráulica, e conforme observado por Rocha e Alencar (2023), o planejamento urbano reflete distância significativa do paradigma ambiental. O bairro Novo Horizonte, localizado às margens do rio Poti, na zona sudeste de Teresina, configura-se como uma área predominantemente residencial destinada a abrigar a população de baixa renda. O traçado do bairro é cortado por um riacho que deságua no rio Poti, e que ao longo do processo de urbanização foi retificado e estreitado para dar espaço às habitações, dando-lhe as costas, e por sua vez, transformando-o em espaço de despejo de todo tipo de resíduo. Tal condição foi impulsionada pela implantação de conjuntos de habitação de interesse social promovidos pela Companhia de Habitação (COHAB) no início da década de 1980 (Teresina, 2020). Com a densificação do território e a consequente impermeabilização do solo, episódios de alagamento e inundação tornaram-se recorrentes, contribuindo para o aumento da vulnerabilidade socioambiental, além de transformar o riacho numa barreira fétida e poluída que divide o bairro em duas partes. O presente trabalho tem como objetivo identificar o impacto da ausência de iniciativas do Poder Público de maximizar os serviços ecossistêmicos da paisagem fluvial e “quebrar” a imagem de barreira que corpos hídricos criam na morfologia urbana. Assim, por meio da revisão de literatura sobre intervenções urbanas nos espaços ribeirinhos no Brasil, legislações e planos de Teresina, pesquisa de campo e mapeamento da área de estudo, buscou-se compreender o papel dado a esses espaços. Em vista dos dados analisados, observa-se a relação conflituosa entre o riacho e o seu entorno imediato com a existência de um cenário dual marcado de um lado por deficiências dos serviços de infraestrutura urbana e de outro pelas intervenções populares no sistema fluvial, as quais permitem conectar formas urbanas separadas pela infraestrutura viária e expressar outras formas de apropriação da paisagem fluvial. Como resultado, é notável a ausência de políticas públicas na cidade que resgatem a qualidade da paisagem do espaço ribeirinho, a partir da reapropriação de suas margens, servindo como eixo integrador do território ao mesmo tempo em que as infraestruturas populares cumprem esse papel sem utilizar as clássicas estruturas cinzas de drenagem.

Palavras-chave.

Teresina, riacho urbano, vulnerabilidade socioambiental, planejamento urbano, intervenções populares.

Referências.

ALENCAR, Anna Karina Borges de. Urbanismo sensível às águas: o paradigma da sustentabilidade na concepção de projetos para recuperação de rios urbanos. Recife, 2016. 294. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação.
MATOS, Karenina Cardoso. A cidade ribeirinha: desafios e possibilidades para o planejamento urbano-ambiental dos rios Parnaíba e Poti em Teresina-PI. 2017. Florianópolis, 2017.301 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico.
MELLO, Sandra Soares de. Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água. 2008. 348 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

Sistemas de espaços livres, urbanização e suporte físico. A OUC Faria Lima e o Rio Pinheiros

Rafael Lopez Pegoraro; Fábio Mariz Gonçalves

FAU-USP

(rafael.pegoraro@usp.br; fabiomgoncalves@usp.br)

Resumo.

Na segunda década do século XXI o vale do Rio Pinheiros é a área mais privilegiada e elitizada da metrópole paulistana, o conjunto dos bairros ali localizados gradativamente recebeu e concentrou investimentos públicos e privados. Bairros como Pinheiros, Itaim Bibi, Vila Olímpia, Jardins, Brooklin abrigam sofisticados shoppings centers, edifícios corporativos de alto padrão, e as avenidas mais valorizadas pelo mercado imobiliário. Os índices de renda, escolarização e expectativa de vida dos seus moradores estão entre as mais altas do país. Contudo, a história desta urbanização revela a ausência de planejamento e de qualidades urbanísticas coerentes com as características do vale, sua topografia e sua drenagem. O traçado viário é mesquinho, ruas estreitas e mal traçadas aparecem em muitas áreas, a ausência de praças e áreas verdes públicas é notável. Nenhum destes bairros apresenta espaços públicos bem distribuídos, tratados ou acessíveis. A Operação Urbana Consorciada (OUC) é um instrumento urbanístico que articula interesses imobiliários com investimentos públicos, através da captação de recursos privados pela venda do potencial construtivo adicional, que são utilizados em investimentos na infraestrutura pública compatibilizando-a com o adensamento construtivo proposto. No vale foram implantadas duas operações urbanas, a OUC Faria Lima (OUC-FL), a primeira da cidade em 1995, e a OUC Águas Espraiadas (OUC-AE), a mais rentável de todas as 5 operações urbanas em andamento na cidade. O perímetro de ambas é estratégico para as questões da drenagem e do desenho dos espaços livres na bacia do Rio Pinheiros, contendo inclusive o desague de alguns de seus afluentes. Cabe avaliar em que medida os espaços livres públicos e privados nos seus perímetros contribuíram efetivamente para corrigir a histórica ausência de espaços livres e capazes de contribuir com a qualificação da vida pública e com o desempenho de funções ecológicas do vale. Este artigo analisará a relação entre a forma urbana e o suporte físico no contexto da OUC- FL, que segue há três décadas recebendo novos investimentos públicos e privados sem melhorar significativamente a articulação, a qualidade e o funcionamento dos seus Sistemas de Espaços Livres (SEL). A partir da cartografia histórica desde 1930 até a atualidade reconstituiremos o processo de urbanização dentro do que foi definido como seu perímetro de intervenção. O processo se inicia com a urbanização das várzeas do Rio Pinheiros e, a partir da vigência da Operação Urbana, é marcado pela intensificação dessa mesma ocupação que ocorre até a atualidade. Observaremos as intenções manifestas da OUC-FL e o que efetivamente foi implantado, avaliaremos criticamente o quanto esses espaços de fato respondem às características do vale e à expectativa de criação de espaços públicos de uso diversificado, denso e urbanisticamente qualificados. Compreendendo a forma urbana e seus espaços livres enquanto abrigos de processos sociais da vida cotidiana urbana e elo entre o urbano e as dinâmicas ecológicas pré-existentes. Essa abordagem é fundamental para reposicionar o papel da produção da forma urbana frente às crises social e ambiental enfrentadas pelas cidades no século XXI.

Palavras-chave.

Sistemas de Espaços Livres, Forma Urbana, Reestruturação Urbana,

Referências.

- GONCALVES, Fábio Mariz. Rua, o lugar da vida pública: conceitos, especificidades e desafios. 2020. Tese (Livre Docência em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/T.16.2020.tde-20072022-100807
- MACEDO, Silvio Soares et al. Reflexões sobre o Espaço Livre na Forma Urbana. São Paulo: FAUUSP, 2018.
- MAGNOLI, Miranda Martinelli Espaço livre - objeto de trabalho. Paisagem e Ambiente, [S. l.], n. 21, p. 175-197, 2006. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i21

Espaços cemiteriais na forma da cidade. Contribuições para o Sistema de Espaços Livres e humanização das cidades contemporâneas

Aline Silva Santos; Douglas Luciano Lopes Gallo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP

(aline.santos@ifsp.edu.br; douglas.luciano@ifsp.edu.br)

Resumo.

Em uma conjuntura contemporânea de mundo em que o urbano faz-se fragmentado e estandardizado, a humanização das cidades é um desafio (Gallo, 2020). Em meio ao rápido crescimento das cidades e expansão das áreas metropolitanas, tornou-se essencial repensar o desenho urbano e o planejamento com foco na promoção de cidades mais saudáveis (Sperandio, Camargo e Bloes, 2022), onde a vegetação desempenha função essencial. E, nesse sentido, destacam-se os espaços cemiteriais, aqui considerados cemitérios e crematórios. Estes, podem ocupar extensas áreas da malha urbana, configurando-se como componentes relevantes do sistema de espaços livres urbanos (Santos, 2024). Entretanto, sem um planejamento e tratamento que dialogue com este sistema, podem transformar-se em verdadeiros enclaves. Isso posto, o presente trabalho objetiva refletir sobre o papel dos espaços cemiteriais na configuração das cidades contemporâneas, tendo como recorte a cidade de São Paulo, problematizando seu impacto na morfologia urbana e potencialidade na configuração do sistema de espaços livres, refletindo na humanização das cidades. Pretende-se analisar como esses espaços, frequentemente associados apenas à morte e ao luto, contribuem de forma significativa para a constituição de espaços urbanos mais humanizados e inclusivos. Por meio de uma abordagem multidisciplinar serão explorados aspectos culturais, históricos, ambientais e sociais relacionados aos cemitérios e crematórios, buscando discutir, de maneira compreensiva, sua relevância na vida das comunidades urbanas contemporâneas. Nesse sentido, procura-se destacar aspectos que contribuem para a valorização e qualificação da cidade a partir da articulação do cemitério como espaços de memória, convivência e conexão mais estreita com a natureza. Uma cidade mais humana enfatiza a criação de espaços mais inclusivos, acessíveis e centrados nas necessidades, no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas (Gallo, 2020). Nessa lógica, os espaços cemiteriais desempenham um papel multifacetado, que transcende o papel utilitário do manejo de corpos de mortos. Em se observando o contexto paulistano, por exemplo, nota-se que se prestam como locais de manifestações de memória, devoções religiosas populares, lazer e turismo (Santos, 2024). Contudo, tais manifestações não são aceitas da mesma forma, nem ocorrem na mesma intensidade, a depender do tipo de cemitério, o público que se destina e sua própria conformação. Dado como esses espaços compõem o imaginário popular – como locais inadequados para fruição desinteressada ou então de medo, por exemplo –, ou mesmo de acordo com a postura dos administradores, essas expressões podem ser preteridas, de modo que muitas vezes se observam que são realizadas de maneira rápida ou clandestina (Santos, 2024). Assim, dentro das suas diferentes configurações, são espaços que podem favorecer ou não a apropriação popular, em suas diferentes dimensões. Por fim, para as reflexões propostas, utilizou-se como método uma revisão integrativa da literatura referente ao tema, além de incursões etnográficas a cemitérios e crematórios paulistanos.

Palavras-chave.

morfologia urbana, sistema de espaços livres, cidade humana, espaços cemiteriais, planejamento urbano saudável

Referências.

- GALLO, D. L. L. Cidade Humana: a vida urbana e a promoção da saúde como qualidade de vida. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- SANTOS, A. S. Luto e jardim: (re)construindo vínculos no espaço cemiterial. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.
- SPERANDIO, A. M. G.; CAMARGO, C. H. T.; BLOES, R. B. Cidades saudáveis: novos desafios para o planejamento urbano após 20 anos de Estatuto da Cidade. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2022.

Configuração do espaço e acessibilidade(s) para Pessoas com Deficiência em um campus universitário. Estudo exploratório no contexto da UERN em Mossoró, RN

Bruna Larine Dantas de Medeiros; Ítalo Dantas de Araújo Maia
UERN; UFRN
(brunadmedeiros@gmail.com; italomaia.arch@gmail.com)

Resumo.

Este artigo, um estudo morfológico de natureza exploratória, tem como objetivo discutir o movimento e a copresença de Pessoas com Deficiência (PcD) num campus universitário, compreendido como um sistema de espaços livres, tomando como estudo de caso o campus central da UERN, localizada em Mossoró, RN. Ao contextualizarmos a história da UERN e o panorama político e legal da inclusão no Brasil, fica evidente o impacto de um processo de expansão universitária que teve início anteriormente à consolidação de instrumentos normatizadores da acessibilidade arquitetônica, e foi marcado pela ausência de um planejamento institucional a longo prazo e por um histórico de limitações orçamentárias. Considerando a falta de acessibilidade deste campus às PcD e a escassez de recursos para adequar/reformar, em uma só instância, a totalidade das instalações físicas do campus, considerando o exigido pelas normas brasileiras de acessibilidade aos edifícios e ao ambiente construído, faz-se necessário estabelecer prioridades e estratégias para planejar e reformar a infraestrutura atual. Nesse sentido, este estudo pode ajudar a traçar diretrizes espaciais para o plano diretor de acessibilidade da UERN, em desenvolvimento, ao discutir dois tipos de acessibilidade: uma relacionada ao conceito de mobilidade/uso do espaço para pessoas com deficiência e outra relacionada às propriedades topológicas, de um uso potencial do espaço, considerando o todo da estrutura espacial do campus. Para compreender como a configuração espacial e o ambiente construído estão relacionados neste caso, foram utilizados mapas de segmentos para analisar a rede espacial dentro do campus; mapeamos caminhos que conectam todos os edifícios e também “linhas de desejo” criadas pelos usuários do campus enquanto se deslocam no terreno; também, considerando relatório técnico de acessibilidade, mapeamos pontos no espaço que já são acessíveis às PcD e áreas que apresentam barreiras físicas/obstáculos para a mobilidade desses usuários. A estrutura espacial do campus foi analisada considerando medidas da Sintaxe do Espaço, como integração (movimento-para) e de choice (movimento-atraves), representando diferentes lógicas de movimento/centralidade. Posteriormente, essas camadas de informação foram justapostas, permitindo identificar áreas no espaço onde esses dois tipos de acessibilidade (ao movimento de PcDs/topológica) estão em dissonância. Os primeiros resultados apontam para a importância de considerar a acessibilidade topológica no planejamento para rotas de PcDs, no sentido em que os caminhos mais prováveis de uso no deslocamento cotidiano são também, muitas vezes, os que possibilitam maior economia de movimento, de tempo e de recursos, facilitando o encontro e interação entre diferentes categorias de usuários no espaço.

Palavras-chave.

Pessoas com Deficiência, Acessibilidade, Campus universitário, Movimento, Configuração espacial.

Referências.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. The social logic of space. Cambridge: Cambridge University Press, 1984
HILLIER, Bill.; BURDETT, Richard.; PEPONIS, John.; PENN, Alan. Creating life: or does architecture determine anything? Architecture et Comportement / Architecture and Behaviour, v. 3, n. 3, p. 233-250, 1987.
SASSAKI, Romeu. Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos. (7a ed.) Rio de Janeiro: WVA. 2006.

Faixas Marginais do rio Poti.

Hannah Rossi Ribeiro Saraiva de Oliveira; Anna Karina Borges de Alencar;
Fernanda Eduarda de Sousa Lima; Arthur Pedrosa Rocha
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Universidade Federal do Piauí - UFPI;
Universidade Federal do Ceará - UFC; Universidade de Brasília - UnB;
(hannahrrso@gmail.com; annakarina@ufpi.edu.br;
fernanda2edusl@gmail.com; arthurpedrosa441B@gmail.com;)

Resumo.

Teresina-PI destaca-se por sua riqueza hidrográfica ligada à presença dos rios Poti e Parnaíba e outros sistemas azuis, como riachos urbanos (Pessoa, 2019). A capital piauiense, fundada em 1852 a partir de um plano econômico ligado ao Rio Parnaíba, teve sua urbanização marcada pelo aterramento de corpos hídricos, poluição dos rios e supressão das matas ciliares, contribuindo para a recorrência de episódios de enchentes e inundações que afetam sobretudo as populações ribeirinhas empobrecidas (Matos, 2017; Pessoa, 2019). Os conflitos entre a cidade e suas águas tornam-se mais preocupantes durante o início do ano, quando o regime de chuvas concentrado agrava os conflitos socioambientais, devido às mudanças climáticas (Alencar, Rocha e Araújo, 2021). A precarização de espaços hídricos nas cidades brasileiras é uma problemática recorrente, fruto de processos de urbanização predatória, pressão imobiliária e baixa efetividade dos planos diretores em promover desenvolvimento urbano sustentável (Façanha e Viana, 2012. Alencar, 2016). Sugahara e Rodrigues (2019) apontam que entender o Desenvolvimento Sustentável pede maior aprofundamento quanto ao próprio significado de Sustentabilidade. Os autores questionam a desconsideração de uma dimensão política, visto que a posse do discurso sustentável caracteriza uma disputa política, tornando-se instrumento de poder para empresas, gestores e organizações que usam do símbolo para se autopromover. Assim, a presente pesquisa parte de conceitos de desenvolvimento sustentável e planejamento ambiental, além de estudos direcionados à matriz físico-ambiental de Teresina, para analisar como o rio Poti, em suas faixas marginais têm sido compreendidas e concebidas pelo planejamento urbano da capital piauiense. Por meio de uma abordagem analítico exploratória, observou-se a implementação de instrumentos da política urbana nos territórios ribeirinhos, com ênfase em identificar avanços e retrocessos quanto à aproximação de uma leitura socioambiental do espaço urbano. Conforme apontam os resultados, o Plano de Desenvolvimento Sustentável (Teresina, 2006), representou um marco ao reconhecimento, valorização e integração dos rios Parnaíba e Poti à paisagem urbana de Teresina. Não obstante, o caráter funcionalista do zoneamento proposto, pouco sensível às peculiaridades hidrológicas do território e ao uso contido de instrumentos de conservação ambiental contribuiu para a defasagem das propostas em termos práticos. Embora se percebam avanços significativos no Plano Diretor de Ordenamento Territorial de Teresina – PDOT (Teresina, 2019) propondo estratégias de macro e micro zoneamento sensíveis aos aspectos socioambientais, este não se coloca em prática e em menos de três anos é alterado conforme estabelece a Lei Complementar No 5.807/2022 (Teresina, 2022) que suprime grande parte das áreas estabelecidas como Zonas Especiais de Uso Sustentável – ZEUS próximas às margens do rio. Portanto, conclui-se que apesar dos avanços, ainda existem entraves relacionados à dificuldade em aplicar conceitos de conservação ambiental à política urbana Teresinense. Esse fato está relacionado à persistência de interesses mercadológicos de expansão urbana, à ausência de processos participativos e falta de interpretação crítica quanto ao padrão de planejamento urbano vigente na capital Piauiense. Como resultado, tem-se um ciclo vicioso de planos municipais ineficientes em promover a conservação ambiental e um crescente cenário de conflitos socioambientais entre a cidade e seus cursos d'água.

Palavras-chave.

Faixas Marginais de Rios Urbanos, Desenvolvimento Sustentável, Rio Poti em Teresina.

Referências.

TERESINA. Lei No 5.481, de 20 de dezembro de 2019. Dispõe sobre o Plano Diretor de Teresina, denominado “Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT”, e dá outras providências. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2019.

TERESINA. Lei No 3.558, de 20 de outubro de 2006. Reinstituí o Plano Diretor de Teresina, denominado Plano de Desenvolvimento Sustentável – Teresina Agenda 2015, e dá outras providências. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2006. B97

TERESINA. Lei Complementar No 5.807, de 18 de outubro de 2022. Instituí o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo Urbano do Município de Teresina, e dá outras providências. Teresina, 2022.

Os fringe belts brasileiros se assemelham aos das cidades europeias de origem medieval ou se diferem, constituindo um novo arranjo nas Américas?.

Stael de Alvarenga Pereira Costa; Maria Cristina Villefort Teixeira; Maria Manoela Gimmler Netto; Marina Salgado PPG- ACPS /UFMG; Arquitetura da Paisagem. PUC/ Minas; PUC/ MinaS; (staelalvarenga@gmail.com; mcrisvt@gmail.com; manoelagnetto@gmail.com; ms.marinasalgado@gmail.com;)

Resumo.

Este trabalho tem como fim expor os conceitos tradicionais de fringe belts, tanto os definidos por M.R.G Conzen na sua pesquisa de 1960, quanto os observados pelo seu filho, M.P Conzen nas cidades norte americanas e apresentados em conferência científica em 2008. Pela identificação e cotejamento das características encontradas em trabalhos elaborados por pesquisadores brasileiros, pretende-se conceituar as características principais dos mesmos e definir a sua correta nomenclatura aplicado ao contexto brasileiro. Seriam anéis de crescimento, cintas periféricas ou faixas de hiatos urbanos? Além disso, busca-se verificar se esses fenômenos urbanos, devido às suas características de baixa densidade edificada, podem ser compreendidos como espaços livres e incorporados às premissas da Ecologia da Paisagem, como manchas ou corredores em matriz urbanizada. Os procedimentos metodológicos incluem inicialmente, consultas aos textos dos dois pesquisadores tradicionais para definição dos parâmetros e características que permitem identificar esses aspectos morfológicos por meio de análises do desenvolvimento das cidades onde se inserem. Das cidades nas quais os dois pesquisadores elaboraram estudos, foram selecionadas Newcastle upon Tyne e a cidade de Chicago, nos Estados Unidos. Na etapa seguinte são abordados estudos sobre esses elementos morfológicos realizadas por pesquisadores brasileiros em distintos contextos urbanos. Cidades de origem colonial como Ouro Preto, Tiradentes, Belém e Salvador são analisadas em relação ao contexto de formação da malha urbana e dos respectivos fringe belts. Cidades com origem no século XIX e XX, tais como Maringá, Uberlândia e Belo Horizonte possibilitam comparações que permitem avaliar a aplicação desses conceitos, se estes seguem ou não a evolução urbana, utilizando os três estágios para a sua estruturação. Mais do que o conhecimento do trabalho efetuado por pesquisadores nacionais e a relação com as definições tradicionais, esta pesquisa permite aferir se os elementos morfológicos podem ser classificados como anéis de crescimento, cintas periféricas ou faixas de hiatos urbanos.

Palavras-chave.

Fringe Belts, Ecologia Da Paisagem, Cinturas Periféricas, Faixas de Hiato Urbano

Referências.

CONZEN, Michael P. "How cities internalize their former urban fringes: a cross-cultural comparison." *Urban Morphology* 13.1 (2009): 29-54.
CONZEN, Michael R, G. The urban Morphology of Central Newcastle. Em: CONZEN, M. P. (ed.) *Thinking About Urban Form: Papers on Urban Morphology, 1932-1998* New York:Peter Lang Publishing Inc, pp. 60-78.
PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga and Machado, Karina, de Castro Simão. "A study of fringe belts in Belo Horizonte, Brazilian contribution to developments in urban morphology." *Observations on Urban Growth* (2017): 17.

Apropriações do Espaço Público. A Cultura Periférica nas Ruas Cariocas

Anna Carolina Alvarado Madureira; Gabriel Schvarsberg

PPDESDI | UERJ

(carol.madureira@outlook.com; gabrielsberg@esdi.uerj.br)

Resumo.

Este trabalho aborda a dinâmica das apropriações do espaço público pela cultura periférica nas ruas do Rio de Janeiro com base em revisão bibliográfica sobre o tema. As comunidades periféricas cariocas têm historicamente utilizado o espaço urbano como um meio de expressão cultural e social, desafiando as normas estabelecidas e reivindicando sua presença e voz na cidade. Este estudo pretende explorar o papel dessas apropriações na construção de identidades e de práticas políticas como parte inerente à produção do espaço urbano. Essas apropriações no espaço público podem ser observadas através de diversas expressões culturais, como grafite, música, dança, performances e manifestações políticas. Essas expressões se apresentam como formas de comunicação e representação das realidades vividas pelas comunidades periféricas. Os grafites e pichações, por exemplo, frequentemente retratam questões sociais e identitárias, transformando os muros da cidade em narrativas visuais que desafiam as narrativas dominantes. Com isso, a apropriação do espaço público passa a funcionar como uma forma de resistência e enfrentamento às políticas de exclusão e marginalização da pobreza e da cultura periférica. Em meio a rios, ruas, praças e quadras, surge um território em constante transformação, moldado pela dança de corpos expressivos, práticas cotidianas e manifestações culturais. Ao ocupar espaços urbanos usualmente inacessíveis como local de moradia ou mesmo de consumo para seu padrão de renda, as comunidades periféricas reivindicam seu direito à cidade e criam possibilidades de transformação de imaginários urbanos. Eventos culturais, como bailes funk e rodas de samba, não apenas fortalecem os vínculos de comunidade, mas também desafiam estereótipos e preconceitos associados a essas práticas. As apropriações dos espaços públicos pelos corpos periféricos nas ruas cariocas não apenas enriquecem o meio urbano, mas também levantam diversas questões sobre as dinâmicas sociais, políticas e culturais que moldam a cidade. Conforme destacado por Lepetit (2001), "O território (...) é uma formação espacial que não depende apenas da organização de um espaço, mas de práticas de atores que se desenvolvem de acordo com lógicas pouco mensuráveis". Esta pesquisa volta o olhar, neste sentido, à produção de territórios periféricos, mesmo em áreas centrais ou valorizadas da cidade, considerando seus atores e suas práticas como protagonistas de uma cartografia igualmente periférica, aprofundando-se nos modos com que corpos, práticas e espaço se afetam nas dinâmicas do ocupar. Reconhecer e valorizar essas formas de expressão é essencial para promover uma cidade mais democrática na qual, como sugere Simas (2019), "Para que corpos amorosos, corpos de festa e de luta se lancem ao movimento e jamais deixem de ocupar a rua". Este trabalho integra uma pesquisa de mestrado que visa mapear os circuitos culturais gerados pelo movimento pendular na região central do Rio de Janeiro, com o objetivo de compreender como essas práticas culturais movimentam o território periférico. Nesta etapa, nos debruçaremos na revisão bibliográfica necessária para a elaboração dessa dissertação.

Palavras-chave.

Espaço público, Apropriações, Cultura periférica, Direito à Cidade, Rio de Janeiro.

Referências.

- LEPETIT, Bernard. Por Uma Nova História Urbana. Organização de Heliana Angotti-Salgueiro. São Paulo: EDUSP, 2001.
- SANTOS, Joaquim Justino; MATTOSO, Rafael; GUILHON, Teresa (Orgs). Diálogos Suburbanos: Identidades e Lugares na Construção da Cidade. Rio de Janeiro: Mórula, 2019
- SIMAS, Luiz Antonio. O Corpo Encantado Das Ruas. Editora José Olympio, 2019.

Acessibilidade ao verde urbano e saúde ambiental. Análise espacial e qualidade ambiental de espaços verdes urbanos em São Paulo/SP

Douglas Gallo ;

IFSP - Instituto Federal de São Paulo

(douglas.luciano@ifsp.edu.br)

Resumo.

Qualidade de vida é um conceito multidisciplinar relacionado a expectativas e anseios individuais e coletivos, desta forma se relaciona diretamente com o desenvolvimento das cidades. Ao considerar a saúde e seus determinantes sociais, o planejamento urbano torna-se fundamental para a adoção de políticas públicas intersetoriais com foco na promoção da saúde e qualidade de vida (Giambiagi e García, 2022). Essa conexão entre saúde e planejamento urbano tem ganhado cada vez mais destaque e envolvido discussões acadêmicas e políticas em prol melhores qualidade ambiental, relações sociais e oportunidades locais para o desenvolvimento integral das pessoas. A cidade saudável se refere à aplicabilidade da saúde em todas as suas políticas, convergindo para o bem-estar amplo de todos seus habitantes (Sperandio, Camargo e Bloes, 2022). Tendo em vista a importância das áreas verdes urbanas (parques e praças) para a saúde física e mental da população, para a qualidade ambiental e conseqüentemente para a qualidade de vida nas cidades e constituição de cidades mais saudáveis (Ferreira et al, 2023), esta pesquisa objetivou analisar a qualidade ambiental e espacial de alguns parques públicos selecionados nas diferentes regiões da cidade de São Paulo, SP, considerando sua acessibilidade no tecido urbano, tendo como área de abrangência a distância caminhável em 15 minutos. Para alcançar o objetivo proposto foram selecionados dois parques de cada região da cidade: Centro (Parques Augusta e Aclimação); Norte (Parque da Juventude e Horto Florestal); Sul (Parques do Povo e Lina e Paulo Raia); Leste (Parques do Belém e do Carmo); Oeste (Parques Água Branca e Villa Lobos). A análise utilizou elementos da metodologia do 'Project for Public Spaces' que considera as dimensões chave: sociabilidade; acessos e conexões; usos e atividade; conforto e imagem. Foram entrevistadas 78 pessoas que frequentavam os parques no momento das visitas de campo e que concordaram em participar voluntariamente. Como resultados observou-se que embora haja uma boa distribuição dos parques no tecido urbano, a maior parte dos visitantes precisaram percorrer mais de 15 minutos para chegar até o local (41,02%). A minoria destes considera confortável o tempo de percurso (29,48%) em comparação com aqueles que caminham até 15 min, onde 46,15% consideraram confortável a distância percorrida. Em relação à qualidade ambiental, todos os entrevistados consideraram os parques suficientes e enriquecedores da paisagem urbana de suas regiões. A sociabilidade desenvolvida nos parques foi considerada satisfatória. Em relação ao conforto e imagem dos parques, os resultados também foram positivos, relacionando o contato com a natureza como relaxante e confortável. Os usos e atividades são distintos entre os diferentes parques, muito relacionado à topografia e ao partido de cada espaço público. Já em relação aos acessos e conexões, que leva em consideração a continuidade do parque com o entorno, todos os parques pesquisados possuem boa visibilidade e são facilmente percebidos na paisagem da cidade.

Palavras-chave.

Qualidade de vida urbana, planejamento urbano saudável, cidade humana, urbanismo e saúde, cidade saudável.

Referências.

- FERREIRA, M. L.; KNISS, C. T.; SILVA, W. M.; FERREIRA, A. T. S. Urban forests, territorial planning and political stability: key factors to face climate Change in a Megacity. Sustainability. v. 15, n. 10092, p. 1-19, 2023.
- GIAMBIAGI, D.; GARCÍA, B. G. Guia para cidades mais saudáveis: princípios e instrumentos para promover a saúde através do planejamento e gestão urbana. Caracas: CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina, 2022.
- SPERANDIO, A. M. G.; CAMARGO, C. H. T.; BLOES, R. B. Cidades saudáveis: novos desafios para o planejamento urbano após 20 anos de Estatuto da Cidade. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2022.

Entre o Desenho e o Desígnio. Potencialidades da experiência territorial na criação de interfaces para o planejamento de Espaços Livres na ZEIS Pici em Fortaleza

Stelme Girão de Souza; Naggila Thaissa Silva Frota; Clarrisa Figueiredo Sampaio Freitas
Universidade Federal do Ceará

(stelme@arquitetura.ufc.br; naggilafrota@arquitetura.ufc.br; clarissa@arquitetura.ufc.br)

Resumo.

No campo do planejamento urbano, os espaços livres e os bens públicos urbanos sempre foram temas de ampla discussão. Tradicionalmente, esses locais foram vistos como espaços de exercício do poder estatal, administrados de forma centralizada, raramente considerados como bens comuns (Harvey, 2014). Contudo, interpretações mais recentes destacam sua importância como lugares onde a comunidade pode se apropriar livremente do espaço, engajando-se em práticas cotidianas e comunitárias (Euclides, 2016; Cardoso e Miranda, 2017). Essa nova visão reconhece que a preservação desses espaços não apenas tem implicações ambientais, mas também fortalece dinâmicas sociais, empoderando práticas comunitárias muitas vezes ignoradas pelos modelos tradicionais de planejamento. O presente artigo procura explorar essa temática no contexto da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) do Pici, localizada em Fortaleza. Por se tratar de um território popular altamente adensado, essa área enfrenta desafios significativos em termos de acesso a espaços livres, destacando a urgência de repensar o planejamento desses locais de forma participativa e inclusiva. Com esse propósito, o trabalho buscou investigar como métodos projetuais podem ser adaptados para valorizar as dinâmicas comunitárias e os saberes locais no planejamento de espaços livres em territórios informais. A pesquisa teve como foco a proposição de espaços livres públicos que atendessem às demandas de grupos sociais vulneráveis, especialmente considerando o último espaço livre significativo existente na comunidade, atualmente com acesso restrito e subutilizado. Junto aos moradores, a equipe de assessoria técnica desenvolveu um método que combinou dados pré-existentes espacializados na área de estudo com informações coletadas diretamente junto à comunidade. Para isso, foram integradas técnicas de geoprocessamento, frequentemente utilizadas em diagnósticos urbanos, com dados obtidos por meio da observação participante em reuniões e oficinas comunitárias, visitas a campo, entrevistas e diálogos constantes com os moradores do território. Essa interação permitiu uma compreensão mais aprofundada das necessidades e aspirações da comunidade em relação aos seus espaços livres, contribuindo significativamente para a apropriação da proposta por parte dos moradores, o que resultou na consolidação de um sistema integrado com técnicas de infraestrutura verde a partir da morfologia e das dinâmicas características do assentamento estudado. Os resultados enfatizaram a importância de conceber cenários futuros nos quais os moradores desempenham um papel central na criação de ambientes ecologicamente equilibrados, os quais não sejam opacos em suas propostas, mas facilitem sua compreensão e aceitação pela sociedade. Traçar as rotas para esse caminho, bem como construir um catálogo de metodologias e processos para alcançar esse objetivo são desafios que ainda precisam ser enfrentados pelas pesquisas na área do planejamento de espaços livres públicos. A partir das percepções adquiridas por meio desta experiência, torna-se evidente que tais trajetórias devem ser construídas de forma coletiva, concedendo às pessoas diretamente impactadas por elas o devido protagonismo.

Palavras-chave.

Planejamento Urbano, Espaços Livres, Participação Social, ZEIS

Referências.

- CARDOSO, A. C.; MIRANDA, T. B. Relações entre Invisibilidade Social, Alterações no meio físico e Produção do Espaço Subordinada em Belém (PA). In: II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos SIALAT, 2017, Belém. Anais do II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos SIALAT: Colonialidade, Poder e Território. Belém: NAEA, 2017.
- EUCLIDES, A. C. P. A Hipótese Otimista: Dialética e utopia das áreas verdes, das áreas protegidas e da trama verde e azul. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Belo Horizonte: PPGAU/UFMG, 2016
- HARVEY, D. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

UTOPIAS DA VIDA COMUM. MODELANDO CENÁRIOS URBANOS NO ENTORNO DO PARQUE RACHEL DE QUEIROZ

Milena Verçosa Vieira
Universidade Federal do Ceará
(milenavercosav@gmail.com)

Resumo.

Espaços livres são locais destituídos de edificação ou urbanização, podendo ser públicos ou privados (Magnoli, 1982). Outrossim, observa-se a relação existente entre uma tendência à redução dos espaços livres associada à ocupação informal do entorno dos corpos d'água (Mello, 2008). Nesse contexto, considerando a função social da propriedade, enfrenta-se o desafio de garantir um pleno usufruto do espaço público. Desse modo, este trabalho surge a partir de um projeto de extensão que envolvia ações de produção de dados urbanísticos na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) do Pici, em Fortaleza, Ceará, na qual observou-se esse processo. Assim, tem o objetivo de elaborar um cenário de intervenção urbana de ampliação dos espaços de convívio em uma área adensada da cidade. Para isso, utilizou como recorte espacial uma microbacia pertencente à sub bacia do Rio Maranguapinho, que engloba a delimitação do polígono da ZEIS do Pici, bem como um trecho do Parque Linear Rachel de Queiroz. Por meio da comparação de diferentes indicadores aferidores de densidade (Berghauser Pont; Haupt, 2010) e dados ligados à ocupação e uso do solo, bem como a presença de equipamentos públicos e serviços urbanos, em distintas escalas morfológicas de análise, foi possível delinear o cenário existente. Conseqüentemente, obteve-se a base para a criação de mais 3 cenários: o tendencioso, no qual modelou-se tendências observadas na conjuntura atual e no processo de ocupação dos últimos anos; o planejado, em que espacializou-se as intervenções pensadas para a cidade em documentos, planos e legislações institucionais locais; e, por fim, o proposto, no qual delineou-se a proposta de intervenção baseada em uma combinação de referências e ideias obtidas a partir do contato com o território e da análise dos dados produzidos pelo cenário existente. Como subsídio para a comparação dos cenários, foram elaboradas tabelas e mapas, além das perspectivas tridimensionais. Por meio das tabelas, é possível comparar quantitativamente os índices obtidos em cada cenário, dentre eles, o Índice de Espaços Abertos, que tem o maior número no terceiro cenário, ainda que não seja expressivamente tão maior quanto o do cenário planejado, por exemplo. Contudo, a validade da proposta enquanto produto voltado ao desenvolvimento urbano atrelado à justiça e ao direito à cidade pôde ser observada em outro índice: nesse caso, está previsto um número bem menor de remoções em relação aos demais cenários. Portanto, justificou-se o desenvolvimento da proposta obtida por meio da metodologia adotada, assim como a temática da precarização do espaço público e a sua relação com elementos naturais como os corpos hídricos e os parques urbanos revelou-se bastante cara ao recorte espacial definido, dada a relação do histórico de adensamento com a diminuição dos espaços públicos. Além disso, a utilização de métodos quantitativos de análise possibilitou a construção de dados e de uma metodologia que pode ser apropriada pela população como meio de participação em processos decisórios.

Palavras-chave.

Espaços Livres,
Espaço Público, Pla-
nejamento Urbano,
Dados Urbanísticos,
Modelagem de Ce-
nários Urbanos.

Referências.

BERGHAUSER PONT, M.; HAUPT, P. Spacematrix. space, density and urban form. 1. ed. Roterdão: Nai010 Publishers, 2010. 280 p.
MAGNOLI, M. M. E. M. Espaços Livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. 1982. 116 p. Tese (Livredocência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
MELLO, S. S. DE. Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água. 2008. 348 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

Praça da Sé. Forma urbana e apropriações socioespaciais ao longo do século XX e XXI

Gabriel Moreira Carvalho ;

Faculdade de Arquitetura e urbanismo - Universidade de São Paulo

(gabriel.m_carvalho@usp.br)

Resumo.

O presente artigo é um estudo sobre a forma urbana e as apropriações socioespaciais da Praça da Sé na cidade de São Paulo, Brasil. Verifica-se que a Praça da Sé teve o seu desenho significativamente modificado ao longo do século XX e XXI, e é composta hoje por subespaços com dinâmicas espaciais distintas e cujas apropriações diferem em alguns casos do que o projeto construído sugere como uso. O objetivo desse artigo é refletir sobre as diferentes apropriações socioespaciais que acompanharam as transformações morfológicas da Sé ao longo do século XX e XXI a fim de refletir a relação entre forma urbana, projeto construído e usos. Tem como objetivos específicos (i) identificar as três fisionomias que a Praça da Sé adquiriu a partir de 1889 até hoje e situá-las dentro de uma periodização de evolução urbanística da cidade de São Paulo estruturada em três períodos históricos; (ii) entender o contexto e fatores que levaram a essas transformações morfológicas; (iii) realizar um estudo sobre as dinâmicas espaciais de seus subespaços nesses três períodos. O artigo se estrutura em três seções correspondentes aos períodos de evolução da cidade e que coincidem com as fisionomias que a Sé adquiriu. A periodização proposta toma como base a evolução urbana de Nestor Goulart Reis (2004) em que classifica o período entre 1889 e 1930 como metrópole do café, o período entre 1930 e 1960 como metrópole industrial e o período entre 1960 e 2004 (ano em que a obra foi editada) como sistema metropolitano integrado. A fim de compreender as dinâmicas espaciais dos períodos passados serão feitas análises de registros fotográficos e de fontes bibliográficas e cartográficas. Para o estudo das dinâmicas espaciais atuais será feita uma avaliação pós-ocupação com base na metodologia utilizada por Sun Alex (2011) e compreende elaboração de desenhos arquitetônicos da situação atual da praça a partir de plantas baixas fornecidas pela SP urbanismo e complementadas por visitas de campo; mapeamentos dos usos e atividades desenvolvidas com a identificação da diversidade e quantidade de pessoas; registros fotográficos. Conclui-se com esse estudo que a Praça da Sé é fruto de um processo de transformações morfológicas que pouco respeitaram a memória do lugar e que possui hoje diferentes subespaços com usos diferentes e que não conformam um todo coeso. As reflexões contribuem para se pensar novas aproximações entre projeto e realidade vivida, que amplie o convívio social “por meio de desenhos mais convidativos e adaptáveis que privilegiem o acesso, a integração com o entorno e a articulação com o tecido urbano” (Alex, 2011, p.125).

Palavras-chave.

Praça da Sé; paisagem; morfologia; dinâmicas espaciais, convívio social.

Referências.

ALEX, S. Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Senac, 2011.

LAMAS, J. M. S. G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

REIS, N. G. São Paulo: Vila, Cidade, Metrópole. São Paulo: Via das Artes, 2004.

Condicionantes para Apropriação dos Espaços Livres Públicos do Bairro Morada da Serra em Cuiabá-MT. (Re)visão das Escalas de Projeto do Parque Lagoa Encantada

Bruna Santos e Silva; Lucianna Oliveira e Souza; Doriane Azevedo;

Frank Giordany Aquino Fraporti; Tamires dos Santos Soares da Silva;

UFMT

(arquitetura.brunasilva@gmail.com; arq.lucianna@hotmail.com;

doriane.azevedo@gmail.com; frank.fraporti@ufmt.br; tamiressoares.tsarq@gmail.com)

Resumo.

O Bairro Morada da Serra, situado na Região Administrativa Norte de Cuiabá-MT, é um dos maiores em extensão territorial e exibe uma configuração, majoritariamente, estruturada por Conjuntos Habitacionais implantados a partir dos anos 1970. Sua forma urbana revela uma paisagem alterada com base nos fundamentos da Cidade-Jardim (Ebenezer Howard) e da Cidade Modernista (Carta de Atenas). Entre 2014 e 2021, a Estrutura Urbana do Bairro, com destaque para seus Espaços Livres (MACEDO, 2018; MAGNOLI, 2006), tornou-se objeto de estudo do Grupo de Pesquisa, suscitando diversos Trabalhos Finais de Graduação. Foram desenvolvidas análises que transitavam entre as temáticas de planejamento do território e da paisagem ao projeto, nas escalas Urbana (da Região Norte), Intraurbana (do Bairro Morada da Serra) e do Cotidiano, evidenciando diferentes apropriações das praças, recintos e de Espaços Livres de Interesse Específico, como a área das lagoas de decantação da Estação de Tratamento de Esgoto (infraestrutura dos Conjuntos Habitacionais mencionados). Nos anos 2010, o espaço das lagoas foi reconfigurado para ser elevado à categoria de Parque: o “Parque Lagoa Encantada”. Na busca de capturar as dinâmicas existentes neste lugar e, apesar de toda a dimensão e estrutura do Parque Lagoa Encantada, percebeu-se que era apropriado, quase exclusivamente, pelos moradores da vizinhança do Parque, muito aquém da capacidade de suporte desse Espaço Livre de Lazer e Recreação. Nossa questão sobre quais os fatores condicionantes que poderiam potencializar a apropriação do Parque Lagoa Encantada, a partir da sua inserção urbana, conduziu-nos, em um primeiro momento, à discussão da necessidade de rever suas configurações paisagísticas, no intuito de reestimular os moradores da vizinhança, assim como impulsionar apropriações por outros públicos, oriundos de localidades adjacentes. Todavia, também predominou a necessidade de compreender a articulação/integração do Parque com outros Espaços Livres Públicos, como forma de ampliar o acesso entre espaços livres das diferentes escalas, especialmente ao Parque. Assim, refletir sobre as possibilidades de requalificação do Parque, direciona-nos ao desafio de apresentar proposta de Arquitetura da Paisagem do Parque Lagoa Encantada, extrapolando o perímetro do parque propriamente dito, discutindo as alternativas de contribuir com a ampliação da “área de influência” da Lagoa Encantada, ao torná-la um espaço livre, efetivamente, “acessível à população” (CARDOSO, 2016). A proposta de intervenção foi conduzida com base nos levantamentos de campo e cartografias resultantes, verificando os conflitos e potencialidades, estudados com base na Análise da Paisagem e dos Espaços Livres, e os estudos das Dimensões Morfológicas do Lugar (e suas categorias análíticas).

Palavras-chave.

Espaços Livres Públicos, Parque Urbano, Planejamento e Projeto, Bairro Morada da Serra, Cuiabá/MT.

Referências.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte (et al.). Forma urbana de Belém e seus desdobramentos para a formação de um sistema de espaços livres acessível à população. *Paisagem e Ambiente*, [S. l.], n. 37, p. 11–34, 2016. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i37p11-34. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/101362>. Acesso em: 14 mar. 2024.

MACEDO, Silvio Soares (et al.). *Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

MAGNOLI, Miranda. Espaço livre - objeto de trabalho. *Paisagem e Ambiente*, [S. l.], n. 21, p. 175–197, 2006. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i21p175-197. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40249>. Acesso em: 14 mar. 2024.

Cartografia de Uso do Solo em São Paulo. Produção Baseada em Cadastros Fiscais

Tiago Martinelli Lourenzi; Fábio Mariz Gonçalves

FAUUSP

(tiago.lourenzi@usp.br; fabiomgoncalves@usp.br)

Resumo.

As ruas são os principais elementos do Sistema de Espaços Livres Urbanos e são a essência de nossas cidades (GONÇALVES, 2020), sendo fundamental compreendê-las não apenas como locais de passagem, mas também como espaços da vida pública. O papel de cada rua no sistema viário da cidade, dialeticamente determina e é determinado pelos usos das edificações que se voltam para elas. As articulações entre as atividades dos espaços das ruas e dos usos ao seu redor são questão central da vida pública (KARSSENBERG, 2016), suas dinâmicas são influenciadas por diferentes e dinâmicos fatores, sendo sua composição e diversidade qualidades fundamentais para a vitalidade das ruas (JACOBS, 2001). As atividades comerciais e de serviços estão historicamente associadas às ruas, contudo, nos últimos anos mudanças tecnológicas têm impactado tanto os serviços e o consumo quanto o comércio varejista. A extensão e dimensão dessas transformações ainda não são completamente mensuráveis e compreendidas, nesse sentido, torna-se essencial a produção e disponibilização de informações espaciais atualizadas e qualificadas dos usos dos solos urbanos. No entanto, no contexto do município de São Paulo, e de modo geral brasileiro, observa-se que a disponibilidade de cartografia atual, qualificada e precisa de seus usos ainda é escassa. Diante dessa lacuna, este artigo propõe o desenvolvimento de um mapeamento do uso do solo atual na escala dos lotes para o município de São Paulo, desenvolvida a partir de dados cadastrais e bases georreferenciadas de acesso público. O objetivo dessa produção visa não apenas contribuir para a compreensão das interações e atividades nos espaços livres urbanos, mas também subsidiar pesquisas em outras áreas dos estudos urbanos. A metodologia empregada neste estudo consiste na análise de dados espaciais utilizando a base de dados cadastrais do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Esta base, composta por dados estruturados, descreve todas as edificações formais do município para fins fiscais, possibilitando a caracterização de todos os imóveis paulistanos. Sua associação com bases espaciais dos lotes da cidade de São Paulo permite a elaboração cartográfica detalhada do uso do solo na capital paulista. O resultado é uma cartografia atualizada de usos do solo de todos os lotes formais do município, classificados em categorias como residencial, comercial/serviços, institucional, industrial, entre outros. Os mapas produzidos são comparados com base de uso do solo das quadras de 2015, disponibilizado pelo Portal GeoSampa da Prefeitura de São Paulo, revelando informações mais detalhadas, atualizadas e com melhor acurácia. Este artigo é um produto resultante da pesquisa de mestrado dentro do programa pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP junto ao grupo de pesquisa LabQUAPÁ. Além do objetivo da demonstração do mapeamento de usos, o estudo proporciona a discussão sobre a capacidade de geração de informações cartográficas por meio de dados cadastrais públicos que possam contribuir para a compreensão, pesquisa e tomada de decisão das cidades. Ademais, a geração de informações a partir de dados públicos valoriza sua disponibilidade, incentivando a continuidade de sua estruturação, bem como o estímulo e exemplo para outros municípios.

Palavras-chave.

Cartografia, Uso do Solo, Espaços Livres Urbanos, Análise de Dados Espacial, Município de São Paulo.

Referências.

- JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 528 p
- KARSSENBERG, Hans et al (ed.). The City at Eye Level: lessons for street plinths. 2. ed. Delft: Eburon Academic Publishers, 2016. 320 p.
- GONÇALVES, Fábio Mariz. Rua, o lugar da vida pública: conceitos, especificidades e desafios. 2020. 300f. Tese (Livre Docência em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Contribuições da Morfologia Urbana para análise de infraestruturas cicloviárias . O caso da Estrada do Moinho em Cuiabá/MT

Pedro Ernesto Chaves Barbosa ;

Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Engenharia,
Arquitetura e Tecnologia, Universidade Federal de Mato Grosso (DAU/FAET/UFMT)

(pedro.barbosa1@ufmt.br)

Resumo.

Nas últimas décadas, Cuiabá passou por um expressivo incremento populacional, acompanhado de novos acréscimos de tecidos urbanos, em sua maior parte, caracterizados por um padrão morfológico disperso e fragmentado com predominância de baixas densidades, horizontalidade e criação de vazios urbanos. Com relação ao sistema viário, se reconfiguraram ou se criaram novas vias estruturadoras do território com o objetivo de atender aos requisitos da “nova condição urbana” que é, predominantemente, orientada pelo uso do veículo automotor individual. Ao passo que isso ocorre, observa-se a progressiva inserção de elementos que contemplam a ciclomobilidade, nem sempre de forma adequada, o que evidencia a continuidade da prevalência do carro sobre os modais ativos e transporte público. Tendo em vista a recente expansão da “rede” cicloviária cuiabana, questiona-se: que lições podemos tirar dessas “novas configurações” de vias já existentes? Diante disso, este trabalho teve como objetivo buscar, a partir dos insumos da análise da morfologia urbana adaptados de Hull e O’Holleran (2014), contribuições para avaliar infraestruturas cicloviárias. Para isso, tomou-se como estudo de caso a ciclovia da Avenida Archimedes Pereira Lima (Estrada do Moinho), localizada na Região Administrativa Leste, e uma das primeiras a serem implantadas na capital mato-grossense. Buscou-se compreender, a partir deste recorte, os desafios locais do fomento ao uso da bicicleta enquanto meio de transporte. Observa-se que apesar do potencial de conexão estrutural, há, no seu desenho, uma falta de visão sistêmica multiescalar que se reflete na: i) não articulação das diferentes partes da macrozona urbana; ii) fragmentação da ciclovia implantada reduzindo seu potencial de integração, fenômeno amplificado por seu sucateamento ao longo do tempo; iii) configuração espacial de seus elementos disparadora de conflitos relacionados ao uso dos espaços livres públicos em sua interface com espaços privados; e iv) novas intervenções pontuais em seu entorno imediato que têm evidenciado a preferência por arranjos espaciais que favorecem a fluidez dos carros e que, especialmente nas interseções, acabam criando situações de risco para os usuários.

Palavras-chave.
mobilidade urbana,
ciclomobilidade,
carrocentrismo,
infraestrutura ciclo-
viária.

Referências.

- HULL, A.; O’HOLLERAN, C. Bicycle infrastructure: can good design encourage cycling? *Urban, Planning and Transport Research: An Open Access Journal*, v. 2, n. 1, p. 369-406, out. 2014
- PEREIRA COSTA, S.; NETTO, M. *Fundamentos de Morfologia Urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- PUCHER, J.; BUEHLER, R. Making Cycling Irresistible: Lessons from the Netherlands, Denmark, and Germany. *Transport Reviews*, v. 28, n. 4, p. 495-528, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01441640701806612>. Acesso em: 15 mar. 2024.

O Pátio escolar como infraestrutura verde. O espaço escolar no sistema de espaços livres de Macapá-AP

Roberta Ferreira Lima; Beatriz Meneis Borges; Louise Barbalho Pontes; Carlos Daniel Rocha Campos

Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

(ferreirarobertalima@gmail.com; meneis.bia@gmail.com; louise.pontes@unifap.br; danielrocha.jk@gmail.com)

Resumo.

A cidade de Macapá, localizada no estado do Amapá, extremo norte do Brasil, apresenta grande quantidade de espaços livres (espaços de lazer, permanência, fruição e manutenção da sociabilidade e da biodiversidade), contudo enfrenta um grande desafio colocado pela distribuição desigual e pela baixa qualidade destes espaços. Entendendo a importância do planejamento da paisagem para salvaguardar a vida humana e não-humana e a cidade como um grande “território de aprendizagem”, esta pesquisa busca compreender o papel dos pátios escolares dentro do sistema de espaços livres desta cidade. A pesquisa se apoia em pesquisas anteriores e parte da percepção de que as escolas (e portanto o pátio escolar) estariam em maior quantidade, e melhor distribuídas na cidade. E que, nesse sentido, os pátios escolares, se pensados de forma articulada e sistêmica poderiam ser aproveitados como estratégias de presença e ação do Estado para criação de novas formas de convivência e interações sociais, atendendo as necessidades da comunidade e contribuindo para uma cidade mais dinâmica e inclusiva, mas também para a ampliação e manutenção da cobertura vegetal, da infraestrutura verde, da criação de microclimas e até mesmo na definição de estratégias para o enfrentamento das mudanças climáticas. Situada no campo do urbanismo e paisagismo, a pesquisa pretende apresentar um estudo de caso com uso combinado de estratégias como revisão bibliográfica, análise documental, estudo a partir de imagens de satélite, elaboração de cartografias em camadas (em sistemas de informações georreferenciadas) e análise dos dados levantados. Foi possível analisar a distribuição e articulação dos espaços nas Zonas Norte, Central e Sudoeste. E por fim inventariar e classificar estes espaços em tipologias de pátio na cidade, em relação ao lote e em relação com o entorno. Na análise da escala macro da cidade, os resultados encontrados demonstraram distribuição mais homogênea das escolas pela cidade, se comparada à distribuição de espaços livres públicos. Ainda assim, a pesquisa revela que há uma maior concentração de espaços educacionais na Zona Central de Macapá quanto nas demais Zonas. Na escala do lote foi possível identificar 7 tipologias diferentes: (1) pátio externo; (2) pátio interno; (3) exterior positivo; (4) áreas de transição; (5) pátio sob pilotis; (6) pátio coberto e (7) pátio palafítico. Na análise da inserção urbana e da relação do lote como o entorno foi possível identificar 4 tipologias: (1) aglomerado de serviços nos arredores; (2) próximo a quadras ou campos; (3) próximo a praças ou parques e (4) próximo a piscinas. Foi possível concluir que os pátios escolares possuem papel fundamental e estratégico no sistema de espaços livres da cidade de Macapá, pois o conjunto de pátios corresponde a uma grande porção deste sistema, e tendo melhor distribuição na cidade, poderia ser aproveitado como uma possibilidade de provisão de espaços de forma mais acessível e democrática e de controle ambiental. O pátio escolar, integrado e planejado junto ao sistema de espaços livres urbanos, pode agir como plataforma de manutenção da vida, da biodiversidade e da sociabilidade na cidade, principalmente relacionado à segurança das crianças no meio urbano.

Palavras-chave.

Espaço livre, Infraestrutura verde, Pátio escolar, Macapá

Referências.

AZEVEDO, Gisele. TÂNGARI, Vera. RHEINGANTZ, Paulo. Do Espaço escolar ao território Educativo. Rio de Janeiro, 2016.

PANERAI, Philippe. Análise Urbana. Brasília, 2006.

ALEXANDER, Christopher. A Pattern Language. New York, 1977

Padrões socioespaciais no epicentro da cidade. Investigando forma urbana e usos no Corredor Cultural de Mossoró/RN

Viviane Maria Jales Rego; Lucy Donegan

Universidade Federal da Paraíba (UFPB - Campus I)

(viviane.jales@academico.ufpb.br; lucy.donegan@academico.ufpb.br)

Resumo.

Espaços públicos de lazer promovem alívio e encontros espontâneos para a população. Características espaciais e de uso podem influenciar na variedade e concentração de pessoas. O Corredor Cultural Professor Antônio Gonzaga Chimbinho, é o maior conjunto de espaços para lazer coletivo em Mossoró, no Rio Grande do Norte, sendo conhecido como “Coração Cultural” da cidade por unir pessoas, como afirmam meios digitais de divulgação. Com nove setores distintos, distribuídos central e linearmente na malha urbana, estudos investigaram o Corredor Cultural no âmbito histórico, político e de suas festividades, mas não se relacionou forma urbana e distribuição de grupos sociais especificando trechos diferentes do equipamento. Este artigo traz um recorte de uma dissertação e busca preencher essa lacuna ao investigar diversidade de usos do solo com a concentração dos frequentadores em três praças do Corredor Cultural de Mossoró – Praça de Eventos, Praça Cícero Dias (ou Praça do Teatro) e Praça dos Esportes. Acredita-se que os trechos, embora próximos entre si, possam ter públicos diferentes por estarem ligados a características da forma urbana distintas. Em complemento, questiona-se: (i) como as pessoas se concentram em trechos específicos do Corredor Cultural? (ii) quem, quando e como usufrui? Neste trabalho, o recorte de estudo limitou-se à investigação das praças e frentes de quadra – edificações fronteiriças aos trechos selecionados, incluindo segmentos de calçadas e ruas entre ambos –, sendo também a delimitação para o mapeamento de usos do solo. Para investigar a concentração e distribuição de pessoas nos trechos, foi desenvolvido um mapeamento comportamental, baseado em Gehl e Svarre (2018), realizado em campo e, posteriormente, espacializado no QGIS. Os resultados apontam que usos do solo mais diversos, especialmente comedorias e uso misto, concentram mais pessoas nas praças e frentes de quadra, ligando-se a uma maior vigilância natural, como encontrado por Barause e Saboya (2018). Há também diferenças entre trechos em termos de quantidade de pessoas, posicionamento no espaço, turno e dias visitados, apontando uma preferência dos frequentadores por trechos com variedade de atividades, interações sociais e fluxo de pedestres, corroborando com resultados de Baran et al (2014). A exemplo, um dos trechos limitou-se ao movimento e presença de visitantes apenas na própria praça e em um turno específico, ligando-se a características de usos no entorno, pouco ligados ao coletivo, e ao modo como o espaço é usufruído. Em contrapartida, as outras praças apontam maior flexibilidade temporal, distribuição espacial e maior quantidade de visitantes, que vão principalmente para conversar, caminhar e observar o movimento. Achados validam a hipótese apontando diferentes públicos nas praças, ligados a características espaciais e de uso na área, facilitando entender dinâmicas urbanas no Corredor Cultural e possíveis tomadas de decisão no âmbito do planejamento urbano local.

Palavras-chave.

Corredor Cultural, forma urbana, oportunidade social, usos do solo, mapeamento comportamental.

Referências.

- BARAN, P. K. et al. Park Use Among Youth and Adults: Examination of Individual, Social, and Urban Form Factors. *Environment and Behavior*, v. 46, n. 6, p. 768–800, ago. 2014.
- BARAUSE, L.; SABOYA, R. T. DE. Forma arquitetônica e usos do solo: um estudo sobre seus efeitos na ocorrência de crimes. *Ambiente Construído*, v. 18, p. 427–444, dez. 2018.
- GEHL, J.; SVARRE, B. GEHL - A vida na cidade como estudar.pdf. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2018. "https://www.youtube.com/watch?v=-VIUIR6hKCao"

O Protagonismo Feminino na Reconstrução da Paisagem das Margens do Rio São Joaquim em Belém do Pará. uma análise morfológica

Taynara Gomes; Sâmyla Blois

Universidade Federal do Pará; Laboratório da Cidade
(taynaragomes@gmail.com; samyla.emba@gmail.com)

Resumo.

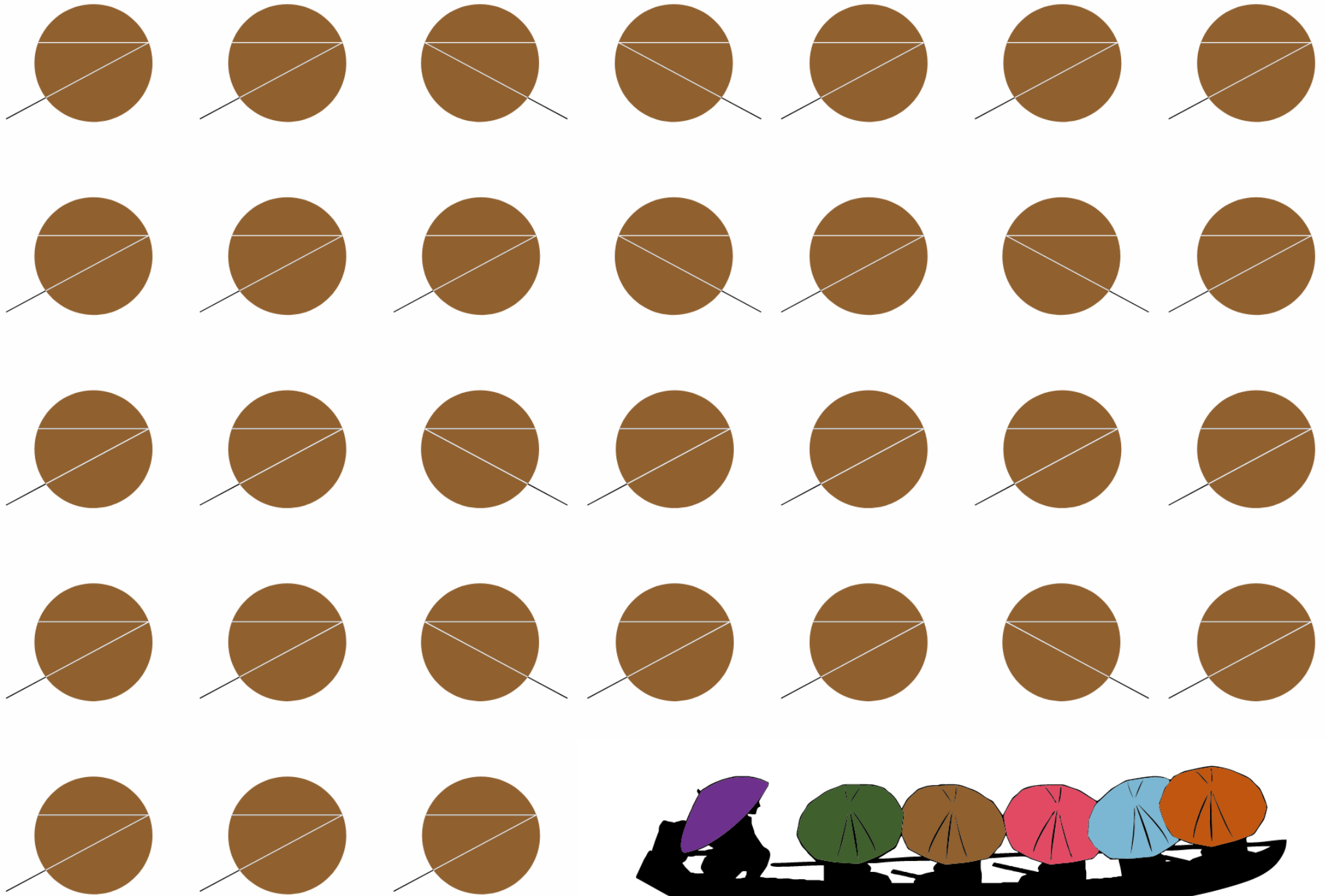
Este artigo examina as complexas transformações morfológicas da paisagem das margens do Rio São Joaquim em Belém do Pará, Brasil, entrelaçando-as com o protagonismo das mulheres ribeirinhas na preservação e reconstrução da relação da população com a paisagem local. A pesquisa se concentra em um trecho de 3km do rio, marcado por uma história de ocupações e assentamentos informais desde a década de 1970, quando migrantes de cidades do interior do estado buscavam melhores condições de vida na capital. A área, majoritariamente aterrada e edificada por mulheres chefes de família, caracterizava-se por palafitas e estivas, em uma relação direta com o rio, utilizado para banho, lazer e lavagem de roupas. Na década de 1990, a área foi alvo de uma extensa obra de macrodrenagem que durou quase 15 anos. O projeto, inicialmente idealizado para solucionar problemas de infraestrutura, como alagamentos, resultou em uma profunda transformação da morfologia do rio. O leito natural foi canalizado, a vegetação nativa suprimida e uma comporta foi instalada, impedindo a navegabilidade e convertendo o rio em um canal que passou a receber o lançamento dos esgotos in natura. As casas em palafitas foram substituídas por construções de alvenaria em terrenos aterrados, alterando drasticamente a relação da população com o ambiente ribeirinho. Apesar dos impactos socioambientais da macrodrenagem, ao longo de mais de 20 anos, após as obras, as mulheres lideraram um processo gradual de reconstrução da paisagem das margens do rio. Através de ações cotidianas, plantaram e manejaram uma rica variedade de espécies vegetais, criando um parque linear nos mais de 3 km de extensão. O parque, hoje, apresenta arborização, áreas de convivência, lazer, prática esportivas e geração de renda. Este estudo de caso possibilita uma análise crítica das transformações morfológicas do Rio São Joaquim em três momentos distintos: a ocupação informal e a relação com o rio; a macrodrenagem e a ruptura dessa relação; e a reconstrução da paisagem pelas mulheres ribeirinhas. A partir dessa análise, o texto busca tensionar o debate teórico da morfologia urbana (Costa, 2007), comparando as categorias formalmente reconhecidas pelo mainstream com elementos da composição da paisagem que geralmente são ignorados ou invisibilizados. O protagonismo feminino na reconstrução da paisagem das margens do Rio São Joaquim revela a importância de considerar saberes e práticas ancestrais na produção do espaço urbano (Bhan, 2022). A atuação das mulheres demonstra a capacidade de ressignificar lugares marginalizados e construir uma cidade mais justa, sustentável e em sintonia com a memória e a identidade local (Holanda, 2020). Em um contexto, onde uma das obras prioritárias da cidade na preparação para sediar a COP30 em 2025 é um parque nas margens do rio São Joaquim, cujo projeto é resultado de um concurso público nacional, este texto apresenta a sobreposição de dados territoriais, análises morfológicas, pesquisa qualitativa realizada com moradores do entorno do rio e o debate sobre o projeto em execução, com a finalidade de revelar a disputa de repertório morfológico neste território e apresentar as alternativas que (re)existem para arranjos mais resilientes.

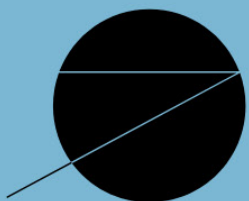
Palavras-chave.

Morfologia urbana,
Protagonismo
feminino, Paisagem,
Rio São Joaquim,
Belém do Pará.

Referências.

- BHAN, Gautam. Thinking, practicing, Southern urbanism. In: YIFTACHEL, O.; MAMMON, N. (eds). *theoriSE: Debating the southeastern turn in urban theories*. Cape Town: African Centre for Cities, 2022, p. 80-83.
- COSTA, Stael de Alvarenga Pereira. O estudo da forma urbana no Brasil. *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 087.05, Vitruvius, ago. 2007 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/220>>.
- HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Ensino feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 384 p.





LINHA 05

As formas urbanas da colaboração. uma revisão dos processos colaborativos nos assentamentos autoconstruídos e o papel do planeamento urbano

Amaro Mendonça; Vítor Oliveira

Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

(amaro.fcam@gmail.com; vitorm@fe.up.pt)

Resumo.

Como o planeamento pode ser mais flexível e interativo com os processos colaborativos locais? Enquanto experiências com orçamentos participativos, urbanismo tático com atividades comunitárias e processos colaborativos de decisões locais têm sido implementadas no Norte e no Sul Global, principalmente na América Latina, uma atualização objetiva das ferramentas que regulam o uso e a propriedade do solo, observando suas consequências formais, permanece em falta. Ao mesmo passo, uma compreensão de como os processos colaborativos, através da estruturação de seus elementos formais, transformam um espaço urbano em lugares referenciais às comunidades, também não tem uma abordagem clara. Para aproximar essas duas esferas – da atualização dos instrumentos urbanísticos a partir da forma urbana e o desenvolvimento colaborativo de espaços comunitários através dos seus elementos formais – uma revisão de literatura é colocada. O objetivo é o de identificar como os elementos da forma urbana (edificações, lotes, quadras e as ruas), desenvolvidos com pouca ou nenhuma intervenção do planeamento oficial, podem informar as ferramentas do planeamento a serem mais flexíveis e adaptadas aos contextos locais. Para tanto, uma revisão semi-sistemática foi escolhida para abordar diferentes disciplinas urbanas que abordam o assunto, em particular a Geografia Urbana e a Morfologia Urbana. A escolha se deu partindo do foco que Geografia Urbana dá, ao abordar o assunto, nas análises dos processos de gestão urbana e as consequências socioeconômicas e demográficas. E a Morfologia Urbana, que parte da identificação das influências dos elementos formais dos assentamentos nas condições de vitalidade e sociabilidade (OLIVEIRA, 2021). Uma análise de conteúdo é conduzida para formular pontes de como esses dois campos científicos urbanos abordam o planeamento flexível e os assentamentos autoconstruídos, identificando processos sociais locais e o desenvolvimento da forma urbana. Os resultados indicam que diversos estudos apontam para novas possibilidades de relações e colaborações entre o planeamento oficial e os processos comunitários locais. Processos políticos de emancipação e luta por direitos urbanos, urbanismo tático, ocupação dos espaços públicos com diversos usos comunitários, são exemplos (CALDEIRA, 2017). Em desenvolvimentos mais recentes, a redução e pontualidade da intervenção do planeamento como solução, foram identificados como insights relevantes (RÓMICE, et al., 2020). Ainda assim, é observada uma lacuna entre a relação das formas urbanas geradas por habitantes locais e as restrições de uso e regulação construtiva do planeamento urbano. As interações potenciais entre atividade comunitária, processos colaborativos e a forma urbana foram encontradas, concluindo que modificações nas ferramentas de regulação de uso do solo e restrições construtivas devem ser abordadas para transformações na direção de um planeamento mais resiliente e flexível.

Palavras-chave.

Assentamentos autoconstruídos, processos colaborativos, morfologia urbana, geografia urbana, planeamento flexível.

Referências.

CALDEIRA, T. Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 35, n. 1, p. 3–20, 2017.

OLIVEIRA, Vítor. *Morphological Research in Planning, Urban Design and Architecture*. Cham: Springer, 2021.

RÓMICE, Ombretta; PORTA, Sergio; e FELICIOTTI, Alessandra. *Masterplanning for change: designing the resilient city*. Londres: RIBA, 2020.

Vulnerabilidade e Fragmentação. O Caso do Jardim Lapena em São Paulo. Análise das Dinâmicas Urbanas e Propostas de Transformação

Daniela Getlinger; Julio Luiz Vieira
Universidade Presbiteriana Mackenzie

(daniela.getlinger@mackenzie.br; julio.vieira@mackenzie.br)

Resumo.

Este artigo discorre sobre a condição de vulnerabilidade socioambiental, de segregação urbana e fragmentação do Jardim Lapena, bairro localizado na várzea do rio Tietê, zona leste de São Paulo. O objetivo é analisar a forma urbana resultante das dinâmicas metropolitanas e regionais no bairro e contribuir para a reflexão sobre possibilidades de transformação da condição de isolamento físico e fragmentação social. No desenvolvimento do estudo, além de analisar a condição socioambiental e urbana, buscou-se compreender os desafios enfrentados pelos moradores. Percebe-se que as barreiras, que configuram o Jardim Lapena como uma unidade física e social contida dentro de muros, materializam a segregação do bairro em relação a áreas mais estruturadas no entorno, influenciando tanto o ambiente físico quanto o tecido social. Ao mesmo tempo que se impregnam de significados ao isolar populações vizinhas, são responsáveis pela descontinuidade do tecido urbano, restringindo os acessos ao bairro e dificultando a mobilidade da população local. Já as fronteiras invisíveis entre os setores habitados por moradores com condições de vida muito diferentes, fragmentam o bairro em subsetores de vizinhança, perpetuando estigmas sociais e exacerbando desigualdades. Para uma compreensão mais aprofundada desses desafios, foram utilizadas informações técnicas disponibilizadas por fontes oficiais e referências bibliográficas, além de pesquisas de campo que alimentaram o desenvolvimento da análise gráfica da área. Por meio dessas análises, foi possível identificar não apenas os problemas estruturais, mas também as dinâmicas sociais que afetam a comunidade local. Os resultados das pesquisas de campo indicam que, além dos problemas característicos das áreas ocupadas de várzea, vinculados à sua precária urbanização, como inundações e alagamentos, esgotamento sanitário incompleto, poluição ambiental, ocupações irregulares, contaminação do solo por aterro inadequado e indefinição fundiária, os moradores mais antigos estabelecem uma relação direta entre o agravamento dos problemas do bairro e o crescimento expressivo da população com alto índice de vulnerabilidade, resultando em discriminação e falta de engajamento de parte dos moradores nas atividades ofertadas no bairro. Com o suporte de teorias urbanas e análises gráficas, o estudo reflete sobre as possibilidades de transformação da condição de isolamento físico e fragmentação social, identificadas como os principais desafios do bairro. Considera-se que o enfrentamento dessas limitações impostas pelas barreiras pode gerar oportunidades de construção de novas relações de troca e convívio entre os diferentes setores do território, visando à superação das fragilidades e desigualdades urbanas observadas.

Palavras-chave.

Vulnerabilidade socioambiental; segregação territorial, fragmentação urbana; propostas de transformação.

Referências.

GETLINGER, D. C. V.; VIEIRA, J. L. . Barreiras urbanas, segregação territorial e vulnerabilidade social na várzea do Cangaíba, São Paulo. In: 27th World Congress of Architects UIA 2020 RIO, 2021, Rio de Janeiro. 2021 International Conference:27th World Congress of Architects, 2021. v. 1.

GETLINGER, D. C. V.. Plano de ação local como elemento de integração e territorialização de políticas públicas em áreas de vulnerabilidade social: o caso do jardim Lapena. 2021. 246 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2021.

MURILLO, Fernando, et al. Planear el barrio: urbanismo participativo para construir el derecho a la ciudad. 1a ed. - Buenos Aires: Cuentahilos, 2011, 42 p.

Urbanização e seus impactos na paisagem amazônica. Análise do processo de expansão periurbana no município de Iranduba - AM

Leonardo Loyolla Coelho; Eugenio Fernandes Queiroga; Ana Clélia Alves Silva Monfort Mello
Universidade de São Paulo; FAUUSP; Centro Universitário Belas Artes de São Paulo
(lloyolla@alumni.usp.br; queiroga@usp.br; aninha.clelia.monfort.123@gmail.com)

Resumo.

O processo de valorização imobiliária decorrente da criação da Região Metropolitana de Manaus em 2007 e dos investimentos a ela associados - sobretudo a construção da Ponte Rio Negro e a duplicação da rodovia AM-070 - impactou profundamente o município de Iranduba. Foram particularmente intensos os processos de ocupação nos eixos da rodovia AM-070 e da Estrada do Iranduba, nos quais foram implantados tanto loteamentos de acesso livre e restrito, quanto áreas para balneários, voltados principalmente para o uso de moradores de Manaus em sua maioria. Este trabalho se baseia em uma pesquisa de pós-doutorado e em uma iniciação científica nas quais se buscou identificar os impactos do processo de expansão urbana nas franjas de regiões metropolitanas pertencentes às cinco macrorregiões brasileiras. Foram analisadas no recorte adotado as transformações ocorridas em um período de dez anos, compreendido entre os anos de 2009 e 2019. Para tal, foram feitas revisões bibliográficas, análises de imagens de satélite, bem como visitas de campo e entrevistas a diferentes agentes sociais envolvidos nos processos. As análises realizadas se basearam na caracterização do suporte biofísico do recorte; na identificação e classificação dos distintos padrões morfológicos de ocupação do território e seus respectivos impactos socioambientais; e na análise da legislação urbanística e ambiental incidentes. Concluiu-se por meio da pesquisa que boa parte das novas urbanizações constatadas nesse período basearam-se na implantação de empreendimentos na proximidade de igarapés e lagos - que constituem ecossistemas particularmente frágeis no contexto amazônico - e que foram responsáveis por praticamente triplicar a quantidade de áreas urbanizadas do município no recorte temporal adotado. Constatou-se ainda que os mecanismos legais excessivamente genéricos, intencionalmente confusos ou mesmo inexistentes, associados com as frágeis ações do poder público, têm contribuído para o agravamento desse quadro de intensa degradação socioambiental pelo qual o município vem passando, sobretudo no período analisado.

Palavras-chave.

expansão periurbana, Iranduba, impactos socioambientais

Referências.

MACIEL, J. B., LIMA, M. C. A Metropolização do Espaço em Iranduba: Uma Nova Configuração Com Expansão Imobiliária. II Simpósio de Estudos Urbanos: A dinâmica das cidades e a produção do espaço. Paraná, 2013.
RODRIGUES, M. S.; PEDROLLO, C. T.; BORGES, S. H.; CAMARGO, Y. R.; MOREIR, M. P.; AMARAL, G. S.; BRANDÃO D. O.; IWANAGA, S. Iranduba: características socioambientais de um município em transformação. Manaus: FVA, 2014.
SOUZA, I. S, LIMA, S. M. P, SANTOS, T. V, Técnica, espaço e tempo: grandes objetos urbanos e a difusão da metropolização na Amazônia brasileira. Paper do NAEA 2019, v. 28, n. 1 (404)

Investigando a ordem na forma urbana dos assentamentos informais em Fortaleza-CE. Um estudo sobre novas formas de representar as favelas

Carolina Jorge Teixeira Guimarães

Universidade Federal do Ceará

(carolina.jorge.guimaraes@gmail.com)

Resumo.

O fenômeno dos assentamentos informais marca a realidade urbana contemporânea global. No Brasil, os assentamentos precários são objeto de estudo há mais de meio século, quando os primeiros censos passaram a reconhecer a problemática. Desde então, esforços vêm sendo empreendidos para definir o fenômeno. Apesar dos avanços, a legislação urbanística brasileira ainda reforça processos de exclusão à medida que não reconhece nos assentamentos possibilidades de cidade marcadas por uma regulação autoconstruída. Os parâmetros urbanísticos inscritos na lei refletem em padrões baseados em métricas descoladas da realidade. A forma urbana planejada ainda difere daquela produzida cotidianamente. A morfologia urbana dos assentamentos informais precisa ser melhor compreendida para construir um urbanismo que de fato dialogue com uma realidade que é complexa e dinâmica. Nesse sentido, o estudo da morfologia urbana articula o conhecimento sobre a sociedade, em suas ações políticas e econômicas, nas formas de organização, nos conflitos, na geografia e na produção cultural e tecnológica, para analisar o espaço construído. A morfologia urbana envolve a identificação dos elementos físicos que compõem a estrutura da forma urbana e a análise de diferentes escalas e suas relações inseridas no tempo. O estudo da morfologia urbana dos assentamentos informais exige um entendimento integrado do fenômeno e é uma oportunidade de desvelar novas camadas de conhecimento. Assim, torna-se possível identificar padrões entre os assentamentos que possam contribuir para a formação de uma regulação urbana alternativa. O objetivo do presente trabalho é investigar a ordem na forma urbana de assentamentos informais através da proposição de diagramas. A pesquisa analisa três assentamentos em Fortaleza-CE, localizada no nordeste do Brasil, que estão inseridos em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Os assentamentos investigados estão localizados em áreas distintas da cidade com dinâmicas próprias. O primeiro está na orla da cidade em uma área de valorização turística e imobiliária, o segundo próximo a bairros que concentram serviços incluindo uma grande obra de transporte e o terceiro é um território na periferia da cidade com grandes vazios remanescentes. Todos os assentamentos estudados possuem um amplo material acadêmico produzido, assim como uma base de dados relativamente expressiva. Nas diferenças e semelhanças encontradas entre os territórios é que são identificados os padrões existentes entre eles, como aspectos próprios dos assentamentos de Fortaleza. Esses padrões se expressam não só em elementos físicos, mas também em relações, dinâmicas temporais e atuações dos agentes que transformam e tensionam a forma urbana. O trabalho emprega ferramentas da modelagem da informação na manipulação de uma base de dados e o destaque daquilo que é comum entre os objetos de estudo. A modelagem da informação para estudar os parâmetros urbanos de assentamentos informais provém de estudos anteriores. O uso de diagramas, a esquematização da realidade, como instrumento cognitivo e cognoscitivo é fundamental para a metodologia. Enfim, a morfologia urbana, mediada por uma matriz gráfica, torna-se uma plataforma de representação dos assentamentos precários que é capaz de orientar novas tomadas de decisão menos estigmatizadas.

Palavras-chave.

Assentamentos precários, modelagem da informação, informalidade urbana, representação urbana

Referências.

LIMA, Mariana Quezado Costa. Ver a cidade: modelagem da informação para regulação de assentamentos informais. 2017. 262 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura Urbanismo e Design, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

NISIDA, Vitor Coelho. Desafios da Regulação Urbanística no Território das Favelas. 2017. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

COSTA, Stael de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela Gimmler. Fundamentos de Morfologia Urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. 236 p.

A próxima fronteira de expansão na Região Metropolitana de Fortaleza. Vetor Sudeste e a Forma como Resultado de Forças.

Virna Weber; Luis Renato Bezerra Pequeno; Sara Vieira Rosa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

(virna.urb@gmail.com; renatopequeno@gmail.com; vrosa.sara@gmail.com)

Resumo.

Fortaleza, capital brasileira com maior densidade demográfica, vem experimentando, bem como outras metrópoles do país, o fenômeno de deslocamentos populacionais centrífugos, ou seja, migrações populacionais para municípios limítrofes à capital (IBGE, 2023). Esses deslocamentos são de naturezas diversas e refletem tensões e disputas de múltiplos agentes, estes que atuam na produção do espaço urbano (CORREIA, 1989). Sabendo disso, esta pesquisa concentra-se nas dinâmicas a partir do vetor de expansão definido pelo setor circular que origina-se no centro econômico expandido da cidade e é orientado ao longo do eixo da Avenida Washington Soares, antiga via regional, em direção aos municípios de Eusébio e Aquiraz. A partir desse recorte, pretende-se aproximar-se da compreensão da relação entre o intenso espraiamento urbano promovido pelo setor imobiliário, agente preponderante deste vetor, e a transformação de usos periféricos do solo a nível intermunicipal que, em sua maioria, ainda guardam características de ruralidade. A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), nesse contexto, é uma das oito primeiras estabelecidas no país, no ano de 1973, e sua intensa polarização tanto concentra serviços e pessoas na capital quanto irradia a expansão de uma lógica de (re)produção do espaço, em uma par dialético de “Implosão-Explosão” (LEFEBVRE, 2008). Limítrofe à Fortaleza, o município de Eusébio vem passando por intensas mudanças nas últimas décadas regida, principalmente, pelo movimento de segregação espacial voluntária de uma classe média-alta, que demanda tipologias de condomínios horizontais, padrão Alphaville. Adiante, seguindo o eixo rodoviário da CE040, e despontando com maior intensidade na orla marítima, Aquiraz também vem presenciando avanços imobiliários, com destaque para a vocação turística do município litorâneo. As transformações do espaço são perceptíveis, em Eusébio o perímetro urbano passa a corresponder a 100% do território, dando vazão a um aproveitamento pleno do solo para investimentos de grandes loteamentos. Aquiraz, por outro lado, resiste uma significativa área verde ainda fortemente associada a atividades produtivas locais e de escoamento regional. Neste município, a expansão está principalmente, e diretamente, vinculada ao transbordo do fenômeno em Eusébio, o qual se vale dos atrativos do sítio natural da cidade e seus distritos, que vem causando conflitos socioambientais cada vez mais evidentes. Desse modo, fronteiras de expansão avançam continuamente, encorajadas pela ideia de progresso infinito e da cidade como uma “Máquina de Crescer” (LOGAN & MOLOTCH, 2007; PIRES et al, 2018). Diante disso, e a partir de uma abordagem orientada pelo estudo da morfologia urbana, o trabalho aqui apresentado apoia-se na investigação crítica de dados urbanos tabulares, dos macrozoneamentos dos municípios em discussão, na produção de mapas temáticos e em pesquisas bibliográficas para a compreensão de elementos estruturantes e agentes produtores do espaço (forças) envolvidos no fenômeno do espraiamento urbano e (re)produção do espaço urbano metropolitana (forma). Entender a forma como resultado de forças, portanto, permite o entendimento não só do fenômeno, mas suas consequências e possibilidades de alternativas através do planejamento urbano-regional.

Palavras-chave.

Urbano, Rural,
Expansão Urbana,
Cenários de tendên-
cia, Zoneamento..

Referências.

CÔRREA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 4. Ed. São Paulo: Ática. 1989.
LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo, Studio Nobel, 2001.

O impacto da Avenida Brasil pelo olhar de estudantes da rede pública municipal do Rio de Janeiro. A potencialidade de um mapeamento afetivo do percurso casa-escola

Karine de Amorim de Lima (LIMA, K.A.); Giselle Arteiro Nielsen Azevedo (AZEVEDO, G.)

FAUFRJ

(karine.lima@fau.ufrj.br; gisellearteiro@fau.ufrj.br)

Resumo.

No Dia Mundial do Urbanismo de 2022, os grupos de pesquisa Ambiente-Educação (GAE) e Sistemas de Espaços Livres (SEL-RJ), vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ FAU-UFRJ), em parceria com o Escritório de Planejamento da Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados - CVL/SUBPAR da Casa Civil e com a Secretaria Municipal de Educação, realizaram o “Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos da cidade do Rio de Janeiro” nas escolas públicas da rede municipal. A atividade teve como intenção compreender o olhar da população infanto-juvenil em relação à cidade a partir de seus percursos diários entre a casa e a escola, com o intuito de entender a diversidade e a complexidade da cidade, além de conhecer suas percepções e desejos. Através de uma análise territorial afetiva da Avenida Brasil, no Rio de Janeiro, o presente trabalho tem por objetivo discutir o impacto da rodovia no percurso cotidiano casa-escola dos estudantes da rede pública municipal da cidade, tendo como recorte a região da 4ª Coordenadoria Regional de Educação - CRE. A Avenida Brasil é símbolo de uma cidade em movimento, que vem se desenvolvendo ao longo de décadas e que tornou-se marco de um subúrbio rodoviário, tendo diferentes características ao longo do tempo. Atualmente há um esvaziamento industrial e uma reocupação destes espaços por moradias que, no entanto, não é acompanhado do desenvolvimento de infraestrutura urbana do seu entorno. Dessa maneira, a rodovia antes tida apenas enquanto conexão entre lugares, passa a abrigar usos menos transitórios e mais permanentes, observado pela presença do comércio formal e informal, escolas, residências, dentre outros. Diante de tais mudanças, há a necessidade de se considerar a presença cada vez mais frequente de crianças e jovens pela Avenida Brasil. É a partir dessa observação que buscou-se a caracterização do território da rodovia a partir da análise dos desenhos e textos dos estudantes, que relatam sua percepção em seus percursos cotidianos casa-escola. A partir da identificação dos percursos é então realizado o entrelaçamento da análise morfológica com a análise afetiva, obtida com as respostas dos estudantes na atividade do Mapeamento Afetivo, no recorte de sete escolas: E.M. Ruy Barbosa, E.M. Pedro Lessa, E.M. Dilermando Cruz, E.M. Carlos Chagas, E.M. Berlim, E.M. Brasil e CIEP Yuri Gagarin. Destaca-se o papel do desenho no entendimento da dinâmica do território, utilizando-o como um instrumento de documentação e ferramenta de análise potente, que permite espacializar e assim, elaborar sobre quais e como as dinâmicas urbanas tem impacto no cotidiano desses estudantes, assim como quais são as potencialidades e desejos imaginados para esse percurso.

Palavras-chave.

Subúrbio, Crianças,
Paisagem,
Mapeamento
afetivo, Avenida
Brasil

Referências.

- AZEVEDO, G.; T NGARI, V.; RHEINGANTZ, P. Do espaço escolar ao território educativo: O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade. 1ª edição. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ/PROARQ: Rio Books, 2016.
- SILVA, J. M. P.; Desenho como Questionamento: distintas dimensões de planos e projetos urbanos. 2019. (RioBooks, Rio de Janeiro).
- TORRES, P. H. C. (2018) “Avenida Brasil - Tudo Passa Quem Não Viu: formação e ocupação do subúrbio rodoviário no Rio de Janeiro (1930-1960)”, Revista Bras. Estudos Urbanos Reg. 20(2), p.287-303. <http://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n2p287>

Mudanças na morfologia urbana de Serra do Salitre-MG. Impactos da mineração de exploração de fosfato

Miguel Artur Avila Carranza ;

Universidade de São Paulo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

(miguel.arquiteto@hotmail.com)

Resumo.

Este artigo explora a transformação do perímetro urbano de Serra do Salitre-MG, um pequeno município brasileiro, em decorrência da mineração industrial. A mineração industrial tem provocado mudanças significativas na paisagem e na dinâmica de pequenos municípios brasileiros, e Serra do Salitre-MG é um exemplo emblemático dessa realidade. A análise se concentra no esgarçamento das fronteiras entre áreas urbanas e rurais, um fenômeno cada vez mais comum em regiões de intensa atividade mineradora. A mineração, ao expandir-se, provoca uma reconfiguração do espaço, alterando a relação entre o urbano e o rural. Este estudo busca entender como esse processo ocorre em Serra do Salitre-MG. Além disso, o trabalho aborda a mudança morfológica urbana que ocorre como resultado da mineração. A mineração industrial pode levar a mudanças significativas na forma e estrutura das cidades, incluindo a criação de novos bairros e a reconfiguração de áreas existentes. Este estudo examina como essas mudanças morfológicas ocorrem em Serra do Salitre-MG e como elas afetam a vida dos habitantes locais. A pesquisa também examina o impacto da mineração na estrutura fundiária. A mineração industrial, ao se instalar em uma região, pode provocar uma reestruturação da propriedade da terra, com consequências para a população local. Este trabalho busca entender como isso ocorre em Serra do Salitre-MG. Um aspecto adicional que este estudo aborda é o crescimento induzido pela migração extensa a partir da implantação da planta minerária de fosfato. A chegada de trabalhadores migrantes para a mineração de fosfato tem levado a um rápido crescimento populacional, o que por sua vez tem impulsionado a expansão urbana e a formação de novos bairros. Este trabalho examina como essa migração influencia a dinâmica urbana e rural e como a cidade se adapta a essas mudanças. Finalmente, o estudo se dedica a entender como a mineração industrial modifica a realidade local. A mineração não afeta apenas a paisagem física, mas também a cultura, a identidade e as práticas sociais das comunidades afetadas. Este trabalho busca entender como isso ocorre em Serra do Salitre-MG. Este estudo oferece uma visão única sobre a interação entre a mineração industrial e a transformação urbana em pequenos municípios brasileiros. Através do caso de Serra do Salitre-MG, busca-se contribuir para a compreensão de um fenômeno cada vez mais relevante no contexto brasileiro.

Palavras-chave.

Pequenos Municípios; Planejamento Urbano; Mineração Industrial; Morfologia Urbana; Perímetros Urbanos

Referências.

ANM. Agência Nacional de Mineração. Sistema de Informações Geográficas da Mineração. Disponível em <http://sigmine.dnmp.gov.br/webmap/>. Acesso em janeiro de 2024.

BRASIL. Lei LEI MUNICIPAL Nº 1.060/2020 DE 17 DE JUNHO DE 2020. Plano Diretor, o sistema e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano do Município de Serra do Salitre. Serra do Salitre, 2020.

CARRANZA, Miguel Artur de Ávila. Pequenos municípios mineiros: realidade e perspectivas sobre planejamento urbano no Brasil. Dissertação de Mestrado. Niterói:PPGAU/UFF. 2018.

Valor de uso e valor de troca em áreas periurbanas. Os contrastes entre Brasil e Portugal

Alberto Lima; Lais Bertolino; José Júlio Lima

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto - FEUP;

Laboratório Cidades na Amazônia, Universidade Federal do Pará (LABCAM/UFGPA)

(alberto.lima@itec.ufpa.br; up202110935@edu.fe.up.pt; jjlima@ufpa.br)

Resumo.

A expansão urbana é um fenômeno crescente em muitas cidades, quer seja pela necessidade de acomodar uma população em busca de melhores condições de vida, quer seja pelo crescimento econômico no setor imobiliário (Hajilou et al., 2023). O avanço dos limites urbanos desencadeia diversas transformações que afetam os diferentes aspectos da vida cotidiana, como os deslocamentos diários para trabalho, ensino e lazer; ocupação de áreas livres importantes para o ecossistema urbano; e as relações sociais e econômicas no ambiente urbano-rural. Observa-se que parte da população urbana menos favorecida se aloca em áreas periurbanas, pelo baixo custo de aquisição de lotes, ou pela existência de áreas de solo desocupadas ou subutilizadas. Paralelamente, empreendedores imobiliários investem em áreas periurbanas para a criação e o desenvolvimento de loteamentos em condomínios horizontais. Todavia, nem sempre esses dois interesses convergem, destacando um desequilíbrio entre os investimentos do mercado imobiliário e a necessidade humana por habitação. Por meio da compreensão da teoria do valor de uso e o valor de troca (Lefebvre, 1999), aplicado a áreas periurbanas, o presente estudo busca analisar a correlação entre os vetores de expansão urbana e a valorização do elemento morfológico lote. Propõe-se uma análise comparativa entre as cidades de Castanhal (Pará-Brasil) e Évora (Alentejo-Portugal), selecionadas pelo critério de similaridade morfológica das áreas periurbanas. Bases cartográficas georreferenciadas providas pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR-Brasil) e pelo Sistema de Identificação Parcelar (iSIP-Portugal) são utilizadas para a análise morfológica histórico-geográfica (Conzen, 1960) realizada em Sistema de Informações Geográficas (SIG). Ao abordar essa temática, busca-se identificar padrões e características relacionadas ao processo de expansão urbana, contribuindo assim para a compreensão das implicações sociais, ambientais e econômicas desse fenômeno. Este artigo fornece base para tomada de decisão de gestores urbanos, planejadores e pesquisadores sobre o papel do valor de uso e do valor de troca da dinâmica dos assentamentos humanos.

Palavras-chave.

lotes, áreas periurbanas, teoria do valor, morfologia urbana

Referências.

CONZEN, M. R. G., Alnwick, Northumberland: A Study in Town-Plan Analysis. Transactions and Papers (Institute of British Geographers), n. 27, p. 3, 1960.

HAJILOU, Mehran; MESHKINI, Abolfazl; MIREHEI, Mohammad; GHAEDRAHMATI, Safar. Urban sprawl: do its financial and economic benefits outweigh its costs for local governments?. *Geojournal*, [S.L.], v. 88, n. 2, p. 2325-2343, 5 set. 2022. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s10708-022-10747-9>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10708-022-10747-9>. Acesso em: 01 mar. 2024

LEFEBVRE, Henri. A revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

PADRÕES DA FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS: UMA ANÁLISE DAS DINÂMICAS DE DISPERSÃO E SEGREGAÇÃO EM ARAÇATUBA, PRESIDENTE PRUDENTE E RIBEIRÃO PRETO

Júlia Fernandes Guimarães Pereira ;
UFABC - Universidade Federal do ABC
(juliafgau@hotmail.com)

Resumo.

Este artigo compara a produção do espaço urbano em três cidades médias brasileiras: Araçatuba, Presidente Prudente e Ribeirão Preto no período de 2000 a 2022, utilizando abordagens quantitativas sobre dispersão urbana e segregação residencial. O estudo baseia-se no conceito de fragmentação socioespacial, caracterizada pela intensificação da segregação e diferenciação em diversos contextos. Abrange aspectos espaciais, econômicos, sociais, culturais e políticos, transcendendo a separação física e social, resultando em formas urbanas mais complexas. Para contribuir com o debate sobre fragmentação socioespacial, este trabalho se alinha às dimensões propostas por Prévôt-Schapira (2001) e aos estudos sobre segregação e dispersão urbana. A autora identifica três dimensões da fragmentação: espacial (desconexão física e descontinuidades morfológicas), social (lógicas exclusivistas) e política (dispersão de atores e autonomização da gestão e regulação urbana). Dessa forma, a metodologia utilizada também foi organizada seguindo a mesma lógica. Inicialmente foi realizada uma revisão conceitual identificando características chave da segregação residencial por renda e raça, assim como da dispersão urbana, além de métodos de quantificação de ambos processos. Desenvolveu-se um painel de observação adaptado à realidade brasileira e aplicaram-se métricas relacionadas nas cidades estudadas. Considerou-se também, a fim de melhor qualificar os processos, a formação histórica, econômica e social das cidades, identificando espaços de moradia e equipamentos coletivos. As análises nos permitem perceber que houve uma alteração no cenário das cidades médias em relação à segregação residencial quando se analisam duas décadas distintas usando o fator renda como variável. É possível notar que o padrão centro periferia bastante presente nessas cidades até a década de 90 começa a sofrer alterações que se consolidam nos anos 2010 e 2022, reproduzindo um cenário de diferenciação socioespacial muito semelhante ao que ocorre nas metrópoles e grandes cidades. É perceptível que as periferias não se limitam às classes populares, havendo uma movimentação significativa das classes altas em direção às bordas das cidades, geralmente em direções opostas às primeiras. A inserção da análise da densidade racial de pretos e brancos, mostra que os pretos ainda se encontram em posição marginalizada na sociedade ocupando áreas periféricas de baixa renda, enquanto os brancos possuem uma melhor distribuição no espaço. O cenário também se altera, quando se insere na análise a intensificação do uso do automóvel e o preço da terra urbana, mais barato nas periferias, o que contribuiu para o processo de dispersão urbana que tem como resultante a dissolução da unidade morfológica das cidades e sua descontinuidade territorial com densidades alternantes e nesse caso a tese de Villaça (1998) e Sabatini et al. (2001), segundo os quais a população de alta renda tende a se posicionar próxima às principais vias de circulação, em áreas com grande oferta de infraestrutura urbana, enquanto a população de baixa renda ficaria restrita às áreas periféricas, com pouca ou nenhuma infraestrutura pode ser questionada uma vez que é possível percebermos que a população de alta renda começa também a se periferizar, ainda que abastecida de infraestruturas e com a questão da mobilidade bastante resolvida para acesso a serviços e bens de consumo.

Palavras-chave.

Fragmentação Socioespacial, Dispersão Urbana, Segregação residencial, Cidades Médias, Diferenciações Socioespaciais

Referências.

- PRÉVOT-SCHAPIRA, M. F. P. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. Perfiles latinoamericanos: revista de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Sede México, n. 19, p. 33-56, 2001.
- SABATINI, F.; CÁCERES, G.; CERDA, J. Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: Tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción. EURE (Santiago), v. 27, n. 82, p. 21-42, 2001.
- VILLAÇA, F. O espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: Lincoln Institute, 2001, p.373.

O global e o local no processo de metropolização. Interações entre as formas urbano-turísticas e tradicionais no eixo Itajaí-Balneário

Igor Tadeu Lombardi de Almeida; Almir Francisco Reis

Universidade Federal de Santa Catarina

(igor.lombardi@ufsc.br; almir.reis@ufsc.br)

Resumo.

A reestruturação urbana no período pós-industrial, considerado a partir da segunda metade do século XX, ocorre em escala mundial, regional e local (Sassen, 2000), consolidando a metrópole contemporânea como espaço central dessas transformações. Diferentemente da metrópole industrial, onde a cidade central exerce uma influência polarizadora sobre as demais cidades de sua hinterlândia, a metrópole contemporânea tende a romper continuidades urbanas tradicionais, originando núcleos de atividades difusos e insulados (Meyer, 2000). No litoral de Santa Catarina a metropolização se intensifica a partir do final do século XX, decorrente da incorporação das atividades turísticas na reorganização econômica, social e espacial. Esta reestruturação, especialmente no eixo entre as cidades de Itajaí, Balneário Camboriú e Florianópolis, tem levado à formação de uma metrópole policentralizada, composta por essas três principais cidades e pelos municípios do entorno. A urbanização turística tem ocasionado uma maior atuação do Estado, que promove sistematicamente as regiões balneárias e investe em projetos de requalificação e melhoria das infraestruturas urbanas, enquanto torna a legislação mais permissiva para atuação do mercado imobiliário. Os investimentos, contudo, priorizam os espaços turísticos em detrimento às demais áreas do tecido urbano. A partir desse contexto, como se organiza espacialmente a metropolização do eixo Itajaí-Balneário Camboriú- Florianópolis? Quais as características configuracionais e as interações resultantes de fenômenos globais, como a atividade turística, e fenômenos locais, como a expansão urbana “tradicional”? O objetivo desse trabalho é caracterizar o processo de metropolização do eixo Itajaí-Balneário Camboriú-Florianópolis, com especial atenção às formas resultantes do crescimento urbano- turístico e tradicional. Foram delimitados os espaços urbano- turísticos e tradicionais no eixo Itajaí-Balneário Camboriú- Florianópolis. Considerou-se os espaços urbano-turísticos as regiões balneárias e com alta proporção de moradias ocasionais. Os espaços tradicionais, por sua vez, foram considerados aqueles com alta proporção de residências permanentes nas demais regiões do tecido urbano. Estas informações foram obtidas a partir dos mapas dos setores censitários referentes às características dos domicílios no território brasileiro (IBGE, 2022). Em seguida, foram levantadas as estruturas funcionais no tecido urbano, como as “zonas de centralidade”, as “zonas especializadas” e as “zonas residenciais suburbanas (de alta, média e baixa renda)”, nas realidades urbano- turísticas e tradicionais. Utilizou-se a Teoria da Sintaxe Espacial para a identificação das zonas de centralidade, os mapas de zoneamento e imagens de satélite para o levantamento das zonas especializadas (regiões industriais, regiões hoteleiras, polos logísticos, tecnológicos etc.) e os mapas de renda dos setores censitários (IBGE, 2022) para a identificação das zonas residenciais suburbanas de alta, média e baixa renda. Por fim, foram analisados os aspectos configuracionais dessas estruturas funcionais e suas especificidades quando ocorrem no tecido urbano-turístico e no tradicional. Como resultado, compreendeu-se que eixo Itajaí- Balneário Camboriú-Florianópolis apresenta limites e possibilidades em seu processo de crescimento, fazendo com que lógicas globais, caracterizadas principalmente pela expansão do urbano-turístico, adquiram novos significados a partir das interações com a expansão das formas urbanas tradicionais. Desse modo, o estudo configuracional avança metodologicamente ao entender como tem se conduzido espacialmente a recente metropolização no recorte estudado.

Palavras-chave.

metropolização, forma urbano-turística, forma urbana tradicional, litoral de Santa Catarina.

Referências.

- MEYER, R. M. P. Atributos da Metrópole Moderna. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 4, p. 3– 9, 2000.
SASSEN, S. Cities in a World Economy. 2. ed. Thousand Oaks, Califórnia: Pine Forge Press, 2000.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

Padrões formais de Favelas e Comunidades Urbanas. Um estudo a partir do município de São Mateus

Rafael da Silva Santos; Anna Luisa Poubel Batal; Flávia Ribeiro Botechia
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
(rafael_santos95@outlook.com; apbatal@gmail.com; flaviabotechia@gmail.com)

Resumo.

A estrutura viária de áreas denominadas como Favelas e Comunidades Urbanas é frequentemente associada a configurações irregulares. Entretanto, embora classificados do mesmo modo, a diversidade abarca tais lugares em todos os seus aspectos, inclusive o da forma. Entendendo que a gênese e a expansão de qualquer território estão diretamente ligadas, dentre outros fatores, à conformação de seu traçado, é importante que se tenha uma leitura adequada das favelas a partir de suas características físicas e espaciais, aliada à compreensão dos agentes. Nesse âmbito, o estudo em tela tem como realidade pesquisada as favelas de São Mateus, município ao norte do estado do Espírito Santo, sendo um relevante centro econômico regional e o terceiro no estado com maior número de favelas (IBGE, 2010). A partir desse recorte, buscou-se com o trabalho identificar quais os tipos de malha viária das favelas e comunidades urbanas da cidade e como eles se relacionam com os aspectos da localização e período de estabelecimento na mancha urbana, ou seja, uma associação entre forma, tempo e espaço. Para tanto, foi necessário o levantamento das áreas de acordo com o IBGE a partir da abordagem histórico-geográfica da morfologia urbana (Kropf, 2009) e de pesquisa documental acerca de imagens e cartografias pertinentes às análises. Também foi preciso uma pesquisa bibliográfica para entendimento dos fatores históricos e socioeconômicos associados ao tema. Os dados adquiridos propiciaram um conhecimento cronológico do surgimento das áreas analisadas. Já a classificação da malha viária foi definida pelas categorias de padrão regular (quadrícula, radial, linear e orgânica) e irregular, com base no trabalho de Gondim (2014). A pesquisa indicou a presença de 25 favelas, que foram analisadas a partir de quatro períodos definidos pela documentação encontrada. As análises permitiram associar a forma aos conceitos de centralidade e periferia, ocupação por adição ou preenchimento de área da mancha urbana e características topográficas, além dos fatores históricos e socioeconômicos. Os resultados apontaram que a malha de forma linear e quadrícula são predominantes nas favelas, apesar de haver também formas irregulares. Foi possível, ainda, relacionar a forma com o tipo de ocupação que originou o território e com elementos importantes para a estrutura urbana como rio e rodovias, além da influência de políticas urbanas e habitacionais e processos ligados ao período de industrialização.

Palavras-chave.
Favelas e Comunidades Urbanas,
Morfologia Urbana,
Malha Viária.

Referências.

GONDIM, Mônica Fiuza. A travessia no tempo: homens e veículos, da mitologia aos tempos modernos. 2014. 368 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
IBGE (Brasil). Censo 2010. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/saomateus/pesquisa/23/25359?tipo=ranking&indicador=25446>. Acesso em: 06 jun. 2022.
KROPF, Karl. Aspects of urban form. *Urban Morphology*, [s. l], v. 02, n. 13, p. 105-120, 23 mar. 2009. Disponível em: <https://journal.urbanform.org/index.php/jum/article/view/3949/3265>. Acesso em: 06 mar. 2024.

Processos morfológicos e dinâmicas socioespaciais em Macaé/RJ. Narrativas sobre a constituição da esfera urbana na Capital Nacional do Petróleo

Narjara Xavier dos Santos; Vera Regina Tângari
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(narjara.santos@fau.ufrj.br; vtangari@fau.ufrj.br)

Resumo.

A pesquisa toma como objeto de estudo a cidade de Macaé, amplamente reconhecida como a “Capital Nacional do Petróleo” devido à sua importância na indústria petrolífera no Brasil. Localizada no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, Macaé passou por profundas transformações em sua paisagem urbana a partir da década de 1970. Tais transformações são apontadas pelo referencial teórico como decorrência de três eventos principais: a descoberta de petróleo na Bacia de Campos dos Goytacazes em 1974, o início das operações petrolíferas na região em 1977 e a instalação da Sede Operacional da Petrobrás na cidade em 1979 (Freitas et al, 2006). Em razão disso, a transição entre o perfil de balneário local para epicentro nacional da indústria petrolífera ocorreu de forma acelerada nas décadas seguintes, desencadeando um intenso processo de urbanização em seu distrito sede. Contudo, se por um lado o estabelecimento da Petrobrás e de diversas empresas de suporte à indústria petrolífera e de serviços na cidade de Macaé proporcionou um rápido crescimento econômico, por outro também acarretou um significativo aumento populacional na região, com ocupação intensiva do solo urbano e com consequentes impactos socioambientais, devido ao avanço da mancha urbana sobre ecossistemas frágeis e áreas de preservação ambiental (ibidem). Esse processo de transformação da sua forma urbana, aliado à falta de planejamento adequado por parte do município para lidar com o influxo populacional, gerou sobrecarga nos serviços públicos, deficiências em saneamento básico e infraestrutura viária em várias localidades, além de um considerável déficit habitacional. Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa é analisar os reflexos socioespaciais desses processos morfológicos em Macaé, compreendendo como eles influenciaram a produção do espaço urbano e a conformação do sistema de espaços livres. Por meio de uma estratégia metodológica combinada e técnicas de mapeamento, o estudo visa criar cartografias críticas que evidenciem tais rebatimentos no território de estudo. Para tanto, será empregada uma combinação de táticas quantitativas e qualitativas, incluindo revisão bibliográfica relevante, coleta e análise de dados territoriais, levantamento de instrumentos legais, planos e políticas públicas existentes, identificação de compartimentos e unidades de paisagem, realização de entrevistas, elaboração de cartografias – visando a comprovação (ou refutação) da hipótese da pesquisa – e, finalmente, apresentação dos resultados. As conclusões parciais da pesquisa indicam uma acentuada desigualdade socioespacial em Macaé, com uma significativa concentração de renda em uma parcela reduzida da população e um crescente processo de favelização em sua porção central. Considerando que a região desempenha um papel crucial na exploração, produção e distribuição de óleo e gás no país, a pesquisa pretende fornecer subsídios críticos para o poder público local, visando promover a discussão acerca do direito à cidade (Lefebvre, 2008), assim como a promoção dos princípios da ecologia política (Alier, 2018) em seus processos decisórios. Dessa forma, pretende-se analisar não apenas seus processos morfológicos derivados dos impactos da indústria petrolífera em Macaé, mas também as consequentes dinâmicas socioespaciais que moldam sua esfera urbana, destacando as disparidades socioespaciais e incentivando o debate sobre a necessidade de políticas urbanas equitativas nesta cidade tão significativa para a economia brasileira.

Palavras-chave.

Forma urbana, processos morfológicos, direito à cidade, políticas públicas, Macaé-RJ.

Referências.

- ALIER, J. M. O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2.ed. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2018.
FREITAS, Leonardo et al. Atlas Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Macaé. Rio de Janeiro: Editora Nova Tríade do Brasil Ltda, 2006.
LEFEBVRE, H. O direito à cidade. 5.ed. São Paulo: Centauro Editora, 2008.<https://www.youtube.com/watch?v=A5pwZce2QbA>

Urbanização contemporânea em cidades médias brasileiras. Uma análise da dispersão, fragmentação e segregação urbana em Uberlândia, MG

Maria Fernanda Zumpano França; Maria Eliza Alves Guerra

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design - Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
(mfzumpanofranca@ufu.br; meliza.guerra@ufu.br)

Resumo.

Este artigo aborda parte da pesquisa em desenvolvimento, que realiza a análise de novos padrões urbanos ou “nova forma de cidade”, que veem se configurando atualmente, e como estão ocorrendo estas mudanças no processo de urbanização das cidades médias brasileiras na contemporaneidade abrangendo cidades do Triângulo Mineiro nas três últimas décadas. Visa compreender o fenômeno, identificado como urbanização dispersa, fragmentada e segregada, muito estudado nas áreas de urbanismo e planejamento urbano, onde coexistem várias periferias e vários tipos de centralidades. O artigo busca contribuir através de análises intraurbana e morfológica. Neste objetivo, duas regiões da cidade de Uberlândia\MG foram analisadas na última década: setores Leste e Sul, devido as expressivas mudanças presentes no uso do solo, e na apropriação e expansão urbana periférica, que induziu a uma nova configuração do território e consequente espacialidade urbana, além da gentrificação de um bairro tradicional e desvendar conflito socioambiental em outras áreas. Apesar dos diversos “vazios urbanos” presentes em áreas consolidadas, a preferência dos investidores (plantas industriais, bairros mistos, condomínios horizontais e verticais, e conjuntos habitacionais) direciona-se para suas bordas urbano-rurais sem grandes reflexões e com respaldo do poder público (municipal, estadual, federal) que através de leis e incentivos podem induzir dinâmicas urbanas que vão ampliar a reserva e potenciais construtivos em áreas para o mercado, corroborando com processos de gentrificação, ou ao definir áreas isoladas e distantes da cidade para moradia de interesse social, potencializando as desigualdades socioespaciais e exclusão urbana. As práticas sociais expressam dimensões da vida social, econômica, política e cultural e se refletem no espaço produzido, na forma da cidade, nos seus processos construtivos, no uso e ocupação do território, na localização das habitações de interesse social, nas redes viárias, de saneamento e tecnologias da informação e nas conexões estabelecidas que se relacionam e desafiam o desenho da cidade ou a sua ausência. A metodologia utilizada foi uma análise quanti-qualitativa que possibilitou a compreensão e desenvolvimento do objetivo em duas escalas: a constituição das áreas urbanas (dispersão crescente de núcleos, entremeados de vazios, com baixa densidade e verticalização); e a constituição do tecido urbano (onde se define as relações físico-jurídicas) entre espaços públicos e espaços privados: lote. Abrange as seguintes etapas: formulação conceitual; caracterização das áreas de estudo; coletas dos dados in loco; sistematização e análise dos dados; e organização dos dados em bases gráficas, que espacializaram as principais características morfológicas, as categorias de espaços, e relação entre construído e não construído. Como resultados preliminares da pesquisa, entre os diversos agentes produtores de espaços, cabe aos agentes imobiliários uma participação efetiva nas mudanças do espaço urbano- rurais. Destacam-se as principais ações do poder público e da iniciativa privada na produção de espaços livres e edificados, e nos impactos de suas ações na produção da forma urbana, na dinâmica ambiental e ecológica e na (des)qualificação da vida pública (cotidiana e política). Portanto, o aprofundamento das questões relacionadas ao rebatimento espacial territorial através de ações dos agentes produtores de espaços, se faz necessário, assim como as análises intraurbanas resultantes desse processo.

Palavras-chave.

Uberlândia, análise morfológica, urbanização dispersa e fragmentada, configuração urbana, expansão urbana.

Referências.

- COCOZZA, G. DE P.; GUERRA, M. E. A. A gênese dos espaços livres em cidades médias: o caso de Uberlândia. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v. 27, n. 41, p. 59, 2022.
- REIS FILHO, N. G. Notas sobre urbanização dispersa e novas forma de tecido urbano. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (org.) Agentes econômicos e reestruturação urbana e Regional: Tandil e Uberlândia. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

Atividades econômicas e a produção do espaço periurbano em Tomé-Açu/PA.

Felipe Costa de Almeida

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará

(felipealmeidx@gmail.com)

Resumo.

Em Tomé-Açu, município localizado no nordeste paraense, a estruturação socioespacial dispõe de núcleos urbanos e assentamentos periurbanos que têm transformado o território à medida que se expandem (ALMEIDA, 2023). O município contém comunidades tradicionais onde povos indígenas e quilombolas ocupam o território preservando aspectos de um repertório cultural nativo. Por outro lado, Tomé-Açu também é o local onde foi estabelecida uma das colônias japonesas na Amazônia – fator determinante para a formação de comunidades rurais e centros urbanos no município. Além disso, vale ressaltar que Tomé-Açu recebeu fluxos migratórios do Norte e do Nordeste brasileiro que foram relevantes para o estabelecimento de povoados e vilas que integram a organização espacial local. Assim, entende-se que o território municipal corresponde a um mosaico que integra ocupações espaciais distintas e oriundas de processos relacionados a urbanizações nativas e colonizadoras. Atrelada à expansão da ocupação humana e dos confrontos pela apropriação do território, há uma diversidade de atividades econômicas praticadas no município desde o século XX. Destacam-se atividades relacionadas à mineração, exploração madeireira, pecuária, dendeicultura, sistemas agroflorestais, entre outras. Nesse sentido, a pesquisa teve como motivação um questionamento fundamental que guiou a investigação: Como as modificações no espaço periurbano de Tomé-Açu são influenciadas a) pelas urbanizações nativas e colonizadoras e b) pelas atividades econômicas atuantes no território? A partir disso, estuda-se a influência de atividades econômicas sobre as transformações espaciais. Para isto, dois pontos são levados em consideração: o primeiro é a concepção de espaço periurbano como a área de transição, como a interface do urbano com o rural e como ambiente que também pode concentrar recursos naturais (Miranda, 2008); e o segundo ponto é a perspectiva de Costa (2012) sobre a disputa entre atividades econômicas na dinâmica agrária da Amazônia. O autor contrapõe as atividades que encaram a natureza como força produtiva às atividades que utilizam a base natural apenas como matéria-prima genérica (Costa, 2012). Este trabalho dispõe de duas seções de análise. Inicialmente, discute-se a caracterização e as especificidades das formas distintas de ocupação espacial, considerando os diferentes grupos sociais que se apropriam do território. Em seguida, analisa-se as transformações socioambientais no espaço periurbano de Tomé-Açu a partir dos processos de urbanização e dos impactos advindos de atividades econômicas.

Palavras-chave.

Amazônia, urbanização nativa, urbanização colonizadora, território.

Referências.

ALMEIDA, F. C. de. Sistemas agroflorestais e dinâmicas urbano-rurais em Tomé-Açu, Pará. 2023. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2023.

COSTA, F. de A. Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade. Belém: NAEA, 2012.

MIRANDA, L. I. B. de. Produção do Espaço e Planejamento em Áreas de Transição Rural-Urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife - PE. 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

Manaus, ficções da borracha e realidades metropolitanas. A construção de uma cidade na Amazônia

Marcílio de Oliveira Sudério; Valério Augusto Soares de Medeiros
UnB/IESB- Centro Universitário; UnB/Câmara dos Deputados
(marcilio.suderio@gmail.com; valerio.medeiros@camara.leg.br)

Resumo.

A história urbana de Manaus, capital do Estado do Amazonas, foi investigada no período compreendido entre meados dos séculos XIX e o início do século XXI. Buscou-se explorar de que maneira a cartografia e a história registradas do assentamento são compatíveis com uma interpretação morfológica. Tal questão subsidiou a leitura de que a forma urbana cristalizada no tempo materializa um conjunto de discursos, políticas e aspirações sociais diacronicamente construídas. Em termos teóricos, metodológicos e ferramentais, foram adotadas estratégias vinculadas à Teoria da Lógica Social do Espaço (Sintaxe do Espaço), tendo por base a cartografia disponível nos recortes eleitos para análise: a) 1844 a 1856 — Mapa 01; b) 1879 — Mapa 02; c) 1893 a 1915 — Mapa 03; d) 1937 — Mapa 04; e) 1951 — Mapa 05; f) 1965 — Mapa 06; g) 1969 — Mapa 07; h) 2005 — Mapa 08 e i) 2023 — Mapa 09. Os resultados obtidos a partir da leitura cartográfica, histórica e de modelagens permitem destacar os atributos que contribuíram para a formação e estruturação da cidade. Os achados apontam uma clara relação entre conjunturas históricas da cidade de Manaus, a cartografia representativa do assentamento e a configuração urbana resultante, de modo que a dinâmica diacrônica é expressa em alterações morfológicas do sítio. Ao longo de aproximadamente 170 anos, Manaus acumulou períodos de profundas transformações no sítio físico, decorrentes das sucessivas dinâmicas econômico-culturais estabelecidas na Amazônia. Observou-se no estudo de caso, complementarmente que, à semelhança de outros meios de comunicação e representação, a cartografia foi largamente usada como veículo de promoção de ideias, o que justifica o caráter idealizado do meio urbano. Tal fato foi mais claramente detectado nas cartas mais antigas de Manaus, especificamente aquelas datadas entre 1893 e 1937. Com o intuito de responder espacialmente às demandas de cada época, os agentes promotores do espaço urbano (grosso modo: o Estado e grupos sociais específicos, como elites e proletários) moldam a feição urbana, com proeminência para o sistema viário, por sua natureza macroestrutural. Em várias etapas de desenvolvimento do assentamento, inclusive na perspectiva metropolitana contemporânea, intenta-se adequar a circulação de pessoas e veículos ao constante crescimento populacional e físico. Palavras-chave: História Urbana, Morfologia Urbana, Configuração, Sintaxe do Espaço, Manaus.

Palavras-chave.

História Urbana,
Morfologia Urbana,
Configuração,
Sintaxe do Espaço,
Manaus.

Referências.

MEDEIROS, Valério; BARROS, Ana Paula; OLIVEIRA, Vitor. Cartografia histórica e mapas axiais. In: SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 4., 2011, Porto. Anais [...]. Porto: Universidade do Porto, 2011. Disponível em: <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/37.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2024.

MESQUITA, Otoni. Manaus: história e arquitetura. Manaus: EdUFAM, 1997.

SUDÉRIO, Marcílio. Uma narrativa morfológica na Amazônia: Manaus, ligações e rupturas. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/15913?locale=en>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Reestruturação Territorial no Vale do Paraopeba: A Variante do Paraopeba sob a perspectiva da Escola italiana de Morfologia Urbana.

Gisela Barcellos de Souza; Mateus Felipe Rocha Maia
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
(giselabarcellos@ufmg.br; mateusfelprocha@gmail.com)

Resumo.

O rio Paraopeba, afluente do São Francisco, desempenhou um papel fundamental nas expedições paulistas pelas futuras terras de Minas Gerais nas últimas décadas do século XVII. Inicialmente, a região do médio Paraopeba foi alvo da busca pelo ouro, mas desenvolveu um caráter agropecuário em parte do período colonial e imperial. No entanto, no início do século XX, a construção da Variante do Paraopeba pela Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) transformou a dinâmica do território, que antes funcionava fora do controle direto das administrações centrais. Com base na visão holística do território de Saverio Muratori (1967), este estudo reavalia os efeitos da ferrovia na reversão das estruturas de longa duração, observadas em duas cachoeiras desse rio e em ruínas presentes na paisagem. São analisados a rota de exploração e quatro períodos morfológicos distintos: a colonização inicial (1670–1730), a distribuição de sesmarias (1730–1810), a transição para a mineração de ferro (1810–1910) e a era ferroviária (1910–1939). Nos anos que se seguiram, enquanto a ocupação do fundo de vale era incentivada, os empreendimentos mineradores se estabeleceram em cotas superiores. Essa dupla condição estrutura parte dos dilemas entre as ocupações e o avanço da mineração na contemporaneidade.

Palavras-chave.

Saverio Muratori;
Paraopeba; Ferrovia;
Território.

Referências.

GARAITAGOITIA, Xabier Eizaguirre I (ed.). El territorio como arquitectura. 10. ed. Barcelona: Laboratori D'Urbanisme de Barcelona, 2019.
MCHARG, I. Design with Nature. Natural History Press, Garden City, New York, 1969.
MURATORI, S. Civiltà e territorio. Centro Studi di Storia Urbanistica, Roma. 1967.

Uma experiência em Brasília. Subcentralidades urbana, qual a escala considerar?

Antonio Maycon Martins; Valério Augusto Soares de Medeiros
UnB/Câmara dos Deputados
(martins.a.arq@gmail.com; valerio.medeiros@camara.leg.br)

Resumo.

Após uma década desde a aprovação do Plano Diretor vigente do Distrito Federal, algumas estratégias do instrumento permanecem sem implantação, a exemplo os Polos Multifuncionais (PM). Instituídos com objetivo de desenvolver subcentralidades fora do conjunto urbanístico de Brasília, as áreas ofereceriam lazer, cultura e serviços, sem excluir o uso residencial. A localização consideraria a estrutura da malha urbana do DF a partir do cruzamento das principais vias, em grandes vazios com o potencial de crescimento atrelado à acessibilidade. Com base neste enquadramento e amparando-se em estudos sobre centralidades em cidades do Brasil (cf. Villaça, 2001; Medeiros, 2013; Coelho, 2017; Canedo, 2024; Oliveira, 2024), discute-se nesta pesquisa a construção de cenários de implantação dos PM para a criação de novos subcentros no Distrito Federal, diante de uma estrutura historicamente polinucleada e muito dependente da região central do Plano Piloto. Assume-se que para a definição das localizações é preciso considerar não apenas (a) os limites legais que englobam todo o território (urbano e rural, integrantes da região administrativa), mas também adotar outros recortes como (b) o limite do macrozoneamento urbano, previsto em lei, ou (c) agregar à área urbana sua expansão não legalizada delimitada pelos acidentes geográficos. À vista disso, o artigo compreende uma análise comparada das três possibilidades citadas, assumindo-se como objeto de estudo o Polo Multifuncional do Catetinho e a RA Gama. Para tanto, adota-se a análise morfológica, por meio das estratégias associadas à Teoria da Lógica Social do Espaço, em mapas axial e de segmentos, cujas variáveis resultantes (conectividade, integração global, integração local, integração normalizada e escolha normalizada) são confrontadas com dados de uso do solo. A representação linear modelada deriva do mapa desenvolvido por Coelho (2017), com atualização para o cenário de 2023, processado em ambiente georeferenciado (softwares Depthmap, QGIS e plugin Space Syntax Toolkit). Os resultados obtidos permitiram observar, preliminarmente, um adensamento expressivo na área rural, principalmente nas adjacências da Ponte Alta (ocupação informal anterior ao PDOT vigente), encontrando restrições apenas nas limitações impostas pela topografia. Exploradas as variáveis comparativamente, quando investigado o limite do Gama, obtêm-se os menores valores. Por se tratar de um recorte mais amplo, avaliou-se que não é recomendado para a análise, no âmbito da identificação de centralidades. Este limite, entretanto, pode ser relevante para o estudo comparados entre PM distribuídos por todo o território do sistema urbano. A interpretação para o macrozoneamento resulta em mais medidas com maior valor, porém a poligonal desconsidera a transformação urbana diacrônica do assentamento e expansão das ocupações com características urbanas. Sua aplicação pode viabilizar estudos sobre a configuração do Gama no recorte temporal do PDOT/2009 e compará-lo com a configuração de outras RA, internamente. A interpretação da área urbana e expansão não legalizada, por fim, possui maior diversidade de valores de variáveis e parece melhor captar a dinâmica de uso do solo atual. Mostra-se o mais recomendado para a análise na escala local dos PM por considerar a realidade do território posterior ao PDOT/2009.

Palavras-chave.
Centralidade, Con-
figuração Urbana,
Polos Multifuncio-
nais.

Referências.

COELHO, Juliana Machado. Na riqueza e na pobreza: o papel da configuração para o estudo de centralidades e desigualdades socioespaciais em Brasília. 2017. Brasília: UnB, 2017.
MEDEIROS, Valério. Urbis brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras. Brasília: EdUnB, 2013.
VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

Desafiando as sombras. Morfogênese de duas favelas em Belo Horizonte durante a Ditadura Militar, 1967-1982

Gisela Barcellos de Souza; Manoela Gmmiler Netto;

Gabriel Cordeiro Rocha; Letícia Rodrigues Sampaio Andrade

UFMG;

(gisela.barcellosdesouza@gmail.com; manoelagnetto@gmail.com;

gabrielcordeiroarq@gmail.com; leticiarsandrade@hotmail.com;)

Resumo.

Quando instaurou-se o Golpe Militar no Brasil, havia em Belo Horizonte cinquenta e cinco favelas representadas por Uniões de Defesa Coletivas – associações para defesa contra despejos e para almejar infraestrutura básica – e vinculadas à Federação dos Trabalhadores Favelados (FTFBH), organização oficializada em 1959. Sob a ditadura militar esta federação tornou-se alvo de inquérito policial, suas lideranças foram perseguidas e presas. Se, no ano que precedeu ao golpe foi possível realizar grandes ocupações organizadas que desafiaram os interesses imobiliários na cidade, o mesmo não pareceria viável após a desarticulação da FTFBH e dos grupos e militantes políticos que a apoiavam. O problema habitacional, no entanto, persistiu e, a despeito da repressão, o movimento dos favelados encontrou meios para sobreviver durante a ditadura (SOMARRIBA, VALADARES e AFONSO, 1984) O presente artigo utiliza-se da leitura da morfogênese de duas grandes favelas de Belo Horizonte, que surgiram entre 1967 e 1979, a fim desvelar indícios que possam permitir a compreensão das formas de organização que se constituíram para concretização de novas ocupações durante o período de repressão militar. Analisam-se dois casos distintos: a Vila Cemig, cuja ocupação inicial dá-se no final da década de 1960, em gleba de 18 hectares que pertencia à Fundação Tiradentes (Polícia Militar), e a Vila Cafezal, que surge em 1975 em terreno de 17 hectares remanescente da antiga Colônia Agrícola Bias Fortes. A abordagem do artigo considera a morfogênese (PEREIRA COSTA e NETTO, 2015) tanto no concernente à constituição do tecido urbano – rotas matrizes, planejadas e de conexão (CANIGGIA e MAFFEI, 1995) –, quanto no que se refere à sua relação com a estrutura fundiária e a estrutura urbana de modo geral. Ainda que ambos os casos se aproximem pelas dimensões da gleba original, por sua rápida ocupação em curto lapso temporal e pelo fato de terem registrado suas respectivas Associações Comunitárias nos anos subseqüentes à ocupação, observa-se que diferem significativamente em termos de situação urbana, constituição do tecido urbano e relação com preexistências. Conclui-se que ambas revelam indícios de diferentes formas de associativismo e de organizações populares que conseguiram transcender a repressão militar e as políticas de desfavelamento.

Palavras-chave.

Morfogênese; Vilas e Favelas; Tecidos Informais; Ocupações Organizadas; História Urbana de Belo Horizonte

Referências.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. Tipología de la Edificación. Estructura del Espacio Antropico. Madri: Celeste Ediciones, 1995.
PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela Gimmler. Fundamentos de morfologia urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
SOMARRIBA, Maria Mercês; VALADARES, Maria Gezica; AFONSO, Mariza Rezende. Lutas Urbanas em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Vozes, 1984.

Nebulosas. Apontamentos sobre a dispersão urbana em cidades litorâneas a partir do estudo de caso de Maricá/RJ

Ana Claudia Nunes Alves ;
UnB/IESB- Centro Universitário
(ana.alves@gsuite.iff.edu.br)

Resumo.

Desde a segunda metade do século XX as cidades vêm experimentando complexos processos de expansão periférica, tanto nas franjas das metrópoles, quanto em áreas periurbanas. Após a Segunda Guerra Mundial e a massificação do uso do automóvel, pode-se observar o sprawl urbano, a dispersão nos territórios circundantes, em cidades dos EUA e Europa. Devido às características de hibridismo entre concentração e desconcentração, centro e periferia, campo e cidade suportadas pelas redes técnicas e de comunicação, além da integração em termos metropolitanos ou regionais, decorrente da influência da região metropolitana sobre as cidades periféricas, novos métodos de “leitura” e “análise” do espaço urbano tornam-se necessários. O fenômeno da difusão urbana já vinha sendo objeto de estudo de autores como Achille Ardigó (1967) para explicar a expansão do tecido urbano a partir da construção de edificações residenciais em território não contíguo, de baixa densidade, mas interligadas por sistemas de fluxos fora das áreas centrais, apesar do termo cidade difusa só ter sido utilizado por Indovina em 1990 no livro *La Città Diffusa*, para caracterizar o fenômeno do crescimento urbano descontínuo em áreas rurais de diversas localidades europeias, onde a mobilidade e as redes de comunicação são as impulsionadoras da ocupação polinucleada e geram novas espacialidades, bem como novas relações sociais, econômicas e novas necessidades de gestão (1990; 1999; 2009). No livro *Los Angeles, a arquitetura de quatro ecologias*, Reyner Banham (2013) apresenta a cidade a partir de quatro ecologias: surfúrbia, onde a água é o elemento organizador da vida; as encostas, onde o petróleo é o motivador da ocupação; as planícies do Id, o enclave hollywoodiano; e autopia, onde vias expressas compõem a paisagem e moldam os modos de vidas dos ocupantes. A morfologia da ocupação em nebulosa: polimorfa, policêntrica, fragmentada e descontínua da mancha urbana verificada no município de Maricá, no Estado do Rio de Janeiro, mostra influências do modelo de Cidade Linear de Soria y Mata, onde os sistemas de transportes eram fatores preponderantes no crescimento das cidades com o que ele denominou de cidades-ponto, ou seja, com as áreas centrais; bem como da urbanização extensiva observada por Domingues (2001; 2007; 2008; 2015) na região do Porto, onde loteamentos formados por quadras reticulares distribuem-se ao longo de rodovias e da orla. Olhando para a cidade, em seu movimento de expansão e no crescimento exponencial da população, sendo o município que apresentou maior taxa de incremento populacional do Estado do Rio de Janeiro no último censo do IBGE divulgado em 2022, vê-se os impactos deste crescimento, ao mesmo tempo singular, mas que nos serve de estudo de caso para refletir sobre a expansão da mancha urbana em outros municípios. No presente artigo, além de apontar algumas questões teóricas sobre a morfologia empreendida pela expansão urbana dispersa, questiona-se se a autopia de Banham (2013), onde as vias formam ecossistemas e configuram modos de vida em torno do movimento e do uso extensivo do automóvel, seria o futuro de Maricá e de outras cidades de urbanização dispersa distribuídas ao longo da costa brasileira.

Palavras-chave.
Morfologia urbana,
ocupação em nebulosa, Maricá.

Referências.

- BANHAM, Reyner. *Los Angeles: a arquitetura de quatro ecologias*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- DOMINGUES, Álvaro. *Urbanização extensiva: uma nova escala para o planejamento*. CITTA, 1st Annual Planning Research, Porto: FAUP, 2008.
- INDOVINA, Francesco. *Dalla Città Diffusa: All'Arcipelago Metropolitano*. Milão, Itália: Franco Angeli, 2009.

Analizando o Traçado Urbano. Estudo dos modos de crescimento em Linhares

Zanandra Falcão; Lyvia Fialho Soares de Moraes; Flavia Ribeiro Botechia

Universidade Federal do Espírito Santo

(zanandra.mfalcao@gmail.com; lyv.fialho@gmail.com; flaviabotechia@gmail.com)

Resumo.

Este artigo investiga os modos de crescimento de cidades, a partir da análise do traçado urbano. Segundo Fernandes (2014), o traçado pode ser definido como o estrato morfológico do tecido, sendo a representação sintética e identitária da forma de uma cidade. Nesse sentido, o traçado constitui o suporte de leitura, isto é, o instrumento para estudo e observação da forma urbana. Para desenvolver a investigação, fundamenta-se na análise desenvolvida por Panerai (1999), que destaca a importância de estudar o crescimento para compreender as lógicas territoriais que influenciam o assentamento atual. Além disso, Panerai (1999) reforça que iniciar a análise de uma cidade investigando seu crescimento é essencial para compreensão de sua totalidade, permitindo contribuir com futuras pesquisas mais detalhadas. A partir da distinção em seu livro *Análise Urbana, os Modos de Crescimentos* são apresentados do ponto de vista espacial e consideram duas categorias: o Crescimento Contínuo e o Crescimento Descontínuo. É importante ressaltar que a noção de crescimento, é aquela pautada nas investigações de Saverio Muratori. Assim, o crescimento “se entende como o conjunto de fenômenos de expansão e adensamento apreendidos de um ponto de vista morfológico, isto é, a partir de sua inscrição material no território” (Panerai, 1999, p. 55). O objetivo central é analisar os modos de crescimento do traçado urbano entre os anos 1950 e 2020 no município de Linhares, Espírito Santo, Brasil. A partir das primeiras aproximações, se percebeu que o município segue um padrão geométrico de grelha que se estende de maneira contínua. Além disso, é reconhecido como “Cidade das Águas” devido ao expressivo quantitativo de 78 lagoas, essa composição geográfica torna-se pertinente para os estudos. Baseado nessas informações, pergunta-se: Como ocorreu o crescimento da municipalidade de Linhares? Para isso, a fundamentação teórico-metodológica se baseia na Morfologia Urbana, que estuda a cidade a partir da ótica métrica e formal. Assim, considerando o viés analítico das formas urbanas, se delinea a hipótese de que é possível estudar e documentar o crescimento das cidades. Os protocolos escolhidos para essa investigação são: a) recolha documental cartográfica e iconográfica; b) elaboração de uma breve síntese histórico-temporal dos dados e informações coletadas; c) desenvolvimento de análises preliminares e percepções, considerando aspectos formais e contextuais, como criação de loteamentos, vias de conexão e outros elementos estruturadores; d) redesenho e aplicações do arcabouço teórico-metodológico apresentado por Panerai (1999), que define como ferramentas de análise a observação dos elementos reguladores de expansão, divididos em barreiras e limites, bem como os elementos de contenção contemplando polos e linhas, para assim definir o modo de crescimento e verificar as hipóteses levantadas na etapa anterior. Desse modo, resgatando a reflexão de Panerai (1999), a qual toma como exemplo as cidades de Amsterdam e Veneza, reitera as semelhanças na sua configuração urbana e destacando a sua influência com a água no território, indicando que este elemento resultou em diferentes modos de crescimento. Em síntese, as principais contribuições para a discussão resultam em: modelagens do traçado urbano ao longo do tempo, reflexão a partir dos modos de crescimento, e a possibilidade de identificar e documentar o crescimento do objeto empírico estudado, dando protagonismo aos corpos hídricos.

Palavras-chave.
morfologia urbana,
traçado urbano,
modos de cresci-
mento, Linhares.

Referências.

PANERAI, P. *Análise Urbana*. Tradução: Francisco Leitão, 2014. Editora UnB, 1999. 198 p.

FERNANDES, S. M. P. *Gênese e Forma dos traçados das cidades portuguesas: morfologia, tipologia e sedimentos*. 2014. 885 f. Tese (Doutorado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Formas periurbanas vitais à metrópole paulistana. Estudos de caso em Áreas de Proteção e de Recuperação de Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo

Ana Cecília Mattei de Arruda Campos; Eugenio Fernandes Queiroga; Juliana Patrocínio Martins; João Paulo Lobo Coppio
LabQUAPÁ - FAUUSP / PUC-Campinas
(anacecilia@arrudacampos.com; queiroga@usp.br; julianapatrocinio@usp.br; joao.coppio@usp.br;)

Resumo.

Com 20,7 milhões de habitantes, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) concentra 10,2% da população brasileira, pouco mais da metade do PIB do estado de São Paulo e cerca de 16% do PIB do Brasil. Em 2010, o IDH da RMSP era 0,780, enquanto o do Brasil chegava a 0,727. Concentração de riqueza, de desigualdades e de pobreza constituem a metrópole paulistana que possui significativas áreas com diferentes graus de proteção ambiental e importante produção agrícola. A RMSP é envolta pela Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo (RBCV), contendo como Zona Núcleo parques estaduais (PEs) que abrigam expressivos remanescentes da Mata Atlântica e de Cerrado. Concentra os reservatórios que abastecem a metrópole paulistana, e diversos deles já não estão mais apenas em território periurbano, mas margeados parcialmente por crescente e impactante ocupação periférica. Este trabalho apresenta resultados de projeto de extensão, iniciado em 2021, sobre alternativas de ações para determinadas Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRMS), situadas na RBCV: Bacia do Caulim no município de São Paulo e os municípios de Mairiporã e Suzano. Convênio acadêmico entre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL), o projeto é multimétodos: envolve desde a análise de legislação ambiental pertinente e imagens de satélite, coleta de dados de transformação da cobertura vegetal e do uso do solo (Plataforma MapBiomas), seminários entre pesquisadoras/es e técnicas/os da SEMIL e de secretarias municipais dos municípios envolvidos, aos ensaios de alternativas tipo-morfológicas. A expressão “espaço periurbano” muitas vezes induz a ideia de que se trata de espaço para futura expansão urbana, sobretudo em médias e grandes cidades brasileiras, a partir de processos especulativos de produção do espaço em diferentes formas, por diferentes agentes. Frente à expansão demográfica, ao aumento da taxa de urbanização e do número de domicílios, fortalece-se a ideologia de que a expansão horizontal sobre o meio rural, e sobre os remanescentes de vegetação nativa, é inevitável. Trata-se de processo perverso, com sérios impactos socioambientais ampliados pelas mudanças climáticas, distanciando ainda mais os pobres das áreas melhores servidas das metrópoles. O caso da RMSP não é diferente: seus espaços periurbanos ainda não comprometidos precisam ser valorizados, mantidos e potencializados. Entre seus tipos morfológicos que mais prestam serviços ambientais estão aqueles de baixa densidade e alta taxa de permeabilidade e de presença de vegetação: territórios indígenas, propriedades de produção agrícola ou usos institucionais, parques urbanos e as unidades de conservação de proteção integral (UPIs). Suas atividades não são excludentes, se respeitadas as capacidades do suporte biofísico. Pensá-las de modo integrado e sistêmico são estratégias para as APRMs, associadas às políticas de provimento habitacional de interesse social que diminuam a pressão sobre a ocupação dos espaços periurbanos, repensando modelos. A proteção ambiental não se fará excluindo as atividades humanas, mas incorporando-as e valorizando as formas periurbanas adequadas aos diferentes territórios e ecossistemas.

Palavras-chave.

Formas periurbanas, áreas protegidas, áreas de proteção de mananciais, sistema de espaços livres, Região Metropolitana de São Paulo

Referências.

BELLENZANI, Maria Lucia; FERNANDES, Bruna; TRAVASSOS, Luciana. Ruralidades metropolitanas como espaços de resiliência ambiental: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. *Revista Política e Planejamento Regional*, v. 8, n. 1, p. 83-100, 2021. Disponível em: <http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/Ruralidades-metropolitanas-como-espacos-de-resiliencia-ambiental-o-caso-da-Regiao-Metropolitana-de-Sao-Paulo.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2024. VILLARD, Marc-André; METZGER, Jean-Paul. Beyond the fragmentation debate: a conceptual model to predict when habitat configuration really matters. *Journal of Applied Ecology*, v. 51, n. 2, p. 309-318, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1365-2664.12190>. Acesso em: 23 mar. 2024. MACEDO, Silvio; QUEIROGA, Eugenio; CAMPOS, Ana Cecília; GALENDER, Fany; CUSTÓDIO, Vanderli. *Os sistemas de Espaços Livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2018.

A morfologia do hidrocidio. Uma análise do desencontro entre ocupação urbana e as águas nas sub-bacias hidrográficas Poti Direita 12 e 14 em Teresina-PI

Arthur Pedrosa Rocha; Fernanda Eduarda de Sousa Lima; Hannah Rossi Ribeiro Saraiva de Oliveira
Universidade de Brasília; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal de Pernambuco
(arthurpedrosa4418@gmail.com; fernanda2edusl@gmail.com; hannah.rossi@ufpe.br)

Resumo.

A relação entre as comunidades humanas e os cursos d'água possui um vínculo histórico e, em território brasileiro, diversas cidades se consolidaram às margens desses ecossistemas azuis da paisagem. Consoante a esse cenário, a capital piauiense também teve sua implantação, em 1852, influenciada por sua localização estratégica próxima aos rios Poti e Parnaíba, que protagonizam a matriz hídrica do território, também marcada por múltiplos riachos e lagoas presentes na região até então. Entretanto, desde a fundação da cidade - e intensificado a partir da década de 1950 -, a rede de riachos da cidade foi diretamente impactada por modelos de urbanização predatórios que, durante o processo de expansão urbana de Teresina, fundamentaram a construção de um quadro dual marcado pelo fomento ao desenvolvimento urbano e repressão ao sistema azul pré-existente (Alencar; Rocha, 2024). Distanciando-se do tecido urbano inicial de Teresina, algumas famílias mais abastadas se deslocaram para a região à leste do Rio Poti, iniciando, assim, o processo de consolidação de um novo vetor de expansão urbana na capital piauiense em uma área na qual a natureza foi manipulada pelo mercado imobiliário como fator atrativo ao povoamento (Lima, 2002). Em 1964, nesse novo eixo de expansão, Teresina apresentou uma maior urbanização nos territórios próximos aos poucos equipamentos já instalados, bem como aos dois eixos rodoviários que cruzavam a região, os quais influenciaram na configuração ortogonal das quadras do tecido urbano do entorno (Brasil, 1964). Apesar das áreas adjacentes aos dois riachos urbanos presentes nas sub-bacias hidrográficas Poti Direita 12 e 14 ainda não se apresentarem totalmente urbanizadas nesse período, salienta-se que o traçado viário já projetado impôs à matriz hídrica pré-existente a previsão de um novo sistema dominante, qual seja o sistema antrópico urbano, que nas décadas seguintes consolidou um verdadeiro hidrocidio nessa nova frente de expansão de Teresina. Considerando que no ano de 2024 as sub-bacias supracitadas apresentam-se densamente ocupadas e marcadas pela baixa capacidade de absorção de problemas sazonais relacionadas ao manejo das águas urbanas, tem-se como objetivo analisar as dissonâncias entre a matriz hídrica catalogada há 60 anos e a morfologia urbana adotada no território. Isso, tomando-se como abordagem metodológica a análise comparativa entre mapa da região, em 1964, e uma imagem satélite da mesma área, em 2024, destacando o sistema fluvial pré-existente e utilizando o software QGis como instrumento para sobreposição e estudo dos documentos supracitados. Nesse sentido, a partir das análises desenvolvidas, observa-se que a infraestrutura urbana viária e os equipamentos públicos e privados instalados nas sub-bacias influenciaram a construção de um tecido urbano cuja lógica formal camufla a supressão do sistema fluvial pré-existente na região. Outrossim, no período de alta pluviométrica de Teresina, esse modelo de urbanização reflete as consequências de sua lógica criadora. Isso, considerando os eventos sazonais de alagamentos nas vias urbanas e a baixa eficácia do sistema de manejo das águas na região, continuamente readequado, impondo à população um território com baixa resiliência urbano-ambiental que reflete as vulnerabilidades atualmente presentes mas desenhadas décadas atrás.

Palavras-chave.

urbano, águas, ocupação, infraestrutura urbana, Teresina.

Referências.

- ALENCAR, A. K. B.; ROCHA, A. P. Riachos Urbanos: Como esses sistemas têm sido compreendidos no planejamento urbano de Teresina?. Revista Boletim do Gerenciamento, Rio de Janeiro - RJ, n. 42, v. 42, p. 1-14, maio de 2024. Disponível em: <https://nppg.org.br/revistas/boletimdogerenciamento/article/view/1164>. Acesso em: 04 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Banco de Dados Geográficos do Exército Brasileiro. Brasília: Ministério da Defesa, 1964. Disponível em: <https://bdgex.eb.mil.br//mediador/>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- LIMA, I. M. M. Teresina: urbanização e meio ambiente. In CARVALHO, M. L. B. et al. Scientia et spes: Revista do Instituto Camillo Filho. Teresina: ICF, v. 1, n. 2, p. 181-206, 2002.

Morfologias hidrofóbicas nas beiras da cidade. Uma análise das relações entre as formas condominiais periurbanas e o sistema fluvial do riacho Itararé em Teresina-PI

Arthur Pedrosa Rocha; Fernanda Eduarda de Sousa Lima; Hannah Rossi Ribeiro Saraiva de Oliveira
Universidade de Brasília; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal de Pernambuco
(arthurpedrosa4418@gmail.com; fernanda2edusl@gmail.com; hannah.rossi@ufpe.br)

Resumo.

A cidade é o habitat humano por excelência, palco de realização de complexos sistemas socioecológicos imersos em um território sob constante dinamicidade, inclusive no que tange aos seus próprios limites territoriais. A partir da segunda metade do século XX, as áreas de transição entre o território urbano e rural de diversas cidades brasileiras tornaram-se cada vez mais virtuais, sendo continuamente englobadas pelo território urbano, motivadas por dinâmicas imobiliárias, expansão da malha rodoviária, políticas habitacionais e de financiamento do veículo automotor individual (Santoro, 2012). Enquanto estruturas de destaque na consolidação das manchas ocupacionais periurbanas, os condomínios horizontais surgiram no Brasil na década de 1970, representando uma opção de moradia mais distante dos problemas urbanos e próxima das benesses relacionadas ao sistema ambiental (Silva; Lopes, 2022). Teresina, capital do Piauí, não se distancia desse cenário, considerando o contínuo acréscimo das tipologias residenciais supracitadas e das três ampliações de seu perímetro urbano em menos de vinte anos. O ponto de inflexão, entretanto, ocorre devido ao desencontro entre a práxis predatória desse modelo de crescimento horizontal e a preservação dos sistemas ambientais de borda, os quais, entre suas funções, destaca-se a acomodação de sistemas fluviais à montante e cujas jusantes são direcionadas ao território urbano. No caso da capital piauiense, existem mais de setenta sub-bacias hidrográficas, as quais apresentam linhas principais de drenagem que, por características topográficas, funcionam como eixo central de escoamento das águas urbanas. Apesar dessas linhas não se apresentarem, em maioria, sob estado natural, elas continuam repercutindo suas funções hidráulicas e, no percurso até a foz, podem expressar diversas problemáticas socioambientais associadas às deficiências do sistema de manejo das águas da cidade (Alencar; Rocha, 2024). Nesse sentido, considerando a vulnerabilidade dos sistemas fluviais relacionada à ausência de uma abordagem urbana sensível às águas em assentamentos habitacionais periurbanos de Teresina, destaca-se como objetivo desta pesquisa analisar as diferentes relações entre os condomínios fechados - situados fora do perímetro urbano ou próximos ao limite estabelecido - e o sistema fluvial do riacho Itararé, presente na maior sub-bacia hidrográfica de Teresina, a Poti Direita 11, sob utilização do QGis como software de apoio para sobreposição dos dados ambientais e urbanos. Outrossim, considera-se a análise das diferentes morfologias urbanas adotadas nestes empreendimentos como instrumento de verificação da sensibilidade às águas na forma de tratamento ao sistema fluvial dentro da área diretamente afetada por cada condomínio. Em vista dos dados analisados, observa-se que os empreendimentos, mesmo distantes da foz da sub-bacia hidrográfica Poti Direita 11, afetam diretamente na dinâmica das águas urbanas em toda unidade da referida sub-bacia por meio das morfologias urbanas adotadas e da relação dual entre estas e o sistema fluvial do riacho Itararé, ora promovendo sua existência e ora sua resistência na paisagem. Resistência essa, relacionada ao mesmo cenário marcado tanto pela degradação do sistema fluvial como pela ampliação de problemáticas socioambientais potencializadas por perspectivas hidráulicas, e por vezes hidrofóbicas, das formas urbanas.

Palavras-chave.

riacho, urbano, águas, formas condominiais, Teresina.

Referências.

- SANTORO, P. F. Planejar a expansão urbana: dilemas e perspectivas. 2012. 360 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SILVA, G. C.; LOPES, W. G. R. Aspectos Gerais sobre Condomínios Horizontais e Loteamentos Fechados. Epitaya E-books, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 190-210, 2022. Disponível em: <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/339>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- ALENCAR, A. K. B.; ROCHA, A. P. Riachos Urbanos: Como esses sistemas têm sido compreendidos no planejamento urbano de Teresina?. Revista Boletim do Gerenciamento, Rio de Janeiro - RJ, n. 42, v. 42, p. 1-14, maio de 2024. Disponível em: <https://nppg.org.br/revistas/boletimdoGerenciamento/article/view/1164>. Acesso em: 04 jun. 2024.

Morfologia do ferro(viário) em Carajás. A influência da Estrada de Ferro Carajás na forma urbana das cidades

Sebastião Gabriel Guimarães Ferreira; José Júlio Ferreira Lima

UFPA

(gmrsebastiao@gmail.com; jllimaufpa@gmail.com)

Resumo.

A concepção utópica que tem permeado a Amazônia desde os estágios iniciais de sua ocupação durante o período colonial, permanece na compreensão do território como uma abundante e inesgotável rede homogênea de rios e florestas rica em recursos naturais. Esta concepção, estabelecida a partir de mitos, preconceitos e equívocos acerca da região amazônica, fez-se alicerces para o permanente estado de violência e subalternidade a qual a Amazônia se encontra em favor de sua exploração; antes em benefícios à Metrópole, atualmente à Federação (Loureiro, 2022). A colonialidade presente nas relações difundidas pelo modo de produção capitalista tem como uma de suas faces em dias atuais a controversa premissa de desenvolvimento da região a partir da implementação de grandes projetos econômicos destinados à produção de commodities. Estes, atuam como agentes reestruturadores do espaço rural e urbano, submetidos a uma nova ordem espacial difusa na rede amazônica favorável às dinâmicas de reprodução do capital (Trindade Jr, 2015). Na área de Carajás, no sudeste paraense, a presença de empreendimentos como o Projeto Ferro, associado ao Programa Grande Carajás, constitui a dicotomia ordem-desordem em meio a criação de company towns e o surgimento paralelo de localidades carentes de infraestrutura e equipamentos básicos para a promoção do bem-estar social (Coelho, 1997). A reorganização do espaço, marcada pela dinâmica de reprodução do capital a partir de projetos neoextrativistas e projetos associados, tem como um dos elementos reguladores do crescimento urbano a Ferrovia associada ao Projeto Ferro Carajás - a Estrada de Ferro Carajás -, caracterizando uma linha de crescimento descontínua ao longo de seu percurso, influenciando na forma do tecido urbano em cidades já estabelecidas e emergentes. O presente trabalho busca investigar como a Estrada de Ferro Carajás influencia na conformação do espaço urbano e suas dinâmicas socioespaciais na região de Carajás. Realizou-se pesquisas bibliográficas referentes à colonialidade, processos de colonização e do desenvolvimentismo naquela região. O estudo utiliza a sintaxe espacial como abordagem morfológica para análise das cidades de Marabá e Parauapebas como estudos de caso. A primeira, cidade tradicional assentada às margens do Rio Tocantins, configura-se atualmente por suas dinâmicas de comércio e circulação, conformando uma centralidade na rede urbana da Amazônia Oriental, sede de atividades capazes de gerar emprego e, portanto, multiplicação do capital local. No segundo caso, uma cidade emergente localizada nas proximidades da maior jazida de ferro da região, disputa com Marabá a influência sobre a região. Parauapebas, considerando seu potencial econômico e sua localização, tem dinâmicas de ocupação urbana segregadoras com características espaciais contrastantes em uma mesma cidade. Como resultado, analisou-se a interferência do trajeto da ferrovia nas malhas urbanas das duas cidades e obteve-se indicações referentes a mudanças em eixos de expansão e tendências de crescimento urbano nas áreas lindeiras ou próximas da estrada de ferro. Constata-se, portanto, que a presença da ferrovia constitui um importante vetor de urbanização, articulador do capital e modificador das dinâmicas socioespaciais no sudeste paraense.

Palavras-chave.

Amazônia Oriental, Colonialidade, Estrada de Ferro Carajás, Produção do Espaço, Sintaxe Espacial.

Referências.

- COELHO, Maria Célia Nunes. A CVRD e o Processo de (Re)Estruturação e Mudança na Área de Carajás (Pará). in: Maria Célia Nunes Coelho; Raymundo Garcia Cota (org.). Dez anos da Estrada de Ferro Carajás. 1 ed. Belém: Ed. NAEA, 1997, p. 51-78.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia Colônia do Brasil. Belém: Ed. Valer, 2022.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Cidades e centralidades urbanas na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. Revista Cidades, v. 12, n. 21, 2015.

O periurbano na floresta. Estudo da microrrede de comunidades tradicionais na região insular de Abaetetuba/Pará

Ana Claudia Duarte Cardoso; Fernanda Manuela Carvalho da Silva Santos; Kamila Diniz Oliveira

Universidade Federal do Pará

(aclaudiacardoso@gmail.com; frndasantos@gmail.com; kamiladinizoliveira@gmail.com)

Resumo.

O avanço da pesquisa sobre o urbano amazônico contemporâneo levou à constatação de que as cidades não são sua principal manifestação. Historicamente, elas foram apoiadas por microrredes de localidades, vilas ou comunidades. Esses pequenos assentamentos se relacionam entre si e com as cidades, que constituem os principais mercados para os produtos provenientes de sua área de influência na floresta amazônica (CORRÊA, 1988). A articulação entre rios, vilas, cidades, roças e floresta esteve presente por séculos nos processos de produção e reprodução da vida na região. No entanto, o processo de integração da Amazônia ao restante do país promoveu uma ruptura, introduzindo uma nova concepção territorial baseada nas dicotomias cidade e campo, urbano e rural, e cidade e natureza (CARDOSO, 2021). Contemporaneamente, o periurbano estendido amazônico é o espaço de coexistências múltiplas, onde diferentes modos de vida, de produção e de apropriação do espaço ocupam a fronteira entre o que o senso comum compreende como urbano e rural (Vicente, 2022). Todavia, a cosmovisão capitalista não consegue expressar os entrelaçamentos que existem entre cidade, rio, floresta e campo, ou detectar as microrredes que se constituem neste contexto (CARDOSO, 2021). Este artigo caracteriza microrredes circunscritas ao periurbano metropolitano de Belém, como uma camada que resiste às extrapolações da lógica metropolitana para além dos limites da cidade, por meio de um tecido urbano extensivo que instrumentaliza a lógica urbana e industrial (MONTE-MÓR, 1994), toma como estudo de caso a microrrede de comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas da região insular do município de Abaetetuba, no Pará, mais especificamente das ilhas Xingu e Capim. Localizadas na região do Baixo Tocantins, tais localidades sofrem, historicamente, com a exploração de recursos naturais – a exemplo da exploração da bauxita na região de Barcarena, através do complexo industrial Albrás/Alunorte e da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – e da implantação de uma logística para exportação de commodities que ameaçam à manutenção do modo de vida das comunidades citadas e de seus respectivos direitos territoriais. Os dados coletados por meio de entrevistas, observação participativa, croquis, registros fotográficos e documentação oficial organizam a representação das escalas de urbanização, considerando os fluxos de interação das comunidades entre si, com a cidade de Abaetetuba e a metrópole de Belém. Observa-se que as comunidades contam com uma lógica de apropriação do território que articula moradia e a produção no rio e floresta, e que essa urbanização diversa deve ser reconhecida como aquela própria da Amazônia.

Palavras-chave.

urbanização amazônica, periurbano estendido, microrrede, comunidades amazônicas

Referências.

- CARDOSO, A. C. A trama dos povos da floresta: Amazônia para além do verde. Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 28 57 , n. 3, p. 57-87, set./dez. 2021
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana na Amazônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987.
- MONTE-MÓR, R. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton et. al. (orgs.) Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994 (pp. 169-181)

A próxima fronteira de expansão na Região Metropolitana de Fortaleza Vetor Sudeste e a Forma como Resultado de Forças.

Virna Weber; Luis Renato Bezerra Pequeno; Sara Vieira Rosa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

(virna.urb@gmail.com; renatopequeno@gmail.com; vrosa.sara@gmail.com)

Resumo.

Fortaleza, capital brasileira com maior densidade demográfica, vem experimentando, bem como outras metrópoles do país, o fenômeno de deslocamentos populacionais centrífugos, ou seja, migrações populacionais para municípios limítrofes à capital (IBGE, 2023). Esses deslocamentos são de naturezas diversas e refletem tensões e disputas de múltiplos agentes, estes que atuam na produção do espaço urbano (CORRÊA, 1989). Sabendo disso, esta pesquisa concentra-se nas dinâmicas a partir do vetor de expansão definido pelo setor circular que origina-se no centro econômico expandido da cidade e é orientado ao longo do eixo da Avenida Washington Soares, antiga via regional, em direção aos municípios de Eusébio e Aquiraz. A partir desse recorte, pretende-se aproximar-se da compreensão da relação entre o intenso espraiamento urbano promovido pelo setor imobiliário, agente preponderante deste vetor, e a transformação de usos periféricos do solo a nível intermunicipal que, em sua maioria, ainda guardam características de ruralidade. A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), nesse contexto, é uma das oito primeiras estabelecidas no país, no ano de 1973, e sua intensa polarização tanto concentra serviços e pessoas na capital quanto irradia a expansão de uma lógica de (re)produção do espaço, em uma par dialético de “Implosão-Explosão” (LEFEBVRE, 2008). Limítrofe à Fortaleza, o município de Eusébio vem passando por intensas mudanças nas últimas décadas regida, principalmente, pelo movimento de segregação espacial voluntária de uma classe média-alta, que demanda tipologias de condomínios horizontais, padrão Alphaville. Adiante, seguindo o eixo rodoviário da CE040, e despontando com maior intensidade na orla marítima, Aquiraz também vem presenciando avanços imobiliários, com destaque para a vocação turística do município litorâneo. As transformações do espaço são perceptíveis, em Eusébio o perímetro urbano passa a corresponder a 100% do território, dando vazão a um aproveitamento pleno do solo para investimentos de grandes loteamentos. Aquiraz, por outro lado, resiste uma significativa área verde ainda fortemente associada a atividades produtivas locais e de escoamento regional. Neste município, a expansão está principalmente, e diretamente, vinculada ao transbordo do fenômeno em Eusébio, o qual se vale dos atrativos do sítio natural da cidade e seus distritos, que vem causando conflitos socioambientais cada vez mais evidentes. Desse modo, fronteiras de expansão avançam continuamente, encorajadas pela ideia de progresso infinito e da cidade como uma “Máquina de Crescer” (LOGAN & MOLOTCH, 2007; PIRES et al, 2018). Para ambos territórios citados, torna-se evidente a submissão do processo de urbanização local à compreensão multiescalar e global do fenômeno (LEFEBVRE, 2008; ELIAS, 2020), acompanhada de uma facilitação normativa, apoiada nos Macrozoneamentos Urbanos em seus respectivos Planos Diretores. Diante disso, o trabalho busca apoio na compreensão de elementos estruturantes da expansão urbana em Villaça (2001) combinado às definições de agentes produtores do espaço urbano de Corrêa (1989) e na investigação do Macrozoneamento dos municípios, como instrumento de representação de formas resultantes de embates de interesses diversos, para a identificação de conflitos nessa realidade e a geração de cenários de tendências dessa urbanização de caráter neoliberal.

Palavras-chave.

Urbano, Rural,
Expansão Urbana,
Cenários de tendên-
cia, Zoneamento.

Referências.

CÔRREA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 4. Ed. São Paulo: Ática. 1989.
LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo, Studio Nobel, 2001.

Desencoberto o papel dos interstícios verdes no gradiente urbano rural amazônico.

Giuliana Lima; Ana Cláudia Duarte Cardoso; Thales Barroso Miranda

Universidade Federal do Pará

(giulianalima0@gmail.com; aclaudiacardoso@gmail.com; thalesbmiranda@gmail.com)

Resumo.

Ultimamente a temática que une todas as ciências é a crise climática. Segundo o IPCC (2022), não há possibilidade de abordar qualquer assunto que vise a manutenção da vida humana terrestre sem considerar os impactos das mudanças do clima. Esse cenário está relacionado aos séculos de exploração da natureza sem precedentes, somado a aniquilação de povos que a protege, por meio da colonização. Diante disso, são inúmeras as formulações técnicas e teóricas para a mitigação do impacto do homem capitalista no globo. Perspectiva biocêntrica, urbanismo sustentável, “smart cities”, soluções baseadas na natureza são as propostas dos profissionais oriundos dos países do Norte Global, onde as cidades são completamente convertidas à lógica urbano-industrial. No entanto, abordar espaços produzidos por grupos sociais pertencentes à periferia do capitalismo, como a região amazônica, exige a compreensão de sua realidade complexa, marcada pelo colonialismo e reprodução de desigualdades. Essa pesquisa parte da convergência entre planejamento urbano, ecologia da paisagem e morfologia urbana. Trata-se de continuação das análises desenvolvidas por Alves e Cardoso (2023) e Cardoso (no prelo), textos que utilizaram a combinação entre o léxico da morfologia urbana, geotecnologias e representação de transectos urbanos-rurais para explicitar repertórios nativos amazônicos e suas contribuições para o enfrentamento da crise climática (Cardoso, no prelo). Nesta edição deseja-se investigar as morfologias de transição de quatro cidades amazônicas, duas capitais (Belém/PA e Macapá/AP) e duas cidades médias (Santarém/PA e Abaetetuba/PA) aproveitando estudos já realizados para Belém e Santarém no Pibic de Sâmyla Alves. Segundo Cardoso (no prelo), é de suma importância evidenciar mais do que precariedade e assentamentos periféricos, pois para olhares atentos, nos transectos desenvolvidos para estas cidades saltam léxicos e gramáticas próprias do urbano amazônico, onde há coexistência entre habitat e natureza. A investigação parte da necessidade de politizar e ecologizar os estudos da morfologia urbana para tratar do contexto latino-americano de forma adequada, para pôr limites às ações homogeneizante e potencializar a representação de pluralidades (Cardoso, no prelo).

Palavras-chave.

amazônia; morfologia urbana; ecologia; descolonização; transecto urbano-rural

Referências.

- ABNT
- ALVES, S.; CARDOSO, A.C. (2023) “Caracterização de gradientes urbanos e de espaços periurbanos (estendidos) amazônicos”. Relatório de Iniciação Científica. Proresp/UFPA/CNPQ (UFPA, Belém).
- CARDOSO, Ana Claudia D. Morphological analysis as a tool for socio-environmental reparation: contributions from the amazon context. Urban Morphology (no prelo).
- IPCC. (2023). Climate change 2023: Synthesis report. A report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. IPCC.

Expansão urbana e configuração em cidades médias no estado do Pará.

Camila Cristina da Costa Santos Cruz; Valério Augusto Soares de Medeiros
Universidade de Brasília UnB/Câmara dos Deputados
(camilacruz.arq@gmail.com; valeriodemedeiros@gmail.com)

Resumo.

O presente artigo se propõe a realizar uma análise diacrônica acerca do processo de expansão urbana em um conjunto de cidades médias situadas em diversas regiões do estado do Pará, buscando compreender de que maneira os processos históricos mais relevantes ocorridos nesses municípios se relacionam com as transformações configuracionais verificadas em cada período de investigação. As estruturas selecionadas para o estudo são Santarém, Marabá, Altamira e Parauapebas, cidades fundadas em épocas e contextos distintos. No entanto, os assentamentos guardam em comum o fato terem uma dinâmica de expansão vinculada a estratégias econômicas predatórias sob a perspectiva socioambiental, amparadas em atividade mineradora, de exploração madeireira e de geração de energia por meio de usinas hidrelétricas. Além da pesquisa histórica em busca da construção do panorama de transformações diacrônicas, executou-se a análise configuracional a partir do suporte teórico-metodológico da Sintaxe Espacial (Teoria da Lógica Social do Espaço), diante da produção de mapas axiais e de segmentos. As modelagens e os respectivos processamentos resultaram em variáveis configuracionais que foram interpretadas em conjunto com a avaliação das dinâmicas históricas, com o intuito de explorar os vínculos existentes. Os achados obtidos permitiram identificar como, em diferentes momentos, as elites locais ou agentes representantes do capital externo à região impulsionaram atividades que avançaram de modo devastador sobre os recursos naturais, por ações como a supressão florestal ou a contaminação das águas. O resultado foi a produção de cidades fraturadas, com expressiva fragmentação e descontinuidade, expandidas a partir de uma ocupação predatória do território, com declínio de potenciais de articulação. Além disso, as ações ocasionaram a inviabilização de pesca e extrativismo, agressão direta a territórios de povos tradicionais para instalação dessas infraestruturas e avanço sobre remanescentes florestais em áreas periurbanas. Com isso, comunidades que conviviam de modo sustentável com a floresta e dela retiravam sua subsistência foram abruptamente inseridas no modo de vida urbano, com o qual antes interagiam de modo relativamente seletivo e voluntário, conforme suas necessidades. Essa população tendeu a buscar oportunidades de trabalho nas cidades, em geral em funções que exigiam baixa qualificação e que não eram perenes, apenas se avolumando nos períodos de implantação e consolidação das atividades, com grande declínio em seguida. Com isso, tais pessoas foram compelidas a se somarem às periferias das grandes e médias cidades da região, através de soluções de moradia autoproduzidas, em condições precárias. Não havendo estratégias de planejamento municipal adequadas, as cidades se descosturaram e desconectaram, o que, em última instância, comprometeu a qualidade de vida local.

Palavras-chave.

Amazônia, cidades médias, morfologia urbana, Sintaxe Espacial.

Referências.

BIBAS, Luna; CARDOSO, Ana Cláudia. Redesenhos para Marabá PA. Aspectos socioambientais e desenho urbano. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 199.07, Vitruvius, dez. 2016. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.199/6357>. Acesso em: 02 mar. 2024.

REIS, Douglas Sathler dos; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo; CARVALHO, José Alberto Magno de. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na amazônia brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 1, n. 19, p. 11-39, abr. 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/1036>. Acesso em: 19 fev. 2024.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 135, 30 nov. 2011. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (RBEUR). <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p135>. Acesso em: 12 mar. 2024.

Impactos socioeconômicos das usinas eólicas em Icapuí/CE, nordeste do Brasil.

Um estudo sobre os desafios enfrentados pelas comunidades costeiras

Ana Beatriz Lima Rêgo; Mariana Bezerra de Oliveira; Ana Beatriz Peixoto Feitosa

Universidade Federal do Ceará - UFC

(beatrzreg@gmail.com; marioli9b@gmail.com; whobeatriz@gmail.com)

Resumo.

Município do litoral leste do Ceará, fronteira com o Rio Grande do Norte, Icapuí, conhecido por suas belas paisagens litorâneas, atualmente caminha para uma maior ordenação e desenvolvimento de seu território com a elaboração do Plano Diretor Participativo. No avanço desse programa, observou-se algumas contradições socioespaciais que insuflaram tal pesquisa. De início, as comunidades clamam por serem ouvidas pelo poder público. Soma-se a essa conjuntura, a atuação de empresas com caráter predatório e de consumo perdulário dos recursos no município. O recorte em estudo, localizado no “sertão” de Icapuí, engloba as comunidades de Ariza, Gravier e Guajiru, é solo de disputa - locus da ausência programática do estado e da presença comunitária e suas práticas de uso tradicionais da terra. Predominantemente de composição familiar e como principal fonte de renda a agricultura e a pecuária, tal população possui seus direitos à terra e à moradia, além de suas identidades e vivências, restritas com a presença das usinas eólicas. Em meio a geração de energia sustentável, as comunidades costeiras não possuem abastecimento regular de energia. Esse paradoxo nos permite ingressar na dinâmica de injustas que há no município. Glebas ao redor dos assentamentos foram privatizados, cabos de alta tensão cortam as terras e os ares, transformando a área em uma “bomba relógio”, segundo relato dos moradores, devido ao risco agregado aos aerogeradores, além do aumento da poeira, barulho constante das hélices e o impacto na paisagem ocasionado pelos cataventos. Em sinergia, as localidades seguem sem intervenções e auxílios do governo municipal para insuflar sua existência. Nesse contexto, o presente artigo se volta à escuta dessas problemáticas. Busca-se dar visibilidade a essas demandas, investigando como o planejamento e a gestão do meio urbano e rural podem contribuir para a mitigação desses conflitos e para a consolidação e empoderamento das identidades locais estudadas - que suas habitações e o habitar sejam respeitados. A pesquisa deu-se por meio de dinâmicas nas assembleias para compreender os limites, infraestrutura e a realidade de cada comunidade, e pesquisa em campo, com visita às comunidades, aplicação de questionário e conversas. Dados quantitativos e qualitativos foram coletados. Fomentando o estudo, buscou-se embasamento teórico quanto às problemáticas em torno dos parques eólicos, além do impacto do planejamento e da importância da participação popular para o desenvolvimento dos municípios. O cenário analisado, por conseguinte, ilustra a inoperância estatal somada à atuação incisiva do setor privado. No entanto, as comunidades costeiras resistem mesmo encurraladas em meio a essa ausência governamental e presença do capital massivo, com a ânsia de se desenvolverem. As pessoas esperam serem escutadas e atendidas: buscam acesso a infraestrutura básica e geração de emprego sem a necessidade de sair da terra. Destarte, o contexto em estudo expressa a apropriação oportunista e deliberada das terras pelo setor privado por meio da faceta de “energia limpa”, em conjunto a escassa presença de instrumentos e aparatos institucionais que auxiliem e desenvolvam a população local, sendo, assim, uma conjuntura mantenedora de desigualdade social - a qual pode ser mitigada por meio de planejamento e políticas públicas.

Palavras-chave.

Planejamento,
Icapuí, Resistência,
Vivência, Eólica

Referências.

- BRANNSTROM, C.; GORAYEB, A.; MEIRELES, A. J. de A. Impactos Socioambientais da Implantação dos Parques de Energia Eólica no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2019.
- COSTA, M. A. D. S. et al. Impactos Socioeconômicos, Ambientais e Tecnológicos Causados pela Instalação dos Parques Eólicos no Ceará. Revista Brasileira de Meteorologia, v. 34, n. 3, p. 399–411, set. 2019.
- RANGEL, Kamila Louzada. Mitigação dos impactos socioambientais nos empreendimentos eólicos: o caso de Icapuí/CE. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

Cinza, azul e verde. Sociedade, rio e natureza no espaço periurbano de Marabá, PA

Patrícia Capanema Álvares Fernandes

UNIFESSPA

(pcapanema@gmail.com)

Resumo.

A periodização da rede urbana amazônica proposta por Corrêa (1987) aponta para a substituição de de um conjunto de localidades ribeirinhas dendriticamente articuladas por um padrão de ocupação em terra firme, de caráter rural e longe dos rios, de cidades e vilas conectadas por rodovias. Nas palavras de Porto-Gonçalves (2017), uma grande transformação sociometabólica está em curso, na qual dois padrões sóciogeográficos entram em conflito, um que se organiza em torno dos “rios-várzea-floresta” e outro que se organiza em torno das “estrada-terra-firme”. Em Marabá, Pará, este conflito é vivido diariamente. A cidade, que surge como entreposto comercial devido à localização privilegiada no encontro dos rios Tocantins e Itacaiúnas e tendo se desenvolvido com a extração do caucho e da castanha no seu entorno, foi eleita como nó logístico na região, sendo cortada pela Transamazônica em 1971 e nos anos seguintes pela PA-150 (atual BR-155). Hoje, a vida de Marabá aparentemente não gira tanto em torno da confluência dos rios, mas do entroncamento de rodovias, sendo cortada ainda pela Estrada de Ferro Carajás. Ao longo das últimas décadas, a construção de pontes (hoje duas com mais três em construção) e de novos núcleos e condomínios a salvo das enchentes afastaram a vida dos moradores da cidade dos rios. Os castanhais de Marabá foram gradualmente substituídos por pasto e diversas ondas de incentivos fiscais têm reforçado o caráter agropecuário da região. No entanto, a vida ribeirinha de Marabá ainda resiste às transformações em curso, apesar de diversas intervenções terem transformado o espaço da “beira” em “orla”. Vistas as muitas transformações modernizadoras no espaço de Marabá, o trabalho objetiva resgatar as diversas formas de contato da cidade com seus rios, considerando o mosaico resultante da sobreposição de diversas lógicas de povoamento. Inspirada na téttrade sociedade-cidade-floresta-rio proposta por Cardoso (2023) e também da trama verde e azul do planejamento francês, a pesquisa propõe um estudo do território da cidade Marabá que parta da superação da dicotomia rural-urbano, considerando sua urbanodiversidade, destacando especialmente o papel da natureza - das várias nuances de verdes e azuis - na formação da cidade e de seus povos. Assim, a pesquisa vai além das análises da orla de Marabá, considerando sobretudo seu espaço periurbano, contrastando a forma urbana das novas lógicas colonizadoras, os condomínios, com as formas nativas de se habitar o rio e a natureza que ainda existem e persistem. A pesquisa esboça ainda, através de cartografias descritivas e interpretativas, as redes urbanas existentes no espaço periurbano de Marabá a partir do curso dos seus rios, em uma análise dos espaços vividos cotidianamente e percorridos pelas rabetas.

Palavras-chave.

periurbano, cidades amazônicas, ribeirinho, natureza, forma urbana

Referências.

- CARDOSO, A.C.D. A Trama dos povos da floresta: Amazônia para além do verde. Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p.57-87, set./dez, 2021
- CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. Revista Brasileira de Geografia, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Amazônia, encruzilhada civilizatória tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

Água e Paisagem Urbana. Desenvolvimento urbano e recursos hídricos em Macaé

Fernanda de Abreu Pereira; Daniela Bogado Bastos de Oliveira

Instituto Federal Fluminense

(abreufernanda93@gmail.com; danibogadobastos@gmail.com)

Resumo.

Este estudo propõe uma análise das relações entre a morfologia urbana e a gestão dos recursos hídricos na cidade de Macaé, localizada no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Macaé demonstrou notoriedade no cenário brasileiro por sua relevância na indústria petrolífera, importante atividade econômica para o país e atualmente concentra investimentos no setor de geração de energia. A cidade, além de sua importância no cenário econômico nacional, possui características geográficas únicas. A presença de extensos corpos d'água e a proximidade com o oceano Atlântico favoreceram a implantação de grandes empreendimentos e fortaleceram seu potencial paisagístico. A morfologia urbana de Macaé é o elemento central nessa discussão, abrangendo aspectos como expansão urbana intensa desde a década de 1970, período de implantação da Petrobras no município e das operações da indústria do petróleo na bacia de Campos. Dessa forma, o adensamento populacional, a configuração da infraestrutura urbana e os padrões de uso do solo, associados ao crescimento acelerado da cidade e à concentração de atividades industriais, refletem impactos diretos na morfologia e na paisagem urbana. Além disso, cabe ressaltar os impactos na disponibilidade, qualidade e gestão dos recursos hídricos locais. Desse modo, busca-se compreender a relação da morfologia urbana e dos recursos hídricos de Macaé, como esses elementos influenciam o ciclo hidrológico urbano e os desafios enfrentados pela cidade no que tange à gestão sustentável da água. Um dos desafios hídricos significativos enfrentados por Macaé é a gestão das águas pluviais nas áreas urbanas, especialmente devido às intensas chuvas sazonais que resultam em inundações, salientando a necessidade de manejar adequadamente as águas pluviais em áreas urbanas. A metodologia da pesquisa inclui o levantamento de informações históricas e legislativas, análise de dados, pesquisa de campo e síntese, visando permitir a compreensão das dinâmicas entre a morfologia urbana e os recursos hídricos. Este estudo visa contribuir para o avanço do conhecimento sobre a relação entre morfologia urbana e gestão da água em contextos urbanos complexos como o de Macaé. Portanto, esta pesquisa busca reflexões que possam contribuir não apenas para a cidade em questão, mas também para outras regiões urbanas enfrentando desafios semelhantes, promovendo a troca de experiências e a adoção de boas práticas na gestão integrada dos recursos hídricos e no planejamento urbano sustentável.

Palavras-chave.

Morfologia Urbana,
Águas Urbanas,
Paisagem
Urbana, Gestão dos
Recursos Hídricos,
Macaé.

Referências.

COSTA, Staël de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela Gimmler. Fundamentos de morfologia urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
LAMAS, José Manuel Rossano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. 2. ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
MACAÉ. Lei Complementar no 279/208. Plano Diretor de Macaé, Macaé, 2018. Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1610492739.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023

Análise dos processos de urbanização amazônica em áreas de expansão das cidades amazônicas.. Eixo de expansão rumo à Universidade Regional Amazônica Ikiam

Karina Chérrez Rodas

Universidad Politécnica de Madrid-Universidad Regional Amazónica Ikiam

(karina.cherrez@ikiam.edu.ec)

Resumo.

Tena é uma cidade amazônica equatoriana que está em processo de expansão, um dos eixos de crescimento é para a Universidade Regional Amazônica Ikiam, a segunda da região mas a primeira universidade desta cidade, este marco gerou que nos últimos anos Em Em 10 anos, a cidade passará por uma série de mudanças devido ao impacto da população estudantil e administrativa, desde locais para morar, até novas necessidades de alimentação, negócios e transporte. A Avenida Muyuna é a principal via de acesso e ligação da cidade a este equipamento educativo, ao longo deste percurso é evidente o crescimento populacional marcado por novas construções e habitações ligadas principalmente à população estudantil. A pesquisa busca gerar a partir do levantamento de drones o estado atual da densidade desta área, bem como realizar uma análise das mudanças nos assentamentos e na morfologia urbana, para isso serão utilizados diferentes recursos digitais e pesquisas documentais. O objetivo desta pesquisa é ter bases para contribuir com o município na geração de diretrizes para o crescimento e a urbanização amazônica com um enfoque sustentável, que permita um desenvolvimento controlado e organizado desta área de expansão, para tornar a cidade de Tena uma referência do crescimento urbano amazônico. As análises buscam gerar mapas e cartografias como linhas históricas, evidenciando zonas de proteção, gerando propostas de crescimento que consideram parâmetros consideráveis de áreas verdes, estratégias de mobilidade sustentável e critérios construtivos moderados.

Palavras-chave.

Urbanização amazônica-Desenvolvimento sustentável-Morfologia urbana-Mapeamento-Crescimento urbano

Referências.

Influência dos povos nativos no desenvolvimento do tecido urbano. Estudo de Caso de Luanda

Iasmin Favin Costalonga; Debora Menezes de Lara; Karolina Rocha Vunjão; Erick de Santana Mello

Universidade do Estado de Mato Grosso;

(iasmin.costalonga@unemat.br; menezes.lara@unemat.br; karolina.rocha@unemat.br; erick.mello@unemat.br)

Resumo.

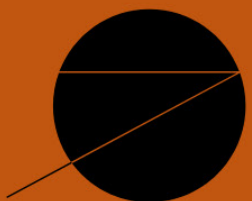
Luanda, a capital de Angola, está situada na costa atlântica ao norte da África e abriga aproximadamente 9 milhões de habitantes, conforme dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) de 2022. A história da capital angolana foi marcada por transformações socioeconômicas, políticas e culturais, refletidas nos processos de estruturação urbana até os dias atuais. Este artigo tem como objetivo analisar os processos de crescimento e desenvolvimento da província de Luanda e sua relação com a cultura dos povos nativos. Nesse sentido, segundo o autor M. R. G. Conzen, o desenvolvimento histórico das cidades cria o acúmulo de formas na paisagem urbana, além das diversidades de períodos e suas intensidades produzirem sobreposições destas diferentes camadas no solo urbano. A província de Luanda desenvolveu-se em dualidade, abrigando duas cidades distintas em seu interior: a cidade 'colonial', estabelecida pelos portugueses, e a cidade 'periférica', moldada pelas práticas e necessidades do povo. Além disso, o acelerado crescimento populacional, especialmente em decorrência do êxodo rural entre 1986 e 2002, resultou em um desenvolvimento urbano não planejado e predominantemente autoconstruído. Seguindo o conceito de Saverio Muratori, a existência de um modo de habitar enraizado na mente da população exerce grande influência na forma urbana e manifesta-se em suas dinâmicas. Logo, os povos nativos angolanos desempenharam um papel importante na formação da cidade, deixando uma marca duradoura na paisagem física, social e cultural. Para abordar essa problemática, propõe-se a análise da morfogenese dos bairros da capital angolana, conforme os estudos realizados por M.R.G. Conzen no livro "Thinking about Urban Form" (2004). A aplicação prática dessa abordagem será mantida com foco na influência da população nativa no desenvolvimento urbano. Assim, este estudo utiliza uma metodologia baseada em teorias de desenvolvimento da cidade e análise histórica. Serão realizadas investigações detalhadas dos tecidos, planos urbanos e uso do solo, para compreender como as contribuições dos povos nativos angolanos influenciaram não apenas nos aspectos físicos, mas também na configuração social e cultural da cidade, destacando como essa influência se manifestou em seu desenvolvimento urbano. Espera-se demonstrar a importância de reconhecer e compreender a contribuição dos povos locais nos processos de desenvolvimento urbano e, dessa forma, contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas urbanas nos contextos do Sul Global.

Palavras-chave.

Povos nativos, Morfogenese, Luanda, Forma urbana, Sul Global.

Referências.

- ALBUQUERQUE, Guimarães de. Luanda: A Metrópole do Século XXI? 2015. 145 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2015. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/80339?mode=full>. Acesso em: 08 mar. 2024.
- CONZEN, Michael R. G.. Changing conceptual organization and content of geographical urban morphology: morphogenesis and structure of the historic townscape in Britain. In: CONZEN, Michael R. G.. Thinking about urban form: papers on urban morphology. Alemanha: Peter Lang, 2004. Cap. 4. p. 47-77.
- GONÇALVES, Izabela Bombo. Universidade Estadual de Maringá. Análise tipo-morfológica aplicada a cidade nova planejada. Revista de Morfologia Urbana, Maringá, Brasil, v. 7, n. 2, p. 1-12, 31 dez. 2019. Revista de Morfologia Urbana. <http://dx.doi.org/10.47235/rmu.v7i2.111>. Disponível em: <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/111>. Acesso em: 06 mar. 2024.



LINHA 06

Desterritorialização. Uma análise desse processo na Prainha – Vila Velha

Mariany Abreu de Oliveira; Paula Huhn Azevedo; Luciene Pessotti de Souza
Universidade Federal do Espírito Santo

(mariany.abreu.oliveira@gmail.com; paulahuhn16@gmail.com; lulucienepessotti@gmail.com)

Resumo.

O sítio histórico da Prainha é um território de importância ímpar na formação histórica do estado do Espírito Santo sendo porta de entrada dos primeiros colonizadores e berço de importantes construções patrimoniais. A região vem passando por processos de mudanças morfológicas com a transformação da cidade, assim, devido sua importância histórica, propõe-se uma contextualização a respeito de um possível processo de desenraizamento cultural, a partir da investigação de uma dinâmica de desterritorialização desde perdas de referências culturais até a gentrificação. A investigação usa com base os estudos de tipomorfologia do Philippe Panerai (1996), a investigação histórica patrimonial da Anna Carolina Schiziatti da Silva (2023), os conceitos de território, territorialidade e desterritorialização do Rogério Haesbaert (2004), e de necromémoria do Vandelir Camilo (2021). A metodologia aplicada é qualitativa de caráter exploratório com abordagens histórico-geográfica e morfotipológica. Estrutura-se inicialmente uma conceitualização dos termos discutidos sobre apagamento e territorialidade, em seguida, o levantamento histórico-geográfico, político e a pesquisa cartográfica e iconográfica da região. Elaborar-se um estudo de caso com recorte da Avenida Luciano das Neves, compreendido da rua Vinte e Três de Maio à avenida Antônio Ferreira de Queiroz, dentro do recorte temporal dos anos de 1894, com o plano do engenheiro Antônio Athayde, até os dias atuais. Realiza-se uma análise morfológica de seus quarteirões, além de uma roda de conversa com os moradores para a abordagem do território simbólico. Por fim, como produção apresenta-se a elaboração de um mapa conjectural pontuando os apagamentos físico-territoriais, a partir da sobreposição de dois tempos-chaves: 2023 e 1894. Realiza-se também uma composição de fotografias a partir do trecho estudado desde o recorte atual regredindo em sua linha do tempo, com projeções fotográficas de suas fachadas. Além disso, propõe-se elencar parâmetros de “violências contra o sítio” a partir das informações levantadas na roda de conversa. Como resultados dessa investigação pode-se contextualizar a descaracterização da arquitetura local, os reflexos das mudanças físicas na vivência e simbologia local, e estruturar uma análise a respeito do possível processo de desterritorialização na região. Como contribuição o artigo pretende apresentar um material de apoio à investigação morfológica e patrimonial do sítio histórico da Prainha que apresenta uma grande relevância regional e necessidade de preservação.

Palavras-chave.
Desterritorialização,
Apagamento, Prainha-Vila Velha

Referências.

- HAESBAERT, Rogério. Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade. Porto Alegre, s.ed. 2004 (disponível em: www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf). Acesso em: 21/10/2024).
- PANERAI, Philippe. A prática do urbanismo. RUA: Revista de urbanismo e arquitetura, v.4, n. 1, Salvador, 1996.
- SILVA, Anna Carolina Schiziatti. Igreja nossa senhora do rosário: delimitação de polígono para proteção do entorno. 137 f. Monografia (graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Curso B158:B171 de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Vitória, 2023.

A influência da forma na estruturação e solidificação de significados, e a influência dos significados na permanência da forma.

Yara da Silva Nogueira Galdino

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

(yayanog@hotmail.com)

Resumo.

Este artigo apresenta uma análise da paisagem portuária de Cuiabá, entrelaçando a influência da forma, na estruturação de significados, e a influência dos significados na permanência da forma. Entendendo a paisagem, como o tecido conectivo que organiza não apenas objetos, espaços e pessoas, mas também os processos e eventos dinâmicos que se movem através dela. O estudo desenvolvido nesse artigo apoiou-se em uma análise morfológica de representações da paisagem, como a iconografia, a cartografia, e projetos urbanos, destacando as permanências da forma que atuaram como delimitadoras da evolução urbana. Nas representações dos séculos XVIII e XIX, os caminhos fluviais e terrestres, juntamente com alguns elementos morfológicos que conectavam o rio com a cidade, se revelaram como permanências, que o crescimento urbano, e as mudanças nos modos de vida no século XX não conseguiram apagar, e que ao invés disso, constituíram-se como elementos de estruturação do traçado urbano nos períodos subsequentes. Revelando a lógica defendida por Rossi (1995) de que o traçado urbano, geralmente mantém sua forma original, apesar das mudanças de uso e função, constituindo-se uma das mais estáveis permanências da forma. Na segunda metade do século XX, Cuiabá, após dois séculos de relativa estabilidade espacial, passa por um acelerado processo de crescimento urbano. Nesse processo, a cidade expande sobre suas regiões periféricas, gerando o abandono e a desvalorização de seus pólos históricos. A paisagem fluvial urbana, esvaziada de suas funções originais de porto, acaba por acolher uma população que lhe imprime novos usos e significados. E apesar de nesse período, o Porto ser visto como uma área empobrecida e desvalorizada da cidade, a região se mantém viva nas práticas de pesca e trocas comerciais. Na década de 1990 novos ideais passam a delinear a relação das cidades brasileiras com suas espacialidades históricas, e com isso a paisagem portuária de Cuiabá, passa por mais um processo de ressignificação. Nesse novo paradigma urbano, os setores históricos passam a ser considerados insumos dignos de valorização. Seus valores antes concentrados nas práticas e vivências cotidianas, são transferidos para sua materialidade e sua historicidade. Neste quadro de mudanças nos usos e significados, a paisagem fluvial do Porto passa a ser tema de políticas públicas e projetos de intervenção urbana, que buscaram incorporá-la a uma lógica estandarizada de turismo cultural, que anula singularidades, identidades e conflitos, subjugando os valores e significados ancorados nas práticas e usos cotidianos. O estudo da paisagem portuária de Cuiabá reforça o entendimento de que, assim como a memória e a identidade se revelam na materialidade do espaço (HALBWACHS, 1990), a materialidade do espaço também necessita da memória viva carregada por seus habitantes nas práticas e relações cotidianas, para se revelar e se manifestar. Deste modo, não há como conceber práticas de conservação e renovação, que desconsiderem as verdadeiras forças que geram a permanência das formas e dos significados inscritos na paisagem.

Palavras-chave.

morfologia urbana, paisagem fluvial urbana, permanências da forma.

Referências.

- ABNT
HALBWACHS, Maurice, 1990. A memória coletiva. São Paulo: Vértice.
ROSSI, Aldo. 1995. A Arquitetura da Cidade. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
SAUER, C.O. 2004. A morfologia da paisagem. In CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL Z. (2004). Paisagem, tempo e cultura. 2o ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 12-74.

Esse rio é minha rua.

Victoria Alves da Silva; Luana Castro da Silva
Universidade Federal do Amazonas; Universidade Federal do Pará
(victoriaalves.arq@gmail.com; luana18castro@gmail.com)

Resumo.

Localizada na margem esquerda do Rio Negro, a cidade de Manaus teve sua ocupação urbana expandida a partir da segunda metade do Século XIX, quando a navegação a vapor foi autorizada no rio Amazonas e seus afluentes. De origem tupi, “ygarapé” significa caminho da canoa, e até a metade do século XIX, paradoxalmente, os seus cursos representavam não rotas, mas limites dos antigos bairros, segmentando conjuntos edilícios do tecido urbano de Manaus. Na visão europeia de cidade, rios urbanos eram vistos como obstáculos, ao invés de vias de conexão como no contexto amazônico. A cidade foi inserida no sistema-mundo, enquanto periferia, como principal porto de exportação da borracha, produto que sofreu rápida valorização mundial a partir de 1870. Ainda em 1850, os planos de “Embelezamento” para adequar Manaus ao modelo urbanístico disseminado pela Paris de Haussmann foram delineados (Mesquita, 2020). Antes entrecortada por barrancas e igarapés (cursos d’água), Manaus é aterrada, canalizada, são abertos amplos bulevares e é implantada uma malha ortogonal de vias. A modernidade foi traduzida na cidade pela substituição do igarapé pela avenida (Dias, 1999), e Manaus foi sendo embranquecida, literalmente e através dos signos arquitetônicos e urbanísticos de sua materialidade. Dado este contexto, o objetivo deste artigo é analisar a influência dos cursos dos igarapés enquanto paisagem natural para a constituição da morfologia urbana de Manaus no Século XIX, que reverberou na continuidade de sua expansão no século seguinte. Em busca de evidências, foi realizada uma pesquisa histórica em cartografias e iconografias do Século XIX, de 1850 até 1900, e uma pesquisa documental buscando relatos de figuras prominentes do período analisado. A partir disso, foi possível materializar a sobreposição de paisagens do passado às cartografias atuais para a identificação da influência da geomorfologia na morfologia urbana corrente, especialmente a partir dos conceitos da Escola Italiana de tecido urbano e rota (Costa, Gimmler Neto, 2015). Constatou-se que o desenho natural dos cursos d’água moldaram a morfologia das vias nessas primeiras décadas de estruturação urbana da cidade de Manaus. Foi possível observar que há uma correlação entre igarapés do passado e grandes vias dos Planos de Embelezamento do final do Século XIX, como: delta do igarapé da Ribeira e do Espírito Santo tornaram-se Avenida Floriano Peixoto; o curso do igarapé do Espírito Santo tornou-se o amplo bulevar com inspiração parisiense na Avenida Eduardo Ribeiro; o Igarapé do Aterro se tornou a Avenida Major Gabriel; o igarapé de São Vicente induziu o sentido da Avenida Sete de Setembro juntamente ao Caminho da Cachoeirinha - via existente. Com exceção desta última, todas as outras vias possuem um sentido norte-sul. Especialmente as Avenidas Eduardo Ribeiro e Major Gabriel são as primeiras indutoras de um crescimento que prevalece até os dias de hoje: em direção ao norte. Conclui-se que a morfologia natural - os cursos dos igarapés enquanto estruturação de rotas - apesar de encoberta, é exemplo de morfologia resistente e determinante para a constituição do tecido urbano da cidade contemporânea de Manaus.

Palavras-chave.

Morfologia Urbana;
Rota; Tecido urbano;
Geomorfologia

Referências.

COSTA, S. DE A. P.; GIMMLER NETTO, M. M. Fundamentos de Morfologia Urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
DIAS, E. M. A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920. 1a ed. ed. Manaus: Editora Valer, 1999.
MESQUITA, O. M. DE. La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900). 2a ed. Manaus: Editora Valer, 2020.

Paisagem natural e patrimônio histórico nas margens. Uma análise da expansão urbana periférica em Viçosa (MG, Brasil)

Maressa Fonseca e Souza; Liz Fagundes Oliveira Valente; Teresa Cristina de Almeida Faria; Ítalo Itamar Caixeiro Stephan
Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa;
(maressa.arq@gmail.com; valente.liz@gmail.com; tcfaria.au@gmail.com; italostephan@gmail.com)

Resumo. Este estudo focaliza as características da expansão urbana em Viçosa (MG), com ênfase na região periférica ao núcleo urbano central, especificamente no eixo norte do município. O objetivo principal é analisar o processo de ocupação nessa área, considerando sua relação com os cursos d'água existentes e a antiga ferrovia que atravessava a cidade. Como locais de interesse, se encontram o Distrito de Silvestre e bairros adjacentes às margens do Rio Turvo Sujo e da antiga estrada de ferro, que carecem de atenção tanto em termos de gestão urbana quanto de preservação do patrimônio histórico e da paisagem natural. Utilizando métodos de análise da morfologia urbana, incluindo a criação de mapas temáticos que ilustram a evolução da ocupação ao longo do tempo, e consultando acervos de registros fotográficos antigos, buscamos compreender as transformações na paisagem urbana e identificar padrões de desenvolvimento. Observações in loco e novos registros fotográficos complementam a análise. Nossas descobertas revelam uma falta de infraestrutura urbana adequada nos bairros estudados, somado a negligência por parte do poder público na manutenção de áreas públicas. A ocupação da região é heterogênea, variando desde condomínios fechados, ocupações informais e áreas de atividades produtivas rurais. Esta pesquisa visa contribuir para o entendimento das relações entre cidade, paisagem natural e patrimônio histórico, com especial ênfase no potencial de regeneração da paisagem natural degradada, como a Cachoeira do Silvestre, e na preservação de edifícios históricos associados à antiga ferrovia. Enfrentamos desafios relacionados à falta de dados sistematizados sobre a ocupação da região em acervos oficiais, o que ressalta a importância de nossa pesquisa na documentação e sistematização dessas informações. As implicações práticas incluem a sensibilização para questões relacionadas à periferia urbana em expansão, a valorização da paisagem natural e a preservação do patrimônio histórico. Esperamos que este estudo contribua não apenas para a compreensão da história urbana de Viçosa, mas também para a formulação de políticas públicas mais eficazes e intervenções urbanas sensíveis ao patrimônio construído e natural.

Palavras-chave.

Expansão urbana;
Paisagem natural;
Patrimônio histórico;
Morfologia urbana;
Periferia urbana.

Referências.

- SANTOS, K. A. Urbanização contemporânea e o espaço periurbano: a transformação da paisagem rural a partir de loteamentos e condomínios fechados na região norte da cidade de Viçosa-MG. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.
- SANTORO, P.F. Planejar a expansão urbana: dilemas e perspectivas, 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012
- TRAVASSOS, L. R. F. C. Revelando os rios: novos paradigmas para a intervenção em fundos de vale urbanos na cidade de São Paulo. 2010. 243f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SANTOS, K. A. Urbanização contemporânea e o espaço periurbano: a transformação da paisagem rural a partir de loteamentos e condomínios fechados na região norte da cidade de Viçosa-MG. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.
- SANTORO, P.F. Planejar a expansão urbana: dilemas e perspectivas, 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012
- TRAVASSOS, L. R. F. C. Revelando os rios: novos paradigmas para a intervenção em fundos de vale urbanos na cidade de São Paulo. 2010. 243f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

As origens da forma urbana de Pitangui, Minas Gerais. Uma análise morfogenética e territorial

Bruna Cordeiro; Letícia Faria; Viviane Braga; Maria Manoela Gimmler Netto; Frederico de Paula Tofani;
IEC/PUC Minas; PACPS Universidade Federal de Minas Gerais

(bruna@brunacaldas.com.br; leticiagardusi@ufmg.br; arquiteturabragaviviane@gmail.com; manoelagnetto@gmail.com; prof.
frederico.de.paula.tofani@gmail.com)

Resumo.

Este artigo tem como objeto a cidade de Pitangui, a sétima vila criada em Minas Gerais, cuja ocupação data do final do século XVII. A cidade é conhecida como a matriarca do centro-oeste do estado de Minas Gerais (Brasil) devido à importância na ocupação desta região. Apesar de sua relevância histórica como espaço minerário, assentamento, caminho e, também, palco de conflitos entre paulistas e mineiros, a literatura especializada carece de trabalhos que discutam a formação urbana da vila de Pitangui. Fato reforçado pela realização tardia do processo de tombamento estadual de seu Centro Histórico, cujos valores patrimoniais foram reconhecidos em 2008 a partir de dossiê produzido pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA). Ou seja, em momento muito posterior aos tombamentos das demais vilas setecentistas de Minas Gerais. No intuito de contribuir para uma melhor compreensão acerca da paisagem urbana colonial de Pitangui, este artigo traz o estudo da morfogenese do antigo arraial, por meio da identificação de infraestruturas pré-existentes que possibilitaram o assentamento inicial na região. Ou seja, com foco na análise das rotas e caminhos, caracterizando o que seria o período inicial de assentamento, suas características territoriais e delimitação temporal. Para a realização de tal estudo, adotamos os conceitos de períodos morfológicos e de morfogenese da Escola Inglesa de Morfologia Urbana e aplicados ao contexto brasileiro por Costa e Netto (2015). A fim de nos aprofundarmos no entendimento do território – a partir da interrelação entre rotas, assentamentos, núcleos urbanos e espaços produtivos sobre os caminhos e sua importância na morfologia urbana –, utilizamos, também, a abordagem territorial italiana, em especial, a obra de Caniggia e Maffei (2001). Além destes referenciais teóricos, foram levantados documentos e bibliografia de Pitangui no Período Colonial e dos caminhos do ouro setecentistas e fontes cartográficas disponibilizadas no Arquivo Público Mineiro, na Biblioteca Nacional e no Sistema IDE-SISTEMA. Por fim, a análise morfológica realizada possibilitou entender a aproximação entre o desenvolvimento do território, as rotas vinculadas e as formas do relevo, no qual é possível compreender como a forma inicial da ocupação de Pitangui se estabeleceu entre as rotas e conexões de três diferentes caminhos da expansão da região Centro-Oeste de Minas Gerais. Com isso, a relevância de Pitangui se dava pela localização estratégica do arraial, junto à interseção que conectava a região da vila de Sabará (uma das mais populosas da Minas setecentista) ao Caminho Geral do Sertão (também conhecido como Caminho de Anhanguera) e à Picada de Goiás (que adentrava o oeste de Minas, atravessando o rio São Francisco até o arraial de Paracatu). Verifica-se, também, como Pitangui se integrava aos principais vales da bacia hidrográfica do rio Pará, na porção sul do rio São Francisco, referência na exploração do ouro de aluvião e importante fonte para a consolidação da agricultura e pecuária no abastecimento e povoamento do território. Assim, entendemos que esse estudo contribui para as ações de preservação da paisagem urbana de Pitangui, posto que aprofunda laços e relações entre ela e as demais paisagens históricas coloniais mineiras.

Referências.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. Architectural composition and building typology: interpreting basic building. Firenze: Alinea, 2001. (Saggi e documenti, v. 176).
COSTA, Stael de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela Gimmler. Fundamentos de morfologia urbana. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2015.
REZENDE, Ana Maria Nogueira. Fluxos Globais no Século XVIII. Dissertação - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

Palavras-chave.

Pitangui, Morfogenese, Picada de Goiás, Rio Pará, Teoria Territorial

REQUALIFICAÇÃO/PRESERVAÇÃO/REABILITAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS EM CIDADES BRASILEIRAS. O PROJETO RETROFIT 4.0 PARA CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Teresa de Jesus Peixoto Faria ;
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
(teresapf@uenf.br)

Resumo.

A proposta visa discutir os projetos de intervenção urbana para recuperação e valorização dos centros históricos das cidades brasileiras, a partir do estudo da cidade de Campos dos Goytacazes, situada no norte do Estado do Rio de Janeiro. A vila foi instalada oficialmente, em 1677, de acordo com os critérios portugueses para a ocupação definitiva do território, na margem direita do rio Paraíba do Sul. Em 1835, foi elevada à categoria de cidade. O seu centro histórico (Zona de Comércio do Centro Histórico (ZCH), ainda guarda formas espaciais, arquitetônicas e as principais funções do período colonial. O seu reconhecido conjunto arquitetônico de estilo eclético esconde por trás das platibandas de suas edificações ornadas com elementos neoclássicos, os traços das construções coloniais. De fato, assistimos desde a Independência do Brasil, em 1822, um processo de intervenções urbanas no sentido de adequar as formas urbanas às exigências políticas, econômicas, sociais, culturais de cada período histórico. Face às dificuldades de “intervir na cidade existente” (Portas, 1985), às urbanidades complexas e ao envelhecimento urbano (Fortuna, 2022), aos debates ainda atuais sobre a salvaguarda e reabilitação dos edifícios públicos e monumentais (Choay, 2001), o trabalho tem por objetivo analisar as políticas públicas locais de preservação, promoção, difusão do patrimônio histórico e cultural de Campos.

O projeto “Requalificação, valorização e preservação cultural do patrimônio ambiental e urbano do Centro Histórico da Cidade de Campos (CHC), de 2016, se propôs a dotar a área central de novos parâmetros urbanos de infraestrutura e integração, de turismo e de desenvolvimento do comércio. Já o projeto “Retrofit 4.0”, lançado em 2023, visa a reabilitação do território do CHC e dos edifícios de relevância, proporcionando a retomada das funções comercial, de serviços e habitacional; recuperação dos espaços públicos, da agenda de atividades culturais, artísticas e de entretenimento, impulsionando o turismo e valorizando de forma sustentável a cidadania e a qualidade de vida da população. Os resultados da pesquisa de campo confirmam a deterioração da infraestrutura e edificações, demolição do patrimônio histórico; declínio das atividades comerciais e culturais, falta de segurança. Os projetos ensejam corresponder ao padrão homogeneizador imposto pelo capital, atrair investimentos, atendendo às demandas do setor imobiliário. Assim, não ressaltam as singularidades da cidade e do território onde ela insere, tampouco valorizam de forma sustentável a cidadania e a qualidade de vida da população. Diante do exposto, a principal pergunta que o trabalho visa responder é: reabilitação do centro histórico para quem?

Palavras chave: Reabilitação urbana, patrimônio cultural, centro histórico, Campos dos Goytacazes

Palavras-chave.

Reabilitação urbana,
patrimônio cultural,
centro histórico,
Campos dos Goyta-
cazes

Referências.

- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.
- FORTUNA, Carlos. Urbanidades complexas: considerações sobre o envelhecimento das cidades. Caderno CRH: Salvador, v. 35, p. 1-15, e02203, 2022.
- PORTAS, Nuno. Notas sobre a intervenção na cidade existente. In Sociedade e território, no 2, Porto, Edições Afrontamento, fevereiro de 1985, pp. 8-13.

CÁCERES (MT). A MANUTENÇÃO DO TRAÇADO URBANO COLONIAL

Veruska Pobikrowska Tardivo; Sonia Azevedo Le Cocq d'Oliveira; Sergio Dias Maciel

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso; UFRJ

(veruska.tardivo@yahoo.com.br; sonialecocq@gmail.com; sergio.maciel@unemat.br)

Resumo.

Este artigo aborda as questões da tese de doutorado “CÁCERES (MT): a patrimonialização do traçado urbano (1778-1877)” defendida no PROURB (Programa de Pós-graduação em Urbanismo) da UFRJ. Este trabalho teve como objetivo reconstituir o espaço urbano de Vila Maria do Paraguai, atual Cáceres em Mato Grosso, fundada 1778, utilizando registros históricos, iconográficos e tecnologias computacionais. A vila surgiu da necessidade de defesa e incremento da fronteira a extremo oeste da costa litorânea, divisa com a América espanhola, tratando-se de uma das poucas localidades fundadas no período de conquista e consolidação do território ultramarino português. A localização estrategicamente planejada para a instituição desta cidade baseou-se na região desabitada para tanto desguarnecida, situada entre a capital atual: Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade. Destacou-se na pesquisa que a cidade por razões geopolíticas de defesa do território, foi fruto do processo de urbanização pombalina (DELSON, 1978), que se estabeleceu na colônia portuguesa em terras inicialmente pertencentes à Coroa espanhola e depois afirmadas ao domínio luso pela ocupação efetiva por meio do Tratado de Madri. A praça juntamente com a igreja, por tratar-se de região ribeirinha eram voltadas ao poente, não distante às margens do rio Paraguai, de frente para o rio. A cidade estabeleceu sua consolidação do espaço territorial e se expandiu de forma intensa a partir do trânsito e do comércio fluvial estrangeiro, em 1850 por intermédio do rio Paraguai, que fazia sua conexão com a bacia platina, oceano atlântico e Europa. Nesse momento houve a manutenção do tecido urbano colonial originário, ruas foram adicionadas e perdurou a mesma estrutura urbana até a atualidade. Não só se manteve o traçado originário de sua fundação como também foram adicionados novos lotes, quadras e vias, mantendo a integralidade do traçado intacto até os dias atuais. Outra questão é que por meio da intensa imigração, com a abertura dos portos, estabeleceu-se na cidade um rico acervo arquitetônico datado de 1850 a 1930, frutos de tecnologias inovadoras advindas do exterior assim como a transposição da expressividade plástica e artística em voga na Europa no momento, além da importação de mercadorias para abastecer essa população cosmopolita que passou a residir ali. Pode-se diagnosticar inclusive soluções de implantação urbana similares às adotadas nos grandes centros urbanos litorâneos, em conformidade aos estudos de Reis Filho (2000). Esse acervo foi dignificado a nível federal pelo Processo de Tombamento número 1542-T-07 de 2010 do IPHAN (Instituto Histórico e Artístico Nacional), onde 44 obras estão sob resguardo da nação. A cidade de Cáceres foi marcada pelo isolamento geográfico diante de outras localidades da colônia, como reforça Siqueira (2002), visto que não havia acesso via terrestre por meio das estradas de rodagem, fazendo com que a interlocução fosse realizada posteriormente por vias navegáveis. Acreditamos que esta é possibilidade da manutenção do traçado urbano originário mesmo diante do adensamento realizado por via fluvial, posteriormente.

Palavras-chave.

Morfologia Urbana;
Urbanização Pom-
balina; Cáceres.

Referências.

DELSON, Roberta Marx. Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no século XVIII. Brasília: Ed. Alva-CIORD, 1979/1997.
REIS FILHO, Nestor Goulart. Evolução Urbana no Brasil: 1500/1720. 2. ed. São Paulo: Editora Pini, 2000.
SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. História de Mato Grosso. 1o ed. Cuiabá: Editora Entrelinhas, 2002.

Possibilidades e conflitos na relação forma urbana e paisagem. Macatuba-SP e Bauru-SP.

Ana Carolina Dias de Abreu; Tássia Franco de Souza; Norma Regina Truppel Constantino
UNESP

(dias.abreu@unesp.br; tassia.franco@unesp.br; norma.rt.constantino@unesp.br)

Resumo.

Para compreender a paisagem das cidades busca-se inicialmente conhecer a história da forma urbana e quais foram os critérios e procedimentos de intervenção, verificando o respeito e a conservação de importantes aspectos físicos da paisagem. Conforme Moisset (2006), comentando o conceito de paisagem de Rosario Assunto, a cidade, cujo tempo é o da história, está incluída na natureza, dá forma à natureza que a circunda e dela recebe, por sua vez, uma forma. Nesse sentido, as pesquisas de mestrado em andamento tratam de duas diferentes situações. A primeira analisa a forma urbana em uma cidade de pequeno porte – Macatuba-SP, localizada na bacia hidrográfica do Tietê-Jacaré, onde a área rural e urbana se camuflam. Na paisagem destaca-se o Córrego Bocaiuva que tem sua nascente na área rural, onde a Área de Preservação Permanente-APP encontra-se em meio às plantações. Na área urbana sua presença é mitigada pela forma como tem sido integrado ao crescimento urbano. Elemento natural importante para o povoado que originou a cidade, o Córrego Bocaiúva teve suas margens preservadas em parcelamentos mas foi suprimida para a implantação de uma avenida com retificação e canalização e tamponamento de parte do córrego, apagado da paisagem urbana e do dia-a-dia da população. A “experiência da paisagem pode enriquecer a reflexão sobre uma intervenção”, segundo Reker & Pastore (2013, p.205). A segunda situação analisa a forma urbana de bairros periféricos na região norte de uma cidade de médio porte – Bauru-SP – onde a ocupação da Área de Proteção Ambiental-APA do Água Parada conflita com a necessidade de conservação do córrego e futura área de captação de água. Observa-se a presença de ocupações informais ao longo dos córregos com conflitos ambientais devido à expansão urbana irregular. Na região norte da cidade de Bauru, a implantação de loteamentos de interesse social a partir da década de 1970-80, obedeceu a uma morfologia que não levou em conta a topografia, as características da sub-bacia hidrográfica e os acessos, tendo em vista que a área estudada é delimitada por importantes rodovias e pela área rural. Para Besse (2014, p.31) ler a paisagem “é extrair os modos de organização do espaço”. Assim, entre os objetivos almejados estão o de analisar as cidades de Macatuba e Bauru (região norte) a fim de verificar como a morfologia do território e as práticas antrópicas moldaram e organizam espacialmente a paisagem, observando as transformações e apropriações ocorridas. Os procedimentos metodológicos compreendem o levantamento da bibliografia pertinente ao tema e à história da formação das cidades, levantamento fotográfico, percursos para observação da morfologia urbana, investigando a sobreposição ou interrupção de tramas, e reconhecendo os caracteres constitutivos de configuração da relação cidade/natureza que vieram a influenciar na forma e apropriação do território, além da sistematização dos dados coletados. Os resultados apresentam alguns critérios e procedimentos de intervenção com foco na preservação e regeneração da paisagem e que poderão ser utilizados em futuros planos e projetos, levando em conta a história destes espaços vividos sob a perspectiva das paisagens existentes e dos moradores do local.

Palavras-chave.

forma urbana,
paisagem, natureza,
cidade

Referências.

- BESSE, J. M. O gosto do mundo: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014
- MOISSET, I. Interaccion cuadrícula-naturaleza. In: NASELLI, C. et al. Forma Urbana, lecturas y acciones em la ciudad. Córdoba: I+P Editorial, 2006. p. 20-43.
- REKER, M.; PASTORE, J. B. uma intervenção paisagística no espaço urbano. In: SERRÃO, A. V. Filosofia e Arquitectura da Paisagem - Intervenções. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013. p.199-211.

Projeto urbano de infraestrutura verde para mitigar inundações no Setor La Isla. Estratégias sustentáveis para a gestão da água do rio Puyo

Nayeli Zumba; María Maldonado

Universidad Regional Amazónica Ikiam; Universidad Regional Amazónica Ikiam
(nayeli.zumba@est.ikiam.edu.ec; maria.maldonado@ikiam.edu.ec)

Resumo.

O estudo de caso da pesquisa é o setor La Isla na cidade de Puyo, localizada na província de Pastaza, Equador. A cidade apresenta um crescimento populacional acelerado, onde as atividades antropogênicas e o fenômeno El Niño afetam negativamente o Rio Puyo e a comunidade, respectivamente. Portanto, a pesquisa tem como objetivo projetar uma infraestrutura verde resiliente para mitigar os efeitos das inundações no setor La Isla, próximo ao Barrio Obrero. Há aspectos negativos que causam a contaminação do rio Puyo e de sua fauna. As casas localizadas perto do rio são um ponto focal de contaminação, devido à falta de tratamento de águas residuais; especialistas apontaram que o rio está “moderadamente contaminado” (RODRÍGUEZ, 2016, p.62). Além disso, os comércios locais noturnos estão localizados ali, gerando poluição sonora que afeta a área. No inverno, o setor de La Isla é suscetível a inundações devido a efeitos naturais, como o fenômeno El Niño. Esse fenômeno é gerado “... a cada poucos anos devido ao aquecimento do Oceano Pacífico, o que resulta em fenômenos como secas ou chuvas intensas que geram inundações e deslizamentos de terra” (COBA, 2024), um evento que geralmente ocorre nos meses de março a junho. Nas zonas ribeirinhas do rio Puyo, há assentamentos informais e aterros sanitários que ocupam um espaço necessário para a passagem dos fluxos de inundação. Esse é um fenômeno de transformação do tecido urbano devido à necessidade de ter seu próprio espaço. O solo é argiloso, tem baixa permeabilidade e faz com que o fluxo do rio aumente, razão pela qual as inundações “[...] existem há séculos, mas a afetação de casas e propriedades foi registrada há aproximadamente 22 anos, o tempo de residência das primeiras famílias que chegaram ao setor” (VALLEJO, 2019, p. 29). O projeto urbano de infraestrutura verde para a redução de inundações e melhoria urbana em Puyo, com foco em estratégias sustentáveis para conectar eficientemente os espaços verdes a fim de reativar e preservar os ecossistemas existentes e mitigar as inundações. Esse projeto envolve a criação de espaços para conexão social e ambiental, planejando a cidade com a integração de zonas aquáticas, espécies de flora e fauna para gerar “... uma rede ecologicamente coerente e estrategicamente planejada de áreas naturais e seminaturais (...) para a conservação de ecossistemas (...)” (BOE, 2021, p. 83226). O projeto implementará espaços multifuncionais que melhoram a qualidade de vida dos habitantes e permitem o desenvolvimento econômico, cultural, social e turístico de Puyo. A pesquisa e o projeto usarão ferramentas como análise de estudo de caso, mapeamento participativo, unidades de paisagem e indicadores urbanos, com foco na importância do rio. O objetivo é identificar os pontos fortes e as oportunidades oferecidas pela área, a fim de produzir um projeto de infraestrutura verde de acordo com as necessidades dos usuários.

Palavras-chave.

Infraestrutura verde, mapeamento participativo, resiliência, Puyo, inundações.

Referências.

Referê Ministério da Presidência, Relações com o Parlamento e Memória Democrática. Constituição (2021). Diário Oficial da União nº 166, de 13 de julho de 2021. . 166. ed. España: BOE, 13 jul. 2021. Seção 1, p. 83217-83470. Disposições gerais. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/o/2021/07/09/pcm735/dof/spa/pdf>. Acesso em: 09 mar. 2024.

COBA, Gabriela. Inamhi explica a evolução do El Niño no Equador: o instituto nacional de meteorologia e hidrologia (inamhi) afirma que, com um fenômeno el niño ativo, as chuvas podem se intensificar.. Primicias. Quito, 05 jan. 2024. p. 100-101. Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/sociedad/inhami-fenomeno-nino-ecuador-lluvias-evolucion/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

VALLEJO, Carmen. Vulnerabilidade física às inundações do rio Puyo no setor La Isla: cantão de Pastaza, província de Pastaza: trabalho de graduação apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de engenheiro geológico. 2019. 76 f. Tese (Graduação) - Curso de Geologia de Engenharia, Faculdade de Engenharia em Geologia, Mineração, Petróleo e Engenharia Ambiental, Universidade Central do Equador, Quito, 2019. Cap. 4. Disponível em: <https://www.dspace.uce.edu.ec/server/api/core/bitstreams/9d98f32c-5d7d-47dd-8291-79fcd7b857e5/content>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Patrimônio Fundiário Religioso. As cartas de aforamento como agentes modeladores da forma urbana de Ribeirão Preto - SP

Dirceu Piccinato Junior ;

PUC-Campinas

(dirceu.piccinato@puc-campinas.edu.br)

Resumo.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as cartas de aforamento da cidade de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, solicitadas por interessados em residir na área central da cidade, isto é, o patrimônio fundiário urbano religioso de fundação da referida cidade, como condicionantes da forma urbana. O processo de fundação de cidades durante o Brasil colônia, Império e parte da Primeira República seguiu uma dinâmica comum em diferentes realidades do país. Um grupo de proprietários de terras doavam um quinhão de terra para um santo de devoção. Esse território denominava-se patrimônio religioso, e ali esse grupo de moradores fundavam uma localidade urbana. A tutora dessa propriedade passava a ser a igreja Católica, que colocava esse quinhão de terra sob o regime jurídico da enfiteuse. Enfiteuse, aforamento ou empraçamento são sinônimos e significam, em síntese, a subdivisão da propriedade em dois proprietários; o proprietário direto, neste caso o santo de devoção, e o proprietário indireto, aquele que passaria a usufruir, a gozar do bem. Interessante ressaltar que concomitante ao crescente controle do Estado sobre as ordens religiosas, floresceu no Brasil do passado um tipo de apropriação territorial que teve na igreja Católica um importante ponto de fundação. Usualmente, as glebas tendiam a ser grandes demais, conjuntura que implicava em despesas elevadas (particularmente com os escravos). Muitos colonos acabaram também não tendo acesso à terra. Os que possuíam recursos puderam adquirir ou aforar antigas propriedades ou parte delas. Grande parte, entretanto, acabou se transformando em simples agregados dos proprietários rurais, formando uma classe de pobres livres que habitava o campo, mas que não possuíam bens de raiz. “A importância dessa população não proprietária para o setor produtivo era, entretanto, bastante grande, e é por isso que os patrimônios religiosos foram surgindo por toda a colônia. Eram glebas cedidas por um ou vários proprietários fundiários para que os trabalhadores sem terra pudessem ali fixar residência. A cessão, entretanto, não se fazia diretamente a eles. O beneficiário era sempre o orago de uma capela já existente ou que se queria erigir no local, cabendo à Igreja, em nome do padroeiro, administrar esse patrimônio, que aforava então aos colonos as terras recebidas (Abreu, 2006, p. 233)”. O aforamento da terra urbana é quando o senhorio direito, verdadeiro proprietário, concede a outro, o enfiteuta ou foreiro, o direito do domínio útil de sua propriedade. O detentor deste último domínio tem o direito de usufruir e gozar do bem, mas não é o proprietário. Caberá ao foreiro ou enfiteuta o pagamento do tributo, laudêmio, quando alienar o domínio útil do imóvel a terceiros. (Piccinato Junior, 2016). Tal conjuntura pode ser observada no processo de formação da cidade de Ribeirão Preto, situada no interior do estado de São Paulo. A metodologia empregada é a histórica, considerando que o estudo da dimensão urbana atual da cidade faz-se preponderante compreender o seu passado de formação. Nesse sentido, o estudo busca contribuir com a compreensão desse instituto jurídico, tão presente em muitas cidades brasileiras, assim como com os direcionamentos políticos urbanos da cidade de Ribeirão Preto.

Palavras-chave.

Terra urbana, Morfo-
logia urbana, Datas
de terra, História
urbana, Bens de
“mão morta”

Referências.

Cinco nomes, um traçado urbano e dois centros históricos. A preservação do patrimônio urbano em João Pessoa

Flora Oliveira de Souza Cardoso; Francisco Xico Costa

PPGAU/UFPB

(flordeoliveira@gmail.com; xicocosta2001@gmail.com)

Resumo.

A cidade de João Pessoa é uma das capitais brasileiras mais antigas, com mais de quatro séculos de fundação. É também uma capital que teve cinco nomes: Cidade Real de Nossa Senhora das Neves (1585), Filipeia de Nossa Senhora das Neves (1588), Frederikstad ou Frederica (1634), Cidade da Parahyba (1634) e João Pessoa (1930). Cada toponímia expressa momentos e acontecimentos importantes para a história da cidade. O primeiro nome versa sobre a subordinação direta da Capitania da Parahyba ao Rei de Portugal, e o seguinte é uma homenagem a Dinastia Filipina, quando Espanha passa a reinar Portugal. Já o nome Frederica deriva da ocupação holandesa, cuja expulsão tem como desfecho a denominação mais longeva, Cidade da Parahyba. Por quase três séculos tal toponímia fez alusão ao rio por onde se escoava a produção de cana de açúcar a partir do Porto do Varadouro. A cidade se configurava como uma extensão do campo, estando por séculos circunscrita ao sítio original (Aguiar & Octávio, 1985). Em 1930, ocorre o assassinato do político paraibano João Pessoa, este fato gera uma homenagem e o último nome da cidade. O cenário nacional e local era de mudanças extremas, o que se expressou pelas intervenções urbanas na cidade, que se saneava e embelezava, mas pouco crescia, o que mudou a partir de 1950 com sua expansão em direção a orla marítima. O núcleo originário foi gradativamente sendo despovoado, assumindo função de centro urbano, onde comércios e serviços passaram a ocupar parte do traçado urbano quadricentenário. Na década de 1970, este mesmo traçado foi rasgado por dois viadutos, e outras intervenções foram planejadas para refuncionalizar o centro, mas não executadas (Lavieri & Lavieri, 1999), resultando na permanência de elementos que contam a história da forma urbana. Em 1982 ocorre a primeira delimitação do Centro Histórico de João Pessoa a nível estadual e na mesma década se inicia uma parceria entre Brasil e Espanha para revitalização do Centro Histórico de João Pessoa (AECI, 1999). Nos anos 1990 o projeto vai transformar a narrativa e imagem deste centro histórico, que passa a ser vinculado ao bairro do Varadouro (Cidade Baixa) e um recorte que expressa uma cidade art déco dos anos 1930. Em um segundo momento, já nos anos 2000, se busca o reconhecimento a nível nacional, estimulando uma série de intervenções em espaços públicos. A nova delimitação proposta para o IPHAN (2007) tem enfoque na Cidade Alta, com seus monumentos religiosos do século XVII. Este artigo busca identificar as consequências das intervenções no Centro Histórico de João Pessoa nos dois momentos/recortes de centro histórico (dos anos 1980 e 2000), tendo como aporte visual a produção de cartografias temáticas que auxiliam na desconstrução de narrativas e imaginários patrimoniais. Ademais da perspectiva patrimonial, busca-se ressaltar a partir de estudos de morfologia urbana, a resiliência do traçado urbano de “cinco nomes” ao absorver novas atividades garantindo sua permanência no ainda centro funcional e simbólico da cidade.

Referências.

- AGENCIA ESPAÑOLA DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL (AECI). Programa de Preservación del Patrimonio Cultural de Iberoamérica. Madrid: Aeci, 1999.
- AGUIAR, Wellington; OCTÁVIO, José (org.). Uma cidade de quatro séculos – evolução e roteiro. João Pessoa: Grafset, 1985.
- LAVIERI, J. Roberto; LAVIERI, Maria B. Ferreira. Evolução urbana de João Pessoa pós- 1960. In: A questão urbana na Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

Palavras-chave.

João Pessoa, centro histórico, traçado urbano, idealização, preservação.

Dinâmica Morfológica da Cidade de Boa Vista – RR (1924 – 2024).

Paulina Onofre Ramalho; Andrea Queiroz Rego
PROARQ UFRJ/UFRR; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFRJ
(paulina.ramalho@fau.ufrj.br; andrea.queiroz@fau.ufrj.br)

Resumo.

“Este trabalho tem como objetivo mostrar a transformação da forma urbana da Cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima. Para tanto, a pesquisa é qualitativa, ancorando-se, quanto aos procedimentos, em pesquisa bibliográfica e documental. A abordagem histórica destaca três momentos nos quais as mudanças nas estratégias políticas motivaram novos desenhos urbanos e vetores de crescimento. Boa Vista originou-se de uma fazenda de gado bovino, de mesmo nome, implantada em 1830 na margem direita do rio Branco. Em 1890, criou-se o Município de Boa Vista do Rio Branco, com o pequeno povoado existente sendo elevado à categoria de vila. Em 1926, concedeu-se foro de cidade à então Vila de Boa Vista. Nesse período, Boa Vista apresentava um baixo índice populacional distribuído em três ruas paralelas ao rio. Em 1943, com a criação do Território Federal do Rio Branco, posteriormente denominado Território Federal de Roraima, a Cidade de Boa Vista tornou-se a capital. Dentre as ações empreendidas pelo primeiro governador, Ene Garcez dos Reis, destaca-se a implantação de projeto urbanístico elaborado pelo engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson. O projeto é radioconcêntrico, com avenidas largas que convergem para uma ampla praça central, sede dos poderes religioso, legislativo, judiciário e executivo. O referido projeto deu início a um processo de planejamento que é denominado pela historiografia local como “de costas para o rio”. Neste processo o rio Branco, que durante séculos condicionou a vivência na região, deixou de ser um ponto de referência. O projeto foi implementado a partir de 1946, mas, devido à instabilidade política no Território, ainda não havia sido plenamente concretizado no início da década de 1950. Sendo assim, na segunda metade da mesma década, Boa Vista apresentava contrastes em sua configuração espacial, resultando em três cidades distintas: a anterior ao projeto (cidade velha), a projetada (cidade nova), e a pós-projeto, que foi construída de forma rápida e desordenada. Percebia-se, ainda, uma tendência de crescimento para os setores oeste e noroeste. Na década de 1970, no bojo da ditadura civil-militar, o Território Federal de Roraima recebeu uma série de obras de infraestrutura. Essas obras inseriram-se em um projeto maior articulado pelo próprio governo federal para o desenvolvimento conjuntural da Amazônia. Deste modo, fomentou esse desenvolvimento através de apoio em termos de recursos humanos e financeiros. Nesse contexto, questionou-se a continuação do sistema radioconcêntrico, sendo o mesmo abandonado. Nas décadas seguintes, em parte como política dos próprios governadores, a cidade expandiu-se desproporcionalmente para a zona oeste a partir da doação de lotes e da construção de conjuntos habitacionais. Essa expansão ocorreu, sobretudo, em áreas ambientalmente frágeis, como lagos e igarapés. Concluiu-se que a dinâmica morfológica da cidade de Boa Vista foi condicionada, em grande parte, pelos processos político-administrativos que incidiram sobre a mesma. Sua grande expansão para a zona oeste ocorreu a despeito de suas condições ambientais, o que fragilizou o ecossistema local, com graves repercussões para seus habitantes.”

Palavras-chave.

morfologia urbana,
planejamento urba-
no, evolução urbana,
política urbana, Boa
Vista – RR.

Referências.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Roraima: Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1995.
GUERRA, Antônio Teixeira. Estudo Geográfico do Território do Rio Branco. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A produção do espaço urbano de Boa Vista - Roraima. 2009. 235 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ESPAÇOS DE RECORDAÇÃO SUBURBANOS. A leitura multiescalar da paisagem e reflexões sobre transformações e memórias urbanas no contexto de Quintino Bocaiúva e Piedade, no Rio de Janeiro

Lígia Castanheira Magalhães; Ingrid de Souza Soares; Vera Regina Tângari; Alex Lamounier
PROARQ-UFRJ; PROARQ-UFRJ; PROARQ-UFRJ; Universidade Federal do Rio de Janeiro;
(ligia.magalhaes@fau.ufrj.br; ingrid.souza@fau.ufrj.br; vtangari@fau.ufrj.br; alexlamounier@id.uff.br)

Resumo.

Este trabalho tem como objetivo geral demonstrar, em ordem prática, como os métodos de análise da paisagem podem servir de instrumento para reflexões sobre as políticas de preservação das atmosferas e o direito à memória no subúrbio carioca. Localizados na Zona Norte, os bairros de Piedade e Quintino Bocaiúva possuem diferentes caracteres e desempenham papéis essenciais na dinâmica e história da Cidade do Rio de Janeiro. Quintino se caracteriza pela predominância residencial, abrigando também comércio que dinamiza a economia local. Os moradores reconfiguram espaços subutilizados para o lazer, criando, por exemplo, praças de leitura e áreas de recreação. Piedade, por sua vez, destaca-se pelo valor cultural e religioso. As principais vias e a linha férrea estruturam o desenvolvimento e definem centralidades, com a proximidade dos transportes influenciando a dinâmica urbana. Ambos os bairros refletem a interação entre espaço construído e vida comunitária, evidenciando a adaptabilidade e resiliência dos moradores diante da escassez de espaços públicos. A partir de análises dos fluxos e fixos (SANTOS, 2004) locais foi possível fazer uma análise qualitativa aprofundada dos territórios. Os fluxos são caracterizados por movimento contínuo e carecem de uma forma claramente identificável. Já os elementos fixos, por outro lado, servem como estruturas estáveis para a vida social, sendo considerados formas que perduram no espaço, embora possam, eventualmente, ser substituídas ao longo. Dessa maneira, a análise multiescalar proporcionou reflexões sobre a preservação da memória material, enfatizando a importância dos espaços de recordação (ASSMANN, 2011) e a complexidade do apagamento de caracteres (NORBERG-SHULZ, 2013) da paisagem suburbana carioca a partir de exemplos presentes dentro dos bairros analisados. Nesse caso se incluem a implosão parcial dos edifícios da antiga Universidade Gama Filho em detrimento da requalificação de seu terreno visando o Projeto do Parque Piedade, proposto pela Prefeitura do Rio de Janeiro, além da antiga Fábrica Açúcar União que foi demolida para a implementação de um empreendimento imobiliário. No contexto de do bairro de Quintino, destaca-se a antiga residência do jornalista e político Quintino Bocaiúva, que apesar de ser tombada pelo patrimônio histórico desde de 1993 se encontra em situação de abandono e com crescente ocupação irregular. Estes exemplos de apagamentos de elementos da história dos bairros na paisagem, ilustram uma tendência de traço projetual insensível a elementos da paisagem que compõem atmosferas locais únicas. O trabalho, porém, não critica a requalificação urbana em si, mas destaca a potencial perda da memória patrimonial resultante de políticas públicas que desconsideram a história do local, enfraquecendo, dessa forma, a cultura suburbana carioca. Cabe ressaltar que este artigo é produto dos estudos na disciplina Arquitetura da Paisagem, ministrada pelos professores Drs. Vera Tângari e Alex Lamounier no Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2023.

Palavras-chave.

Quintino Bocaiúva, Piedade, Subúrbio Carioca, Espaços de Recordação, Atmosferas Urbanas.

Referências.

- ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011
- NORBERG-SHULZ, Christian. O Fenômeno do Lugar. In: NESBITT, Kete. Uma nova agenda para a arquitetura; uma antologia teórica 1993-2009, São Paulo, Cosac Naify, 2013. p. 443-461.
- SANTOS, Milton. O espaço dividido. São Paulo: EDUSP, 2004.

Sensações e percepções na paisagem urbana. Do percurso processional a implantação das Capelas dos Passos em Ouro Preto, Mariana, Tiradentes e São João del-Rei - Minas Gerais - Brasil

Vanessa Taveira de Souza; Staël de Alvarenga Pereira Costa

Universidade Federal de Minas Gerais

(vanessaarquiteta restauradora@gmail.com; staelalvarenga@gmail.com)

Resumo.

“O percurso processional e a implantação das Capelas dos Passos que são utilizados na via sacra da Paixão de Cristo pelos fiéis durante a quaresma e semana santa em Ouro Preto, Mariana, Tiradentes e São João del-Rei, suscitam sensações e percepções na paisagem urbana das cidades de Minas Gerais. Essas ações são intencionais e estão relacionadas com as ideologias religiosas e urbanísticas absorvidas pelos seus fundadores e construtores após a ocupação portuguesa no interior do Brasil. Durante a pesquisa de doutorado analisamos como essas ideologias foram materializadas nas edificações e ritos estudados. Demonstramos assim, a implantação, a localização e os diálogos com outras edificações do entorno como as existentes entre as Capelas dos Passos e as torres sineiras, cruzeiros, encruzilhadas, pelourinhos e demais símbolos religiosos e administrativos ali presentes. Posteriormente, realizamos as investigações referentes a escala, linguagem arquitetônica e uso de efeitos de perspectiva, que diferenciam as estações da via sacra na paisagem urbana e permitem também suas identificações aos devotos. Chamamos atenção para as apropriações das ruas principais e dos espaços potenciais nos núcleos originais pelas irmandades religiosas para as práticas devocionais, que foram conformadas durante o período colonial, da morfogênese até a consolidação dessas vilas, ou seja, numa dimensão e análise temporal morfológica de 1698 a 1824. Identificamos também depois algumas intervenções de desenho urbano no entorno das Capelas do Passos após reformas urbanas nas quatro cidades, que propiciaram maior visibilidade e fruição a essas arquiteturas. As ideologias e recursos utilizados confirmaram o uso das cidades como cenário narrativo, que expressam o controle imposto à sociedade mineira a partir da reprodução das práticas sociais da Igreja e do regime econômico de exploração aurífera da Coroa Portuguesa. Como suportes teóricos contemporâneos para leitura da paisagem urbana utilizamos Luiz Cláudio Bittencourt (1999), Kevin Lynch (2018), Gordon Cullen (2018) e os croquis de Isabelle Capanema (2023). Esperamos como resultados valorizar esse tema ainda pouco estudado no Brasil, além de demonstrar o uso da metodologia de análise considerando os objetos de estudo e as festividades seculares mineiras presentes na tese de doutorado.”

Palavras-chave.

paisagem urbana, procissões, Capela dos Passos, Minas Gerais.

Referências.

- BITTENCOURT, Luiz Cláudio. Regularidades do visível. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura, 1999.
- CULLEN, Gordon. 1914-1994. Paisagem Urbana. Tradução de Isabel Correia e de Carlos de Macedo a partir da edição de 1983. - 1a. ed. - Lisboa: Editora Edições 70, LDA, 2018. - (Arquitetura & Urbanismo; 1)
- LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. - 3a. ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018. - (Coleções cidades)

Resistir é preciso. Teatro Villa Lobos, patrimônio carioca esquecido

Delano Delfino; Cêça Guimaraens

PPGAU-UFF; Proarq-UFRJ

(delanod@id.uff.br; maria.guimaraes@fau.ufrj.br)

Resumo.

“Em fase de arruinamento desde 2011, após dois incêndios num mesmo ano, o teatro Villa Lobos, persiste e resiste. Representante da arquitetura moderna com linguagem brutalista, o edifício até hoje não teve o seu valor como patrimônio cultural e arquitetônico reconhecido a fim de salvaguardar a sua existência. Apesar do estado atual do edifício sua característica mais importante, a fachada, permanece intacta ao longo do tempo e justifica a sua preservação. O teatro é indissociável do bairro que ocupa, projeto do arquiteto carioca Raphael Matheus Peres, e foi inaugurado em março de 1979, com a peça Pato com Laranja com Paulo Autran. De acordo com a revista Manchete de março de 1979, o teatro Villa-Lobos era o mais bem aparelhado do Brasil, dispondo de perfeita acústica e iluminação. Ao longo do tempo seu palco passou a abrigar além de peças de teatro, espetáculos de dança, shows de música e musicais. Sendo até hoje considerado pela população e pela classe artística como um dos melhores teatros do estado. Na XVIII Premiação anual do IAB-Rio em 1981, o projeto recebeu menção honrosa pela solução arquitetônica uma que vez no terreno passa o emissário submarino da zona sul o que fez com o arquiteto desenvolvesse o projeto em patamares. Segundo o professor José Dias, a presença do emissário fez com que o estaqueamento do edifício fosse cuidadosamente estudado. Para ele, o objetivo da Funterj1 (hoje Funarj2) ao construir o edifício era atender às mais modernas técnicas funcionais existentes. Ao longo desses treze anos, diversas tentativas foram realizadas pelo Estado para recuperar o edifício. Em 2014, foi feito um projeto pelo escritório Archi5 em parceria com a arquiteta Tânia Chueke para a sua recuperação que por falta de verbas nunca foi realizado. No ano de 2018, uma grande manifestação foi realizada na avenida Princesa Isabel pedindo a recuperação do edifício e a sua devolução a cidade. Em 2023, durante uma audiência pública na Alerj3 realizada pela Comissão de Cultura, a Funarj apresentou o projeto para a recuperação do espaço. No mesmo ano, foi realizada a limpeza do espaço e a contratação de segurança 24 horas. A fundação pretende coletar recursos para que o projeto possa ser realizado. Através desse estudo, buscamos evidenciar os valores intrínsecos desse edifício tão importante para a cultura carioca afim de buscar a sua preservação. Além dos inegáveis valores arquitetônicos, o edifício possui valor urbano para a cidade uma vez que é testemunha da especulação imobiliária da região. Através das mudanças da moldura urbana da avenida Princesa Isabel, podemos perceber a importância de preservar a história de uma época e não permitir que o espaço sucumba aos grandes arranha céus de Copacabana.”

Palavras-chave.

Arquitetura Moderna, Arquitetura Carioca, Brutalismo, Raphael Matheus Peres, Teatro Villa Lobos.

Referências.

DIAS, José. Teatros do Rio: do século XVIII ao século XX. págs. 490-496. 1ª edição. Rio de Janeiro, FUNARTE, 2012.

Redação. Como será o plano de recuperação do teatro Villa-Lobos, fechado desde 2011. Veja Rio, 2023. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/plano-recuperacao-teatro-villa-lobos-fechado-desde-2011>

RIO, a capital do Teatro. Revista Manchete, Rio de Janeiro, no 1.405, págs 20 a 25, 24 de março de 1979. Fonte: Hemeroteca, Biblioteca Nacional, Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=183861>

Santarém sob a ótica dos viajantes naturalistas europeus durante o século XIX.

Elias Mota Vasconcelos; Staël de Alvarenga Pereira Costa; Marina Salgado

Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PPG-ACPS), UFMG; Pontifícia Universidade

Católica de Minas Gerais, PUC Minas

(eliasturismo@yahoo.com.br; sapc@ufmg.br; ms.marinasalgado@gmail.com)

Resumo.

O objetivo deste estudo é apresentar e compreender o olhar que os naturalistas europeus tiveram de Santarém-PA, no século XIX e a contribuição para a definição do território. Durante o século XIX alguns naturalistas estiveram em Santarém na transição do estágio de Vila à Cidade, entre eles os alemães Carl Friedrich Philipp von Martius, botânico e Johann Baptist von Spix, zoólogo. Na publicação Viagem pelo Brasil (1817-1820) de 2017, Spix e Martius descrevem a geografia amazônica destacando a fauna e a flora. No volume três da obra eles inferem que estiveram na região de julho de 1819 a junho de 1820. Ao chegarem à foz do rio Tapajós em 18 de setembro de manhã cedo, Spix e Martius logo notaram a diferença na cor da água dos rios, pois segundo eles não tinha mais o tom amarelo-sujo das águas do Amazonas, agora se mostrava verde-escura. E pelo meio-dia chegaram a Vila de Santarém. Esta, segundo eles, é referenciada na língua geral como Tapajós, é a mais importante de toda a região Amazônica, especialmente por sua localização geográfica favorável. A Vila de Santarém, conforme os naturalistas, localiza-se em solo desigual, elevado de 12 a 30 pés acima do rio (SPIX e MARTIUS, 2017). Segundo eles, a Vila possuía, à época, uma rua principal formada por algumas casas enfileiradas de um piso, e outras laterais, evidenciando asseio e comodidade. Outro estudioso que visitou e depois morou em Santarém por aproximadamente três anos foi o entomologista Henry Walter Bates. No volume I da obra “o naturalista no rio Amazonas” (1944), Bates relata que estava próximo da boca do rio Tapajós, de águas claras verde-oliva, bem diferente da água do Amazonas que ele chama de corrente lamacenta. Na sequência, ele informa ao avistar a cidade do barco: Ela tem aspecto de limpa e afável, observada do rio. É composta por três extensas ruas e algumas travessas (BATES, 1944). Apesar de visitarem Santarém em momentos distintos, eles têm a mesma impressão em relação ao encontro das águas dos Rios Amazonas e Tapajós, a importância da Vila/Cidade, a limpeza e o ordenamento da mesma. Considerando a categoria Território, recorreu-se aos apontamentos de Milton Santos (2014), pois para ele, o território representa muito além de um conjunto de artefatos, isto é, um ambiente físico onde os indivíduos fixam residência, labutam, se deslocam, constitui-se em um espaço simbólico e identitário. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica. Espera-se que este trabalho contribua para discussões científicas acerca da importância que os naturalistas tiveram para a construção do território da Vila/Cidade de Santarém e seus desdobramentos.

Palavras-chave.

Santarém, Pará, naturalistas, viajantes, Território.

Referências.

BATES, Henry Walter. O naturalista no Rio Amazonas. Brasileira, V. 01, 1944.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. - 7a. ed. - São Paulo: Editora Edusp, 2014.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Viagem pelo Brasil, 1817-1820. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, V. 3, 2017.

A Orla Do Educandos como prelúdio da morfologia histórica do bairro Educandos, Manaus/AM..

Calina Ramos de Brito Souto ;
Universidade Federal do Amazonas
(calinasouto@gmail.com)

Resumo.

Meu pai pescava peixe no igarapé do Educandos pra sobreviver, eu pesco latinha!”. O Educandos é um bairro que está localizado na Zona Sul da cidade de Manaus, Amazonas, as margens do Rio Negro. No final do século XIX, o lugar onde hoje o Educandos se insere, fazia parte da floresta que circundava Manaus, quando a cidade era apenas um pequeno núcleo urbano. O desenvolvimento urbanístico do Educandos se iniciou quando surgiu a necessidade de expandir a cidade para o sul. Com isto, foi construído a instituição de ensino dos Educandos Artífices, em 1856, primeira escola técnica do Amazonas, direcionada ao ensino das artes. Com a construção do edifício do Educandos Artífices, o bairro começou a se desenvolver, sendo batizado de Constantinópolis em 1907, porém, por ser popularmente chamado de Educandos, em referência à escola, seu nome passou a ser Educandos. O Instituto além de marcar a fundação do bairro, também traz marcas de uma história de silenciamento de pessoas e suas culturas. O Instituto Educandos Artífices, funcionava em forma de internato, que trazia dentre suas atribuições, ensinar cursos profissionalizantes, com objetivo de capacitar mão de obra para trabalhar na construção da cidade, além disso, “civilizar crianças” indígenas, estas, que muitas vezes eram retiradas a força das aldeias e de suas famílias, embasado por um discurso que era melhor serem retiradas a força, do que viverem de modo “primitivo”. O instituto é tratado aqui, como um marco histórico de fundação do bairro, como também, início de um processo de silenciamento cultural e social de parte da população manauara que vive na beira. Entendendo morfologia urbana, como “o estudo da forma das cidades e dos processos que as moldam, o que implica em ‘compreender a lógica da formação, evolução e transformação do tecido urbano, seus elementos e suas inter-relações’ ao longo do tempo”. (COSTA; NETTO, 2015). O objetivo se baseia em dissertar sobre como o processo de urbanização de Manaus influenciou no desenho urbana que vemos hoje na orla do bairro Educandos, trazendo quais os resultados das inter-relações e elementos que nortearam o processo urbano do bairro e seus impactos na cultura e no ambiente natural. O trabalho se fundamenta na bibliografia de autores como, Terry Eagleton, Otoni Mesquita, Stael de A. P. Costa e Maria Manoela G. Netto. Também em fontes primárias, como jornais e revistas de acervo histórico. Através de análise morfológica de um dos bairros mais antigos da cidade de Manaus, baseando em processo histórico e cultural, entenderemos como foram os processos e dinâmicas que moldaram a paisagem da orla do Educandos e como influenciou mudanças de costumes e tradições de seus moradores.

Palavras-chave.

Orla do Educandos,
Manaus, Morfologia
Urbana.

Referências.

- EAGLETON, Terry. A ideia de Cultura. Lisboa: Temas e Debates: Actividades Editoriais, 2000.
MESQUITA, Otoni. Manaus história e arquitetura: 1669 – 1915. Manaus: Valer, 2019.
COSTA, Stael de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela Gimmler. Fundamentos da Morfologia Urbana. Belo Horizonte: C Arte, 2015.

A importância da paisagem das águas no planejamento das cidades.

Um estudo de projetos em Medellín, Porto Alegre e Teresina.

Karenina Cardoso Matos; Gedeilson da Silva Lima; Thiago Victor Pereira do Vale;

Wilza Gomes Reis Lopes; Nícia Formiga Leite;

Universidade Federal do Piauí - UFPI

(karenina@ufpi.edu.br; gedeilsonlima123@gmail.com;

thiagovictor0255202020@gmail.com; wilza@ufpi.edu.br; nicialeite@ufpi.edu.br)

Resumo.

As praças e parques são frequentemente utilizados pela população em suas rotinas diárias, onde realizam uma variedade de atividades, que vão desde a prática de atividades físicas até o simples, porém necessário descanso (Londe; Mendonça, 2014). Ao pensar em áreas verdes, consequentemente, direciona-se às paisagens das águas que contribuem para a melhoria ambiental das cidades, pois são importantes cenários ambientais que definem áreas vegetativas, além de promoverem melhores condições de vida e conservação do meio ambiente. Com o distanciamento da relação entre a cidade e suas paisagens hidrográficas na área urbana, surgiu a necessidade de elaborar planos que unissem os desejos da sociedade com o bem-estar da natureza. Assim, foram estabelecidas bases que visavam à preservação da paisagem ribeirinha, possibilitando a busca por uma cidade mais sustentável (Bonilha, 2006). O objetivo desta pesquisa, foi identificar a importância dos parques que possuem uma relação direta com as águas, no planejamento urbano das cidades, a partir da análise conceitual, projetual e uso de três intervenções projetuais nesses ambientes, sendo elas: o Parque Botânico Rio Medellín em Medellín, na Colômbia; o Parque Urbano da Orla do Guaíba em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e o Parque Lagoas do Norte em Teresina, no Piauí. Como metodologia na elaboração dessa pesquisa, estabeleceu-se, principalmente, a revisão bibliográfica para o aprofundamento teórico-conceitual do objeto de estudo. E, em caráter analítico, foram analisados, principalmente, a configuração projetual, fluxos, acessos, relação com o rio ou lagoa, entre outras características. Trazendo esse debate, o presente estudo apresenta uma diversidade de possibilidades de contato com as águas. Com uma extensão de aproximadamente 32 km, o Parque do Río Medellín, cujo objetivo principal era integrar a cidade de Medellín ao seu rio e fortalecer a paisagem ribeirinha, traz uma relação de pertencimento dos moradores com esse ambiente natural, criando um cenário propício para prática de atividades físicas sociais e na criação de um cultural ecológica de integração do ambiente construído com o meio ambiente. No caso do Parque Urbano da Orla do Guaíba em Porto Alegre, ele possui uma extensão de aproximadamente 1,5 km (o primeiro trecho do projeto) e uma área de 56,7 hectares. A proposta foi desenvolvida como uma iniciativa da prefeitura de Porto Alegre para implementar um projeto de requalificação urbana na margem do Lago Guaíba. O parque trouxe uma nova ideia para a orla do lago Guaíba. A distribuição coerente do projeto consolidou a fluidez e o uso do local, criando um novo cenário cultural, esportivo e social para os moradores de Porto Alegre. Em Teresina, o projeto do Parque Lagoas do Norte, com aproximadamente 1.300 hectares, abrange mais de 13 bairros localizados na zona norte da cidade. Ele visa especificamente a intervenção e revitalização paisagística de oito lagoas nessa região, tornando-se uma das maiores iniciativas urbanas e paisagísticas do estado. As propostas nas três cidades, em contextos diferentes, possibilitam trazer para o debate a importância da preservação e urbanidade com a paisagem das águas, refletindo a necessidade desses cenários no planejamento das cidades.

Palavras-chave.

Paisagem das águas; planejamento; áreas verdes; rios urbanos.

Referências.

BONILHA, I. A água e os rios na cidade: elementos para o projeto ecológico da paisagem. *Paisagem e Ambiente*, n. 22, p. 172-179, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/90625>. Acesso em: 26 jun. 2023.

LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDONÇA, Mauro das Graças. Espaços livres públicos: relações entre meio ambiente, função social e mobilidade urbana. *Caminhos de Geografia*, v. 15, n. 49, p. 138-151-138-151, 2014.

Narrativas das práticas paisagísticas. um registro oral da experiência dos trabalhadores relacionados à concepção do jardim modernista tropical na morfologia urbana

Fernanda V. Mello-Oliveira ; Júlia Monteiro
PROARQ/UFRJ; SRBM/IPHAN; PROURB/UFRJ
(mello.fernandav@gmail.com; julia@gmail.com)

Resumo.

As práticas paisagísticas são entendidas como as ações associadas à produção das paisagens concebidas, como parques e jardins, e caracterizam a relação com a natureza nos espaços urbanos. O processo de intervenção espacial com uso de elementos vivos se atrela aos elos afetivo-simbólicos de uma sociedade com os ecossistemas, nas formas de apreciação estética ou na produção de conhecimento sobre eles, sendo estes fatores determinados pelo contexto sociocultural. Na formação das cidades brasileiras, o período do movimento modernista se destaca pela busca da concepção e fortalecimento de uma identidade nacional, que no campo do paisagismo se manifestou num aprofundamento do interesse na incorporação da flora tropical e nativa. A trajetória do paisagismo brasileiro se associa ao desenvolvimento científico sobre sua vegetação e seus ecossistemas e, neste contexto, se alia a um discurso ecológico e estético da valorização nacional. Como forte representação do paisagismo modernista tropical estão as obras concebidas e articuladas por Roberto Burle Marx. Sua contribuição para novos olhares na relação do espaço urbano com a natureza passou pelo interesse na experimentação com um repertório botânico até então pouco explorado, com foco na flora tropical. Este desenvolvimento foi possibilitado por fatores como: sua articulação com especialistas da botânica e agronomia; realização de expedições para observação, estudo e coleta de plantas; formação de equipe especializada de jardineiros; e formação de uma coleção botânico-paisagística em seu Sítio localizado em Barra de Guaratiba, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. O Sítio, anteriormente chamado Sítio Santo Antônio da Bica, e atualmente Sítio Roberto Burle Marx (SRBM), se tornou um patrimônio cultural que preserva sua memória enquanto um laboratório paisagístico de experiências botânicas e compositivas. Sua implantação na região de Guaratiba representou transformações no território, que se orientou cada vez mais a produção agrícola de plantas ornamentais e aos saberes da jardinagem e da botânica. Assim, este bem representa uma influência na dimensão morfológica tanto das cidades brasileiras por ser eixo de um modo de se pensar a presença dos elementos naturais no meio urbano, quanto do território em que se localiza, influenciando uma cultura e economia local associada à produção paisagística. Com isso, se salienta como referência cultural deste bem um forte aspecto imaterial ligado aos ofícios, saberes e fazeres associados à produção da paisagem, envolvendo práticas presentes em todo seu fluxo produtivo: na aquisição de plantas e trocas de conhecimentos, na manutenção e experimentação com a coleção botânica, e na difusão de plantas propagadas e paisagens criadas. As práticas aparecem tanto nas trocas multidisciplinares como nos conhecimentos do cuidado com os jardins. Deste modo, para uma melhor compreensão do contexto de formação do chamado “jardim moderno tropical”, do papel de laboratório experimental paisagístico do Sítio e do vínculo estabelecido com o território de Guaratiba, propõe-se uma documentação de seus processos formadores. A compreensão das práticas e saberes como dimensões relacionadas a agentes sociais e experiências subjetivas orientam ao uso da metodologia da história oral como forma de registro. Assim, a formação do acervo de história oral do SRBM se trata do registro de entrevistas com trabalhadores ligados à formação desse acervo botânico-paisagístico e à concepção dos jardins desenvolvidos pela Burle Marx & Cia. As entrevistas dão foco às práticas, saberes e transmissões sobre paisagismo, botânica e jardinagem, trazendo uma contribuição ao entendimento da complexa dinâmica social associada à criação paisagística. Como produto deste acervo, os relatos gravados em áudio, transcritos e “transcriados” geram fontes documentais que trazem uma amplitude às narrativas sobre a formação do paisagismo nas cidades brasileiras e sobre os saberes paisagísticos presentes no território de Guaratiba.

Palavras-chave.

Paisagem cultural, práticas paisagísticas, história oral, saber-fazer dos jardins.

Referências.

- FERREIRA, Alda A.; Saberes e práticas paisagísticas na construção da Paisagem Cultural Carioca. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro: 2018.
- INGOLD, Tim; Antropologia e/como educação. Coleção Antropologia. Tradução de Victor Emanuel Santos Lima. 1 ed. São Paulo: Editora Vozes, 2020.
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: 2000.

Leitura da paisagem contemporânea de Itapina. Implantação, representação, referencial.

Eneida Maria Souza Mendonça; Jorge Correia; Fernanda Queiroz de Resende Fernandes
Universidade Federal do Espírito Santo; Lab2PT, Universidade do Minho
(eneidamendonca@gmail.com; jorge.correia@eaad.uminho.pt; fernandaqr@hotmail.com)

Resumo.

O cenário para esta comunicação localiza-se em Itapina, município de Colatina, estado do Espírito Santo, Brasil, cuja prosperidade econômica entre as primeiras décadas do século XX repercutiu na forma urbana de valor histórico, que persiste, embora com riscos de apagamento (LORDELLO, 2018). O objetivo desta proposta é debater resultados da análise da configuração da sua paisagem atual, com destaque para o núcleo principal de ocupação, com vistas ao estabelecimento de referenciais que possam ser considerados em projetos futuros de qualificação urbana do lugar. Partindo do projeto de investigação 'Transformação da paisagem urbana contemporânea em polos regionais: apagamento e persistência em Itapina e Maria Ortiz, Colatina – ES', o trabalho evoluiu metodologicamente da recolha de informação documental, trabalho de campo de levantamento urbanístico e fotográfico, elaboração de registro e produção gráfica analítica acerca do material levantado, para a formulação de hipóteses interpretativas sobre modelos de implantação e suas representações. Formada a partir do início do século XX com a construção da estrada de ferro, Itapina testemunhou um forte desenvolvimento nas décadas seguintes, ancorado no escoamento da produção de café da região, o que contribuiu para a produção de um conjunto urbano de tendência linear, acompanhando as duas principais linhas paralelas de referência: os trilhos e o rio Doce adjacente. Aqui vieram a localizar-se os principais equipamentos, como hospital e hotel, assim como o comércio. Deste desenvolvimento, resultou um conjunto urbano de linguagem homogênea, cujo valor patrimonial foi reconhecido pelo estado, a partir do tombamento de Itapina como sítio histórico, em 2013 (ESPÍRITO SANTO, 2013). No entanto, esse reconhecimento não vem alcançando resultados plenos, mesmo passados mais de dez anos. O número de imóveis em bom estado e adequada restauração é bastante limitado, sobressaindo, ainda, a ausência de uso na maior parte das edificações do núcleo central, sejam elas restauradas ou não. No presente, Itapina revela um processo de declínio de atividade econômica, que resulta em muitos apagamentos funcionais e forte encolhimento demográfico e que se traduz num lugar ao mesmo tempo, de memória e esquecimento. Por outro lado, permanecem reverberações do passado, a serem potencializadas para reversão desse quadro. No campo cultural, Itapina sedia anualmente, atividade musical de alcance nacional, estabelecendo uma dinâmica urbana, recordando os antigos moradores de tempos passados. No ambiente construído, percebem-se também, reverberações, que contradizem a mencionada leitura linear do conjunto urbano e propõem uma interpretação transversal da sua morfologia, apoiada num perfil de forte pendente que assenta em cinco plataformas: igreja, rua principal, estação/estrada de ferro, rio/atravesamento fluvial e rodovia. Assim, a comunicação propõe um debate em torno da paisagem contemporânea decorrente da aplicação de modelos com eco histórico, sua conformação física e sua representação simbólica (KOSTOF, 1991), considerando especialmente a relação da(s) alta(s) com a(s) baixa(s) do vilarejo e a composição ortogonal de ruas e/ou eixos de estruturação funcional. O estudo visa explorar a morfologia urbana como instrumento para a valorização de referenciais da paisagem urbana de Itapina na sua longa duração, com vista a contribuir para projetos que possam se associar às potencialidades persistentes.

Palavras-chave.

Itapina, forma urbana, referenciais da paisagem, modelos históricos, representação simbólica

Referências.

ESPÍRITO SANTO, Secretaria de Estado da Cultura, Conselho Estadual de Cultura, Resolução CEC no 003/2013. Aprova o Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Itapina, Distrito de Colatina, Estado do Espírito Santo e dispõe sobre a regulamentação das diretrizes para intervenções nos espaços públicos, lotes e edificações integrantes da Área de Proteção do Ambiente Cultural de Itapina In: Diário Oficial dos Poderes do Estado, 28 de junho de 2013, p. 10-29.
KOSTOF, Spiro. The city shaped. Urban patterns and meanings through history. London: Thames & Hudson, 1991.
LORDELLO, Eliane. Cinco sítios. Paisagens seletas no Espírito Santo. In: Vitruvius. Arquitetismo. Ano 12 jul, 2018 Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitetismo/12.136/7044>, Acesso em: 09 fev. 2024.

Da Copa Mundial de 2014 à atualidade. Intervenções de Mobilidade e Transformações na Paisagem Urbana de Cuiabá e Várzea Grande/MT

Doriane Azevedo; Frank Giordany Aquino Fraporti; Giselli Tibaldi
ÉPURA/UFMT

(doriane.azevedo@gmail.com; frank.fraporti@gmail.com; giselli.tibaldi@gmail.com)

Resumo.

Passados dez anos da Copa Mundial de Futebol 2014 e quinze anos da escolha de Cuiabá como cidade-sede, o espólio deixado é um conjunto de obras públicas inacabadas. Entre elas, destacam-se aquelas voltadas à implantação (ou não) de um Modal de Transporte de Média/Alta Capacidade - a ser instalado nos principais eixos viários estruturadores da área urbana de Cuiabá e Várzea Grande - Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC). Desde o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), a grande crítica a essa ação do Governo Estadual era o fato de uma proposta de implantação do modal em desarticulação com o território urbano, reduzindo o projeto aos seus elementos físicos (linhas, estações e terminais), desconsiderando os impactos na transformação da estrutura urbana, entre eles a (super)valorização do solo urbano propiciada pelos investimentos públicos e a criação de “terra-localização” (VILLAÇA, 2001). As Linhas do Modal de Transporte, são as mesmas da proposta do Bus Rapid Transit (BRT), quanto Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), atravessam paisagens e ambientes urbanos de diferentes aspectos físicos, entre eles, áreas de interesse histórico de origem colonial e modernista, Parques Urbanos (alguns, Unidades de Conservação), setores de média/alta renda, de baixa densidade construtiva e demográfica e, ainda, tangenciam territórios de vulnerabilidade social, compostos por Núcleos Urbanos Informais Consolidados. Diante da retomada do projeto para implantação do Modal de Transporte - agora BRT, e o discurso do Governo Estadual sobre a realização da revisão completa da proposta inicial, acrescentando projetos urbanísticos e paisagístico que conferiram significativa melhoria à proposta inicial, nosso objetivo é apresentar análise comparativa entre o projeto original do BRT de 2010/2011, o projeto subsequente do VLT de 2012 obtidos em análises dos documentos oficiais, EIA/RIMA e levantamentos de campo realizados (antes e durante as obras VLT/BRT, inacabadas) e a proposta atual do BRT, para entender como aspectos socioeconômicos e ambientais da paisagem de Cuiabá/Várzea Grande/MT foram contemplados (ou não) nessa “nova proposta”. Como registra Nuno Portas (2003), ao analisar a emergência dos projetos urbanos ligados aos grandes eventos, nossos resultados preliminares (da leitura decorrente do acompanhamento feito pelo grupo de pesquisa e extensão) também apontam os impactos gerados pelo Projeto do Modal de Transporte ao negligenciar o diálogo com municípios que compõem a RMVRC, ao desconsiderar a inserção dessa intervenção na paisagem de Cuiabá/Várzea Grande), ponderando-se o quanto esses impactos poderiam ser compensados ou, pelos menos, minimizados se as instituições de planejamento e gestão se baseassem em uma abordagem sistêmica e abrangente para orientar, não apenas projetos urbanos (de mobilidade), mas do ordenamento da paisagem/ estrutura urbana nas escalas urbana e regional.

Palavras-chave.

Paisagem Urbana,
Mobilidade Urbana,
Modais de Transporte,
Projeto Urbano.

Referências.

- VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo, Studio Nobel, 2001.
- PORTAS, Nuno. El surgimiento del proyecto urbano. In: Perspectivas urbanas/ Urban perspectives nº3, Barcelona: 2003. 13p. Disponível em: (www.etsav.upc.edu/urbpersp/num3/index.htm), acesso em 15 mar. 2012.
- NASCIMENTO, Adriana Queiroz: Cuiabá-MT em Jogo: a reestruturação urbana em virtude da Copa do Mundo em 2014. Remoção e ordenamento urbano como reflexos da exclusão. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos Júnior, GAFFNEY, Christopher; affney, RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (organização). Brasil : os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 - 1. ed. - Rio de Janeiro : E-papers, 2015.542 p. : il. ; 23 cm. Disponível em: <https://www.observatoriodasmegacidades.net.br/megaeventos-brasil-os-impactos-da-copa-do-mundo-2014-e-das-olimpiadas-2016/> Acesso em: 01 mar. 2024.

Morfologia urbana na escala do bairro. Uma experiência didática de compreensão das dinâmicas urbanas

Douglas Luciano Lopes Gallo ;
IFSP - Instituto Federal de São Paulo
(douglas.luciano@ifsp.edu.br)

Resumo.

Ainda que não seja comum a existência de componentes curriculares específicos de morfologia urbana na formação em arquitetura e urbanismo, o estudo e a compreensão da forma física, enquanto dado real na compreensão das dinâmicas urbanas, é dado fundamental na formação em urbanismo (Oliveira, 2015). Estudar a forma do meio urbano por meio de suas partes e elementos constitutivos na produção e transformação urbana no tempo é essencial para o planejamento e projeto urbano (Lamas, 2011). Dentro da sequência de disciplinas de urbanismo do curso de arquitetura e urbanismo do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), o estudo morfológico do tecido urbano é desenvolvido no primeiro componente curricular, como uma noção introdutória que visa iniciar o estudante na compreensão do campo do urbanismo fornecendo elementos para análise das formas de intervenção por meio do planejamento territorial e do projeto urbano (Meneguetti, 2015). O objetivo deste artigo é apresentar uma experiência didática de ensino da morfologia urbana desenvolvida na escala local, aplicada na compreensão dos processos de formação urbana, considerando seus aspectos quantitativos, qualitativos, figurativos e de organização funcional. São descritos os exercícios e observações desenvolvidos pelos estudantes durante a atividade, bem como as inferências e análises propostas, com apresentação de resultados alcançados na interpretação de um território específico da cidade de São Paulo-SP, o distrito do Pari, onde o IFSP está inserido. A atividade desenvolvida em grupo parte de uma base cartográfica oficial da cidade, disponibilizada via portal Geosampa, coordenado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento da cidade de São Paulo que reúne dados georreferenciados do território municipal. A partir desta base cartográfica da cidade, são produzidos pelos estudantes três mapas da estrutura urbana local: 1. análise do sistema viário e uso dos lotes; 2. análise da tipologia de lotes e sua ocupação; 3. análise da ocupação e volumetria das edificações. Juntamente com a análise espacial cartográfica os estudantes são estimulados a analisar e produzir um texto síntese com reflexões sobre as relações entre os elementos morfológicos e funcionais da cidade. Como primeira aproximação à escala urbana são trabalhados conceitos como: análises do uso e ocupação do solo, raciocínio na compreensão da hierarquia viária e adequação das calçadas, buscando avaliar as relações entre atividades desenvolvidas nos lotes (uso) com as tipologias viárias (hierarquia) e capacidade de acomodação (tamanho) das calçadas; forma, tamanho e regularidade dos lotes e sua ocupação, compreendendo as relações entre as características físicas dos lotes (forma) e a tipologia de edificações (ocupação e volumetria). O desenvolvimento da atividade leva a uma primeira aproximação com a escala urbana, sua leitura e interpretação cartográfica, bem como percepção espacial do tecido urbano e suas representações. Os dados levantados para o território do Pari contribuem para uma melhor compreensão do espaço onde o instituto se insere, seus usos, ocupação e evolução urbana. As percepções e resultados dos estudos contribuem também com outros componentes curriculares posteriores: elaboração de diagnóstico territorial e plano de bairro para a área de estudo; desenvolvimento de um projeto de parcelamento do solo, buscando uma intervenção na paisagem urbana mais contextualizada.

Palavras-chave.

Morfologia urbana,
ensino de urbanis-
mo, forma urbana,
microplanejamento.

Referências.

- LAMAS, J. M. R. G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
MENEQUETTI, K. S. O ensino da Morfologia Urbana no curso de arquitetura e urbanismo da UEM. Revista de Morfologia Urbana. v. 3, n. 1, p. 61-62, 2015.
OLIVEIRA, V. O ensino da Morfologia Urbana. Editorial. Revista de Morfologia Urbana. v. 3, n. 1, p. 3-4, 2015.

Estudos de conservação do patrimônio urbano e desenvolvimento urbano na perspectiva da abordagem da Paisagem Urbana Histórica (PUH).

Dra. Regina Tirello; Dr. Evandro Ziggiatti Monteiro;

Ana Clara Carneiro de Melo; Msc. Juliana Rodrigues Machado

UNICAMP;

(rtirello@unicamp.br; evanzigg@unicamp.br; a216089@dac.unicamp.br; j264167@dac.unicamp.br;)

Resumo.

As recomendações sobre a “Paisagem Urbana Histórica” (PUH) configuram-se nas mais recentes disposições internacionais relativas à conservação e valorização do patrimônio cultural e natural dos povos. Em seu artigo 8.o o documento estabelece que para garantir o desenvolvimento sustentável é necessário reconhecer a estratificação histórica das cidades (UNESCO, 2011), solicitando e estimulando o reconhecimento da evolução histórica; um conceito que traz consigo o paradoxo da conservação e da transformação de um território. Nesta perspectiva, considera-se que o patrimônio cultural edificado das áreas centrais de muitas cidades de médio e pequeno porte, relacionadas à industrialização do estado de São Paulo no século XIX, com elevado potencial para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, ainda carecem de planos de reabilitação que contemplem adequadamente sua preservação física, promoção da diversidade cultural e coesão social. Este artigo corresponde a resultados parciais de pesquisas empíricas realizadas no âmbito de disciplina associada à projeto de extensão intitulado “Valorização do Patrimônio Arquitetônico e Urbano: Práticas de Conservação, Reabilitação e Gestão”, em desenvolvimento na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (FECFAU) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que tem como objetivo maior identificar, mapear e reconstituir lógicas construtivas e linguagens tipológicas determinantes de períodos morfológicos de paisagens urbanas. Toma-se como estudo de caso piloto a cidade de Tatuí, um exemplar singular de antigo centro fabril paulista que se desenvolveu ao redor de seu elemento catalisador, uma fábrica têxtil. Visando mitigar os obstáculos representados pela carência de mapas e documentação convencional, para individualizar e descrever a estrutura resistente e, principalmente, compreender o “equilíbrio histórico” de uma cidade associada a um território ainda pouco estudado sob o ponto de vista de sua formação, adotou-se procedimentos metodológicos das escolas inglesa e italiana de morfologia urbana, que constitui a primeira etapa de aplicação de estratégias experimentais associadas à abordagem da Paisagem Urbana Histórica (PUH). Com parâmetros de regras históricas morfológico-ambientais, a partir da grelha antiga da cidade estabeleceram-se eixos de interesse histórico-temporal que conduziram também à compreensão do processo evolução das estruturas antrópicas. Visando a efetivação de análises tipomorfológicas do acervo cultural configurado, para viabilizar os reconhecimentos iniciais das categorias de mudanças espaciais e arquitetônicas (existentes e não documentadas) definiram-se indicativamente “setores” da cidade a partir de parâmetros que expressassem também valores imateriais: ambiência, categoria de proteção dos bens tangíveis, percepção e apropriação da paisagem urbana histórica e a relação entre os espaços configurados e as manifestações culturais. Às ruas dos setores demarcados foram escrutinadas com sistemáticas de imageamento específicas que resultaram em mosaicos fotográficos e registros especiais que conduziram à relevantes conclusões sobre a permanência de coerência histórico-paisagística intrínseca ao período industrial da cidade. Neste texto apresenta-se resultados obtidos no setor Praças, que corresponde às áreas que concentram número expressivo de edifícios institucionais de Tatuí em diversas etapas evolutivas. São estudos a serem continuados na perspectiva de colaboração com futuros projetos preservacionistas da municipalidade.

Palavras-chave.

morfologia urbana;
paisagens urbanas
históricas; gestão de
cidades históricas.

Referências.

UNESCO. RECOMMENDATION ON THE HISTORIC URBAN LANDSCAPE. 2011. Disponível em: <https://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-638-98.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2024

Revitalização de Centralidades Urbanas. Análise histórica e situacional do Centro de Teresina (PI)

Thiago Victor Pereira do Vale; Karenina Cardoso Matos

Departamento de Construção Civil e Arquitetura (DCCA) da Universidade Federal do Piauí (UFPI)

(thiagovictor0255202020@gmail.com; karenina@ufpi.edu.br)

Resumo.

“Os Centros Urbanos geralmente são reconhecidos pelo seu aspecto simbólico e dinâmico frente à diagramação funcional e espacial das cidades, sendo resultado direto da histórica presença de instituições públicas e religiosas nesses espaços, e da convergência de diferentes tipologias de fluxos (pessoas, veículos e bens mercantis), que por sua vez respondem ao grande quantitativo de atividades terciárias localizadas em tais centralidades. Todavia, com o cenário da expansão urbana associada ao surgimento de subcentros, observou-se o desencadeamento de um preocupante processo de deterioração e degradação desses centros urbanos, motivando uma série de discussões na América do Norte e Europa a partir dos anos 1950, e no Brasil após a década de 1980, que seguiram-se com o surgimento das primeiras ideias de recuperação do centro das urbes (Vargas; Castilho, 2006). Ao trazer o objeto de estudo para a cidade de Teresina (Piauí), observa-se o desenvolvimento de um processo de degradação e deterioração bastante semelhante ao exposto por Vargas; Castilho (2006), cenário esse que vem gerando uma série de discussões em torno da revitalização urbana dessa centralidade. Diante da conjuntura atual, o esvaziamento populacional, a monofuncionalidade associada ao uso comercial, a descaracterização do patrimônio histórico e o estresse urbano causado pelo intenso fluxo de veículos na região, caracterizam-se como algumas das situações problemáticas encontradas no Centro da capital piauiense (IBGE, 2010 apud Teresina, 2018). Visto isso, o presente trabalho desenvolveu-se seguindo três objetivos principais: apresentar uma contextualização geral acerca das centralidades urbanas no mundo e no Brasil, delinear um panorama histórico em torno do processo de formação e deterioração do Centro de Teresina, e estabelecer um breve diagnóstico situacional da área, identificando assim os principais desafios e potencialidades desse bairro. De início, atendendo ao primeiro objetivo, o estudo baseou-se na busca por referenciais teóricos que pudessem apresentar uma contextualização adequada em torno da necessidade de revitalização de centros urbanos no mundo e no Brasil. Em seguida, a revisão da literatura foi mantida e a procura por informações expandiu-se por meio da análise de dados demográficos, com o intuito de delinear um breve panorama histórico acerca da consolidação e do esvaziamento do Centro de Teresina, além de apresentar as primeiras discussões no âmbito da reestruturação dessa área. Por fim, o trabalho seguiu-se com a realização de visitas in loco e a procura por dados gerais, visando estabelecer um levantamento situacional dos diferentes aspectos urbanos que regem o objeto de estudo: mobilidade, espaços livres, patrimônio histórico, e uso e ocupação do solo. Diante dos resultados, reuniram-se importantes fatos históricos que contribuíram para o esvaziamento da área central de Teresina. Já em relação ao diagnóstico situacional, o estudo dividiu-se nos aspectos urbanos citados anteriormente, apresentando a caracterização atual do bairro, e direcionando a linha de trabalho para a identificação dos desafios e potencialidades do Centro. Por fim, diante das situações observadas na análise, observou-se a necessidade de estratégias multidisciplinares e integradas que poderiam ser utilizadas para reduzir a conjuntura de deterioração e degradação nessa área central, objetivando também a maximização das potencialidades encontradas.”

Palavras-chave.

centros urbanos, centralidades urbanas, revitalização.

Referências.

TERESINA. Perfil dos bairros, Centro. Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN) - Prefeitura de Teresina (PMT): 2018. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/08/CENTRO-2018.pdf>. Acesso em: mar. 2024.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. (org.). Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: Manole, 2006. p. 01-51.

Parque Matias Augusto de Oliveira Matos. Análise da revitalização da lagoa do Mocambinho, em Teresina-PI

Karenina Cardoso Matos; Maria Fernanda Gomes de Oliveira;

Gedeilson da Silva Lima; Thiago Victor Pereira do Vale; Wilza Gomes Reis Lopes;

Universidade Federal do Piauí

(karenina@ufpi.edu.br; gmariafernanda018@gmail.com;

gedeilsonlima123@gmail.com; thiagovictor0255202020@gmail.com; wilza@ufpi.edu.br)

Resumo.

“O artigo está centrado na transformação do espaço urbano da cidade de Teresina, especialmente na zona norte, através do projeto de urbanização das Lagoas do Norte. A pesquisa inicia com o contexto histórico da cidade de Teresina, capital do Piauí, que em 1852, foi fundada às margens dos rios, o processo de urbanização se acelerou, e a existência de lagoas em vários pontos do município alertou para a importância de sua preservação, resultando na implementação de leis e medidas para aprimorar o desenvolvimento urbano de Teresina. Uma das áreas mais afetadas, é a zona norte, que é alvo de inundações recorrente e com isso, surge o grande projeto de urbanização, conhecido como Projeto Lagoas do Norte (PLN), financiado pelo Banco Mundial, beneficiando 13 bairros da zona, que conta com 12 lagoas, visou melhorar a qualidade do espaço habitacional da população que vive próxima ou até mesmo nas margens das lagoas. O programa conta com duas fases, com a divisão de 4 áreas do programa, sendo a 2ª fase correspondente a melhoria da lagoa do Mocambinho, recebendo o projeto do Parque Matias Augusto de Oliveira Matos, no bairro Mocambinho. A lagoa do Mocambinho sofria com o grande despejo de lixos, como entulhos e resíduos sólidos, sem nenhum uso para a população. E o projeto do parque ambiental teve a função de lazer, esporte e contemplação para as famílias teresinenses e para a população residente próximo a lagoa. Para melhor contextualização e descrição do parque e da lagoa, a pesquisa se inicia com a leitura do espaço por visitas in loco, levantamento documental de projetos, levantamento de fotografias aéreas, coleta de informações no site da Prefeitura Municipal de Teresina e elaboração de capas urbanas. Diante das informações analisadas, foi possível observar a aplicação prática do projeto, mostrando a evolução do espaço desde o início das obras até os dias atuais. Portanto, o artigo tem como objetivo apresentar a análise da revitalização e preservação da lagoa do Mocambinho de modo a destacar a influência do parque ambiental para melhoria do espaço público da comunidade.”

Palavras-chave.

Parque Matias Augusto de Oliveira Matos, Lagoa do Mocambinho, Programa Lagoas do Norte, Zona Norte, Teresina.

Referências.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. A EVOLUÇÃO URBANA DE TERESINA: agentes, processos e formas espaciais da cidade. 1998. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

GORSKI, Maria Cecília Barbieri. Rios e cidades: ruptura e reconciliação. 2008. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

MATOS, Karenina Cardoso. A CIDADE RIBEIRINHA: desafios e possibilidades para o Planejamento urbano-ambiental dos rios Parnaíba e Poti em Teresina-pi. 2017. 301 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

Entre o Morro e o Mar. Uma Análise Morfológica do Largo de São Francisco da Prainha

Wesley Barcelos do Nascimento; Flavia Ribeiro Botechia
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
(wesleybarcelos@gmail.com; flaviabotechia@gmail.com)

Resumo.

A história das cidades, inclusive a história da forma urbana, pode ser revelada através da investigação das diferentes camadas que resistem ao longo do tempo, as que são inseridas em sobreposição e, até mesmo, as que foram apagadas durante os processos de transformações do lugar. As camadas históricas da paisagem palimpsesto, da cidade do Rio de Janeiro, podem ser descritas como porosas. Essa porosidade é capaz de absorver tanto as transformações dos projetos de modernização e práticas higienistas quanto a fluidez típica da cidade, que permeia entre a ordem e a desordem, o popular e o erudito, o preto e o branco, a paisagem natural e a urbana, o público e o privado, o sagrado e o profano, o centro e a periferia. Diante disso, o presente artigo tem como objeto de estudo o Largo de São Francisco da Prainha - ou somente Largo da Prainha como é popularmente conhecido - localizado no Bairro Saúde, onde está guardada parte da história da região portuária do Rio de Janeiro. Com o formato semelhante ao que na geometria é denominado como setor circular, o que o difere da maioria dos espaços públicos que possuem usos semelhantes e formas mais definidas, como praças e parques, este espaço público motiva o objetivo desta pesquisa que pretende examinar como o Largo da Prainha assumiu sua configuração formal atual. Nesta investigação consideram-se tanto os elementos físicos quanto os aspectos históricos que influenciaram na sua formação e nas transformações que ocorreram ao longo dos anos. Para alcançar tal objetivo, esta pesquisa, que possui caráter qualitativo e utiliza a abordagem histórica-geográfica (KROPF, 2009), além da revisão da bibliografia como base teórica, utiliza-se de pesquisa documental com o levantamento de cartografias e fotografias antigas do Rio de Janeiro, com foco no entorno do Largo da Prainha ao longo do século XX. Para análise, foi realizado um redesenho interpretativo das vias que compõem o traçado urbano circundante ao largo, permitindo uma visão detalhada da morfologia do espaço e das mudanças ocorridas em sua estrutura ao longo do tempo. Este método permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas urbanas que moldaram o Largo da Prainha, contribuindo para uma visão mais abrangente da história urbana do Rio de Janeiro. Ao compreender que o Largo da Prainha assumiu tal formato ao longo dos anos devido à adição de aterros e abertura de ruas, este estudo lança luz sobre a importância de considerar tanto os aspectos geográficos quanto os históricos na análise de espaços urbanos. Considera-se também que processos sociais incidiram sobre os processos morfológicos (CONZEN, 1960) que podem ser identificados uma vez que a área portuária, o samba e as manifestações culturais negras que ali tiveram espaço podem ser sido apagados e o que persistiu são “testemunhos que sobreviveram ao mar de esquecimento de apagamento em que a sociedade tentou afogá-los” (FERRAREZ, 2023). Assim, destaca-se a relevância de compreender a história desses locais, que são testemunhos vivos da evolução das cidades e das comunidades que as habitam.

Palavras-chave.

Morfologia Urbana,
Persistência, Ruas,
Largo de São Francisco da Prainha, Rio de Janeiro.

Referências.

CONZEN, M. R. G. Alnwick, Northumberland: a study in town plan analysis. Londres: Instituto Britânico de Geografia, 1960.
FERRAREZ, A. (curadoria) Pequenas Áfricas: o Rio que o samba inventou. Exposição, Instituto Moreira Salles, 2023-2024.
KROPF, K. Aspects of urban form. *Urban Morphology*, v. 13, n. 2, p. 105-120, 2009.

CRIPTO-HISTÓRIA DE UMA PAISAGEM FERROVIÁRIA NA AMAZÔNIA PARAENSE.

Um estudo das 'velhas' memórias moventes no contemporâneo de Benevides/PA

Alessandra de Carvalho Brito ;

PPGPATRI-UFGA

(alessandracarvalho18@hotmail.com)

Resumo.

Este estudo analisou as relações existentes entre a memória, história e o patrimônio cultural, sob uma interpretação das significações presentes no que ousamos chamar de cripto-história da paisagem ferroviária percebida no contemporâneo da cidade de Benevides/PA, região metropolitana da capital Paraense. A composição morfológica que nos atemos faz parte da memória urbana do lugar, corresponde as estruturas materiais e imateriais ferroviárias em diferentes significados e representações, relacionam-se a memória e identidade cultural-histórica, visto que Benevides articulou-se em sua estrutura morfológica-urbana, principalmente após a chegada dos trilhos da antiga Estrada de Ferro de Bragança (EFB), primeira ferrovia estabelecida na Amazônia Brasileira em finais do século XIX. As paisagens em questão passaram por diferentes modificações desde o período áureo até a decadência do modal ferroviário no país, assim, surgem diferentes abordagens e discussões para se compreender como se deram as transformações destas paisagens, uma delas é a possibilidade do entendimento por meio da memória que lhe associada no contemporâneo da cidade. Esta compreensão permite entender o que existe de peculiar nestes diferentes lugares, a fim de valorá-los, inseri-los no cotidiano da população, analisá-los sob diferentes aspectos e, posteriormente, (re)significá-los. Desse modo, buscou-se analisar o que denominamos com base na obra "A cripto-História de Arte – Análise de Obras de Arte Inexistentes" de Vítor Serrão (2001), de Cripto-História de uma paisagem ferroviária, tendo como base a memória social captada por meio do método fenomenológico em uma abordagem qualitativa; ferramentas para compreender como a ferrovia está presente na memória e no processo histórico/espacial Benevides. Revisitar a Benevides dos trilhos é ultrapassar a memória ligada apenas à existência da estação ferroviária como símbolo do patrimônio ferroviário implantado pela EFB, o desenvolvimento que chega com a locomotiva, historicamente perpassa por diferentes elementos arquitetônicos implantados ao longo dos trilhos e em diferentes localidades, chamados de 'pátios ou complexos ferroviários', necessários para o funcionamento logístico da ferrovia. A implantação da EFB esteve ligada principalmente ao discurso de abastecimento e escoamento dos produtos agrícolas das zonas mais afastadas da capital e dos portos de descarregamento de mercadorias, mas, deve-se considerar a criação de diversas localidades cuja história está consubstanciada ao desenvolvimento da ferrovia e a ideia de progresso para os pequenos núcleos alcançados pelo trem. Benevides não surge a partir dos trilhos, mas modifica-se em sua urbe com a implantação do primeiro trecho da ferrovia. Assim, considerando os conceitos de memória social e cripto-história ferroviária no âmbito da paisagem contemporânea, analisamos elementos que possibilitem a discussão acerca da identificação da população com a significância da ferrovia no cotidiano do lugar. Fontes bibliográficas e documentais de arquivos públicos e de acervos pessoais completam o repertório consultado para fins de pesquisa. Este trabalho conta ainda com uma análise da documentação iconográfica, para o estudo do campo social, considerando sua complexidade no ato de ordenação das memórias individuais e/ou coletivas, identificando os espaços de memória ferroviários, além de discutir o que se deseja selecionar para salvaguardar no espaço da cidade e os diferentes olhares sobre os remanescentes e vestígios dessa memória social.

Palavras-chave.

Benevides, Cripto-história da paisagem, Estrada de Ferro de Bragança, Memória Social, Patrimônio Cultural

Referências.

- FERREIRA, R.C. A estrada de Ferro de Bragança: Inventário do patrimônio ferroviário. In: SARQUIS, G. B. (org) Estrada de Ferro de Bragança: memória social e patrimônio cultural. Belém: IPHAN-PA, 2017
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História e do departamento de história da PUC-SP, 1993.
- SERRÃO, Vítor. A cripto-História de Arte. Análise de obras de arte inexistentes. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

Habitação de interesse social como política de preservação no centro histórico de Cuiabá - MT. possibilidades e lacunas jurídicas

Luciana Pelaes Mascaro; Ana Vittori Frigeri;

Fernanda Marques Botelho Arêdes; Melissa dos Santos Nunes

Universidade Federal de Mato Grosso;

(luciana.mascaro@ufmt.br; anavfrigeri@gmail.com;

fernandaaredes2@gmail.com; melissadsn8@gmail.com;)

Resumo.

Este trabalho discorre, a partir da análise do estado da arte das legislações vigentes de ordenação do território urbano, sobre possíveis caminhos de aplicação de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) associada à conservação do patrimônio edificado no Centro Histórico de Cuiabá. Nesse sentido, se discute o desenvolvimento de um documento orientativo, baseado nas legislações existentes e nos estudos de tipologias edificadas, para promover a habitação como componente central na reabilitação do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá. As políticas de preservação em Cuiabá-MT, assim como as políticas de planejamento urbana, são marcadas por um ordenamento do solo que priorizou novas zonas incorporadas ao perímetro urbano e promoveu um processo de contínuo esvaziamento da área central, principalmente, no âmbito do uso residencial. Dessa forma, as funções e da cidade antiga - antes o centro da vida urbana - mudaram e se transformaram no centro: o uso residencial deu lugar ao uso predominantemente comercial e de atividades culturais. No entanto, considerando o conjunto de propostas do Plano de Gestão (2021), dentre as “estratégias de desenvolvimento econômico, sustentável e inclusivo”; destaca-se a necessidade de implementação de “políticas de promoção do uso múltiplo”, cuja criação e manutenção de moradias no centro histórico e suas proximidades é um de seus objetivos estratégicos. Assim, busca-se utilizar as potencialidades das leis municipais vigentes, visto a necessidade (e dificuldade) de aplicação de instrumentos para a garantia à moradia e preservação do patrimônio cultural edificado no Centro Histórico de Cuiabá. Considera-se assim, as possibilidades instrumentais, como a “desapropriação mediante pagamento da dívida pública” (Lei Complementar 389/2015), a lei de arrecadação de imóveis urbanos abandonados no município de Cuiabá (Lei Ordinária 6.425/2019) - que prevê a destinação dos imóveis para programas habitacionais ou reutilização de prédios urbanos para fins de habitação de interesse social - e a Instrução Normativa, que regulamenta e estabelece normas para a intervenção no perímetro de tombamento federal, para elaborar o instrumento orientativo. Toma-se, também, como base, referências como o Plano de Bolonha (CERVELLATI, SCANNAVINI, 1976) e outros planos de conservação integrada, para conduzir a elaboração de projetos que, através de ATHIS, possam ser aplicados na recuperação de edificações degradadas. Outra premissa é conservar e recuperar a morfologia característica da região mais antiga da cidade de Cuiabá, através de estudos de tipologias de edificações e de terrenos, dos alinhamentos e recuos das construções, das inclinações de telhados e dos gabaritos predominantes da região. Assim, espera-se subsidiar ações de ATHIS e orientar a metodologia para realização de projetos no âmbito do Canteiro Modelo de Conservação de Cuiabá, considerando as leis atuais. Desta forma pretende-se contribuir com políticas de conservação que atendam proprietários, inquilinos, ocupantes e outras possíveis relações de moradia no centro histórico de Cuiabá.

Palavras-chave.

Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social; Centro Histórico; Cuiabá/MT, Canteiro Modelo de Conservação, Sítio urbano.

Referências.

CERVELLATI, P. L.; SCANNAVINI, R. Bolonia: política y metodología de la restauración de centros históricos. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1976.

BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Brasília, DF: Presidência da República Casa Civil, 2008.

IPHAN. Instrução normativa do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Cuiabá. Cuiabá, 1994. Arquivo Iphan/MT.

Jardim de Alah. De jardim histórico tombado a empreendimento gentrificador

Sonia Schlegel Costa ;

UFF

(sonia.schlegelcosta@gmail.com)

Resumo.

O Jardim de Alah, jardim histórico tombado, localizado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, está passando atualmente por um forte debate acerca de sua característica futura, que está ameaçada pela atual gestão do município. O Jardim de Alah é um parque lindeiro ao Canal do Jardim de Alah, artificialmente construído na época do Saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas; divide os bairros do Leblon e de Ipanema e abastece a Lagoa de água salgada. O canal é importante para garantir a salubridade da Lagoa e minimizar a proliferação de mosquitos; o canal faz parte de um sistema de canais construídos para desviar parte da água doce que desce a encosta do Jardim Botânico, que desembocam no final do Leblon (Av. Visconde de Albuquerque). A embocadura desse canal, construída nos anos 1920, foi insuficiente para garantir uma limpeza fluxível da Lagoa; além disso, a entrada do canal não tem um sistema de quebra-mar, sendo então necessária a utilização constante de uma retroescavadeira para retirar a areia que se acumula na entrada. O parque foi recentemente ocupado pelas obras do Metrô (linha 4) e por baixo do canal foi construída a linha 4, com utilização do sistema TBM (tatução); após o prazo de finalização da obra, a Comlurb deveria devolver à cidade do Rio de Janeiro o Jardim de Alah restaurado, especialmente a Praça Grécia, em perfeitas condições, para que os cidadãos pudessem usá-lo. A prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro optou por não honrar um acordo assinado com a Associação de moradores em 2020 (de adoção do espaço) através de uma PPP. A municipalidade pretende, através de uma concessão de 35 anos, disponibilizar espaço do parque para a construção de um Shopping Horizontal (com lojas, quiosques, restaurantes e eventos) de um dos lados do Canal, concretando cerca de 40% de área atualmente permeável, e construindo sobre esse Shopping um jardim sobre laje. Enquanto algumas cidades tentam adotar soluções baseadas na natureza, disponibilizando a área dos parques para usufruto de toda a população, a atual gestão pretende elitizar ainda mais o local, provavelmente com intenção de gentrificar ainda mais o espaço urbano. O artigo procura acompanhar cronologicamente a história urbana do Parque, sua importância tanto para a Lagoa Rodrigo de Freitas, quanto para os bairros de Ipanema e Leblon, seu vínculo com a rede viária e de transportes públicos e os últimos acontecimentos que envolvem o Metrô (gestão estadual), sua ocupação como canteiro de obras e barracões para os operários. Procura também desvendar a atual legislação de proteção de bens tombados, a Lei Orgânica do Município e as novas formas (de concessão) encontradas pelos governos para descaracterizar o Patrimônio Histórico.

Palavras-chave.

Jardim de Alah,
Jardim Histórico
tombado, Patrimônio histórico.

Referências.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (atualização em 17/04/2023).

Carlos, Cláudio Antonio Lima. Áreas de proteção do ambiente cultural (APAC): a conservação de bairros cariocas de 1979 a 2006. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2011. 252 p.

Robba, Fábio e Macedo, Silvio Soares. Praças Brasileiras: Public Squares in Brazil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, 2a ed. 312 p.

Transformações recentes e desafios para a reabilitação urbana do Centro Histórico de Belém.

Roberta Menezes Rodrigues; Elisa Maria Cardoso Malcher; Gabriela Wiziak Cervantes da Costa

FAU UFPA

(robertamr@ufpa.br; elisammalcher@gmail.com; gabrielawiziak@gmail.com)

Resumo.

O presente artigo pretende discutir os desafios de reabilitação do Centro Histórico de Belém (CHB), considerando as suas características morfológicas e o processo de degradação que se intensificou na última década, mas que, ainda assim, tem apresentado novos usos e atividades em uma área que continua valorizada e sobre a qual recaem distintas expectativas de investimentos e transformações, aprofundadas pelas intervenções propostas em função da realização da 30a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada em Belém (PA), em novembro de 2025. O CHB foi instituído pela Lei Municipal no 7.709/1994, chamada de Lei do Patrimônio, e é formado pelos bairros da Campina e Cidade Velha, e por uma área de entorno, como um cinturão de amortecimento, que englobam bairros que hoje se encontram bastante pressionados pelo mercado imobiliário no sentido de liberação das limitações impostas pela referida lei. A configuração morfológica do CHB e de seu entorno apresentam elementos com distintos potenciais de transformação e usos sob a perspectiva da rentabilidade do uso do solo e da localização urbana, mas que demonstram visões conflituosas quanto ao interesse à preservação. Cada um dos bairros do CHB possui características morfológicas que tem sido apropriadas de formas variadas e que tem suscitado diferentes estratégias de adaptação, reconfiguração e mesmo descaracterização: demolições, arruinamento, reinserções, subutilização e a manutenção de edifícios sem uso (públicos e privados). O artigo buscará apresentar um diálogo entre as características morfológicas do CHB, as ações que tem disso apresentadas como investimentos pelos governos federal, estadual e municipal no sentido de preparar o CHB e do seu entorno como importante espaço para o apoio à programação da COP30 em Belém, e exemplificar as principais situações que apontam para a necessidade de elaboração de estratégias relacionadas à preservação dos elementos do tecido urbano e da vitalidade desta área da cidade.

Palavras-chave.

reabilitação urbana; centro histórico de Belém; COP30; intervenções urbanas.

Referências.

